

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000001

1. DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento):

SECRETARIA DE SAÚDE

Responsável pela Demanda:

RODRIGO W. S. REVESSO

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Justificativa da necessidade da contratação:

1. Atendimento às Necessidades Nutricionais Específicas

- **Populações em Vulnerabilidade:** Idosos, crianças, pacientes com doenças crônicas e pessoas com condições que dificultam a alimentação normal precisam de suporte nutricional adequado para manter a saúde e qualidade de vida.
- **Avaliação Social:** A assistência social identifica casos de indivíduos com risco de desnutrição e baixa ingestão de nutrientes, sendo necessário o fornecimento de produtos que atendam às suas necessidades nutricionais específicas, conforme avaliação técnica.
- **Fórmulas e Suplementos Específicos:** Pessoas com restrições alimentares ou condições clínicas específicas (como diabetes, insuficiência renal, entre outras) necessitam de fórmulas e suplementos desenvolvidos para atender a essas necessidades particulares.

2. Cumprimento de Ordens Judiciais

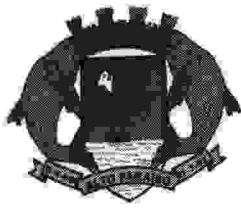
- **Direito à Saúde:** De acordo com a Constituição Federal, o direito à saúde é garantido, e cabe ao estado prover condições mínimas para a manutenção da saúde e bem-estar dos cidadãos.
- **Atendimento a Decisões Judiciais:** Ordens judiciais muitas vezes determinam a concessão desses produtos para pacientes que não possuem condições de arcar com os custos, especialmente quando se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

3. Prevenção de Complicações de Saúde e Hospitalizações

- **Redução de Internações e Complicações:** A oferta adequada de nutrição enteral e oral ajuda a evitar o agravamento de condições de saúde, reduzindo a necessidade de hospitalizações e tratamentos mais intensivos, que representam custos elevados para o sistema de saúde.
- **Manutenção da Qualidade de Vida:** Pacientes que recebem o suporte nutricional adequado apresentam melhor recuperação e qualidade de vida, resultando em menor demanda por atendimento médico e hospitalar frequente.

4. Segurança e Qualidade dos Produtos Nutricionais

- **Suplementação Segura e Qualificada:** Os produtos adquiridos devem seguir rigorosos padrões de qualidade e segurança, garantindo que cada fórmula, leite ou suplemento atenda às necessidades nutricionais sem causar danos à saúde



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000002

dos usuários.

- **Adequação às Normas Sanitárias:** A aquisição de produtos de nutrição enteral e oral deve obedecer às normas sanitárias vigentes, garantindo que os itens estejam dentro da validade e sejam devidamente armazenados.

5. Eficiência no Atendimento às Demandas Sociais

- **Agilidade e Continuidade:** A aquisição contínua desses produtos permite responder de forma rápida e eficiente às demandas que chegam por meio da assistência social ou de ordens judiciais, evitando interrupções no fornecimento de alimentos essenciais para pessoas em estado de necessidade.
- **Economia e Planejamento:** Aquisições planejadas e contínuas permitem uma gestão de estoque mais eficiente e a possibilidade de economizar com compras em maior escala, reduzindo os custos ao longo do tempo.

2. Descrições e quantidades

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	TROPHIC BASIC 800 G	UND	120
2	NUTRI DIABETIC 1L	UND	360
3	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS	UND	240

3. Observações gerais

3.1. Prazo de Entrega/ Execução: 20 DIAS

3.2. Local e horário da Entrega/Execução:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

3.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos:

SECRETARIA DE SAÚDE

3.4. Houve contratações anteriores?

NAO

3.5. Gestor (a) fiscal (is) indicado (s) (nome completo):

3.5.1 - GESTORES

SECRETARIA DE SAÚDE

RODRIGO W. S. REVESSO

3.5.2 - FISCAL

EUDINETE DA SILVA PEDROTA

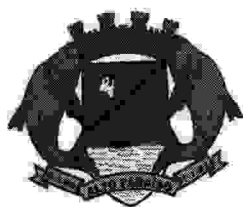
3.6. Prazo para pagamento: até 30 (trinta) dias após o recebimento.

3.7. O objeto solicitado não consiste em características de luxo.

3.8. Regime licitatório adotado: Lei 14.133/2024.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Alto Paraíso-Pr., 06 de Novembro de 2024.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000003

SECRETARIA DE SAÚDE
RODRIGO W. S. REVERSO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE XAMBRÊ

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE XAMBRÊ - PROJUDI

Av. Roque Gonzales, 215 - centro - Xambê/PR - CEP: 87.535-000 - Fone: (44)3259-7500 - E-mail: xam-ju-scr@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000152-44.2024.8.16.0177

Processo: 0000152-44.2024.8.16.0177

Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública

Assunto Principal: Registrado na ANVISA

Valor da Causa: R\$30.480,00

Requerente(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE XAMBRÊ
- ORDIVAL MONTANHER

Requerido(s):

- ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO

Vistos e etc.

Curvando-me ao entendimento atribuído ao acórdão proferido em Segunda Instância, determino a inclusão do Município de Alto Paraíso no polo passivo do feito, mantendo-se o Estado do Paraná, conforme decisão colacionada nos seguintes termos (seq. 176.2):

*"Por todo exposto, decido pelo provimento do recurso, **reformando a sentença para o fim de determinar a inclusão do Município de Alto Paraíso/PR no polo passivo de relação processual e direcionada a responsabilidade primariamente ao ente municipal**, mantendo-se o Estado do Paraná no polo passivo da demanda como responsável subsidiário."* (g.n)

Assim, intime-se o Município de Alto Paraíso para se manifestar nos autos.

Em seguida, abra-se vista às demais partes.

Havendo requerimentos, tornem-me conclusos.

Intimem-se e diligências necessárias.

Xambê, datado e assinado eletronicamente.

FABIO CALDAS DE ARAÚJO

Juiz de Direito





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Autos nº. 0000152-44.2024.8.16.0177

Recurso: 0000152-44.2024.8.16.0177 Reclno
Classe Processual: Recurso Inominado Cível
Assunto Principal: Registrado na ANVISA
Recorrente(s): • ESTADO DO PARANÁ
Recorrido(s): • MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE FÓRMULA ALIMENTAR. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 18 DA LEI 8080/90. RESPONSABILIDADE PRIMÁRIA. APLICAÇÃO DA TESE PROFERIDA PELO STF NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 855178 (TEMA 793). TESE DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE. OBSERVÂNCIA À REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA. IMPRESCINDIBILIDADE DO TRATAMENTO DEMONSTRADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Relatório dispensado nos termos do Enunciado 92 do Fonaje.

Decido.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade o recurso deve ser conhecido.

Quanto ao tema em comento, em recente julgado, o Plenário do C. Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário RE 855.178, afeto ao tema 793/STF, pela sistemática da repercussão geral, fixou a seguinte tese:

“Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro”.
(Tema 793)

Esta tese encontra também respaldo nos enunciados das Jornadas de Direito da Saúde do CNJ:



“Enunciado nº 08: Nas apreciações judiciais sobre ações e serviços de saúde devem ser observadas as regras administrativas de repartição de competência entre os entes federados.

Enunciado nº 60: A responsabilidade solidária dos entes da Federação não impede que o Juízo, ao deferir medida liminar ou definitiva, direcione inicialmente o seu cumprimento a um determinado ente, conforme as regras administrativas de repartição de competências, sem prejuízo do redirecionamento em caso de descumprimento.

Enunciado nº 78: Compete à Justiça Federal julgar as demandas em que são postuladas novas tecnologias de alta complexidade ainda não incorporadas ao Sistema Único de Saúde – SUS.”

Malgrado entendimento seja de que o funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios, de modo que qualquer um desses entes tem legitimidade *ad causam* para figurar no polo passivo da demanda que objetiva a garantia de acesso a medicamentos para tratamento de saúde, com efeito, conclui-se que é dever do magistrado observar os critérios de hierarquização e descentralização das políticas públicas relativas a saúde que compete a cada ente federativo, quais sejam: da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Assim, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade, em que pese solidária, assemelha-se, em realidade, à subsidiária, porque, em atenção às regras de repartição de competências e dos critérios de descentralização e hierarquização, o Município é o ente federal primariamente responsável para satisfazer a obrigação de fazer relativa à entrega do tratamento, mormente pelo fato de o insumo em questão ser disponibilizado pelo ente municipal, nos termos da alínea c), do inciso IV e do inciso V, do artigo 18, da Lei nº 8.080/90:

“Art. 18. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete:

(...)

IV - executar serviços:

c) de alimentação e nutrição;

(...)

V - dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;

Logo, reconheço a responsabilidade primária do Município pelo fornecimento do insumo pleiteado, devendo disponibilizar o suplemento alimentar indicado pelo médico profissional.



Ressalto: "é preciso respeitar a divisão de atribuições: esteja ela na própria lei ou decorra de pactuação entre os entes, deve figurar no polo passivo a pessoa política com competência administrativa para o fornecimento daquele medicamento, tratamento ou material" (Tema 793 do Supremo Tribunal Federal).

Porém, em que pese a responsabilidade primária pelo cumprimento da obrigação recaía sobre o Município, o Estado do Paraná deve continuar integrando a lide enquanto responsável solidário, porém secundário. Isso porque figura como garante nos presentes autos, caso haja falha no cumprimento da obrigação, como decorrência da adoção da tese da responsabilidade solidária pelo dever geral da prestação da saúde, nos termos do Recurso Extraordinário nº 855.178, bem como da alínea c), do inciso IV, do artigo 17, da lei nº 8.080/90.

Por todo exposto, decido pelo provimento do recurso, reformando a sentença para o fim de determinar a inclusão do Município de Alto Paraíso/PR no polo passivo de relação processual e direcionada a responsabilidade primariamente ao ente municipal, mantendo-se o Estado do Paraná no polo passivo da demanda como responsável subsidiário.

Logrando êxito em seu recurso, não há que se falar em ônus da sucumbência, eis que ao recorrido vencido não se impõe o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, em razão do disposto no artigo 55 da Lei 9.099/95.

Curitiba, 13 de agosto de 2024.

Leo Henrique Furtado Araújo

Magistrado



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE XAMBRÊ - ESTADO DO PARANÁ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por seu Promotor de Justiça ao final assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente as previstas nos artigos 127, *caput*, 129, incisos II e III, 196 e 197, todos da Constituição Federal; 6º, inciso I, alínea *d*, da Lei n. 8.080/90; 5º, inciso I, da Lei n. 7.347/85; 25, inciso IV, alínea *a*, da Lei n. 8.625/93; 176 do Código de Processo Civil, e demais diplomas normativos pertinentes à espécie, agindo em favor de **ORDIVAL MONTANHER**, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.080.428-0-SSP/MS, devidamente inscrito no CPF sob o nº 258.857.589-72, nascido em 05 de março de 1939, no Estado de São Paulo, com 85 (oitenta e cinco) anos de idade atualmente, filho de Rafaelina Jacomini Montanher e Pedro Montanher, residente e domiciliado na Vila Rural Ilha Grande, Quadra 04, Lote 10, no Município de Alto Paraíso/PR, vem, com base nos inclusos documentos, propor a presente:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

com pedido de tutela provisória de urgência antecipada

em face do **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, ora representado pela Procuradora-Geral do Estado, Dra. **Letícia Ferreira da Silva**, com endereço na Rua Paula Gomes, n. 145, centro, na cidade de Curitiba/PR, pelos fatos e fundamentos expostos a seguir.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

1. DOS FATOS

No ano de 2019 foi proposta a ação judicial sob nº 000637-20.2019.8.16.0177 em prol do substituído, intentado, naquele momento, a disponibilização das fórmulas alimentares *Trophic Bio + Módulo de Proteína*, por parte do Estado do Paraná.

Na época, o idoso havia sido diagnosticado com Doença de Parkinson, Pneumonia Broncoaspirativa e Disfagia, tendo, ainda, sofrido um AVC (acidente vascular cerebral), com consequente quadro de desnutrição proteica calórica, havendo risco de broncoaspiração em caso alimentar-se pela via oral (CID G 20, J 15, I 64 e E 43).

Ocorre que, após o intervalo de aproximadamente 1 (um) ano o paciente se recuperou e conseguiu voltar a se alimentar, mesmo que com refeições líquidas, tornando-se desnecessário o consumo de fórmulas alimentares por meio de dieta enteral.

No entanto, no dia 22 de janeiro de 2024 o substituído se engasgou, sendo necessário o seu imediato encaminhado ao Pronto Atendimento do Município de Alto Paraíso/PR.

Chegando para atendimento, a equipe verificou se tratar de uma situação mais grave, remetendo o idoso para o Município de Umuarama/PR.

Já em atendimento no Hospital UOPECCAN, foi constatado o quadro de **Pneumonia Broncoaspirativa (CID 10 J69.0)**, circunstância que exigiu o internamento do senhor Ordival por 9 (nove) dias.





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ato contínuo, em decorrência das limitações causadas pelo quadro clínico (fala/ deglutição/ locomoção), foi novamente prescrito o consumo de dieta enteral pelo idoso.

Nessa senda, em consulta realizada por intermédio do SUS (Sistema Único de Saúde) a **Nutricionista Ana Carla Cardoso, CRN 13.184**, receitou ao(à) substituído(a) o uso mensal de **10 (dez) unidades da Fórmula Alimentar Trophic Basic 800 g/mês ou Isosource Soya ou Novasource Senior + 30 (trinta) unidades de 1L (um litro) de módulo de proteína (DIANUTRI)**, a fim de evitar possível quadro de desnutrição.

Apesar da prescrição fundamentada e específica, a Secretaria Municipal de Saúde e a 12ª Regional de Saúde do Paraná, levando em conta o quadro clínico do(a) substituído(a), informaram que os suplementos em questão não integra(m) o elenco dos medicamentos/insumos padronizados pelo SUS.

Se não bastasse, o tratamento com a(s) substância(s) receitada(s) possui custo considerável e que não pode ser suportado pelo(a) substituído(a) e/ou sua família.

De acordo com o orçamento obtido, a compra da(s) fórmula(s) prescrita(s) gerará **despesa mensal** estimada em **R\$ 2.540,00 (dois mil, quinhentos e quarenta reais)** à família - considerando as 10 (dez) unidades da Fórmula Alimentar Trophic Basic 800 g/mês ou Isosource Soya ou Novasource Senior + 30 (trinta) unidades de 1L (um litro) de módulo de proteína (DIANUTRI).

Ocorre que o(a) substituído(a) e/ou os seus familiares não conta(m) com recursos para a aquisição da(s) substância(s), ao menos não sem prejuízo da preservação de renda bastante para assegurar a subsistência do(a) paciente e/ou de seus pares.





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

O núcleo familiar do(a) substituído(a) é composto pelo(a) paciente e sua esposa, senhora Lúcia Helena Germano Montanher, casal residente e domiciliado no Município de Alto Paraíso/PR.

Os rendimentos do(a) substituído(a) e sua esposa resumem-se à aposentadoria do paciente, em valor aproximado de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos) reais; quantia que, além de não ser expressiva, destina-se à quitação de gastos de primeira necessidade, tais como alimentação, água e luz, vestuário, impostos e medicamentos do casal.

O Declarante, ora genro do substituído, relatou que o senhor Ordival mora em casa própria, em um imóvel bastante simples, não possuem veículo; não têm outros bens móveis ou imóveis de valor expressivo, tampouco rendas, aplicações ou quantias depositadas em instituições financeiras.

O casal possui 3 (três) filhos.

O filho mais velho do casal se chama Antônio, não possui filhos e trabalha como motorista, na entrega de sofás; o filho do meio se chama Luiz Carlos, possui 1 (um) filho e, trabalha como motorista, da mesma forma, entregando sofás; a filha mais nova se chama Ana Lúcia, possui 2 (dois) filhos e atualmente cuida do pai; a caçula precisou largar suas funções laborativas para auxiliar na manutenção e cuidados com o genitor.

Sobre os seus gastos mensais do casal, foram declinadas as seguintes informações:

Mercado: R\$ 600,00 (seiscentos) reais;

Água: R\$ 140,00 (cento e quarenta) reais;



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Energia: R\$ 200,00 (duzentos) reais;

Farmácia: R\$ 600,00 (seiscentos) reais;

Portanto, é evidente que o(a) substituído(a) não pode adquirir a(s) fórmula(s) imprescindível(eis) ao seu tratamento sem reflexos em seu sustento próprio e/ou familiar.

Enfim, a litigância reside no fornecimento, pelo **Estado do Paraná**, de **10 (dez) unidades da Fórmula Alimentar Trophic Basic 800 g/mês ou Isosorce Soya ou Novasource Senior + 30 (trinta) unidades de 1L (um litro) de módulo de proteína (DIANUTRI)** ao(à) substituído(a) **Ordival Montanher**, conforme prescrição médica que segue a petição inicial.

2. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DO PARANÁ

A legitimidade passiva do Estado do Paraná é manifesta, uma vez que a saúde é direito de todos e dever do Estado em todos os níveis federativos, sendo matéria de competência concorrente dos entes da federação, devendo todos zelar e proteger, a teor do artigo 22, inciso II, da Constituição Federal.

Também se verifica no artigo 198, inciso I, da Constituição Federal e no artigo 9º da Lei n. 8.080/90 que a direção do SUS é única, sendo exercida em cada esfera de governo apenas com o fim de preservar a autonomia dos entes federativos, o que não afasta o dever de todos de preservar e dar assistência à saúde dos cidadãos.

3. ADEQUAÇÃO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A Constituição Federal, no artigo 129, inciso III; a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n. 8.625/93), no artigo 25, e a Lei Orgânica do Ministério





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Público do Estado do Paraná (Lei Complementar n. 85/99), no artigo 68, inciso I, item 1, e inciso XIII, item 12, trazem previsão do uso de ação civil pública sempre que for o meio mais adequado para a defesa de interesse individual indisponível à saúde, o que legitima o emprego desta via, tendo em vista a obtenção da máxima eficácia de sua tutela.

4. FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO

O ordenamento jurídico brasileiro consagra a prevalência de certos direitos fundamentais, como a vida e a saúde, os quais, no caso, estão sendo flagrantemente violados.

A mera leitura dos dispositivos constitucionais que seguem, em confronto com a hipótese dos autos, revela a lesão em debate:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

(...)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Artigo 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(...)

Artigo 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nesse panorama de defesa da vida, dignidade e saúde, buscando o atendimento integral nessa área, a Constituição Federal impõe que as ações e os serviços públicos de saúde constituam um sistema único, onde têm prioridade os serviços assistenciais.

A Lei n. 8.080/90, a seu turno, estabelece:

Artigo 2º. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º. O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doença e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

(...)

Artigo 5º. São objetivos do Sistema Único de Saúde – SUS:

(...)





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Artigo 6º. Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

(...)

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

(...)

Artigo 7º. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde - SUS são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II - integralidade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

(...)

XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

(...)

Artigo 43. A gratuidade das ações e serviços de saúde fica preservada nos serviços públicos e privados contratados, ressalvando-se as cláusulas ou convênios estabelecidos com as entidades privadas.





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Com efeito, classificando-se a saúde como um direito fundamental do cidadão e um dever do Estado, ela há de ser satisfeita de modo integral e gratuito, sejam os serviços de saúde de execução direta pelo Poder Público ou os de execução indireta.

Assim, integralidade da assistência traduz, como se enuncia, atenção individualizada, ou seja, para cada caso concretamente valorado, segundo as suas exigências e em todos os níveis de complexidade. Já a gratuidade, como o próprio nome sugere, pressupõe que o beneficiário do SUS nada paga diretamente, pois o financiamento das despesas com a saúde é coberto por toda a coletividade (em verdade, como se percebe, a prestação sequer é realmente gratuita).

Seria, pois, um absurdo contrassenso falar em acesso universal, integral e igualitário aos serviços de saúde, como determina a Constituição Federal, e gratuito, como reza a Lei Orgânica da Saúde, e exigir que as pessoas custeiem um medicamento, insumo ou procedimento deveras oneroso e essencial à sua saúde, principalmente quando a situação econômica da família não propicia o seu alcance, como ocorre na espécie.

Por derradeiro, a igualdade do direito à vida de todos os seres humanos conduz à aceção de que, nos casos de doença, cada pessoa tem o direito de ter acesso a um tratamento condigno e completo, em compatibilidade com o estado atual da ciência médica, independentemente de sua situação econômica.

Assentadas essas premissas, depreende-se que o ordenamento jurídico tutela firmemente o direito do cidadão à saúde e impõe ao Estado o dever de garanti-lo, reconhecendo ao usuário do SUS legitimidade para exigir essa assistência do Poder Público.

De outra banda, precisa-se ter em foco que a saúde não é apenas uma contraprestação de serviços devida pelo Estado ao cidadão, mas sim um direito





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

fundamental do ser humano, devendo, por isso mesmo, ser universal, igualitário e integral.

Na hipótese dos autos, está mais do que claro que o direito constitucional de assistência integral à saúde está sendo frontalmente maculado.

Da documentação atrelada à petição inicial, retira-se que a Nutricionista que atendeu o(a) substituído(a) via SUS lhe prescreveu, em caráter de imprescindibilidade, o uso da fórmula alimentar.

O(A) profissional consignou, expressamente, que o insumo é(são) necessário(s) para a manutenção da saúde e, reflexamente, da vida do(a) paciente.

A despeito do receituário emitido, as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde argumentaram que o(s) suplemento(s) não é(são) dispensado(s) pelo SUS.

Aliado a isso, a(s) substância(s) não pode(m) ser adquirida(s) pelo(a) substituído(a) e/ou pelos seus familiares, porquanto não dispõem de recursos.

Dessa forma, não só pelo fato de o(a) substituído(a) e/ou a sua família não poder(em) arcar com os custos de seu tratamento, mas, principalmente, por tratar-se de um direito fundamental que está sendo ferido e que, uma vez respeitado, poderia proporcionar-lhe melhora na qualidade de vida é que se busca a garantia da prestação por parte da Secretaria Estadual de Saúde.

A não previsão do(s) produto(s) em simples protocolos ou atos normativos, obviamente, não pode justificar o descumprimento das atribuições constitucionais.





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

O Poder Público não pode se furtar às suas responsabilidades, colocando mais este ônus sobre a população, o que, esquecendo a imoralidade da questão, é de absoluta ilegalidade, tal a clareza da legislação mencionada.

Com tudo isso em mente, diante do desrespeito reiterado aos direitos mais mezinhos da coletividade adoentada, além do descumprimento contínuo dos deveres da Administração Pública para com os administrados é que se pleiteia a tutela jurisdicional, no sentido de garantir ao(à) substituído(a) o direito de viver com o mínimo de dignidade e respeito por meio do alcance do(s) suplemento(s) receitado(s) para o seu tratamento.

Colacionam-se, para tanto, excertos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná específicos quanto à fórmula requerida ao(à) substituído(a):

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - PACIENTE PORTADOR DE SEQUELA DE ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL - FORNECIMENTO DO SUPLEMENTO ALIMENTAR DENOMINADO ISOSOURCE SOYA - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS - PREVALÊNCIA DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA - SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO - RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 5ª C. Cível - ACR - 1203430-5 - Paranavaí - Rel.: Desembargador Marcos S. Galliano Daros - Unânime - J. 16.09.2014) (TJ-PR - REEX: 12034305 PR 1203430-5 (Acórdão), Relator: Desembargador Marcos S. Galliano Daros, Data de Julgamento: 16/09/2014, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1425 01/10/2014)

RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO À SAÚDE. PACIENTE DIAGNOSTICADA COM PARALISIA CEREBRAL. NECESSIDADE DE DIETA ESPECIAL - FÓRMULA NUTRICIONAL ISOSOURCE 1.5. COMPROVAÇÃO QUANTO A IMPRESCINDIBILIDADE DO INSUMO. TRATAMENTO ESSENCIAL PARA A SOBREVIVÊNCIA DA PACIENTE QUE NÃO SE ALIMENTA VIA ORAL





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DEVIDO AO GRAU DE COMPROMETIMENTO NEUROLÓGICO, SUBSTITUIÇÃO DA FÓRMULA POR OUTRAS SIMILARES DISPONIBILIZADAS PELO SUS NÃO VENTILADA PELOS MÉDICOS. (...)
SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-PR 00026902520228160029 Colombo, Relator: Haroldo Demarchi Mendes, Data de Julgamento: 27/10/2023, 6ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, Data de Publicação: 30/10/2023)

Com base nisso, é viável e necessário determinar que a parte ré disponibilize ao(à) substituído(a) as fórmulas alimentares/suplementos de que ele(a) tanto precisa.

5. DA TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA

A tutela provisória de urgência é ferramenta de extrema necessidade neste pleito, sendo, portanto, curial demonstrar a presença dos seus requisitos, vale dizer, da probabilidade do direito e do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil.

Para a agilização da entrega da prestação jurisdicional não subsiste nenhuma dúvida quanto à existência do direito alegado, consoante se retira dos argumentos e dispositivos legais mencionados.

Ademais, tal afirmativa parte do reconhecimento de que a "probabilidade do direito" não se confunde com a certeza exigida para o acolhimento final da pretensão, mas apenas o conjunto de material de convencimento capaz de, antecipadamente, por meio de cognição sumária, permitir a verificação da probabilidade de a parte requerente ver adiantados os efeitos da sentença de mérito.

No caso, essa probabilidade pode ser inferida por meio da documentação coligida ao presente modelo jurídico, bem como pelas razões de direito invocadas.





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Quanto ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, é possível concluir a sua existência pelos documentos carreados e pelas declarações prestadas.

Ora, o direito à assistência à saúde e o seu efetivo atendimento são impostergáveis, inderrogáveis, irrenunciáveis, indisponíveis e urgentes, porque deles dependem a própria existência humana com dignidade.

Dessarte, se a tutela perseguida for postergada para o final da lide, quando da prolação da sentença, o dano à saúde do(a) substituído(a) poderá ser irreversível, ante a imprescindibilidade da utilização do suplemento alimentar.

Ao persistir essa situação, viola-se direito fundamental e elimina-se a relevância pública das ações e serviços de saúde pela simples ausência de previsão, em portarias do Ministério da Saúde, de remédios, insumos e/ou procedimentos necessários para executar tratamentos ou curar uma doença específica.

A relevância do fundamento da lide está ligada, ao fim e ao cabo, à manutenção da vida, da saúde e do bem-estar de pessoa **doente, idosa e hipossuficiente**, que depende do Poder Público para custear-lhe a assistência e o atendimento à saúde.

É primordial a concessão da tutela de urgência porque, quando se está a versar sobre a saúde de um ser humano, o tempo é algo fundamental.

A corroborar, vejamos:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AUTOR PORTADOR DE SEQUELA GRAVE DE ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL. FORNECIMENTO DA





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

**SUPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL "ISOSOURCE 1.5 TETRA".
INSURGÊNCIA QUANTO A ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO.
INDEVIDA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS.
ART. 196 DA CF/88. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS
FUNDAMENTOS. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 46 DA LEI N. º 9.099/95.**
Recurso conhecido e desprovido. (TJPR - 4ª Turma Recursal - 0002629-
74.2018.8.16.0072 - Colorado - Rel.: Juiz Aldemar Sternadt - J. 12.04.2019)
(TJ-PR - RI: 00026297420188160072 PR 000262974.2018.8.16.0072
(Acórdão), Relator: Juiz Aldemar Sternadt, Data de Julgamento: 12/04/2019,
4ª Turma Recursal, Data de Publicação: 12/04/2019)

Nessa toada, presentes os requisitos legais, impõe-se a concessão da tutela de urgência para que seja entregue, imediatamente, ao(à) substituído(a) a(s) fórmulas alimentares prescritas.

6. NÃO APLICAÇÃO DA LEI N. 8.437/92

O artigo 2º da Lei n. 8.437/92 enuncia que "*No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas*".

Ocorre que, na linha da orientação jurisprudencial, quando se estiver diante de discussão relativa à situação peculiar (como a saúde) ou, encontrando-se preenchidos os pressupostos cabíveis à concessão de liminares, tal audiência não se faz necessária.

Mesmo porque, em demandas em que a controvérsia for alusiva à saúde, a demora que a realização da audiência geraria poderia causar transtornos irreversíveis à pessoa interessada, que precisa imediatamente da(s) medicação(ões) visadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

O Superior Tribunal de Justiça tem assim deliberado:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMINAR CONCEDIDA, EXCEPCIONALMENTE, SEM OITIVA PRÉVIA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. ART. 2º DA LEI N. 8.437/1992. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. 1. **Cinge-se a controvérsia dos autos se é possível a concessão de liminar, sem oitiva prévia do município, nos casos de ação civil pública.** 2. **O entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça permite, excepcionalmente, em especial para resguardar bens maiores, a possibilidade de concessão de liminar, sem prévia oitiva da pessoa jurídica de direito público, quando presentes os requisitos legais para a concessão de medida liminar em ação civil pública.** Precedentes. AgRg no REsp 1.372.950/PB, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA; AgRg no Ag 1.314.453/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA; REsp 1.018.614/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA; REsp 439.833/SP, Rel. Min. DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA. 3. A iterativa jurisprudência desta Corte é no sentido de que, para analisar os critérios adotados pela instância ordinária que ensejaram a concessão ou não da liminar ou da antecipação dos efeitos da tutela, é necessário o reexame dos elementos probatórios, o que não é possível em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 580269 SE 2014/0231638-3, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 06/11/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/11/2014)

Também para o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. VAGA EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA PARA PACIENTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL. **NULIDADE DA TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE PRÉVIA OITIVA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO**



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PÚBLICO. NÃO ACOLHIMENTO. MEDIDA QUE SE FEZ NECESSÁRIA PARA RESGUARDAR BEM MAIOR. PRECEDENTES DO STJ. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AFASTAMENTO. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 20 E 22 DA LINDB. NÃO OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO DETERMINAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESSENCIAIS A FIM DE ASSEGURAR O EXERCÍCIO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO. (TJPR - 4ª C. Cível - 0076348-09.2021.8.16.0000 - Siqueira Campos - Rel.: DESEMBARGADORA ASTRID MARANHÃO DE CARVALHO RUTHES - J. 02.05.2022) (TJ-PR - AI: 00763480920218160000 Siqueira Campos 0076348-09.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, Data de Julgamento: 02/05/2022, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 02/05/2022)

Por conseguinte, a apreciação do pedido de tutela provisória de urgência antecipada, cujas condicionantes restaram sobejamente satisfeitas na hipótese em comento, não necessita ser precedida de audiência, devendo ser promovida liminarmente.

7. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, o **Ministério Público do Estado do Paraná** requer:

a) seja antecipada totalmente a tutela, com a concessão da liminar, sem a oitiva da parte contrária, para que seja(m) fornecida(s), pelo **ESTADO DO PARANÁ, 10 (dez) unidades da Fórmula Alimentar Trophic Basic 800 g/mês ou Isosorce Soya ou Novasource Senior + 30 (trinta) unidades de 1L (um litro) de módulo de proteína (DIANUTRI)** ao(à) substituído(a) **ORDIVAL MONTANHER**, nos termos dos documentos encartados à petição inicial;

b) na hipótese de não observância da decisão que acatar o pedido de tutela provisória de urgência e/ou de não cumprimento das disposições de eventual





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

sentença de procedência do pedido, o deferimento de sequestro de verbas públicas estaduais para que o(a) substituído(a) possa adquirir a(s) fórmula(s) na rede privada de farmácias, mediante prestação de contas, suprimindo, assim, a omissão do Poder Público;

c) a citação do requerido, para que, querendo, conteste a presente ação e a acompanhe, até final sentença, sob pena de revelia;

d) a produção de todas as provas necessárias, em que pese já terem sido produzidas no âmbito desta Promotoria de Justiça provas documentais mais do que suficientes para o adequado julgamento da lide;

e) ao final, a procedência do pedido, com a condenação do **ESTADO DO PARANÁ** à disponibilização de **10 (dez) unidades da Fórmula Alimentar Tropic Basic 800 g/mês ou Isosource Soya ou Novasource Senior + 30 (trinta) unidades de 1L (um litro) de módulo de proteína (DIANUTRI)** ao(a) substituído(a) **ORDIVAL MONTANHER**, nos termos dos documentos encartados à petição inicial;

f) a dispensa do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos, nos termos do artigo 18 da Lei Federal 7.347/1985.

Dá-se à causa, para efeitos fiscais, ainda que inestimável o objeto, o valor de **R\$ 30.480,00 (trinta mil, quatrocentos e oitenta) reais.**

Termos em que, pede deferimento.

Xambrê/PR, datado e assinado digitalmente.

Mário Augusto Drago de Lucena

Promotor de Justiça

Promotoria de Justiça de Xambrê
Avenida Roque Gonzales, 215, Centro, Xambrê/PR
xambre.prom@mppr.mp.br – (44) 3632-1256

PRUMU02 - 700011925670

Mandado

Urgência: Normal
Processo: 5009297-96.2021.4.04.7004
Região: Nenhuma (sem zona)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Destinatário

MUNICIPIO DE ALTO PARAÍSO/PR (95.640.736/0001-30)	
Telefone: 44 36641320, E-mail: altoparaíso@pref.pr.gov.br	
Endereços do Mandado	Última Qualificação
Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546, Paço Municipal, Centro - Alto Paraíso/PR 87528000 (Comercial)	Ativo - 10/09/2021 Carta entregue - 04/11/2021



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Umuarama

Rua José Teixeira D'Ávila, 3808 - Bairro: Centro - CEP: 87501-040 - Fone: (44)3623-6100 -
www.jfpr.jus.br - Email: prumu02@jfpr.jus.br

**PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5009297-
96.2021.4.04.7004/PR**

AUTOR: MARIA ALICE DE OLIVEIRA DIAS

RÉU: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

RÉU: MUNICIPIO DE ALTO PARAÍSO/PR

RÉU: ESTADO DO PARANÁ

MANDADO Nº 700011925670

DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE ALTO PARAÍSO/PR (95.640.736/0001-30)

ENDEREÇO DA DILIGÊNCIA: Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546, Paço Municipal, Centro - Alto Paraíso/PR 87528000 (Comercial)

O Excelentíssimo Senhor DANIEL LUIS SPEGIORIN, Juiz Federal da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Umuarama, Seção Judiciária do Estado do Paraná, na forma da lei, **MANDA** ao Oficial de Justiça, a quem este for distribuído, que cumpra o presente **MANDADO DE INTIMAÇÃO** nos seguintes termos:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada acerca da decisão do evento '52' dos autos em epígrafe, **que deferiu o pedido de substituição da fórmula INFATRINI pela fórmula PEPTAMEN JR**, conforme receituário do evento '40', para paciente **MARIA ALICE DE OLIVEIRA DIAS (CPF/MF nº 148.978.479-90)**.

O presente feito tramita exclusivamente por meio eletrônico e todos os atos, inclusive intimações, são realizados eletronicamente, razão pela qual deverá ser cadastrado, junto à Justiça Federal no Paraná, procurador (advogado) com poderes para receber intimações no sistema e-Proc.

O inteiro teor dos autos está disponível na página da Justiça Federal no Paraná (www.jfpr.jus.br). Para consultá-lo, a parte interessada deve clicar no ícone "eproc", selecionar a opção "Consulta Pública - Consulta Processo por Chave", inserir o número do processo (50092979620214047004) e no campo "chave" digitar o código correspondente (519620284021).

Expedido por RUY IWAO YOSHIHARA, Técnico Judiciário, e conferido por Ricardo Santos Capitelli, Diretor de Secretaria, que subscreve por ordem do MM. Juiz Federal (art. 215 da Consolidação Normativa da Corregedoria



Regional da Justiça Federal da 4ª Região).

Umuarama, 21/03/2022.

Documento eletrônico assinado por **RICARDO SANTOS CAPITELLI, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700011925670v3** e do código CRC **e9abd8c5**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): RICARDO SANTOS CAPITELLI

Data e Hora: 21/3/2022, às 15:50:4

5009297-96.2021.4.04.7004

700011925670 .V3





Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Umuarama

Rua José Teixeira D'Ávila, 3808 - Bairro: Centro - CEP: 87501-040 - Fone: (44)3623-6100 -
www.jfpr.jus.br - Email: prumu02@jfpr.jus.br

**PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5009297-
96.2021.4.04.7004/PR**

AUTOR: MARIA ALICE DE OLIVEIRA DIAS

RÉU: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

RÉU: MUNICIPIO DE ALTO PARAÍSO/PR

RÉU: ESTADO DO PARANÁ

MANDADO Nº 700011925670

DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE ALTO PARAÍSO/PR (95.640.736/0001-30)

ENDEREÇO DA DILIGÊNCIA: Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546, Paço Municipal, Centro - Alto Paraíso/PR 87528000 (Comercial)

O Excelentíssimo Senhor DANIEL LUIS SPEGIORIN, Juiz Federal da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Umuarama, Seção Judiciária do Estado do Paraná, na forma da lei, **MANDA** ao Oficial de Justiça, a quem este for distribuído, que cumpra o presente **MANDADO DE INTIMAÇÃO** nos seguintes termos:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada acerca da decisão do evento '52' dos autos em epígrafe, **que deferiu o pedido de substituição da fórmula INFATRINI pela fórmula PEPTAMEN JR**, conforme receituário do evento '40', para paciente **MARIA ALICE DE OLIVEIRA DIAS (CPF/MF nº 148.978.479-90)**.

O presente feito tramita exclusivamente por meio eletrônico e todos os atos, inclusive intimações, são realizados eletronicamente, razão pela qual deverá ser cadastrado, junto à Justiça Federal no Paraná, procurador (advogado) com poderes para receber intimações no sistema e-Proc.

O inteiro teor dos autos está disponível na página da Justiça Federal no Paraná (www.jfpr.jus.br). Para consultá-lo, a parte interessada deve clicar no ícone "eproc", selecionar a opção "Consulta Pública - Consulta Processo por Chave", inserir o número do processo (50092979620214047004) e no campo "chave" digitar o código correspondente (519620284021).

Expedido por RUY IWAO YOSHIHARA, Técnico Judiciário, e conferido por Ricardo Santos Capitelli, Diretor de Secretaria, que subscreve por ordem do MM. Juiz Federal (art. 215 da Consolidação Normativa da Corregedoria



Regional da Justiça Federal da 4ª Região).

Umuarama, 21/03/2022.

Documento eletrônico assinado por **RICARDO SANTOS CAPITELLI, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700011925670v3** e do código CRC **e9abd8c5**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): RICARDO SANTOS CAPITELLI

Data e Hora: 21/3/2022, às 15:50:4

5009297-96.2021.4.04.7004

700011925670 .V3





**Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Umuarama**

Rua José Teixeira D'Ávila, 3808 - Bairro: Centro - CEP: 87501-040 - Fone: (44)3623-6100 -
www.jfpr.jus.br - Email: prumu02@jfpr.jus.br

**PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5009297-
96.2021.4.04.7004/PR**

AUTOR: MARIA ALICE DE OLIVEIRA DIAS

RÉU: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

RÉU: MUNICIPIO DE ALTO PARAÍSO/PR

RÉU: ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO/DECISÃO

1. Chamo o feito à ordem.

O Estado do Paraná informou que *"vem fornecendo regularmente à paciente Maria Alice de Oliveira Dias, o suplemento INFANTRINI, conforme extrato abaixo, em decorrência de decisão judicial proferida nos Autos 0001348- 25.2019.8.16.0177"* (evento 25, PET1).

Diante de tal informação, este juízo realizou apuração junto ao Setor de Distribuição local e verificou que o Processo nº 0001348-25.2019.8.16.0177, informado pelo Estado do Paraná, não havia sido recebido neste Juízo Federal de Umuarama e, assim, redistribuído, em virtude de erro no endereço de e-mail utilizado para envio, razão pela qual não foi apontada a prevenção quando os presentes autos foram distribuídos.

Diante do ocorrido, o processo originário da Justiça Estadual foi redistribuído neste Juízo Federal somente na data de 10.03.2022 (AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5001799-12.2022.4.04.7004/PR) e, naqueles autos, foi determinada a intimação das partes para manifestação acerca da litispendência e da extinção sem resolução de mérito, considerando o estágio mais avançado deste processo, distribuído primeiro na Justiça Federal.

2. A parte autora aditou a petição inicial (evento 48, PET1) para solicitar a substituição da fórmula INFATRINI, disponibilizado a partir da decisão judicial que concedeu a tutela de urgência (evento 5, DESPADEC1), pela fórmula nutricional PEPTAMEN JR.

A obrigação de fazer aqui pleiteada envolve o tratamento adequado à garantia da saúde da autora (criança com cerca de dois anos



de idade), razão pela qual o pedido de substituição da fórmula nutricional no curso da lide não necessita da concordância prévia da parte ré para que o feito prossiga; não se trata de nova pretensão, mas sim de sua devida adequação às atuais necessidades clínicas da criança.

Nesse sentido:

CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO FÁRMACO POSTULADO NA INICIAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 264 DO CPC. PRECEDENTES DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Esta Corte Superior tem firmada a jurisprudência de que a simples alteração de alguns medicamentos postulados na inicial não incorre em modificação do pedido, nos termos do art. 264 do CPC. É comum durante um tratamento médico que haja alteração de medicações, bem como dos procedimentos adotados à garantia de saúde do paciente, o que não resulta, com isso, em qualquer ofensa ao referido dispositivo legal, pois a ação em comento encontra-se fulcrada no art. 196 da CF/88, o qual garante o direito à saúde à população. Precedentes: AgRg no REsp 1.496.397/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, Dje 10.3.2015; AgRg no REsp 1.222.387/RS, Rel. Min. HERMAN BANJAMIN, Dje 01.4.2011; AgRg no Ag 1.352.744/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Dje 18.02.2011; REsp 1.062.960/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, Dje 29.10.2008. 2. Estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência pacificada nesta Corte Superior, é inafastável a Súmula 83 do STJ à espécie, cuja incidência também pode ocorrer nas hipóteses de interposição de Recurso Especial pela alínea a do permissivo constitucional. 3. Não tendo a parte Agravante trazido argumento novo capaz de infirmar os fundamentos da decisão recorrida, e estando pacificada a jurisprudência desta Corte Superior no sentido da decisão agravada, a decisão impugnada deve ser mantida por seus próprios fundamentos. 4. Agravo Regimental desprovido. (STJ, AgRg no REsp 1233603/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/05/2015, Dje 13/05/2015 - grifei)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDICAMENTOS. LEGITIMIDADE PASSIVA DOS ENTES DA FEDERAÇÃO. ALTERAÇÃO DO MEDICAMENTO NO CURSO DO TRATAMENTO. POSSIBILIDADE. A legitimidade passiva de todos os entes federativos para ações que envolvem o fornecimento ou o custeio de medicamento resulta da atribuição de competência comum a eles, em matéria de direito à saúde, e da responsabilidade solidária decorrente da gestão tripartite do Sistema Único de Saúde (arts. 24, inciso II, e 198, inciso I, da Constituição Federal). O direito fundamental à saúde é assegurado nos arts. 6º e 196 da Constituição Federal e compreende a assistência farmacêutica (art. 6º, inc. I, alínea d, da Lei n.º 8.080/90), cuja finalidade é garantir a todos o acesso aos medicamentos necessários para a promoção e tratamento da saúde. A jurisprudência tem consolidado entendimento de que a substituição de alguns medicamentos postulados na inicial não se configura como modificação do pedido, o qual é o próprio tratamento médico. É comum durante um tratamento médico que haja alteração dos fármacos, o que não resulta, com isso, em qualquer ofensa ao art. 264 do CPC, pois a ação em comento encontra-se fulcrada no art. 196 da CF/88, o qual garante o direito à saúde à população. (TRF4, AG 5000157-45.2014.404.0000, Quarta Turma, Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 04/04/2014 - grifei)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRATAMENTO MÉDICO. SUBSTITUIÇÃO DE MEDICAMENTO. VEROSSIMILHANÇA. PERÍCIA MÉDICA. 1. Esta turma tem admitido a substituição da medicação inicialmente prescrita, em face de progressão da doença, desde que mantido o



objetivo da lide e que o tratamento destine-se à mesma moléstia apontada na inicial, garantindo-se direito à saúde, assegurado pela Constituição Federal, não caracterizando-se, assim, hipótese de emenda à inicial. 2. Entretanto, não observados critérios que assegurem a verossimilhança no caso em tela, determinada a realização de nova perícia médica objetivando averiguar a necessidade e adequação do novo tratamento proposto. (TRF4, AG 5016121-49.2012.404.0000, Terceira Turma, Relator p/ Acórdão Fernando Quadros da Silva, juntado aos autos em 29/11/2012 - grifei)

Nesse contexto, em que se afigura evidente a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação, caso não fornecida a alimentação adequada e necessária à criança, deve ser deferido o pedido de substituição da fórmula nutricional.

3. Diante do exposto, defiro o pedido de substituição da fórmula INFATRINI pela fórmula PEPTAMEN JR, conforme receituário do ev. 40.

Intimem-se, inclusive o MUNICÍPIO.

4. Considerando a informação prestada no evento 49, INF1, oficie-se à Secretaria Municipal de Saúde de Alto Paraíso para que, em 10 dias ou quanto antes, reúna e encaminhe a este Juízo Federal cópias dos prontuários médico e nutricional da paciente MARIA ALICE DE OLIVEIRA DIAS, incluindo todos os exames de diagnóstico e de acompanhamento pediátrico realizados, que estejam em poder das unidades e/ou órgãos de saúde do município, sob pena de fixação de multa por descumprimento.

A resposta, por celeridade, poderá ser encaminhadas ao email desta Vara Federal: *prumu02@jfpr.jus.br*.

5. Com a apresentação da resposta, solicite-se novamente nota técnica por meio do Sistema e-NatJus (Estadual), conforme autorizado pelo Provimento n.º 84, de 14 de agosto de 2019, do Conselho Nacional de Justiça.

6. Com a juntada do parecer técnico, intimem-se as partes para manifestação, com prazo de 05 dias.

7. Oportunamente, escoados todos os prazos, faça-se nova conclusão.

Diligências necessárias.

Documento eletrônico assinado por **DANIEL LUIS SPEGIORIN, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700011838765v16** e do código CRC **00e69662**.

Informações adicionais da assinatura:
 Signatário (a): DANIEL LUIS SPEGIORIN



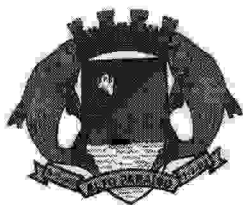
000033

Data e Hora: 18/3/2022, às 11:8:53

5009297-96.2021.4.04.7004

700011838765 .V16





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0034

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

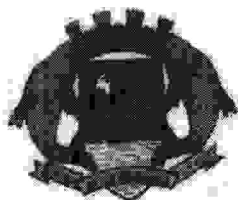
TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos a Servidora Designada para fins específico de pesquisa de preço, conforme portaria nº 045/2024, para faça que uma pesquisa de preço do objeto a ser licitado.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso –PR.

Alto Paraíso - Paraná, 06 de Novembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
www.altoparaíso.pr.gov.br
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PORTARIA Nº 045/2024

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE REALIZAR PESQUISA DE PREÇOS NOS TERMOS DO ART. 23 DA LEI FEDERAL 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL N. 3186 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DERCIO JARDIM JUNIOR do Município de Alto Paraíso - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3186 de 21 de Fevereiro de 2024 que trata da Pesquisa de Preços;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, o servidor público do Município, abaixo descrito, para exercer a função de realizar Pesquisa de Preços no Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, a saber:

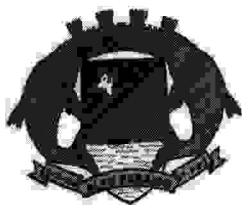
Responsável :

- NOME: EUDINETE DA SILVA PEDROTA
- Matrícula - 12823-1

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 07 de Março de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0036

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO

I - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

II - JUSTIFICATIVA:

1. Atendimento às Necessidades Nutricionais Específicas

- **Populações em Vulnerabilidade:** Idosos, crianças, pacientes com doenças crônicas e pessoas com condições que dificultam a alimentação normal precisam de suporte nutricional adequado para manter a saúde e qualidade de vida.
- **Avaliação Social:** A assistência social identifica casos de indivíduos com risco de desnutrição e baixa ingestão de nutrientes, sendo necessário o fornecimento de produtos que atendam às suas necessidades nutricionais específicas, conforme avaliação técnica.
- **Fórmulas e Suplementos Específicos:** Pessoas com restrições alimentares ou condições clínicas específicas (como diabetes, insuficiência renal, entre outras) necessitam de fórmulas e suplementos desenvolvidos para atender a essas necessidades particulares.

2. Cumprimento de Ordens Judiciais

- **Direito à Saúde:** De acordo com a Constituição Federal, o direito à saúde é garantido, e cabe ao estado prover condições mínimas para a manutenção da saúde e bem-estar dos cidadãos.
- **Atendimento a Decisões Judiciais:** Ordens judiciais muitas vezes determinam a concessão desses produtos para pacientes que não possuem condições de arcar com os custos, especialmente quando se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

3. Prevenção de Complicações de Saúde e Hospitalizações

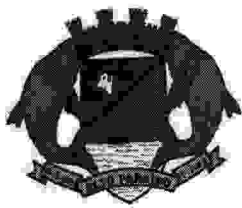
- **Redução de Internações e Complicações:** A oferta adequada de nutrição enteral e oral ajuda a evitar o agravamento de condições de saúde, reduzindo a necessidade de hospitalizações e tratamentos mais intensivos, que representam custos elevados para o sistema de saúde.
- **Manutenção da Qualidade de Vida:** Pacientes que recebem o suporte nutricional adequado apresentam melhor recuperação e qualidade de vida, resultando em menor demanda por atendimento médico e hospitalar frequente.

4. Segurança e Qualidade dos Produtos Nutricionais

- **Suplementação Segura e Qualificada:** Os produtos adquiridos devem seguir rigorosos padrões de qualidade e segurança, garantindo que cada fórmula, leite ou suplemento atenda às necessidades nutricionais sem causar danos à saúde dos usuários.

- **Adequação às Normas Sanitárias:** A aquisição de produtos de nutrição enteral e oral deve obedecer às normas sanitárias vigentes, garantindo que os itens estejam dentro da validade e sejam devidamente armazenados.

5. Eficiência no Atendimento às Demandas Sociais



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

6-0037

• **Agilidade e Continuidade:** A aquisição contínua desses produtos permite responder de forma rápida e eficiente às demandas que chegam por meio da assistência social ou de ordens judiciais, evitando interrupções no fornecimento de alimentos essenciais para pessoas em estado de necessidade.

Economia e Planejamento: Aquisições planejadas e contínuas permitem uma gestão de estoque mais eficiente e a possibilidade de economizar com compras em maior escala, reduzindo os custos ao longo do tempo.

III – Caracterização das fontes consultadas.

O Município possui contratação de mídia especializada no qual reúne todos os valores necessários para formação de preços. Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), bem como o decreto municipal nº 3186/2024.

IV – Da Cesta de Preços – Relatório em Anexo.

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	TROPHIC BASIC 800 G	UND	120	68,38	8.205,60
MÍNIMO DESEJADO: TROPHIC BASIC (PÓ) LATA DE 800 G.					
2	NUTRI DIABETIC 1L	UND	360	33,52	12.067,20
MÍNIMO DESEJADO: NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)					
3	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS	UND	240	165,83	39.799,20
MÍNIMO DESEJADO: PEPTAMEN JUNIOR 400GR					

V - Conclusão:

Considerando os documentos, referentes à pesquisa de mercado, venho por meio deste atestar que o valor de referência da pesquisa de mercado será o constante na Tabela da Pesquisa apensa ao estudo do documento já mencionado, ou seja **R\$ 60.072,00 (sessenta mil e setenta e dois reais)**, o qual está de acordo com o praticado no mercado.

A Metodologia utilizada para obter o preço foi a **MEDIA DOS PREÇOS OBTIDOS**, é um dos métodos mais comuns para definir preços de referência. É obtida somando os valores de todos os dados e, posteriormente, dividindo a somas pelo número de dados, normalmente utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.

Alto Paraíso - Paraná, 06 de Novembro de 2024.

Eudinete da Silva Pedroti
EUDINETE DA SILVA PEDROTA

**PESQUISA DE PREÇOS**

CNPJ: 95.640.736/0001-30 Responsável: Eudinete da Silva Pedrola Matrícula: 12823-1 Telefone: (44) 99139-5365
Departamento: Departamento de Licitações

Relatório de Cotação: Leites ordem judiciais

Pesquisa realizada entre 06/11/2024 08:31:16 e 06/11/2024 14:06:34

Relatório gerado no dia 06/11/2024 14:18:13 (IP: 200.195.132.188)

Em conformidade com a Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado item.

Conforme Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133), no Artigo 7º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que contará: I - NCM; II - Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: Trophic Basic 800 g

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
5 / 5	120	R\$ 68,38 (un)	-	R\$ 68,38	R\$ 8.205,60

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE GUAIRA	48344014000159-1-000255/2024	11/10/2024	R\$ 68,00
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM	42555-PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM-0532024-0162024	01/10/2024	R\$ 57,90
3	MUNICIPIO DE COSMOPOLIS	44730331000152-1-000085/2024	12/09/2024	R\$ 77,00
4	MUNICIPIO DE RONDON	75380071000166-1-000114/2024	16/08/2024	R\$ 70,00
5	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE	24513574000121-1-000248/2024	22/07/2024	R\$ 69,00
Valor Unitário				R\$ 68,38

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 69,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 68,38

Item 2: Nutri Diabetic 1L

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
3 / 5	360	R\$ 33,52 (un)	-	R\$ 33,52	R\$ 12.067,20



Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE GUIDOVAL	18128215000158-1-000068/2024	30/08/2024	R\$ 32,00
2	MUNICIPIO DE CARRANCAS	17953332000193-1-000096/2024	05/07/2024	R\$ 29,90
3	Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu	311991	17/06/2024	R\$ 38,66
Valor Unitário				R\$ 33,52

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 32,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 33,52

Item 3: Peptamen Junior Pó Lata 400 Gramas

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
3 / 3	240	R\$ 165,83 (un)		R\$ 165,83	R\$ 39.799,20

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIRMINOPOLIS	11324516000108-1-000222/2024	09/10/2024	R\$ 163,00
2	MUNICIPIO DE MATOZINHOS	18771238000186-1-000037/2024	05/08/2024	R\$ 176,00
3	DEPARTAMENTO DE HIGIENE E SAUDE	57266025000159-1-000008/2024	13/06/2024	R\$ 158,50
Valor Unitário				R\$ 165,83

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 163,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 165,83

Valor Global: R\$ 60.072,00

Detalhamento dos Itens

Item 1: Trophic Basic 800 g

Preço Estimado: R\$ 68,00 (un) Percentual: Preço Estimado Calculado: R\$ 68,00 Média dos Preços Obtidos: R\$ 68,00

Quantidade	Descrição	Observação
120 Unidades	Trophic Basic 800 g	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 68,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: MUNICIPIO DE GUAIRA
Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS.
Descrição: TROPHIC BASIC 1,0 LATA 800GRS - TROPHIC BASIC 1,0 LATA 800GRS

Data: 11/10/2024 08:50
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 48344014000159-1-000255/2024
Lote/Item: 1/6
Ata: N/A
Homologação: 25/10/2024 00:00
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
Quantidade: 448
Unidade: Frasco
UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
02.786.436/0001-83	HUMANA ALIMENTAR - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	R\$ 68,00
VENCEDOR	NUTRICIONAIS LTDA.	
Marca:		
Fabricante:	Fabricante não informado	
Modelo:		
Descrição:	Descrição não informada	
Endereço:		

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das 3 Melhores Propostas Finais**R\$ 57,90***Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)*

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
Objeto: Registro de preços para aquisição de Fórmulas/ Dietas Enterais para concessão à pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Baldim, conforme prescrição/ receituário/ relatório/ indicação médica e/ou nutricional.
Descrição: TROPHIC BASIC (PÓ) OU SIMILAR LATA DE 800 G - TROPHIC BASIC (PÓ) OU SIMILAR LATA DE 800 G

Data: 01/10/2024 09:00
Modalidade: Pregão
SRP: SIM
Identificação: 42555-PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM-0532024-0162024
Lote/Item: 3/1
Ata: [Link Ata](#)
Homologação: 04/11/2024 08:09
Fonte: app2.licitardigital.com.br/pesquisa
Quantidade: 400
Unidade: UNIDADE
UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
11.614.643/0001-41	INDAPHARMA COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 57,90
VENCEDOR		
Marca:	NUTRO PREMIUM SOY 800GR	
Fabricante:	PRIV INDUSTRIA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA	
Modelo:	RMS: 6749400010011 COD FAB: PA00001	
Descrição:	Descrição não informada	
Endereço:		

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Média das 3 Melhores Propostas Finais**R\$ 77,00***Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)*

Órgão: MUNICIPIO DE COSMOPOLIS
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Dietas Enterais e Leites para Atender Demandas Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde.
Descrição: Tropic Basic 800g - Tropic Basic 800g

Data: 12/09/2024 00:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 44730331000152-1-000085/2024
Lote/Item: 1/13
Ata: N/A
Homologação: 11/10/2024 00:00
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
Quantidade: 260
Unidade: Lata
UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
07.569.029/0001-38	CHOLMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	R\$ 77,00
VENCEDOR		
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		

Preço (Outros Entes Públicos) 4: Média das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 70,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE RONDON
Objeto: Registro de preços para aquisição de suplemento alimentar e formulas infantis prescritas por medicos e nutricionistas para tratamento de saúde de crianças idosos e pacientes com patologias bem como para atendimento de decisoes e determinacoes judiciais pelo periodo de 12 meses
Descrição: TROPIC BASIC 1.2 EM PO 800GR - TROPIC BASIC 1.2 EM PO 800GR

Data: 16/08/2024 00:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: 75380071000166-1-000114/2024
Lote/Item: 1/25
Ata: N/A
Homologação: 30/08/2024 00:00
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
Quantidade: 150
Unidade: UN
UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
18.500.770/0001-69	NUTRICAO ORIGINAL LTDA	R\$ 70,00
VENCEDOR		
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		

Preço (Outros Entes Públicos) 5: Média das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 69,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE
Objeto: AQUISIÇÃO DE TROPHIC BASIC 800G, NUTRIDRINK COMPACT PROTEIN 125ML E ENSURE 400G PARA ATENDER A DEMANDA JUDICIAL EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA NO PERÍODO DE 180 DIAS
Descrição: TROPHIC BASIC 800G - TROPHIC BASIC 800G

Data: 22/07/2024 09:54
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 24513574000121-1-000248/2024
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 17/07/2024 00:00
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
Quantidade: 105
Unidade: Lata
UF: PB

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
41.585.673/0001-38 *VENCEDOR*	ENTERAL MEDICA COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA	R\$ 69,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Descrição não informada		
Estado: PB	Cidade: Campina Grande	Endereço: RUA JOSE DE ALENCAR, 387
		Telefone: (83) 9373-4935
		Email: entalmedica@outlook.com

Item 2: Nutri Diabetic IL

Preço Estimado: R\$ 31,74 (uma) Percentual: ~ Preço Estimado Calculado: R\$ 33,52 Média dos Preços Ofertados: R\$ 31,02

Quantidade	Descrição	Observação
360 Unidades	Água, maltodextrina, óleos vegetais (girassol de alto teor oleico, canola, triglicerídeos de cadeia média), proteína do soro de leite, caseinato de cálcio, fibras alimentares (inulina, celulose, oligofrutose), frutose, citrato tripotássico, hidrogênio fosfato de magnésio, citrato trissódico, cloreto de potássio, difosfato tricálcico, cloreto de colina, L-Carnitina, ácido L-ascórbico, taurina, cloreto de sódio, acetato de DL-alfa-tocoferila, lactato ferroso, nicotinamida, sulfato de zinco, acetato de retinila, gluconato cúprico, fluoreto de sódio, sulfato de manganês (II), D-pantotenato de cálcio, cloridrato de cloreto de tiamina, cloridrato de piridoxina, riboflavina, cloreto de cromo (III), ácido N-pteril-L-glutâmico, selenito de sódio, iodoeto de potássio, molibdato de sódio, fitomenadiona, D-biotina, colecalciferol, cianocobalamina, emulsificante lecitina de soja, aromatizante, espessante carboximetilcelulose, edulcorante sucralose. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE LEITE E DE SOJA. PODE CONTER PEIXE.	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 32,00

Inc. II Art. 5º do IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICÍPIO DE GUIDOVAL
Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, DIETAS INDUSTRIALIZADAS, SUPLEMENTOS E FORMULAS NUTRICIONAIS PARA ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS VINCULADAS À PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIDOVAL MG, PELO PERÍODO DE 12 MESES
Descrição: FORMULA E NORMOCALORICA '1,0 KCAL/ML', HIPERLIPIDICA '46%', NORMOPROTEICA '15%' E HIPOGLICIDICA '39%', A BASE DE PROTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL, COM 16G DE FIBRAS POR LITRO DE DIETA '70% SOLÚVEIS E 30% INSOLÚVEIS' E ENRIQUECIDO COM CARNITINA E TAURINA EMBALAGEM - FORMULA E NORMOCALORICA '1,0 KCAL/ML', HIPERLIPIDICA '46%', NORMOPROTEICA '15%' E HIPOGLICIDICA '39%', A BASE DE PROTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL, COM 16G DE FIBRAS POR LITRO DE DIETA '70% SOLÚVEIS E 30% INSOLÚVEIS' E ENRIQUECIDO COM CARNITINA E TAURINA EMBALAGEM DE 1 LITRO, PADRÃO DE QUALIDADE SIMILAR A NUTRI DIABETIC 1.0

Data: 30/08/2024 10:21
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 18128215000158-1-000068/2024
Lote/Item: 1/17
Ata: N/A
Homologação: 12/06/2024 00:00
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
Quantidade: 100
Unidade: UNID
UF: MG



CNPJ

Razão Social do Fornecedor

Valor da Proposta Final

47.915.446/0001-00 L E C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

R\$ 32,00

VENCEDOR

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

MAJOR QUERINO, 119

Nome de Contato:

LETICIA

Telefone:

(35) 3421-7445

Email:

lifenuutri@lifenuutri.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 29,90

Inc. II Art. 5º da LN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE CARRANCAS

Data: 05/07/2024 09:00

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de leites e suplementos alimentares.

Modalidade: Pregão - Eletrônico

Descrição: NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL PARA DIABÉTICOS FÓRMULA MODIFICADA PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, DESTINADA A PACIENTES COM DIABETS OU INTOLERÂNCIA A GLICOSE. POSSUI FIBRAS, CARNITINA E TAURINA. PERFIL LIPÍDICO COM ALTO TEOR D - NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL PARA DIABÉTICOS FÓRMULA MODIFICADA PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, DESTINADA A PACIENTES COM DIABETS OU INTOLERÂNCIA A GLICOSE. POSSUI FIBRAS, CARNITINA E TAURINA. PERFIL LIPÍDICO COM ALTO TEOR DE MUFAS E BAIXO TEOR DE GORDURAS SATURADAS E SÓDIO. DENSIDADE CALÓRICA: 1.0 KCAL POR ML. DIETA NORMOCALÓRICA (1,0 KCAL/ML), HIPERLIPÍDICA (46%), NORMOPROTEICA (15%) E HIPOGLICÍDICA (39%), À BASE DE PRÓTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL, INSETO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN, COM 16G DE FIBRA POR LITRO DE DIETA (70% SOLÚVEIS E 30% INSOLÚVEIS) E ENRIQUECIDO COM CARNITINA E TAURINA. DIETA COM ALTA CONCENTRAÇÃO DE MUFAS - 72% DAS GORDURAS TOTAIS E UMA MISTURA DE CARBOIDRATOS E FIBRAS QUE PROPORCIONAM ABSORÇÃO LENTA, AUXILIANDO NO CONTROLE DA RESPOSTA. EMBALAGEM TETRA PAK C/1 LITRO. REF: NUTRI DIABETIC 1.0

SRP: SIM

Identificação: 17953332000193-1-000096/2024

Lote/Item: 1/24

Ata: N/A

Homologação: 11/07/2024 00:00

Fonte: <https://www.gov.br/pnccp/pt-br>

Quantidade: 600

Unidade: UN

UF: MG

CNPJ

Razão Social do Fornecedor

Valor da Proposta Final

47.915.446/0001-00 L E C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS

R\$ 29,90

VENCEDOR

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Média das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 38,66

Inc. II Art. 5º da LN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu

Data: 17/06/2024 22:04

Objeto: O objeto da presente dispensa é a COMPRA de materiais e insumos para cumprimento de demandas judiciais e atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saúde.

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: 311991

Descrição: Nutri Diabetic 1000 ml (validade mínima de 12 meses) - Nutri Diabetic 1000 ml (validade mínima de 12 meses)

Lote/Item: 1/5

Ata: Link Ata

Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br

Quantidade: 658

Unidade: UND

UF: SP



000044

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.612.312/0001-44	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.	R\$ 23,99
VENCEDOR		
Marca: Dianutri - Nutrimed.		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo: Dianutri - Nutrimed.Tetra Pak 1000ml		
Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
SP	São Paulo	RUA MAJ PALADINO, 128
Telefone:		Email:
(11) 5082-2030		nutriport@nutriport.com.br
22.525.517/0001-37	J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 32,00
Marca: Marca não informada		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		
14.770.109/0001-12	ELETRIDAL COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS E SERVICO EIRELI	R\$ 59,99
Marca: Marca não informada		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
SP	São Paulo	R DOUTOR ELIAS LUIS DE OLIVEIRA, 58
Nome de Contato:		Telefone:
Jadson		(11) 3549-2411
Email:		eletridal@eletridal.com.br

Item 3: Peptamen Junior Pr Lata 400Gramas

Preço Estimado: R\$ 163,00 (un) Percentual: ~ Preço Estimado Calculado: R\$ 163,00 Média dos Preços Obtidos: R\$ 163,00

Quantidade	Descrição	Observação
240 Unidades	Maltoextrina, proteína do soro do leite hidrolisada obtida do leite de vaca, sacarose, triglicerídeos de cadeia média, amido de batata, óleo de canola, óleo de girassol, carbonato de cálcio, hidróxido de potássio, ácido fosfórico, ácido cítrico, cloreto de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de magnésio, bitartrato de colina, Vitamina C, cloreto de cálcio, taurina, carnitina, sulfato ferroso, Vitamina E, sulfato de zinco, vitamina A, niacina, pantotenato de cálcio, vitamina D, sulfato de manganês, vitamina B6, sulfato de cobre, vitamina B1, vitamina B2, ácido fólico, iodeto de potássio, selenito de sódio, cloreto de cromo, molibdato de sódio, vitamina K, biotina, vitamina B12, emulsificante lecitina de soja e aromatizante. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE LEITE E SOJA	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 163,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIRMINOPOLIS

Data: 09/10/2024 00:00

Objeto: SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL FARMACOLOGICO PARA AQUISIÇÃO VIA PREGÃO COM O INTUITO DE ATENDER MANDADO E ORIENTAÇÃO JUDICIAL, ATRAVÉS DE PROTOCOLO DEIXADO NA SECRETARIA DE SAÚDE, CONSTANDO NELE RECEITAS E RELATÓRIOS MÉDICOS, OS DOCUMENTOS PESSOAIS, COMPROVANTE DE ENDEREÇO E CARTÃO SUS.

Modalidade: Pregão - Presencial

SRP: SIM

Identificação: 11324516000108-1-000222/2024

Lote/Item: 1/173

Ata: N/A

Descrição: PEPTAMEN JUNIOR 400GR - PEPTAMEN JUNIOR 400GR

Homologação: 15/10/2024 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 500

Unidade: UN

UF: GO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
52.415.745/0001-15	VIA PRIME - NUTRICAO HOSPITALAR LTDA	R\$ 163,00
VENCEDOR		
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		



0-0045

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 176,00

Inc. II Art. 5º da LN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE MATOZINHOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL, EM CUMPRIMENTO A ORDEM JUDICIAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, NAS QUANTIDADES, QUALIDADES E CONDIÇÕES DESCRITAS NO ANEXO 1 (TERMO REFERENCIA).
Descrição: PEPTAMEN JÚNIOR 400 GRAMAS - PEPTAMEN JÚNIOR 400 GRAMAS

Data: 05/08/2024 09:30
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 18771238000186-1-000037/2024
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 05/08/2024 00:00
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
Quantidade: 240
Unidade: LATA
UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
48.683.237/0001-40	NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	R\$ 176,00
VENCEDOR		
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Média das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 158,50

Inc. II Art. 5º da LN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: DEPARTAMENTO DE HIGIENE E SAUDE
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITES, FÓRMULAS INFANTIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E FÓRMULAS NUTRICIONAIS ENTERAIS E ORAIS
Descrição: Alimento para dieta enteral ou oral em pó, à base de peptídeos, 1Kcal/ml, aproximadamente 59% TCM, para crianças de 1 a 10 anos de idade, hidrolisado proteico de origem animal, com 100% proteínas do soro de leite, com carboidrato e lipídeo, isento de lactose - Alimento para dieta enteral ou oral em pó, à base de peptídeos, 1Kcal/ml, aproximadamente 59% TCM, para crianças de 1 a 10 anos de idade, hidrolisado proteico de origem animal, com 100% proteínas do soro de leite, com carboidrato e lipídeo, isento de lactose e glúten. Lata 400 gramas - (Ref. Peptamen Junior - Mandado Judicial). Lata 400 gramas

Data: 13/06/2024 00:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 57266025000159-1-000008/2024
Lote/Item: 1/3
Ata: N/A
Homologação: 01/08/2024 00:00
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
Quantidade: 120
Unidade: UND
UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
26.918.586/0001-61	DROGARIA DUARTE LTDA ME	R\$ 158,50
VENCEDOR		
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acordãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Licitar Digital app2.licitardigital.com.br/pesquisa	Data: 06/11/2024 14:02:51 Acessar a fonte aqui
2 - Portal de Compras Publicas www.portaldecompraspublicas.com.br	Data: 06/11/2024 14:04:01 Acessar a fonte aqui
3 - Portal Nacional de Contratações Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br	Data: 06/11/2024 14:02:56 Acessar a fonte aqui





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0047

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

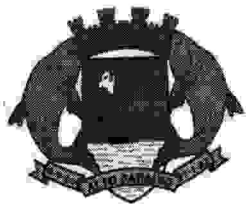
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, faço a restituição com a declaração de pesquisa e preços que foi solicitado

Alto Paraíso - Paraná, 06 de Novembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0048

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ORGÃO REQUISITANTE:

SECRETARIA DE SAÚDE

INTRODUÇÃO:

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio. As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que, apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. Deste modo, se busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA PREVISÃO: art. 18, § 1º, I da Lei n. 14.133/21

Justificativa da necessidade da contratação:

1. Atendimento às Necessidades Nutricionais Específicas

- **Populações em Vulnerabilidade:** Idosos, crianças, pacientes com doenças crônicas e pessoas com condições que dificultam a alimentação normal precisam de suporte nutricional adequado para manter a saúde e qualidade de vida.
- **Avaliação Social:** A assistência social identifica casos de indivíduos com risco de desnutrição e baixa ingestão de nutrientes, sendo necessário o fornecimento de produtos que atendam às suas necessidades nutricionais específicas, conforme avaliação técnica.

- **Fórmulas e Suplementos Específicos:** Pessoas com restrições alimentares ou condições clínicas específicas (como diabetes, insuficiência renal, entre outras) necessitam de fórmulas e suplementos desenvolvidos para atender a essas necessidades particulares.

2. Cumprimento de Ordens Judiciais

- **Direito à Saúde:** De acordo com a Constituição Federal, o direito à saúde é garantido, e cabe ao estado prover condições mínimas para a manutenção da saúde e bem-estar dos cidadãos.

- **Atendimento a Decisões Judiciais:** Ordens judiciais muitas vezes determinam a concessão desses produtos para pacientes que não possuem condições de arcar com os custos, especialmente quando se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

3. Prevenção de Complicações de Saúde e Hospitalizações

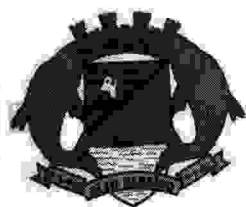
- **Redução de Internações e Complicações:** A oferta adequada de nutrição enteral e oral ajuda a evitar o agravamento de condições de saúde, reduzindo a necessidade de hospitalizações e tratamentos mais intensivos, que representam custos elevados para o sistema de saúde.

- **Manutenção da Qualidade de Vida:** Pacientes que recebem o suporte nutricional adequado apresentam melhor recuperação e qualidade de vida, resultando em menor demanda por atendimento médico e hospitalar frequente.

4. Segurança e Qualidade dos Produtos Nutricionais

- **Suplementação Segura e Qualificada:** Os produtos adquiridos devem seguir rigorosos padrões de qualidade e segurança, garantindo que cada fórmula, leite ou suplemento atenda às necessidades nutricionais sem causar danos à saúde dos usuários.

- **Adequação às Normas Sanitárias:** A aquisição de produtos de nutrição enteral e oral deve obedecer às normas sanitárias vigentes, garantindo que os itens estejam dentro da validade e sejam devidamente armazenados.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000049

5. Eficiência no Atendimento às Demandas Sociais

• **Agilidade e Continuidade:** A aquisição contínua desses produtos permite responder de forma rápida e eficiente às demandas que chegam por meio da assistência social ou de ordens judiciais, evitando interrupções no fornecimento de alimentos essenciais para pessoas em estado de necessidade.

Economia e Planejamento: Aquisições planejadas e contínuas permitem uma gestão de estoque mais eficiente e a possibilidade de economizar com compras em maior escala, reduzindo os custos ao longo do tempo.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PREVISÃO: art. 18, § 1º, II da Lei n. 14.133/21

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, tendo em vista este instrumento de governança ainda não ter sido elaborado pela Municipalidade.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO PREVISÃO: art. 18, § 1º, III da Lei 14.133/21

1. Requisitos de Qualidade e Segurança

• **Certificação e Conformidade:** Os produtos devem estar em conformidade com as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e possuir registro e autorização de comercialização.

• **Controle de Qualidade:** Os produtos devem apresentar garantias de controle de qualidade, incluindo informações sobre data de fabricação, prazo de validade e condições de armazenamento.

• **Produtos Específicos para Necessidades Nutricionais:** Cada item fornecido (leite, fórmulas, suplementos) deve atender aos requisitos nutricionais específicos para diferentes faixas etárias e condições de saúde (ex.: intolerância à lactose, diabetes, etc.).

2. Requisitos de Fornecimento e Logística

• **Entrega Periódica e Contínua:** A empresa contratada deve garantir a entrega periódica, respeitando a demanda prevista e evitando interrupções de estoque.

• **Embalagem e Armazenamento Adequados:** As embalagens devem ser seguras e adequadas para a conservação dos produtos, considerando temperaturas e condições ambientais para preservar a qualidade.

• **Distribuição Regionalizada:** Se necessário, a empresa deve fornecer os produtos em diferentes localidades, facilitando a distribuição a todas as unidades de atendimento.

3. Requisitos de Especificidade Nutricional

• **Variedade de Produtos:** A empresa deve fornecer diferentes tipos de leite, fórmulas e suplementos, considerando restrições alimentares e condições de saúde, como fórmulas infantis, dietas especiais para pacientes renais, diabéticos, ou fórmulas enriquecidas para idosos.

• **Opções de Nutrição Enteral e Oral:** Garantir que a empresa tenha disponibilidade de fórmulas e suplementos para nutrição enteral (administrada por sondas) e oral (de consumo direto) para atender as prescrições médicas.

• **Produtos Personalizados para Situações Específicas:** Disponibilidade de produtos personalizados para desnutrição, baixa imunidade e outras condições específicas indicadas pela avaliação social.

4. Documentação e Transparência

• **Relatórios de Entrega e Consumo:** A empresa deve fornecer relatórios detalhados sobre os produtos entregues, quantidades, lotes, prazos de validade e consumo, para controle e transparência no uso dos recursos.

• **Comprovantes e Certificações:** A apresentação de documentos e certificações dos produtos, incluindo laudos técnicos que assegurem a qualidade e adequação nutricional.

• **Documentação Técnica para Ordens Judiciais:** A empresa deve estar apta a fornecer documentos que comprovem a composição e eficácia nutricional dos produtos, facilitando o cumprimento de ordens judiciais que exijam esses dados.

5. Suporte e Assistência Técnica

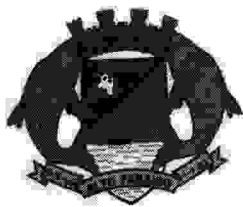
• **Equipe Técnica para Suporte:** A empresa deve disponibilizar profissionais de nutrição ou farmacêuticos para prestar suporte técnico, orientações sobre uso adequado e esclarecer dúvidas sobre os produtos.

• **Serviço de Atendimento ao Cliente:** Disponibilidade de um canal de atendimento direto para resolução de problemas, dúvidas ou emergências relacionadas à entrega e uso dos produtos.

6. Custo e Eficiência Operacional

• **Proposta de Custo-Benefício:** A empresa contratada deve oferecer uma proposta competitiva, apresentando uma relação adequada entre preço e qualidade dos produtos, considerando as necessidades contínuas da população atendida.

• **Flexibilidade no Fornecimento:** Capacidade de ajustar o volume de fornecimento de acordo com a demanda, podendo aumentar ou reduzir quantidades conforme as necessidades.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Esses requisitos visam garantir que a empresa contratada ofereça produtos de alta qualidade, de maneira segura e eficiente, promovendo o bem-estar dos beneficiários e respeitando as normas vigentes de saúde e segurança alimentar. Além disso, asseguram que os produtos estejam sempre disponíveis, cumprindo tanto as exigências legais quanto os compromissos com a saúde pública.

4 e 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO art. 18, § 1º, IV e VI da Lei n. 14.133/21

O quantitativo apresentado foi estabelecido a partir de levantamento com base em demandas a ser supridas através das sentenças judiciais.

Dessa forma, o objeto do presente processo deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	TROPHIC BASIC 800 G 25118	UND	120	68,38	8.205,60
MÍNIMO DESEJADO: TROPHIC BASIC (PO) LATA DE 800 G.					
2	NUTRI DIABETIC 1L 25119	UND	360	33,52	12.067,20
MÍNIMO DESEJADO: NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)					
3	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS 25120	UND	240	165,83	39.799,20
MÍNIMO DESEJADO: PEPTAMEN JUNIOR 400GR					

Estimam-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 60.072,00 (sessenta mil e setenta e dois reais)**, o qual está de acordo com o praticado no mercado.

A Metodologia utilizada para obter o preço foi a **MEDIA DOS PREÇOS OBTIDOS**, é um dos métodos mais comuns para definir preços de referência. É obtida somando os valores de todos os dados e, posteriormente, dividindo a soma pelo número de dados, normalmente utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO PREVISÃO: art. 18, § 1º, V da Lei n. 14.133/21

1. Mapeamento dos Principais Fornecedores

- **Identificação de Fornecedores Especializados:** Buscar fornecedores com experiência em produtos de nutrição clínica, como fórmulas infantis, suplementos e nutrição enteral, especialmente aqueles que já atendem a hospitais, clínicas e unidades de saúde.
- **Pesquisa de Fornecedores Nacionais e Regionais:** Identificar fornecedores de grande porte (com abrangência nacional) e de médio porte (regionais) para facilitar a logística de entrega e possíveis reduções de custo com transporte.
- **Análise de Certificação e Credenciamento:** Priorizar fornecedores que possuam certificação de qualidade e que estejam credenciados por órgãos regulamentadores, como a ANVISA e o Ministério da Saúde.

2. Estudo de Preços e Condições de Pagamento

- **Pesquisa Comparativa de Preços:** Realizar uma análise comparativa de preços entre fornecedores para identificar valores médios e eventuais descontos para compras em grandes volumes.
- **Condições de Pagamento Flexíveis:** Levantar fornecedores que ofereçam condições de pagamento facilitadas, como prazos mais longos ou parcelamento, e possibilidade de ajuste nas quantidades fornecidas conforme a demanda.
- **Propostas para Contratos de Longo Prazo:** Avaliar contratos de fornecimento a longo prazo, que possam garantir uma melhor estabilidade de preços e condições especiais.

3. Capacidade de Logística e Distribuição

- **Infraestrutura para Entregas Periódicas:** Verificar se os fornecedores têm infraestrutura para entregas periódicas e regulares, mantendo o estoque adequado e evitando faltas de produtos essenciais.
- **Armazenamento e Transporte Adequados:** Assegurar que os fornecedores ofereçam transporte especializado para a preservação de produtos sensíveis, respeitando as condições de temperatura e umidade ideais.
- **Abrangência Territorial:** Preferir fornecedores que tenham condições de entregar em diversas regiões, facilitando o atendimento a múltiplas unidades de saúde ou pontos de distribuição.

4. Qualidade e Variedade de Produtos

- **Conformidade com Normas Sanitárias:** Confirmar que os produtos atendam às normas da ANVISA e tenham laudos técnicos que atestem sua composição e qualidade.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0051

- **Diversidade de Opções Nutricionais:** Verificar se o fornecedor dispõe de uma variedade de produtos para atender a diferentes necessidades (nutrição infantil, geriátrica, para condições crônicas, entre outras).

- **Disponibilidade de Produtos Específicos:** Avaliar a capacidade do fornecedor de fornecer produtos especializados, como fórmulas para pessoas com restrições alimentares ou doenças específicas.

5. Reputação e Avaliação do Fornecedor

- **Histórico de Atendimentos e Qualidade:** Consultar o histórico de atendimento do fornecedor com outros órgãos públicos e privados, especialmente no fornecimento de produtos para saúde.

- **Referências e Avaliações:** Buscar avaliações e referências de outros clientes, verificando a reputação do fornecedor em termos de qualidade dos produtos e cumprimento de prazos de entrega.

- **Capacidade de Atendimento a Demandas Urgentes:** Priorizar fornecedores que sejam capazes de responder rapidamente a demandas urgentes, em casos de ordens judiciais de última hora ou necessidades emergenciais.

6. Compliance e Regularidade Jurídica

- **Situação Legal e Fiscal do Fornecedor:** Verificar a regularidade jurídica e fiscal do fornecedor para evitar problemas de contratação e garantir que ele esteja habilitado a fornecer produtos para o setor público.

- **Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Social:** Identificar fornecedores que atuem de forma sustentável e ética, especialmente no que diz respeito ao tratamento de resíduos, embalagens e responsabilidade com os colaboradores.

7. Tecnologia e Inovação

- **Sistema de Acompanhamento e Monitoramento:** Preferir fornecedores que ofereçam tecnologia para rastrear as entregas e acompanhar o estoque em tempo real, possibilitando uma gestão mais eficiente.

- **Inovação em Nutrição Clínica:** Considerar fornecedores que investem em pesquisa e desenvolvimento para oferecer produtos com inovação nutricional, ampliando as opções e eficácia dos suplementos e fórmulas.

8. Documentação e Garantias

- **Contratos de Garantia:** Fornecedores devem apresentar contratos com garantias de qualidade e entrega, minimizando riscos de problemas no fornecimento.

- **Transparência na Documentação:** Exigir relatórios detalhados sobre a procedência dos produtos, lotes, validade e composição nutricional, de forma a facilitar a prestação de contas e atender às exigências legais.

Esse levantamento de mercado visa identificar fornecedores confiáveis, que ofereçam um bom custo-benefício, qualidade e flexibilidade para atender às demandas específicas de nutrição estabelecidas por avaliações sociais e ordens judiciais, proporcionando segurança e previsibilidade ao serviço contratado.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - 18, § 1º, VII da Lei n. 14.133/21

1. Identificação das Necessidades Nutricionais

- **Avaliação Social e Médica:** Inicia-se com uma avaliação detalhada das necessidades nutricionais dos beneficiários, realizada por equipes de assistência social e saúde. Isso permite identificar os grupos de risco e aqueles que precisam de suplementos ou fórmulas específicas, como crianças, idosos, e pessoas com condições crônicas.

- **Segmentação dos Produtos:** Com base nas avaliações, os produtos são segmentados em categorias, como fórmulas infantis, nutrição enteral e suplementos para pacientes com doenças específicas (diabetes, insuficiência renal, etc.), para garantir que cada pessoa receba a nutrição adequada.

2. Seleção de Fornecedores e Contratação

- **Fornecedores Especializados e Certificados:** Seleção de fornecedores com experiência no fornecimento de produtos de nutrição clínica, preferencialmente aqueles já atuantes em hospitais e unidades de saúde. Todos devem estar em conformidade com a legislação sanitária, como certificação pela ANVISA.

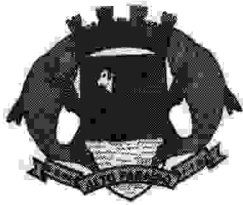
- **Contratos de Longo Prazo com Condições Flexíveis:** Estabelecimento de contratos de fornecimento contínuo, com flexibilidade para ajustes de quantidades conforme a demanda, permitindo estabilidade de preços e garantia de abastecimento.

- **Parceria com Empresas com Logística Ágil e Abrangente:** Escolha de empresas que ofereçam um sistema de distribuição capaz de realizar entregas em diversas localidades, assegurando que o estoque seja mantido e que os produtos cheguem aos pontos de entrega de forma rápida e segura.

3. Logística e Distribuição

- **Armazenamento Adequado:** O fornecedor deve ter condições de armazenar e transportar os produtos conforme as exigências de conservação (temperatura, umidade), para manter a integridade dos suplementos, leites e fórmulas.

- **Entrega Programada e Pontual:** Definição de um cronograma de entregas periódicas para evitar rupturas de estoque e garantir a continuidade do atendimento.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000052

- **Distribuição Regionalizada:** As entregas são organizadas de forma regionalizada, permitindo que unidades de saúde e centros de assistência social recebam os produtos de acordo com a demanda local.

4. Atendimento a Ordens Judiciais

- **Agilidade e Transparência no Atendimento:** Para responder rapidamente a ordens judiciais, o sistema de distribuição permite priorizar entregas urgentes e realizar ajustes de quantidades para atender beneficiários em situação de emergência.

- **Documentação Completa:** Cada produto fornecido é acompanhado de documentos que comprovem a sua conformidade e qualidade, facilitando a prestação de contas e a resposta a determinações legais.

5. Controle e Monitoramento do Estoque

- **Sistema Integrado de Controle de Estoque:** Utilização de um sistema informatizado para monitorar o estoque em tempo real, gerenciando os lotes, prazos de validade e distribuição dos produtos.

- **Relatórios Periódicos:** Relatórios detalhados são gerados periodicamente para facilitar o acompanhamento do consumo, controlar os gastos e garantir a transparência na utilização dos recursos.

6. Suporte Técnico e Orientação Nutricional

- **Equipe Técnica Disponível:** O fornecedor disponibiliza uma equipe de especialistas em nutrição e saúde para prestar suporte técnico e orientações sobre o uso dos produtos, em caso de dúvidas das equipes locais ou dos beneficiários.

- **Orientação e Treinamento para Manipulação Segura:** Realização de treinamentos para as equipes de saúde que manipulam os produtos, garantindo o uso correto e seguro das fórmulas e suplementos, especialmente em casos de nutrição enteral.

7. Monitoramento e Avaliação de Qualidade

- **Avaliação de Satisfação dos Beneficiários:** Periodicamente, a equipe de assistência social realiza uma pesquisa de satisfação entre os beneficiários para avaliar a aceitação dos produtos e identificar possíveis ajustes.

- **Revisão de Qualidade com Base em Feedback:** A qualidade dos produtos é revisada de acordo com o feedback das equipes de saúde e dos beneficiários, assegurando que o contrato atenda ao que foi previsto e permitindo melhorias contínuas.

8. Documentação e Relatórios para Compliance

- **Relatórios para Auditoria e Prestação de Contas:** A cada período de entrega, relatórios detalhados com lotes, prazos de validade e distribuição dos produtos são gerados para controle interno e atendimento às exigências de auditoria.

- **Documentação para Ordens Judiciais:** Fornecimento de documentos específicos para cumprimento de ordens judiciais, garantindo a transparência e agilidade no atendimento às demandas legais.

Benefícios da Solução

Essa solução abrangente oferece um sistema organizado e eficiente de fornecimento de produtos nutricionais, com foco em segurança, continuidade e adequação às necessidades específicas de cada beneficiário. O planejamento detalhado de logística e o monitoramento contínuo permitem responder de forma ágil a novas demandas, evitando desabastecimento e garantindo o cumprimento de ordens judiciais de forma humanizada e responsável.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

A justificativa para a aquisição parcelada de leite, fórmulas, suplementos alimentares, e produtos de nutrição enteral e oral visa atender de forma contínua e sustentável as demandas estabelecidas por avaliações sociais e ordens judiciais. Esse modelo de contratação é essencial para garantir a qualidade, a eficiência financeira e a segurança no fornecimento desses produtos críticos. Abaixo estão os principais motivos que justificam a aquisição parcelada:

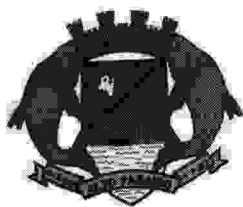
1. Garantia de Qualidade e Validade dos Produtos

- **Produtos Sensíveis e Perecíveis:** Leites, fórmulas e suplementos alimentares possuem prazo de validade limitado, e uma aquisição em larga escala poderia levar ao desperdício. A compra parcelada permite a renovação constante do estoque, garantindo que os produtos fornecidos estejam sempre dentro do prazo de validade.

- **Conservação e Armazenamento:** A aquisição em partes menores facilita o armazenamento seguro, evitando que os produtos sejam expostos a condições inadequadas de temperatura e umidade, o que pode comprometer sua qualidade.

2. Atendimento à Demanda Variável

- **Ajuste à Demanda Flutuante:** As necessidades de produtos de nutrição variam conforme a quantidade de pacientes atendidos e as ordens judiciais recebidas. A compra parcelada permite maior flexibilidade para ajustar as quantidades conforme a demanda real, evitando excesso ou falta de produtos.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

- **Resposta a Situações de Emergência:** Em caso de aumento inesperado na demanda, a aquisição parcelada permite realizar novos pedidos com mais rapidez, assegurando o atendimento imediato a beneficiários em situação de emergência.

3. Eficiência e Sustentabilidade Financeira

- **Controle de Gastos:** A aquisição parcelada permite uma distribuição equilibrada dos gastos ao longo do tempo, facilitando o planejamento financeiro e evitando desembolsos elevados de uma única vez, o que é vantajoso para a gestão orçamentária.

- **Aproveitamento de Condições de Mercado:** Compras parceladas possibilitam que a organização aproveite eventuais reduções de preços ou condições de mercado favoráveis ao longo do contrato, gerando economia e eficiência.

4. Continuidade no Atendimento às Ordens Judiciais e Avaliação Social

- **Evita Ruptura de Estoque:** A aquisição parcelada garante a continuidade do atendimento, uma vez que permite uma reposição mais frequente dos produtos. Isso é essencial para evitar falhas no fornecimento a pessoas que dependem desse suporte nutricional.

- **Agilidade no Cumprimento de Ordens Judiciais:** Com a aquisição parcelada, é possível agilizar o fornecimento de produtos específicos demandados por ordens judiciais, sem necessidade de esperar o término de grandes lotes adquiridos de uma única vez.

5. Simplificação Logística e Armazenamento

- **Redução de Custos com Armazenagem:** Compras em grandes quantidades exigem mais espaço de armazenamento e maior controle de logística, aumentando os custos. A aquisição parcelada permite estocar somente o necessário a cada período, simplificando o controle e reduzindo custos com infraestrutura de armazenamento.

- **Facilidade no Controle de Estoque e Validade:** Parcelar as aquisições facilita o monitoramento do estoque, pois a entrada de novos produtos ocorre em intervalos regulares, permitindo um controle mais eficaz sobre prazos de validade e condições de conservação.

Conclusão

A aquisição parcelada de leite, fórmulas, suplementos alimentares e produtos de nutrição enteral e oral representa uma estratégia que alia qualidade, eficiência financeira e responsabilidade no uso dos recursos. Esse modelo é especialmente importante para atender à demanda variável de pacientes e às ordens judiciais, garantindo que os produtos estejam sempre disponíveis e em condições adequadas de consumo.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - art. 18, § 1º, IX da Lei n. 14133/21

O demonstrativo dos resultados pretendidos para a contratação de fornecimento de leite, fórmulas, suplementos alimentares, e produtos de nutrição enteral e oral é essencial para avaliar os benefícios esperados e o impacto dessa aquisição sobre a saúde e bem-estar dos beneficiários. Abaixo estão os principais resultados pretendidos:

1. Atendimento Eficiente e Contínuo das Demandas Nutricionais

- **Regularidade no Fornecimento de Produtos Nutricionais:** Assegurar que os produtos sejam entregues de forma constante e pontual, evitando interrupções e garantindo o fornecimento ininterrupto de itens essenciais para a nutrição dos beneficiários.

- **Atendimento às Ordens Judiciais:** Responder de maneira ágil e eficiente às demandas judiciais, proporcionando os produtos específicos requeridos por decisões judiciais e atendendo a prazos de maneira rigorosa.

2. Melhoria na Qualidade de Vida dos Beneficiários

- **Suporte Nutricional Adequado:** Proporcionar uma nutrição completa e adequada às necessidades de cada indivíduo, incluindo crianças, idosos e pessoas com condições de saúde que demandam suplementação específica, promovendo melhorias na saúde geral dos beneficiários.

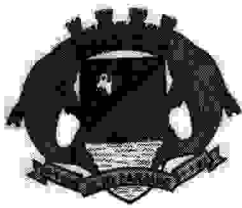
- **Redução de Riscos de Complicações Médicas:** Reduzir o risco de problemas de saúde associados à desnutrição ou má nutrição, especialmente em pacientes que dependem de nutrição enteral e fórmulas especializadas para sustentar seu estado de saúde.

3. Conformidade com Normas de Saúde e Segurança Alimentar

- **Fornecimento de Produtos em Conformidade com as Normas:** Garantir que todos os produtos atendam aos requisitos sanitários e de qualidade, preservando a segurança alimentar e respeitando as normas de saúde (como certificação da ANVISA).

- **Controle Rigoroso de Qualidade:** Implementar inspeções periódicas de qualidade para garantir que todos os produtos fornecidos estejam dentro dos padrões estabelecidos, assegurando a segurança e eficácia dos itens fornecidos.

4. Otimização dos Recursos Financeiros



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

- **Uso Eficiente do Orçamento Disponível:** Com uma aquisição planejada e parcelada, otimizar o uso dos recursos financeiros, reduzindo desperdícios e direcionando o orçamento para atender as reais necessidades de produtos nutricionais ao longo do período de vigência do contrato.

- **Redução de Custos com Armazenagem e Transporte:** Minimizar os custos operacionais por meio de um fluxo de entrega contínuo e programado, reduzindo a necessidade de grandes estoques e de armazenamento prolongado.

5. Gestão Eficiente de Estoque e Redução de Desperdícios

- **Controle de Estoque em Tempo Real:** Implementar um sistema de controle de estoque eficiente para monitorar o consumo e as datas de validade, garantindo que apenas os produtos necessários estejam em estoque, o que reduz desperdícios por vencimento de produtos.

- **Minimização de Desperdícios:** Com o controle adequado e o planejamento de quantidades, reduzir significativamente o descarte de produtos devido à expiração do prazo de validade, contribuindo para uma gestão mais sustentável dos recursos.

6. Transparência e Prestação de Contas

- **Relatórios de Distribuição e Consumo:** Desenvolver relatórios detalhados sobre a distribuição e o consumo dos produtos nutricionais, permitindo transparência e clareza para auditorias e prestação de contas aos órgãos de controle e fiscalização.

- **Documentação Completa para Ordens Judiciais:** Documentar todas as entregas e atendimentos realizados para cumprimento de ordens judiciais, assegurando que cada solicitação tenha sido atendida de maneira transparente e verificável.

7. Satisfação dos Beneficiários e Equipes de Saúde

- **Aprovação dos Beneficiários e Profissionais de Saúde:** Aumentar a satisfação dos beneficiários, que terão acesso a produtos de alta qualidade e que atendem suas necessidades nutricionais específicas, e dos profissionais de saúde, que poderão contar com o suporte adequado para a alimentação de seus pacientes.

- **Feedback Positivo e Melhorias Contínuas:** Obter feedback constante das equipes de saúde e dos próprios beneficiários, permitindo ajustes e melhorias contínuas nos tipos de produtos fornecidos e na forma de atendimento.

8. Contribuição para a Saúde Pública e Assistência Social

- **Impacto Positivo na Saúde Pública:** Reduzir a carga sobre os serviços de saúde ao fornecer suplementos que auxiliem na recuperação e manutenção de condições de saúde, promovendo o bem-estar e a nutrição adequada de populações vulneráveis.

- **Fortalecimento da Assistência Social:** Contribuir para o fortalecimento das políticas de assistência social, garantindo que a população em situação de vulnerabilidade receba o apoio necessário em termos de nutrição, promovendo inclusão e equidade.

Conclusão

Os resultados pretendidos com essa contratação vão além da simples aquisição de produtos; eles englobam a promoção de uma melhor qualidade de vida, o fortalecimento da saúde pública e social, e a garantia de um atendimento humanizado e contínuo. Com essa abordagem, espera-se um impacto positivo tanto no atendimento direto aos beneficiários quanto na transparência e eficiência do uso dos recursos públicos.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS - art. 18, § 1º, X da Lei n. 14.133/21

Abaixo, estão descritas as providências principais que devem ser adotadas:

1. Planejamento e Levantamento de Necessidades

- **Avaliação da Demanda:** Realizar um levantamento detalhado das necessidades nutricionais com base nas avaliações sociais e demandas judiciais, incluindo os tipos e quantidades dos produtos necessários.

- **Consulta às Equipes de Saúde e Assistência Social:** Consultar as equipes envolvidas para confirmar as especificidades de cada grupo atendido e as preferências de produtos, garantindo que todos os requisitos nutricionais sejam contemplados.

2. Elaboração do Termo de Referência

- **Definição dos Requisitos Técnicos:** Estabelecer as especificações técnicas dos produtos, incluindo qualidade, validade, embalagens, e qualquer requisito específico (como fórmulas para condições de saúde particulares).

- **Critérios de Qualificação para Fornecedores:** Incluir no termo de referência os critérios para a qualificação de fornecedores, como certificações de qualidade (ex. ANVISA), experiência no mercado de nutrição clínica e capacidade de logística para entregas regulares e emergenciais.

- **Critérios de Avaliação de Propostas:** Definir critérios para a avaliação das propostas, como custo-benefício, condições de pagamento, prazos de entrega, e atendimento às normas de saúde e segurança alimentar.

3. Consulta de Mercado e Pesquisa de Fornecedores



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

- **Pesquisa de Fornecedores Qualificados:** Realizar uma pesquisa de mercado para identificar fornecedores com experiência no setor e que cumpram as normas de qualidade e segurança alimentar.
- **Solicitação de Orçamentos Preliminares:** Solicitar cotações preliminares para entender a faixa de preços e as condições oferecidas, facilitando a definição do orçamento.
- **Verificação de Referências:** Verificar o histórico de atendimento dos fornecedores para garantir que já tenham fornecido produtos similares a outras instituições de saúde ou atendimento social.

4. Processo de Licitação e Contratação

- **Elaboração de Edital e Divulgação:** Elaborar o edital de licitação com base no termo de referência e publicar o edital nos canais oficiais para permitir ampla participação e competitividade.
- **Análise das Propostas e Seleção:** Conduzir o processo licitatório conforme os critérios estabelecidos, analisando cuidadosamente as propostas para garantir que atendam todos os requisitos técnicos e logísticos.
- **Formalização do Contrato:** Após a escolha do fornecedor, formalizar o contrato especificando o escopo dos produtos, condições de entrega, e obrigações da empresa contratada, incluindo prazos, termos de pagamento e garantias de qualidade.

5. Planejamento da Logística e Distribuição

- **Definição do Cronograma de Entregas:** Estabelecer um cronograma de entregas parceladas, considerando as demandas contínuas e emergenciais para manter o estoque adequado e evitar rupturas de abastecimento.
- **Organização de Armazenamento e Controle de Estoque:** Preparar o espaço para armazenamento dos produtos de forma adequada, garantindo condições ideais de temperatura e conservação, e implementar um sistema de controle de estoque para monitorar prazos de validade.

6. Acompanhamento e Fiscalização do Fornecimento

- **Supervisão da Qualidade dos Produtos:** Realizar inspeções periódicas para verificar a conformidade dos produtos recebidos com as especificações do contrato, incluindo verificação de data de validade, estado das embalagens e condições de transporte.
- **Controle de Entregas e Prazos:** Monitorar o cumprimento do cronograma de entregas para garantir que os produtos sejam fornecidos dentro dos prazos acordados, especialmente para atender as necessidades urgentes decorrentes de ordens judiciais.

7. Implementação de Relatórios e Prestação de Contas

- **Registro de Consumo e Estoque:** Manter um registro atualizado do consumo dos produtos e da situação do estoque, permitindo uma gestão transparente e facilitando auditorias.
- **Elaboração de Relatórios para Auditorias e Fiscalizações:** Desenvolver relatórios detalhados sobre os produtos recebidos e distribuídos, incluindo informações sobre lotes, prazos de validade e atendimento a ordens judiciais.

8. Apoio Técnico e Treinamento das Equipes

- **Orientação para Manipulação Segura dos Produtos:** Oferecer treinamento para as equipes que manipulam os produtos de nutrição enteral e oral, garantindo que conheçam as normas de conservação e administração adequadas.
- **Canal de Suporte com o Fornecedor:** Estabelecer um canal direto de comunicação com o fornecedor para esclarecer dúvidas, resolver problemas de entrega ou qualidade, e agilizar o atendimento a ordens judiciais.

9. Avaliação e Ajustes Contínuos

- **Análise Periódica de Satisfação e Qualidade:** Realizar avaliações periódicas da satisfação dos beneficiários e da qualidade dos produtos fornecidos, identificando possíveis ajustes necessários.
- **Revisão de Quantidades e Produtos:** Ajustar as quantidades e os tipos de produtos fornecidos conforme as necessidades evoluem, permitindo que o contrato atenda de forma adequada às demandas sociais e legais.

Conclusão

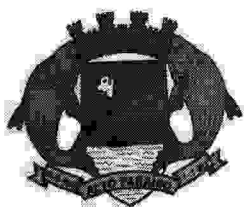
Essas providências asseguram que a contratação e o fornecimento de leite, fórmulas, suplementos e produtos de nutrição enteral e oral sejam realizados de forma eficaz, cumprindo as exigências legais e garantindo a segurança e qualidade no atendimento aos beneficiários.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES art. 18, § 1º, XI da Lei n. 14.133/21

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS - art. 18, § 1º, XII da Lei n. 14.133/21

A aquisição e distribuição de leite, fórmulas, suplementos alimentares, e produtos de nutrição enteral e oral podem gerar impactos ambientais em diversas etapas do processo, desde a fabricação até o descarte dos resíduos. Identificar esses



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0-0056

impactos é importante para desenvolver estratégias que reduzam o efeito ambiental e promovam práticas mais sustentáveis. Abaixo estão os principais impactos ambientais potenciais e sugestões para mitigá-los:

1. Impacto do Uso de Embalagens

- **Produção de Resíduos Plásticos e Metálicos:** A maioria dos produtos nutricionais é acondicionada em embalagens plásticas, metálicas ou em sachês que, uma vez descartados, contribuem para o acúmulo de resíduos sólidos. Esses materiais podem demorar anos para se decompor, contribuindo para a poluição ambiental.

- **Mitigação:** Optar por fornecedores que utilizem embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis pode reduzir esse impacto. Além disso, a implementação de um programa de reciclagem e coleta seletiva dos resíduos gerados ajudará a destinar corretamente as embalagens descartadas.

2. Emissões de Gases de Efeito Estufa no Transporte e Distribuição

- **Emissões Relacionadas ao Transporte:** O transporte contínuo desses produtos gera emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases de efeito estufa, devido ao uso de veículos, especialmente aqueles que requerem controle de temperatura (como caminhões refrigerados).

- **Mitigação:** Planejar rotas de transporte mais eficientes para reduzir o consumo de combustível e, quando possível, priorizar fornecedores locais ou regionais, o que diminui a necessidade de longas viagens. Outra possibilidade é considerar transportadoras que utilizem veículos com tecnologia de baixa emissão ou combustíveis renováveis.

3. Impacto do Processo de Produção dos Produtos Nutricionais

- **Consumo de Recursos Naturais:** A produção de fórmulas e suplementos alimentares pode demandar grande quantidade de recursos naturais, como água e energia, e o processo de criação de gado para a produção de leite pode contribuir para o desmatamento e emissão de metano, um potente gás de efeito estufa.

- **Mitigação:** Procurar fornecedores que adotem práticas sustentáveis na fabricação, como o uso de energias renováveis, a redução de consumo de água e o manejo sustentável da criação de animais. A certificação ambiental desses fornecedores é um indicativo de práticas de produção mais sustentáveis.

4. Descarte Inadequado de Produtos Vencidos ou Não Utilizados

- **Impacto do Descarte de Produtos em Lixo Comum:** Produtos nutricionais que chegam ao fim de seu prazo de validade ou que não são consumidos podem ser descartados de forma inadequada, causando contaminação do solo e da água e representando desperdício de recursos.

- **Mitigação:** Implementar um controle rigoroso de estoque e validade para minimizar o descarte de produtos vencidos. No caso de sobra de produtos, programas de doação para instituições de assistência podem ser uma alternativa para evitar o desperdício. Além disso, trabalhar com fornecedores que ofereçam logística reversa para esses itens pode garantir um descarte ambientalmente seguro.

5. Uso de Produtos de Origem Animal

- **Pegada Ambiental da Produção de Leite:** A produção de leite envolve impactos significativos, como emissão de metano, uso de água e necessidade de pastagem, que podem levar ao desmatamento em áreas de criação de gado.

- **Mitigação:** Buscar fornecedores que adotem práticas de agropecuária sustentável e incentivem a rastreabilidade da cadeia produtiva, além de considerar a inclusão de alternativas vegetais para suprir as necessidades de suplementação nutricional de parte dos beneficiários, quando apropriado.

6. Impacto no Ciclo de Vida dos Produtos

- **Consumo de Energia e Água na Produção:** A fabricação de fórmulas e suplementos alimentares, especialmente em grande escala, envolve um alto consumo de energia e água, que contribui para o esgotamento desses recursos naturais.

- **Mitigação:** Procurar fornecedores comprometidos com a eficiência energética e o uso de tecnologias de produção mais limpas, como o reaproveitamento de água e o uso de fontes de energia renováveis. A adesão a certificações ambientais também pode indicar práticas de produção menos impactantes.

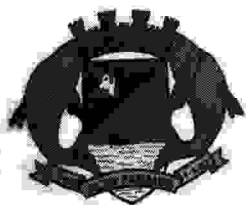
7. Gestão de Resíduos de Suporte Logístico e Operacional

- **Resíduos da Cadeia de Logística:** Durante o armazenamento e transporte, é comum o uso de materiais adicionais, como papelão, plástico-bolha, e outros itens para proteger os produtos, o que gera resíduos adicionais.

- **Mitigação:** Trabalhar com fornecedores que utilizem embalagens de transporte recicláveis ou que adotem programas de redução de materiais na logística. Além disso, incentivar a prática de logística reversa para reduzir o acúmulo de resíduos.

Conclusão

Os possíveis impactos ambientais da aquisição de produtos nutricionais são significativos, mas podem ser minimizados com a adoção de práticas sustentáveis ao longo de toda a cadeia de aquisição. Ao selecionar fornecedores que priorizam práticas de produção e embalagens ambientalmente responsáveis, e ao implementar programas de controle e gestão de resíduos, é possível reduzir substancialmente esses impactos, contribuindo para um fornecimento que respeita tanto as necessidades nutricionais dos beneficiários quanto o meio ambiente.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0057

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - 18, § 1º, XIII da Lei n. 14.133/21

Com base nas informações levantadas ao longo de aquisições anteriores, declara-se que a contratação é **VIÁVEL**. As questões elencadas no presente estudo estabeleceram critérios de razoabilidade, eficiência, legalidade, especificações, preço médio de equilíbrio entre o mercado (nas compras governamentais) e o princípio da economicidade para administração pública.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Alto Paraíso - PR., 06 de Novembro de 2024.

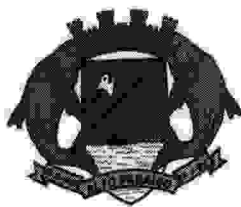
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar:

Elaborado por:


Wesley Rafael Felipe
Matricula: 12688-1

Revisado por:


SECRETARIA DE SAÚDE
Rodrigo W. S. Revesso



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0058

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

MATRIZ DE RISCO

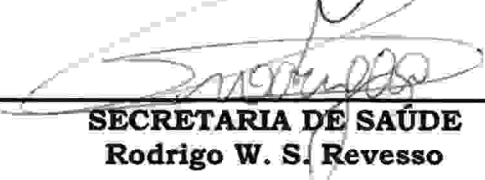
Risco 01: Licitação Deserta
Probabilidade: Baixa;
Impacto: Alto;
Ação Preventiva: Planejamento considerando as atuais necessidades;
Risco 02: Contratada com serviços desqualificados
Probabilidade: Baixa;
Impacto: Alto;
Ação Preventiva: Constar no Edital a análise dos requisitos imprescindíveis à contratação;
Ação de Contingência: Exigir comprovações e solicitar que a Contratada tome as providencias cabíveis caso seja necessário;
Risco 03: Não conformidade com as medidas exigentes
Probabilidade: Baixa;
Impacto: Alto;
Ação Preventiva: Fiscalização dos serviços com as normas exigentes;
Ação de Contingência: Solicitar que a Contratada refaça o serviço adequado;
Risco 04: Atrasos na Entrega
Probabilidade: Baixa;
Impacto: Alto;
Ação Preventiva: Notificar a empresa para que a mesma cumpra o prazo estabelecido;
Ação de Contingência: Aplicar sanção do Contrato.

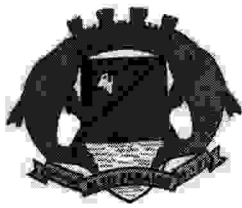
Alto Paraíso - PR., 06 de Novembro de 2024.

Elaborado por:


Wesley Rafael Felipe
Matrícula: 12688-1

Revisado por:


SECRETARIA DE SAÚDE
Rodrigo W. S. Revesso



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0059

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

TERMO DE REMESSA

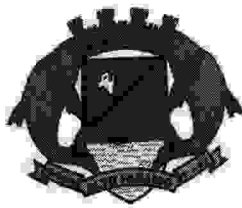
Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

SECRETARIA DE SAÚDE

Valor previsto para contratação é de **R\$ 60.072,00 (sessenta mil e setenta e dois reais)**

Alto Paraíso - PR., 12 de Novembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

1-0060

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

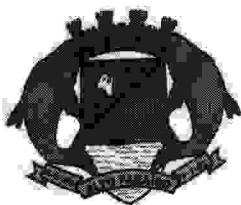
DECLARO para os devidos fins de direito e em cumprimento ao Art. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, que revendo o orçamento vigente para o exercício de 2024, existe saldo orçamentário para cobertura das despesas descritas na solicitação da Comissão de Licitações, nas seguintes dotações, do orçamento vigente:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	UNIDADE
26696	339032020000	MED. PARA USO DOMICILIAR	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26698	339032020000	MED. PARA USO DOMICILIAR	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26742	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26744	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 12 de Novembro de 2024.

CLAUDEMIR COSTA
CONTADOR



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000061

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 12 de Novembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR⁰⁰⁶²

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

TERMO DE REMESSA

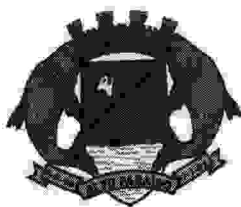
Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

SECRETARIA DE SAÚDE

Valor previsto para contratação é de **R\$ 60.072,00 (sessenta mil e setenta e dois reais)**

Alto Paraíso - PR., 12 de Novembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0063

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

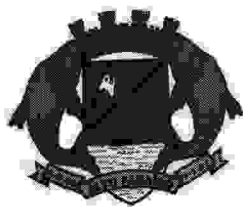
A Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-Pr, em atendimento a SETOR DE LICITAÇÕES, e atendendo ao que dispõe o Art. 72, IV da Lei Federal nº. 14.133/21, declaro que há na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-Pr, recursos orçamentários e financeiros sobre as rubricas, abaixo discriminadas.

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	UNIDADE
26696	339032020000	MED. PARA USO DOMICILIAR	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26698	339032020000	MED. PARA USO DOMICILIAR	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26742	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26744	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 12 de Novembro de 2024.

ANDRE LUIZ LEME JARDIM
SECRETARIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0064

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

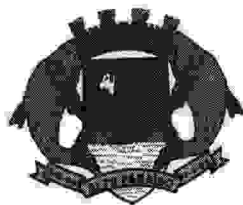
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR, 12 de Novembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0065

DO: GABINE DO PREFEITO

PARA: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES CONTRATOS - VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

RESOLVO:

Na qualidade de ordenador de despesas **AUTORIZO A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO**, cujo objeto é **“REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL”**, devendo os autos serem encaminhados ao Setor de Licitação para as providências cabíveis;

Determino ainda a inclusão prevista no Artigo 48, §3º, da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14, ***estabelecendo prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido verificado no certame***, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável, bem como a promoção da prática empresarial, fica permitida a participação neste certame somente empresas enquadradas como Microempresas, empresas de Pequenas Empresas e equiparadas sediadas na Microrregião Geográfica de Umuarama.

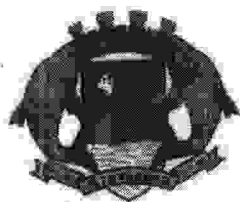
Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a ocasião para renovar-lhe voto de real estima e apreço.

Publique-se e Cumpra-se.

Alto Paraíso - PR., 13 de Novembro de 2024.

Atenciosamente,

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
www.altoparaíso.pr.gov.br
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 08/03/2024

Edição N.º 12965

PORTARIA Nº 046/2024

SÚMULA: DESIGNA AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES ESSENCIAIS INERENTES À EXECUÇÃO DA LEI Nº 14.133, DE 2021, E SEUS REGULAMENTOS, ALÉM DE SER O RESPONSÁVEL PELOS PROCEDIMENTOS DE COMPRA DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DERCIO JARDIM JUNIOR do Município de Alto Paraíso - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3187 de 21 de Fevereiro de 2024 que trata de Agente de Contratação;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO, o caput do art. 8º e ainda que conforme o parágrafo 1º do artigo art. 8º a Lei Federal 14.133/2021, o agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio.

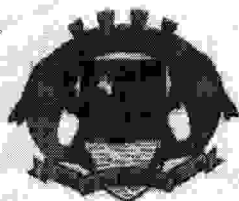
CONSIDERANDO que conforme o Decreto n. 3187 de 21 de Fevereiro de 2024, o Agente de Contratação poderá ser o responsável pela Condução dos Procedimentos de Compra Direta ou em caso de ser outra pessoa que não o Agente de Contratação nos termos do Decreto Municipal, deverá haver nova designação;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear no âmbito Executivo Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, o Agente de Contratação abaixo relacionado, para receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, além da condução do procedimentos de Compra Direta.

Agente de Contratação:

- NOME: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
- Matrícula – 12009-1



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
www.altoparaíso.pr.gov.br
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Equipe de Apoio:

- NOME: Cinthia Laize Zagoto
Matrícula – 12505-1
- NOME: Marilda Rosa do Nascimento da Silva
Matrícula – 12513-1
- NOME: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva
Matrícula – 12408-1

§1º - No âmbito da modalidade pregão, o Agente de Contratação será designado pregoeiro.

§2º - Quando do processo de contratação direta (dispensa, inexigibilidade de licitação) o mesmo será conduzido pelo Agente de Contratação ou por outro servidor a ser designado pela autoridade competente em Portaria própria, nos termos do art. 72 da lei 14.133/2021.

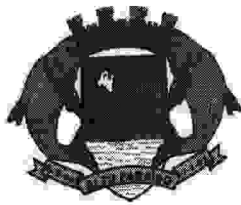
Art. 2º - O Agente de contratação será assistido em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 3º - O Agente de Contratação, deverá ainda observar, no desempenho das suas funções, os regulamentos que vierem a ser aprovados e que serão recepcionados por esta portaria, inclusive sobre ela prevalecendo, caso haja conflito das suas redações.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial as portarias nº 072 e 073 ambas do dia 29 de Março de 2023.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 07 de Março de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR0068

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

1. DO FUNDAMENTO:

1.1. O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados que por intermédio de seu pregoeiro, Valdemir Ribeiro Sparapan, designado pela Portaria Municipal nº 046/2024 de 07 de Março de 2024, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob o Sistema de Registro de Preços, a qual será regida pela **Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal 11.462 de 31 de Março de 2023, Decreto Municipal nº. 3192 de 21 de Fevereiro de 2024, Lei Complementar Municipal nº 109/2021 de 08 de Junho de 2021** e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como, nas disposições contidas neste edital.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas do ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Portal da BLL em tempo hábil, antes do horário fixado no Edital para o encerramento de recebimento das propostas.

4.1.1.1. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, ABERTURA E JULGAMENTO

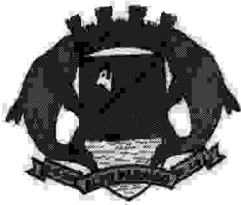
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min horas do dia 29/11/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h01min às 08h15min horas do dia 29/11/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h16min horas do dia 29/11/2024.

4.1.2 Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, **a presente licitação é destinado à participação exclusiva de ME E EPP.**

4.1.2.1 De acordo com o Artigo 48, §3º, da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14, **fica estabelecido à prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido verificado no certame.** Entende-se como região a



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

Microrregião de Umuarama, assim definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os seguintes Municípios: **Alto Paraíso/PR; Alto Piquiri/PR; Altônia/PR; Brasilândia do Sul/PR; Cafezal do Sul/PR; Cruzeiro do Oeste/PR; Douradina/PR; Esperança Nova/PR; Francisco Alves/PR; Icaraima/PR; Iporã/PR; Ivaté/PR; Maria Helena/PR; Mariluz/PR; Nova Olímpia/PR; Perobal/PR; Pérola/PR; São Jorge do Patrocínio/PR; Tapira/PR; Umuarama/PR; e, Xambê/PR, (Fonte: <http://www.ipardes.pr.gov.br>), por ser a medida técnica e econômica mais vantajosa para Administração Pública, dada a possibilidade de aquisição do objeto por fornecedores desta qualificação tributária e potencial econômico, que resultara em maior vantajosidade a este ente, do ramo de atividade relativa ao objeto da contratação, e que atendam às condições de credenciamento do presente Edital, ato previsto legalmente, conforme Lei Complementar Municipal nº 109/2021 de 08 de Junho de 2021.**

a) Justifica-se, o incentivo aos micros, pequenas empresas e equiparadas de forma a proporcionar políticas públicas de sustentabilidade, empreendedorismo, geração de renda e desenvolvimento econômico, voltados ao incentivo da atividade empresarial e melhora dos Índices de Desenvolvimento Econômico e Sociais bem como a ampliação da eficiência das políticas públicas junto a essas empresas

b) Os entendimentos acerca do tratamento diferenciado concedido às empresas enquadradas encontram-se amparado com base no prejudgado nº 27, Acórdão 2122/2019, Sessão Ordinária do Tribunal Pleno nº 26 de 31/07/2019, Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

4.1.2.1.A) Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 90(noventa) dias a contar da data de emissão.

4.1.3. DA JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS ME/EPP E MEI.

4.1.3.1 Justifica-se, o incentivo aos micros, pequenas empresas e equiparadas de forma a proporcionar políticas públicas de sustentabilidade, empreendedorismo, geração de renda e desenvolvimento econômico, voltados ao incentivo da atividade empresarial e melhora dos Índices de Desenvolvimento Econômico e Sociais bem como a ampliação da eficiência das políticas públicas junto a essas empresas.

4.1.3.2 Para este incentivo, a administração está levando em consideração o objeto do certame que pode ser fornecido por várias empresas sediadas dentro da limitação jurídica.

4.1.3.3 Os entendimentos acerca do tratamento diferenciado concedido às empresas enquadradas encontram-se amparado com base no prejudgado nº 27, Acórdão 2122/2019, Sessão Ordinária do Tribunal Pleno nº 26 de 31/07/2019, Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

4.2. A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema www.bll.org.br, ficando a cargo do(a) licitante os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes **Bolsa de Licitações do Brasil – BLL** referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis



pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7 Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

4.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

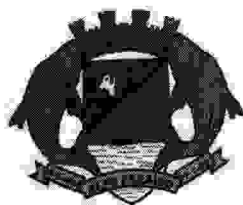
4.8 O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11 O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13 A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

5.2 Os trabalhos serão conduzidos por Funcionários da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o link “BLL” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil (www.bll.org.br).

5.3 O Credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão Eletrônico.

5.4 Como requisito para participação no pregão, em campo obrigatório do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

5.5 O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a envio e abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

5.7 As comunicações prévias à sessão de disputa de lances, referentes ao certame serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, em www.altoparaíso.pr.gov.br; no site Bolsa de Licitações do Brasil (www.bll.org.br); ou publicadas no Diário Oficial do Município. As demais condições constam no presente edital e seus anexos.

5.8 As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Pregoeiro, sito à Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro – Alto Paraíso/PR, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 17h00min, ou pelo telefone (44) 3664-1320, ou ainda, através do e-mail licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br.

5.9 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6 DO CREDENCIAMENTO, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

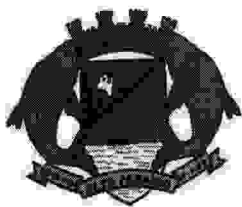
6.1 A participação do licitante no Pregão eletrônico se dará por meio de corretora contratada para representá-lo ou diretamente pela BLL.

6.2 O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, documentos de habilitação e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil.

6.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0072

senha, ainda que porterceiros.

6.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.7 A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços e inserção dos respectivos documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.

6.8 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

6.9 É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.

6.9.1 A desclassificação de que trata o subitem 5.8, não ocorrerá nos casos em que for solicitado a inserção de planilhas, fichas técnicas, catálogos ou outros elementos, e esses terem sido anexados pela licitante sendo fabricante e a marca ofertada sendo o seu nome empresarial.

6.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (041) 3097-4600, e-mail: contato@bll.org.br, ou através de uma corretora de mercadorias associada.

6.11 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.12 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.13 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.13.1 Cumpre todos os requisitos do **ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES**;

6.14 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.15 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

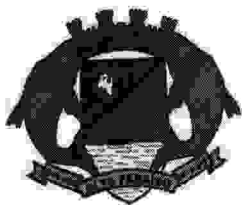
6.16 A falsidade da declaração de que trata os itens 6.12 ou 6.14 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.17 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.18 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.19 Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, o Pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

6.20 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. Sobretudo o andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "www.bll.org.br", que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000073

6.21 O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.22 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sendo que o registro da proposta pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições do Edital, inclusive com relação às quantidades, aos prazos, forma de entrega dos produtos, forma de apresentação de declarações e documentos de habilitação.

7.2 A licitante deverá observar o descritivo do item, constante deste edital e seus anexos, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus anexos, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.

7.3 Cabe ao licitante se inteirar dos dados indispensáveis a apresentação da proposta, sendo que os preços a serem propostos deverão cobrir quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre a execução do objeto deste certame ou quaisquer dificuldades inerentes.

7.4 Nos preços deverão estar incluídos todos os custos necessários à entrega dos produtos licitados na forma estabelecida neste edital, incluindo todos os tributos incidentes, taxas ou despesas adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega (quando for o caso), transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem, quando for o caso, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos produtos.

7.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

7.9 A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.

7.10 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.11 Os licitantes deverão ofertar preços de mercado para os produtos, sendo opcional à Administração verificar por meio de diligências, eventuais superfaturamentos ou discrepâncias nos preços obtidos na licitação e desclassificar as propostas inadequadas.

7.12 No preenchimento da proposta eletrônica deverão obrigatoriamente ser informadas no campo próprio as marcas e modelos dos produtos ofertados e os valores unitários e totais (com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula). A não inserção destas informações neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. Exceto nos casos de serviços, no qual não é exigido a apresentação de marca e modelo.

7.13 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

7.14 As licitantes deverão ANEXAR à sua proposta eletrônica em campo próprio na BLL, o catálogo, manual técnico, prospecto, folder, folheto e/ou cópia da página do site do fabricante do produto ofertado, compatível(is) e adequado(s) à especificação, em português ou traduzidos,



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0074

devendo este(s) ser(em) igual(is) ou superior(es) ao descrito no Termo de Referência do Edital, incluindo a especificação de marca e modelo e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas. A não apresentação dos catálogos poderá acarretar na desclassificação do item e/ou da proposta. **Quando for exigida a apresentação de catálogo e demais documentos, será informado no Termo de Referência.**

7.15 A cotação de duas marcas/modelos para o mesmo item acarretará na desclassificação do licitante para o item.

7.16 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.17 Ficará sujeita à aplicação das penalidades, a licitante que deixar de apresentar os documentos solicitados neste edital, ou apresentá-los de forma defeituosa, desde que constatada a má fé.

7.18 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.19 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.20 O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará na desclassificação da proposta.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio eletrônico, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

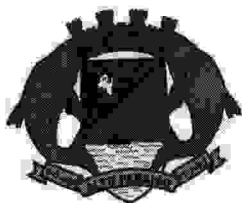
8.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9 Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens/lotes da mesma licitação.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0075

8.9.1 Em regra, a disputa simultânea de itens obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o Pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de itens/lotos selecionados fora da ordem sequencial.

8.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens/lotos anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.10.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.17 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

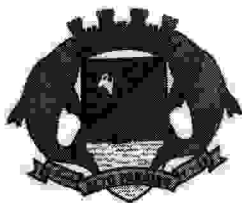
8.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

8.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.18.2.2 empresas brasileiras;

8.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

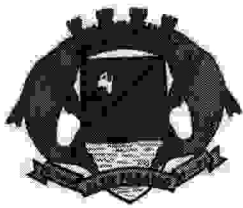
8.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.19.4 **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas que:**

- a) **ENVIE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO APÓS A NEGOCIAÇÃO REALIZADA, DEVERÁ ENVIAR (ANEXAR) JUNTO AO SISTEMA - PLATAFORMA BLL OU POR E-MAIL NO SEGUINTE ENDEREÇO: LICITACAOALTOPARAISO@YHAOO.COM.BR, A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA (MODELO ANEXO II), COM O(S) VALOR (ES) OFERECIDO(S) APÓS A ETAPA DE LANCES, EM 01 (UMA) VIA, RUBRICADA EM TODAS AS FOLHAS E A ÚLTIMA ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CITADO NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, EM LINGUAGEM CONCISA, SEM EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS, CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA, INSCRIÇÃO ESTADUAL, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DE TELEFONE E FAX, NÚMERO DE AGÊNCIA DE CONTA BANCÁRIA;**
- b) **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES (MODELO ANEXO III); E**
- c) **OPCIONADO AO VENCEDOR PROVISORIAMENTE CLASSIFICADO AO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.**

8.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

00077

9 DA FASE DE JULGAMENTO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

9.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

9.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o previsto neste edital.

9.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, que trata sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.

9.7 Para o julgamento das propostas, será considerado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

9.7.1 Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.8.1 contiver vícios insanáveis;

9.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.8.3 apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

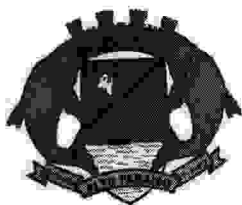
9.9 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.9.1 A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.9.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.9.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0078

9.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.12 DAS AMOSTRAS (QUANDO APLICÁVEL)

9.12.1 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.12.2 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.12.3 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.12.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.12.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.13 DA ESPECIFICAÇÃO DE MARCAS

9.13.1 Caso o Termo de Referência especifique marcas referências (em número não inferior a três – justificativa no ETP), o licitante classificado em primeiro lugar ficará obrigado a oferecer uma das marcas, **ou marca similar**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13.2 Caso apresente **marca similar** o Pregoeiro, julgando necessário, poderá requerer a comprovação da efetiva similaridade, a fim de se certificar da adequação entre o objeto oferecido pelo licitante e as condições técnicas exigidas no edital, devendo o licitante possuir meios de comprovar a similaridade da marca, por meio de ficha técnica oficial, laudos, amostras etc.

9.13.2.1 É facultado aos licitantes interessados manifestarem-se sobre a prova de similaridade.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral emitido pelo município de Alto Paraíso/PR, em situação válida, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.1.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação, que não estejam contemplados no registro cadastral emitido pelo Município de Alto Paraíso/PR, deverão ser encaminhados pelo licitante, via sistema eletrônico, no momento de cadastro de sua proposta.

10.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA – REGISTRO CADASTRAL

10.2.1.1 Pessoa física (se admitida a participação no Termo de Referência): cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.2.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0079

da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.2.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.3.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.3.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.1.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4 QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA

10.4.1.1 Pessoa Jurídica - certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II.

10.5 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.5.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.6 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000080

10.6.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.7 No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Departamento de Licitações, por Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

10.11.1 A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.11.3 O Pregoeiro, motivadamente, poderá, caso julgue conveniente para o melhor atendimento do interesse público, com vistas a favorecer a competitividade no certame, aplicar o Acórdão 1.211/2021 do TCU.

10.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11 DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12 DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000081

12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão

12.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, podendo o Pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação do licitante vencedor, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado para a autoridade superior que poderá:

13.1.1 determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades

13.1.2 revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

13.1.3 proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

13.1.4 **adjudicar o objeto e homologar a licitação.**

13.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14 DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Para efeitos do Registro de Preços, são adotadas as seguintes definições:

14.1.1 Sistema de Registro de Preços – SRP – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

14.1.2 Ata de Registro de Preços – Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os quantitativos, preços, detentores da ata, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

14.1.3 Órgão Gerenciador – Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

14.1.4 Órgão Participante – Órgão ou Entidade da Administração Pública, que participou da etapa preparatória do procedimento licitatório precedente ao Registro de Preços;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

00082

14.1.5 Detentor da Ata – Licitante (s) vencedor (es) do certame na modalidade Concorrência ou Pregão, com preços registrados para futuros fornecimentos ou prestação de serviços.

14.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, será pelo período de 01(um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84, Lei 14.133/2021).

14.3 O preço registrado e a indicação dos respectivos Detentores da Ata serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

14.4 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.6 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial do município.

14.7 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.9 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.10 A contratação com os Detentores da Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de EMPENHO de despesa, observado o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

14.11 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 124 da Lei 14.133/2021;

14.12 O Preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos Detentores a Ata;

14.13 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

I - Convocar o Detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

II - Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido;

III - Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

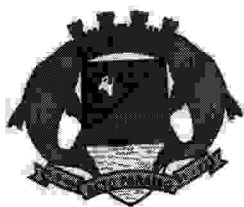
14.14 Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o Detentor da Ata, mediante pedido fundamentado, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, a Administração poderá:

I - manter, preferencialmente, a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;

II - considerar o valor solicitado pelo detentor como o máximo a ser concedido para a alteração;

III - poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo detentor;

IV - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

V - O preço registrado poderá ser revisto de ofício pelo órgão ou pela entidade gerenciadora em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

VI - Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou proceder à revogação do item, ou do lote, ou de toda a ARP, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obter a contratação mais vantajosa.

14.15 O Detentor da Ata terá seu registro cancelado, total ou parcialmente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, quando:

I - descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;

II - quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

III - nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;

IV - nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ARP, observado **Decreto Municipal n. 3165/2024 - regulamenta o SRP**;

V - por razões de interesse público, reduzida a termo no processo;

VI - por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

VII - quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

VIII - quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;

IX - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;

X - por ordem judicial.

15 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

15.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

15.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

15.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

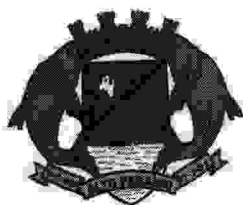
15.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no **Decreto Municipal n. 3165/2024 - regulamenta o SRP**;

15.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000084

pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16 DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 Os serviços/fornecimento ocorrerão pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021 por igual período, desde que comprovada a vantajosidade.

16.2 Os serviços deverão ser realizados em estrita conformidade com as disposições do Termo de Referência.

16.3 O Município de Alto Paraíso/PR, reserva-se o direito de não receber no todo ou em parte o serviço prestado em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório.

17 DO PAGAMENTO

17.1 A DETENTORA DA ATA deverá emitir a nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, somente quando solicitada pela Divisão de Contratos, oportunidade em que deverá indicar, na nota fiscal, o código de serviço adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação.

17.2 O atesto do gestor na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento desta.

17.3 A DETENTORA DA ATA deverá realizar as devidas retenções na Nota Fiscal, no que couber.

17.4 A DETENTORA DA ATA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

17.5 Caso a DETENTORA DA ATA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

I - será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória;

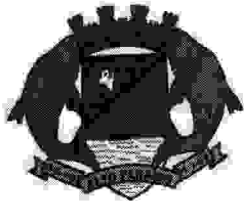
17.6 A Prefeitura compromete-se a efetuar o pagamento até o 30º (trigésimo) dia a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

17.7 No caso do não pagamento da nota fiscal até o 30º (trigésimo) dia, por culpa exclusiva do Município, será efetuada a atualização monetária do 31º (trigésimo primeiro) dia até a data da efetiva quitação, para tanto fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada pro rata die, em observância ao que dispõem a Lei n. 14.133/2021;

17.8 O preço será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas na Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações e no Decreto Municipal que regulamenta o SRP.

17.9 Poderá haver reequilíbrio, sendo este solicitado pela empresa e aceito pela administração municipal, devendo a empresa solicitante apresentar elementos que comprove o aumento dos insumos.

17.10 As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício, sendo informada no momento da contratação. A dotação orçamentária também poderá ser informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0085

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

18 DAS SANÇÕES E PENALIDADES

18.1 Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, comete infração administrativa o licitante ou contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, também comete infração administrativa o licitante não mantiver a proposta em especial quando:

18.2.1 Não enviar a proposta adequada ao ultimo lance ofertado ou após negociação;

18.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.2.4 Deixar de apresentar amostra;

18.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

18.3 Para os responsáveis pela prática das infrações administrativas previstas no item acima serão aplicadas as sanções administrativas: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Alto Paraíso/PR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.4 ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

18.5 MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do Pregão Eletrônico e compreenderá:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

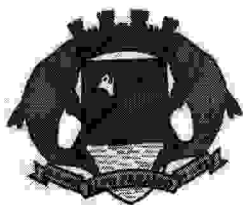
(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

18.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Município poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual.

18.7 Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

18.8 Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o Município inscreverá o valor em dívida ativa.

18.9 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0086

18.10 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

18.11 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Município de Alto Paraíso/PR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;

18.12 É admitida a reabilitação da credenciada perante o Município, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.13 Além das penalidades citadas, a(s) CONTRATADA ficará(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

18.14 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração, a(s) CONTRATADA(S), conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.

18.15 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

18.16 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

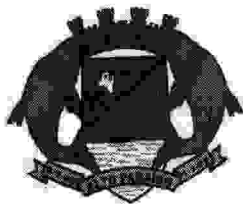
19 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1 A Gestão e a fiscalização administrativa serão exercidas por responsáveis designados pela secretaria solicitante.

19.2 Será de responsabilidade do Fiscal dar recebimento provisório dos serviços e fornecimentos, que procederá a conferência e verificação das quantidades e sua conformidade com as especificações neste Edital e da legislação de regência.

19.3 Constatadas irregularidades na execução, a Contratada será notificada e a Contratante poderá:

19.3.1 se disser respeito à quantidade de serviço executado, especificação, vícios de qualidade, funcionamento ou impropriedade para uso, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua



substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
19.3.2 na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
19.3.3 se disser respeito à diferença de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
19.3.4 Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, serão encaminhados os fatos ocorridos à autoridade superior, para apuração e responsabilização.
Caso não haja qualquer improbidade explícita, será emitido o Termo de recebimento que comprove a exatidão da prestação de serviços, para posterior apresentação de nota Fiscal, pela Contratada, para fins de pagamento.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 O inteiro teor deste edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://www.altoparaíso.pr.gov.br>, no seguinte link: Licitações – Editais – Pregão Eletrônico.

20.2 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

20.4.1 Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, podendo, para tanto, ser utilizado o site oficial do município, <http://www.altoparaíso.pr.gov.br>, <licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br> ou serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da plataforma, www.bll.org.br.

20.4.2 As impugnações cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, deverão ser fundamentadas e dirigidas ao Pregoeiro Oficial, podendo ser protocolizadas junto à Equipe de Apoio, situada na AV. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro, Alto Paraíso/PR, CEP 87.528-000 no horário das 08:00 às 17:00 horas, ou enviadas via postagem, ou ainda, por meio do site oficial do município, <http://www.altoparaíso.pr.gov.br>, <licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br> ou ainda, serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da plataforma BLL, www.bll.org.br.

20.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

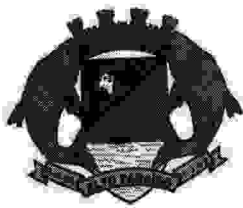
20.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

20.7 As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site oficial deste município, <http://www.altoparaíso.pr.gov.br>, bem como no site de realização deste certame, www.bll.org.br, para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

21 DOS PADRÕES ÉTICOS

21.1 Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação.

21.2 Para a execução do contrato objeto deste processo, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação vantagens financeiras ou administrativas, ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele relacionado, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0088

22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 A participação neste certame implica a aceitação integral e irrevogável dos termos do Edital.

22.2 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial deste município, <http://www.altoparaíso.pr.gov.br/licitacoes>, bem como no site de realização do certame, www.bll.org.br.

22.11 O aviso do edital será publicado no Diário Oficial do Município, endereço www.ilustrado.com.br, em jornal de circulação, afixado no mural de avisos da Prefeitura municipal e divulgado no portal da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR <http://www.altoparaíso.pr.gov.br/licitacoes>.

22.12 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Xambrê/PR.

23 ANEXOS

23.1 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

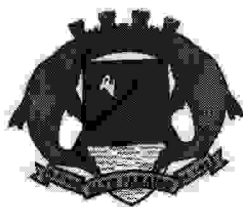
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES;

ANEXO IV – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Alto Paraíso - PR., 13 de Novembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I - T E R M O D E R E F E R Ê N C I A

INTRODUÇÃO:

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO DA AQUISIÇÃO	
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO
X	COMPRAS (AQUISIÇÃO)

DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

Justificativa da necessidade da contratação:

1. Atendimento às Necessidades Nutricionais Específicas

- **Populações em Vulnerabilidade:** Idosos, crianças, pacientes com doenças crônicas e pessoas com condições que dificultam a alimentação normal precisam de suporte nutricional adequado para manter a saúde e qualidade de vida.
- **Avaliação Social:** A assistência social identifica casos de indivíduos com risco de desnutrição e baixa ingestão de nutrientes, sendo necessário o fornecimento de produtos que atendam às suas necessidades nutricionais específicas, conforme avaliação técnica.
- **Fórmulas e Suplementos Específicos:** Pessoas com restrições alimentares ou condições clínicas específicas (como diabetes, insuficiência renal, entre outras) necessitam de fórmulas e suplementos desenvolvidos para atender a essas necessidades particulares.

2. Cumprimento de Ordens Judiciais

- **Direito à Saúde:** De acordo com a Constituição Federal, o direito à saúde é garantido, e cabe ao estado prover condições mínimas para a manutenção da saúde e bem-estar dos cidadãos.
- **Atendimento a Decisões Judiciais:** Ordens judiciais muitas vezes determinam a concessão desses produtos para pacientes que não possuem condições de arcar com os custos, especialmente quando se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

3. Prevenção de Complicações de Saúde e Hospitalizações

- **Redução de Internações e Complicações:** A oferta adequada de nutrição enteral e oral ajuda a evitar o agravamento de condições de saúde, reduzindo a necessidade de hospitalizações e tratamentos mais intensivos, que representam custos elevados para o sistema de saúde.
- **Manutenção da Qualidade de Vida:** Pacientes que recebem o suporte nutricional adequado apresentam melhor recuperação e qualidade de vida, resultando em menor demanda por atendimento médico e hospitalar frequente.

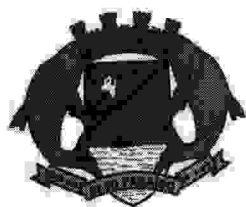
4. Segurança e Qualidade dos Produtos Nutricionais

- **Suplementação Segura e Qualificada:** Os produtos adquiridos devem seguir rigorosos padrões de qualidade e segurança, garantindo que cada fórmula, leite ou suplemento atenda às necessidades nutricionais sem causar danos à saúde dos usuários.
- **Adequação às Normas Sanitárias:** A aquisição de produtos de nutrição enteral e oral deve obedecer às normas sanitárias vigentes, garantindo que os itens estejam dentro da validade e sejam devidamente armazenados.

5. Eficiência no Atendimento às Demandas Sociais

- **Agilidade e Continuidade:** A aquisição contínua desses produtos permite responder de forma rápida e eficiente às demandas que chegam por meio da assistência social ou de ordens judiciais, evitando interrupções no fornecimento de alimentos essenciais para pessoas em estado de necessidade.

Economia e Planejamento: Aquisições planejadas e contínuas permitem uma gestão de estoque mais eficiente e a possibilidade de economizar com compras em maior escala, reduzindo os custos ao longo do tempo.



2. DO OBJETO:

2.1 O presente termo tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.**

3.DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1 os bens/serviços objeto da contratação pretendida possuem as seguintes especificações:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	TROPHIC BASIC 800 G	UND	120	68,38	8.205,60
MÍNIMO DESEJADO: TROPHIC BASIC (PÓ) LATA DE 800 G.					
2	NUTRI DIABETIC 1L	UND	360	33,52	12.067,20
MÍNIMO DESEJADO: NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)					
3	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS	UND	240	165,83	39.799,20
MÍNIMO DESEJADO: PEPTAMEN JUNIOR 400GR					

3.1.1 O Custo estimado é de **R\$ 60.072,00 (sessenta mil e setenta e dois reais)**, o qual está de acordo com o praticado no mercado.

3.2 O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme Art. 6º Inc. XIII, Lei nº 14.133/2021, e justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;

3.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

3.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE MESES) contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

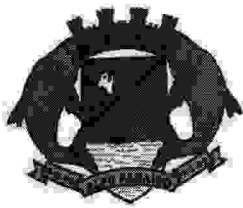
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - 18, § 1º, VII da Lei n. 14.133/21

1. Identificação das Necessidades Nutricionais

- **Avaliação Social e Médica:** Inicia-se com uma avaliação detalhada das necessidades nutricionais dos beneficiários, realizada por equipes de assistência social e saúde. Isso permite identificar os grupos de risco e aqueles que precisam de suplementos ou fórmulas específicas, como crianças, idosos, e pessoas com condições crônicas.
- **Segmentação dos Produtos:** Com base nas avaliações, os produtos são segmentados em categorias, como fórmulas infantis, nutrição enteral e suplementos para pacientes com doenças específicas (diabetes, insuficiência renal, etc.), para garantir que cada pessoa receba a nutrição adequada.

2. Seleção de Fornecedores e Contratação

- **Fornecedores Especializados e Certificados:** Seleção de fornecedores com experiência no fornecimento de produtos de nutrição clínica, preferencialmente aqueles já atuantes em hospitais e unidades de saúde. Todos devem estar em conformidade com a legislação sanitária, como certificação pela ANVISA.
- **Contratos de Longo Prazo com Condições Flexíveis:** Estabelecimento de contratos de fornecimento contínuo, com flexibilidade para ajustes de quantidades conforme a demanda, permitindo estabilidade de preços e garantia de abastecimento.
- **Parceria com Empresas com Logística Ágil e Abrangente:** Escolha de empresas que ofereçam um sistema de distribuição capaz de realizar entregas em diversas localidades,



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0091

assegurando que o estoque seja mantido e que os produtos cheguem aos pontos de entrega de forma rápida e segura.

3. Logística e Distribuição

- **Armazenamento Adequado:** O fornecedor deve ter condições de armazenar e transportar os produtos conforme as exigências de conservação (temperatura, umidade), para manter a integridade dos suplementos, leites e fórmulas.
- **Entrega Programada e Pontual:** Definição de um cronograma de entregas periódicas para evitar rupturas de estoque e garantir a continuidade do atendimento.
- **Distribuição Regionalizada:** As entregas são organizadas de forma regionalizada, permitindo que unidades de saúde e centros de assistência social recebam os produtos de acordo com a demanda local.

4. Atendimento a Ordens Judiciais

- **Agilidade e Transparência no Atendimento:** Para responder rapidamente a ordens judiciais, o sistema de distribuição permite priorizar entregas urgentes e realizar ajustes de quantidades para atender beneficiários em situação de emergência.
- **Documentação Completa:** Cada produto fornecido é acompanhado de documentos que comprovem a sua conformidade e qualidade, facilitando a prestação de contas e a resposta a determinações legais.

5. Controle e Monitoramento do Estoque

- **Sistema Integrado de Controle de Estoque:** Utilização de um sistema informatizado para monitorar o estoque em tempo real, gerenciando os lotes, prazos de validade e distribuição dos produtos.
- **Relatórios Periódicos:** Relatórios detalhados são gerados periodicamente para facilitar o acompanhamento do consumo, controlar os gastos e garantir a transparência na utilização dos recursos.

6. Suporte Técnico e Orientação Nutricional

- **Equipe Técnica Disponível:** O fornecedor disponibiliza uma equipe de especialistas em nutrição e saúde para prestar suporte técnico e orientações sobre o uso dos produtos, em caso de dúvidas das equipes locais ou dos beneficiários.
- **Orientação e Treinamento para Manipulação Segura:** Realização de treinamentos para as equipes de saúde que manipulam os produtos, garantindo o uso correto e seguro das fórmulas e suplementos, especialmente em casos de nutrição enteral.

7. Monitoramento e Avaliação de Qualidade

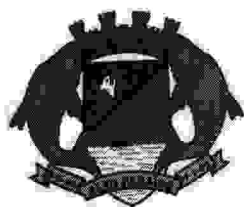
- **Avaliação de Satisfação dos Beneficiários:** Periodicamente, a equipe de assistência social realiza uma pesquisa de satisfação entre os beneficiários para avaliar a aceitação dos produtos e identificar possíveis ajustes.
- **Revisão de Qualidade com Base em Feedback:** A qualidade dos produtos é revisada de acordo com o feedback das equipes de saúde e dos beneficiários, assegurando que o contrato atenda ao que foi previsto e permitindo melhorias contínuas.

8. Documentação e Relatórios para Compliance

- **Relatórios para Auditoria e Prestação de Contas:** A cada período de entrega, relatórios detalhados com lotes, prazos de validade e distribuição dos produtos são gerados para controle interno e atendimento às exigências de auditoria.
- **Documentação para Ordens Judiciais:** Fornecimento de documentos específicos para cumprimento de ordens judiciais, garantindo a transparência e agilidade no atendimento às demandas legais.

Benefícios da Solução

Essa solução abrangente oferece um sistema organizado e eficiente de fornecimento de produtos nutricionais, com foco em segurança, continuidade e adequação às necessidades específicas de cada beneficiário. O planejamento detalhado de logística e o monitoramento contínuo permitem responder de forma ágil a novas demandas, evitando desabastecimento e garantindo o cumprimento de ordens judiciais de forma humanizada e responsável.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

140092

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	UNIDADE
26696	339032020000	MED. PARA USO DOMICILIAR	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26698	339032020000	MED. PARA USO DOMICILIAR	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26742	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26744	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

6.1. Os bens têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e qualidade industrial, no caso ABNT e INMETRO. Marcas e modelos que não atendem o descritivo serão reprovados.

6.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.3 dos critérios de aceitabilidade:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	TROPHIC BASIC 800 G	UND	120	68,38	8.205,60
MÍNIMO DESEJADO: TROPHIC BASIC (PÓ) LATA DE 800 G.					
2	NUTRI DIABETIC 1L	UND	360	33,52	12.067,20
MÍNIMO DESEJADO: NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)					
3	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS	UND	240	165,83	39.799,20
MÍNIMO DESEJADO: PEPTAMEN JUNIOR 400GR					

6.4 Requisitos da entrega e recebimento:

6.4.1 A responsabilidade da empresa contratada, decorrente do presente Termo de Referência, estará vinculada ao que dispõe a Lei nº 8.078 de 11/09/90 (Código de Proteção de Defesa do Consumidor).

6.4.2 O prazo de entrega dos bens é de **20 (VINTE) DIAS**, contados do recebimento da respectiva ordem de compra e/ou serviço.

6.4.3 os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: AV. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro, Alto Paraíso, Estado do Paraná, ou no local indicado pelo requisitante.

6.5. Do Recebimento

6.5.1 O recebimento do serviço pela fiscalização se dará em duas etapas: provisoriamente e definitivamente.

6.5.2 do recebimento provisório: O recebimento provisório ocorrerá imediatamente após o recebimento dos itens objeto deste Termo de Referência, representada pela checagem das condições.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000099

6.5.3 do recebimento definitivo: O recebimento definitivo estará configurado após a análise que comprove a conformidade dos serviços com os padrões estabelecidos no presente Termo de Referência, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após o recebimento provisório.

6.6 Garantia

6.6.1 A garantia dos bens/materiais deve obedecer aos dispositivos do código de defesa do consumidor.

6.6.2 durante o prazo de validade a empresa CONTRATADA fica obrigada a substituir o (s) serviços (s) sempre que houver vício.

7. Da forma de contratação

7.1 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2 Da documentação necessária

Para fornecimento dos bens pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021:

- 7.2.1 Certidão de Débitos Relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- 7.2.2 Certidão Regularidade do FGTS - CRF;
- 7.2.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;
- 7.2.4 Certidão Negativa da Situação Fiscal Estadual;
- 7.2.5 Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 7.2.6 outros que sejam necessários para a realização do certame.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no decreto nº 3187/2024, que “Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná-PR”.

8.1 Das obrigações e responsabilidades da contratada

8.1.1 Entregar os materiais de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência

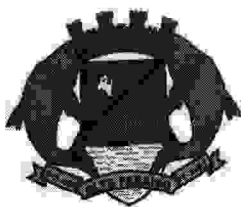
8.1.2 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Município de Alto Paraíso-PR.

8.1.3 Providenciar pessoal necessário para transporte, carga e descarga dos materiais.

8.1.4 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.

8.1.5 Custear o frete referente à entrega e devolução dos materiais defeituosos, dentro do prazo de garantia.

9 Das obrigações da contratante



- 9.1.1** acompanhar, controlar e fiscalizar o andamento do projeto através do servidor designado;
- 9.1.2** assegurar à empresa o recebimento do crédito decorrente do adimplemento de suas obrigações;
- 9.1.3** comunicar, com antecedência razoável, qualquer alteração que eventualmente poderá advir durante a execução do contrato;
- 9.1.4** receber o objeto em conformidade com o especificado no Termo de Referência;
- 9.1.5** intervir na execução do Contrato, caso seja necessário, a fim de assegurar o seu fiel cumprimento e a regularidade dos serviços prestados e das normas pertinentes;
- 9.1.6** ordenar as correções, reparos, alterações ou substituições que se fizerem necessárias;
- 9.1.7** A ausência de previsão expressa neste item não exclui outras que estejam dispostas no bojo do Termo de Referência, edital e contrato, bem como na legislação vigente.

9.2 Da gestão e fiscalização do contrato

9.2.1 O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de servidor designado pela Prefeitura mediante Portaria, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e o qual de tudo dará ciência ao contratado, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2 Caberá ao servidor designado atestar e encaminhar a Nota Fiscal, a ser entregue pela empresa, para efeito de pagamento do mesmo.

9.2.3 O servidor deverá zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

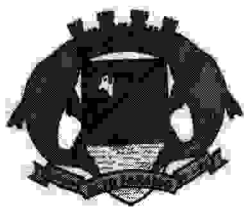
10.1 O pagamento será efetuado pelo Município, na ordem cronológica, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante recebimento definitivo do objeto, cujo pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados, diretamente ao fornecedor.

10.2 O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela empresa, em todos os locais e resolução de todas as pendências.

10.3 Nota fiscal

Após a entrega dos serviços realizados, a empresa deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, a qual deverá constar as indicações nas observações referentes ao empenho e Secretaria gestora. Caso a mesma for apresentada com erro será devolvida à empresa para retificação e representação.

As empresas não optantes pelo sistema de tributação “Simples Nacional” deverão informar na nota fiscal a alíquota de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).



11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto nesse termo de referência, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, no caso de lances iguais prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

12. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O futuro contrato vigorará durante o prazo de 12(doze) meses, tendo como termo inicial do contrato a sua assinatura. Este poderá ser prorrogado por igual período caso a administração julgue vantajoso.

14. DO PRAZO

Após recebimento do empenho a empresa tem o prazo de **20 (vinte) dias** para efetuar a entrega dos produtos conforme o objeto do contrato.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 com as alterações posteriores as seguintes sanções de acordo com o Decreto Municipal nº 3023/2023, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

16. DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

Para fazer jus ao reequilíbrio econômico ou reajuste de preços, ficará a Contratada sujeita às regras e orientações da Lei 14.133/21.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 na proposta de preço devem estar incluídas todas as despesas e custos, como transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto da licitação.

17.2 Naquilo que for omissa o presente Termo de Referência, reger-se-á pelo Decreto Municipal n.º 3191/2024, que “Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Alto Paraíso-Pr”, pela lei 14.133/2021 e outras normas legais em vigor que se apliquem.

17.3 será motivo de desclassificação as propostas apresentadas sem a MARCA dos produtos.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 096
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 60.072,00 (sessenta mil e setenta e dois reais)**.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 3186/2024, que “Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Alto Paraíso-PR”.

O valor obtido é proveniente de pesquisa de mercado, e o valor final foi obtido com base em cálculo da média aritmética dos orçamentos recebidos.

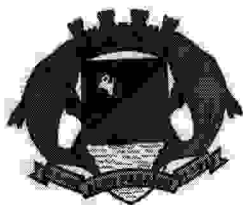
Alto Paraíso - PR., 13 de Novembro de 2024.

Elaborado por:

ALINE ALVES DOS SANTOS
MATRÍCULA FUNCIONAL 1379-1

Autorizado por:

DERCIO JARIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Autoridade Competente



ANEXO – II
MODELO DE PROPOSTA

Apresentamos nossa proposta para execução do objeto descrito abaixo, conforme edital do Pregão Eletrônico nº.xx/2024, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DA EMPRESA:	
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO: (Representante que irá assinar a Ata de RP).	
RG – Órgão Emissor:	CPF:
ENDEREÇO COMPLETO:	
EMAIL e TELEFONE:	
BANCO, AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA:	

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1						
2						

Obs.: Os descritivos deverão ser incluídos exatamente conforme consta no TERMO DE REFERENCIA.

PROPOSTA TOTAL: R\$ (Por extenso)

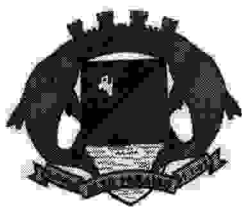
VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

LOCAL E DATA

Nome e assinatura do Representante da empresa



ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

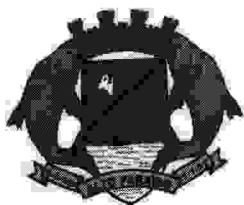
Declaração de:

- 1. Cumprimento dos Requisitos de Habilitação,**
- 2. Capacidade de Fornecimento;**
- 3. Inexistência de Fato Superveniente;**
- 4. Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;**
- 5. Declaração relativa à proposta econômica, em conformidade com o art. 63, § 1º da lei federal nº 14.133/21.**
- 6. Declaração de responsável para assinatura da ata/contrato, ou pelo recebimento da autorização de fornecimento.**
- 7. Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.**
- 8. Declaração de Responsabilização Criminal e Cível.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2024

O signatário da presente, em nome da proponente (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada (endereço completo) _____ declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/____, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório. Declara, ainda, ter conhecimento das condições estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente que comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza é infração passível de responsabilização.
2. DECLARA que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024, nas quantidades e nos prazos previstos.
3. DECLARA que Até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº ____/____, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, DECLARA que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.8 do respectivo instrumento convocatório.
4. DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
5. DECLARA para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
6. DECALRA para os devidos fins, que assinarei a ata/contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.



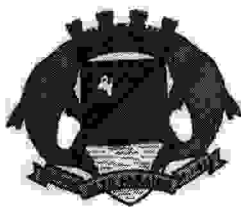
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 00099
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7. DECLARA que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

8. DECLARA por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

Local e Data

(assinatura, nome e CPF do mandante)



ANEXO IV
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024.

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

O(A)...(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ..., na cidade de ..., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..., neste ato representado(a) pelo(a) ... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ... de ... de ... de 202..., publicada no ... de ... de ... de ..., portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº /202..., publicada no ... de ... /... /202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 3165, de 2024 que regulamenta o SRP, e em conformidade com as disposições a seguir:

CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUJEIÇÃO DAS PARTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..., especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo ... [do edital de Licitação nº /20..], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM DO TR	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTE)						
X	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE EXIGIDA NO EDITAL)	MODELO (SE EXIGIDO NO EDITAL)	UNIDADE	QTDE	VALOR UN	PRAZO GARANTIA OU VALIDADE

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S) [Vide caput do art. 86 da lei 14133]

3.1. O órgão gerenciador será o ...(nome do órgão) ..

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)



4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Da Alteração dos Quantitativos

4.10. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR⁰¹⁰²

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. O quantitativo registrado será automaticamente renovado, quando o órgão gestor optar pela renovação da validade da Ata por mais 01 (um) ano, nos termos do Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP, que Regulamenta o SRP.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial do município.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000103

ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

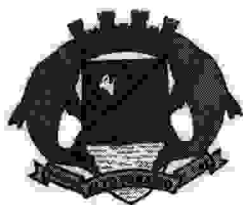
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

00104

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

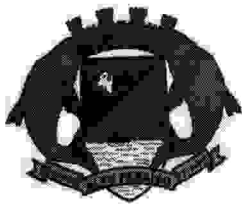
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade Decreto Municipal nº 3165, de 2024 que regulamenta o SRP.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

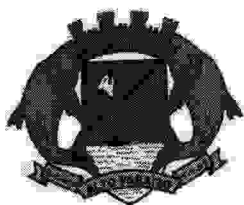
11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .. (..) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

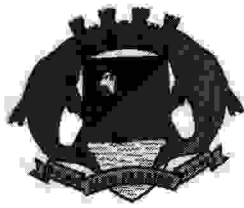
Local e data



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0106
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. ____/2024.

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE Alto Paraíso/PR, E ____

O MUNICÍPIO DE ____/PR, com sede na _____, n. ____, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob n° _____, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. _____, residente e domiciliada neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n° _____, com sede na Rua _____, n. ____, Bairro _____, município de ____-MG, neste ato representado por _____, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 3165, de 2024 que regulamenta o SRP, consolidada, e Processo Licitatório nº ____/2024, Modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº ____/2024, celebrar o presente contrato nas cláusulas e condições a seguir:

AUTORIZAÇÃO

A lavratura do presente contrato foi autorizada pela Autoridade Superior do município, a qual adjudicou o objeto ao vencedor, ora denominado contratado, e homologou o resultado da licitação, ato de ____ / ____ /2024, o qual consta dos autos.

CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SUJEIÇÃO DOS CONTRATANTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Descrição completa do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE EXIGIDA NO EDITAL)	MODELO (SE EXIGIDO NO EDITAL)	UNIDADE	QTDE	VALOR UN	VRL TOTAL

1.3 O fornecedor deverá fornecer o objeto em conformidade como previsto no edital, **vedado, especialmente:**

1.4.1 O fornecimento de objeto com características, qualidade e quantidade diversas do licitado;

1.4.2 O atraso injustificado no fornecimento;

1.4.3 A entrega do objeto em local, horário e demais condições diversas do previsto;

1.4.4 O recebimento, por servidor da contratante, de objeto diverso do que consta da Ordem de Fornecimento;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

010108

- 1.4.5 O fornecimento de objeto de forma parcial, quando a ordem de fornecimento for total;
- 1.4.6 O fornecimento de objeto sem a competente ordem de fornecimento.
- 1.4 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar arbitrariedades na execução do contrato, podendo acompanhar livremente a execução/entrega.
- 1.5 O servidor municipal tem o dever legal de denunciar abusos e arbitrariedades na execução contratual, sujeitando-se à apuração das responsabilidades.
- 1.6 Todas as vedações acima caracterizam infração contratual e poderão ser sancionadas, de acordo com a gravidade do ato e com o interesse público prejudicado.
- 1.7 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:
- a) Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2024. e seus anexos;
- b) Proposta de interesse da CONTRATADA;
- 1.8 Os documentos referidos no item 1.7, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLAUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

- 3.1 O prazo de vigência da contratação é de ____ dias contados do (a) publicação no PNCP, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência decenal.
- 3.1.1 Os contratos justificadamente celebrados em caso de urgência poderão ter eficácia a partir de sua assinatura, nos termos do artigo. 94 da Lei 14.133 de 2021.
- 3.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, antes de vencimento do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1 os modelos de gestão e de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1 O valor total da contratação é de R\$. ()
- 5.2 no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1 O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos.
- 6.1.1 Serão pagas as quantidades efetivamente entregues e atestadas, após a competente liquidação.
- 6.2 Demais disposições acerca do pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.
- 7.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000109

7.3 Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será registrado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9.1 A Administração terá o prazo de até 30 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 dias;

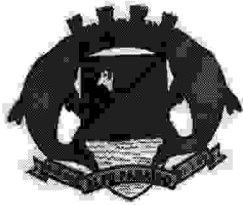
8.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

9.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.9 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

9.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.16 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário (quando existente), com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000111

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo risco de descumprimento das obrigações por parte da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

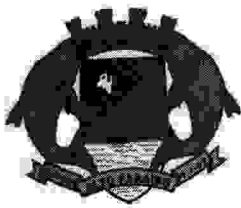
12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0112

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, se não for prorrogado.

13.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.1.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.4.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

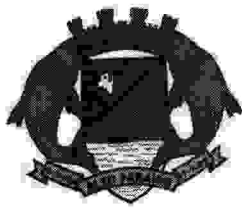
13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000113

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	UNIDADE
26696	339032020000	MED. PARA USO DOMICILIAR	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
26698	339032020000	MED. PARA USO DOMICILIAR	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
26742	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
26744	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 No contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 A supressão, se amigável, devidamente motivada, poderá exceder, razoavelmente, o limite previsto no item anterior.

16.4 Os acréscimos e supressões não poderão ser compensados entre si, devendo ser realizados cálculos separados, aplicado o limite de 25% a cada tipo de alteração.

16.1 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

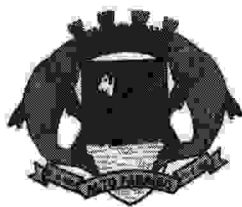
17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, no prazo de 20 dias úteis, como condição indispensável para a eficácia do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Xambrê/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Alto Paraíso/PR, de de 2024.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000114

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal, para emissão PARECER JURÍDICO do objeto a ser licitado.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso –PR.

13 do mês de Novembro de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR-

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900– Fone/Fax (44)3664-1320

0115

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

Processo Administrativo Nº 0102/2024

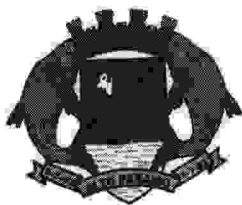
OBJETO: “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.”

1 – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo que visa a aquisição de areia média, por meio de Registro de Preços, fundamentada na **Lei nº. 14.133/2021**.

Presente nos autos os seguintes documentos:

1. Documento de Formalização da Demanda, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.
2. Portarias de designação do Servidor responsável pela Pesquisa de Preços e Agente de Contratação e Equipe de Apoio.
3. Relatório de Pesquisa de Preços, juntamente com as fontes de pesquisa.
4. Estudo Técnico Preliminar, elaborado por Servidor e revisado e assinado pela Secretaria solicitante e Matriz de Risco;
5. As declarações de disponibilidade e indicação de recurso orçamentários, emitidas pelos setores competentes de finanças e contabilidade.
- 6- Autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Dércio Jardim Jr.
7. Portaria de designação do Agente de Contratação e Agente de Apoio.
8. Edital de Pregão e Termo de Referência juntamente com o anexo, devidamente assinado pelo responsável pela elaboração e aprovado pela autoridade competente.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900– Fone/Fax (44)3664-1320

000116

9. solicitação de parecer Jurídico, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021.

Oportuno, portanto, esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.

É o sucinto relatório.

2. OBJETO DE ANÁLISE

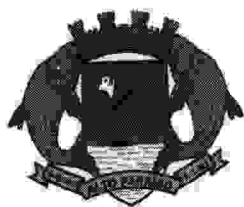
Inicialmente, cumpre informar que a análise dos aspectos técnicos da presente licitação não se trata de tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico.

Presume-se, então, que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, quantidades, requisitos, especificações e etc., bem como quanto à pesquisa de preços tenham sido regularmente apuradas pela área técnica do consulente e conferidas pela autoridade responsável pela contratação.

Portanto, não nos cabe analisar se o preço está realmente conforme o valor de mercado ou se as quantidades estimadas efetivamente correspondem às necessidades do órgão assessorado, além da metodologia utilizada pelo responsável pela pesquisa, em razão desta Procuradora Jurídica carecer de tais conhecimentos.

Tais aspectos técnicos são assuntos que fogem da alçada de competência desta Procuradoria.

Reforçamos o entendimento de que o parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, desde que de forma fundamentada.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900- Fone/Fax (44)3664-1320

010117

3. FUNDAMENTAÇÃO

Destaca-se que ao buscar satisfazer o interesse público, que é norteado pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, a regra é a ocorrência de licitação, conforme indica o inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assegurando a igualdade de condições aos concorrentes que possam vir a pactuar contrato com o ente.

Nesse diapasão, a Lei nº. 14.133/21 estipulou que, para aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado para a contratação, a modalidade licitatória a ser utilizada para efetivar o contrato é, obrigatoriamente, o pregão, conforme conceitua o art. 6º, inciso XLI da referida Lei, vejamos:

“Art. 6º...

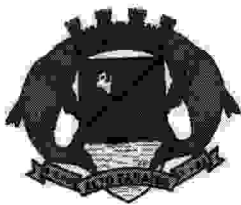
(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Quanto ao rito procedimental a ser seguido, o art. 29 da Lei 14.133/21, dispõe que:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. (grifo nosso)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900- Fone/Fax (44)3664-1320

000118

Nesse contexto, tendo em vista que o Consulente tem como objeto do processo licitatório a *“aquisição leite, formulas e suplementos alimentares, etc.”*, é notória a adequação da modalidade Pregão para a referida licitação que tem como finalidade a aquisição de *bens comuns*, conforme constou do Estudo Técnico Preliminar.

Feitas tais considerações, adentra-se ao mérito procedimental do caso em tela. O artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, determina os requisitos a serem observados na fase preparatória (fase interna) do processo licitatório, sendo eles:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

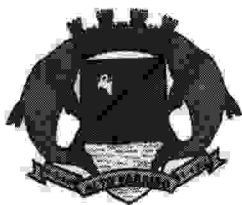
II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900- Fone/Fax (44)3664-1320

000119

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

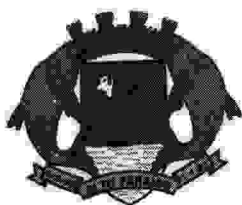
IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Quanto ao *estudo técnico preliminar*, o §1º do artigo anteriormente mencionado, prevê que:

Art. 18, § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900- Fone/Fax (44)3664-1320

000120

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

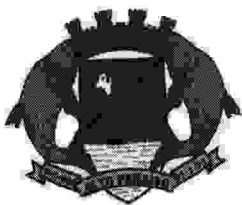
V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900- Fone/Fax (44)3664-1320

000121

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

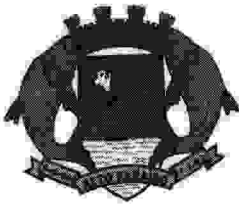
XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

No que tange ao estudo técnico preliminar apresentado nos autos, que deverá evidenciar a melhor solução para a demanda da Administração, observa-se que possui todos os elementos elencados no art. 18, §1º, estando, portanto, em harmonia com o mínimo exigido pela legislação.

Verifica-se, que nos termos registrado no Estudo Técnico Preliminar de, não está esclarecido se a aquisição está prevista a outras peças de planejamento



(PPA, LDO, LOA), no entanto, afirma-se que ainda não está inclusa no PCA, pelo fato de o Município ainda não ter elaborado e regulamentado o mesmo.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação; a autorização da Autoridade competente para a instauração do processo de contratação; o estudo técnico preliminar; a pesquisa mercadológica e designação do servidor responsável por sua realização, a previsão de dotação orçamentária; o termo de referência; a portaria e a designação do agente de contratação e a minuta de edital.

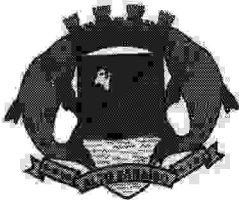
Assim, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais. E inclusive, nos termos apresentados na justificativa, resta patente a sua necessidade, tendo em vista a aquisição do objeto.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto; justificativa e objetivo da licitação; classificação dos objetos comuns; prazo de entrega e condições de execução; condições de pagamento; dotação orçamentária; fiscalização do contrato.

Assim, o termo de referência, contém, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Prosseguindo, analisando a minuta de edital, observa-se o cumprimento de todos os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública. Inclusive, o documento foi submetido à análise jurídica contendo todos os seus anexos, incluindo a minuta de ata.

Ademais, a minuta do Edital veio com os seguintes itens discriminados: sessão pública; definição do objeto; recursos orçamentários; condições de participação; encaminhamento e elementos da proposta; habilitação; recurso;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900– Fone/Fax (44)3664-1320

000123

adjudicação e homologação do certame; pedido de esclarecimentos e impugnação ao edital; disposições finais; e foro de julgamento.

E, ainda, a minuta de ata conta com seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, fiscalização do contrato, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações e reajustes, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

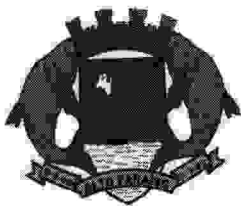
Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado pelo artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

O artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos. Portanto, assim como o Edital, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas pela Lei nº 14.133/2021.

Além do mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção, uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

Ainda, o critério de seleção da proposta como sendo o “menor preço” e o modo de disputa “aberto”, mostram-se adequados para a modalidade determinada pelo legislador.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900– Fone/Fax (44)3664-1320

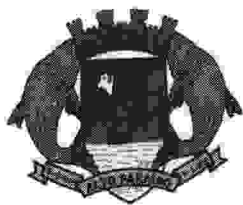
00124

De forma bastante acertada, a minuta, também, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fim de regência da contratação em comento. Verifica-se que a presente licitação se dará de forma **exclusiva para ME/EPP**, com o fim de cumprir com o estabelecido pela Lei 14.133/2021 e Lei complementar 123/06.

Outrossim, foi devidamente justificada a regionalidade parcial (10%) para participação do presente certame, com base Nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, Art. 2º, inciso V, § 2º da Lei Complementar Municipal nº 109/2021, os quais efetivam o incentivo ao desenvolvimento sustentável, bem como a promoção da prática empresarial em âmbito local, sendo dado prioridade parcial para a participação neste certame de empresas enquadradas como Microempresas, empresas de Pequenas Empresas e equiparadas sediadas na Microrregião Geográfica de Umuarama, compreendendo os seguintes Municípios: **Alto Paraíso/PR; Alto Piquiri/PR; Altônia/PR; Brasilândia do Sul/PR; Cafetal do Sul/PR; Cruzeiro do Oeste/PR; Douradina/PR; Esperança Nova/PR; Francisco Alves/PR; Icaraíma/PR; Iporã/PR; Ivaté/PR; Maria Helena/PR; Mariluz/PR; Nova Olímpia/PR; Perobal/PR; Pérola/PR; São Jorge do Patrocínio/PR; Tapira/PR; Umuarama/PR; e, Xambrê/PR, (Fonte: <http://www.ipardes.pr.gov.br>).**

Outro ponto que merece destaque, afim que de as contratações públicas atinjam de fato o fim que almejam, é ser observada a segregação de funções, considerando que se trata de um princípio estampado no art. 5 da Lei 14.133/2021.

De acordo com o disposto no § 1º do artigo 7 da lei 14.133/2021, a designação dos agentes deverá ***“observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a***



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900– Fone/Fax (44)3664-1320

0125

possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação”.

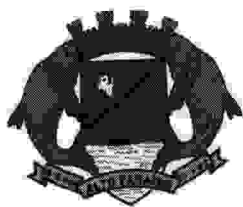
Ainda, deve ser considerado quando for o caso, seguir os preceitos do art. 86 da lei 14.133/2021 quanto a Manifestação de Interesse.

Por fim, quanto às possíveis dificuldades que possam se apresentar ante à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, registra-se que a minuta do Edital apresenta como local da sessão pública a plataforma BLL, não cabendo, por conseguinte, nenhuma gerência da publicação do Edital por essa Entidade, considerando que a publicação se dará de forma automática pela Plataforma Integrada. Considerando a obrigatoriedade a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e seus anexos, incluindo eventuais esclarecimentos apresentados e do termo de contrato no PNCP, além da publicação de extrato do edital no Diário Oficial, conforme preceitua o art. 54, *caput* e § 1º, e art. 94 da Lei 14.133/2021.

Se faz necessário também destacar, que após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de todos os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

Portanto, sobre o pressuposto material, o presente procedimento cumpriu todos os requisitos dispostos na legislação de regência, em concordância com o disposto acima, devendo observar e fazer as adequações dos pontos levantados e as orientações para um melhor andamento do certame.

Portanto, nos limites da atuação deste parecerista, compulsando os autos do procedimento que se encontra ainda em fase interna, verifica-se a conformidade do instrumento convocatório com os dispositivos legais vigentes e a regularidade material e formal do edital anexo, passível de buscar a melhor proposta que supra as necessidades do consulente na consecução do objeto licitado, encontrando-se a minuta do Edital adequada às regras constantes na Lei nº



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900– Fone/Fax (44)3664-1320

000126

14.133/2021, ressaltando-se que o presente parecer não abrange as questões de ordem contábil, ou mesmo técnica, quanto a quantitativos, melhor solução escolhida pela área requisitante e técnica, cálculo para apuração dos valores pelo setor de Pesquisa de Preços, as quais devem ser checadas junto ao setor responsável do Órgão.

4 – CONCLUSÃO;

Diante das considerações acima, desde que acatadas as recomendações com as devidas orientações e adequações, opina-se pela regularidade da fase interna e respectivas minutas apresentadas, sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, que se encontra em fase interna e trata-se de ***Pregão Eletrônico 065/2024.***

É o nosso parecer.

Alto Paraíso-Pr., 13 de Novembro de 2024.

Roberto Gonçalves Delfim
Procurador Jurídico
OAB-PR 58768



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0127

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos processo administrativo nº. 102/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com parecer jurídico que me foi solicitado

Alto Paraíso - Paraná, 13 de Novembro de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Agente de Contratação

Edital nº 65 | Processo 102/2024

[Portal Nacional de Contratações Públicas](#)

 [Entrar](#)

Última atualização 13/11/2024

Local: Alto Paraíso/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE ALTO PARAISO

Unidade compradora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim

Data de divulgação no PNCP: 13/11/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 14/11/2024 07:30 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 29/11/2024 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 95640736000130-1-000102/2024 **Fonte:** Governançabrasil.Tecnologia e Gestão em Serviços

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE LEITE FORMULAS SUPLEMENTOS ALIMENTARES NUTRICA0 ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIACAO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS CONFORME CONDIC0ES E ESPECIFICAC0ES ESTABELECIDAS NO EDITAL

Informação complementar:

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 68.38

Itens Arquivos Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	TROPHIC BASIC 800 G	120	R\$ 68,38
2	NUTRI DIABETIC 1L	360	R\$ 33,52
3	PEPTAMEN JUNIOR PO LATA 400 GRAMAS	240	R\$ 165,83

< Voltar

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o atudido comitê.

A adequação, fidedignidade e correte de informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ atendimento@portal.pncp.gov.br

📞 [0800-078-8000](tel:0800-078-8000)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





000130

BLL COMPRAS

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 65/2024

Nº PROC. ADM. 102/2024

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema. BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ALTO PARAISO, de acordo com a regulamentação Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. I realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN e tendo como autoridade DERCIO JARDIM JUNIOR.

PUBLICAÇÃO: 13/11/2024 13:08

INÍCIO REC. PROPOSTA: 14/11/2024 07:30

FIM REC. PROPOSTA: 29/11/2024 08:00

INÍCIO DISPUTA: 29/11/2024 08:16

TIPO DE LANCE: MENOR LANCE

TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

EXCLUSIVO ME: SIM

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 60.072,0000

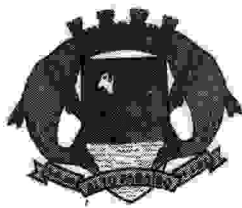
OBJETO DO PROCESSO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FORMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E DIAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Para demais informações contato via e-mail: licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br, telefone: 4436441320 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DnT01WQ_dhQ7IpkzvY76E5FOa9RVv48TUS2CmUcVvX0kqPkgEiAgR2mnpALS2bs%2F_M%2FI6%2FGnGnJicEnKvX0V3Q1UZKQKVICY3Pks7LBr4%3D

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

ALTO PARAISO-PR - 13/11/2024



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000131

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados que por intermédio de seu pregoeiro, Valdemir Ribeiro Sparapan, designado pela Portaria Municipal nº 046/2024 de 07 de Março de 2024, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob o Sistema de Registro de Preços, nas disposições contidas neste edital, para o seguinte.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, a presente licitação é destinada à participação exclusiva de ME E EPP.

De acordo com o Artigo 48, §3º, da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14, fica estabelecido à prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido verificado no certame. Entende-se como região a Microrregião de Umuarama, assim definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os seguintes Municípios: Alto Paraíso/PR; Alto Piquiri/PR; Altônia/PR; Brasilândia do Sul/PR; Cafezal do Sul/PR; Cruzeiro do Oeste/PR; Douradina/PR; Esperança Nova/PR; Francisco Alves/PR; Icaraima/PR; Iporã/PR; Ivaté/PR; Maria Helena/PR; Mariluz/PR; Nova Olímpia/PR; Perobal/PR; Pérola/PR; São Jorge do Patrocínio/PR; Tapira/PR; Umuarama/PR; e, Xambê/PR, (Fonte: <http://www.ipardes.pr.gov.br>), por ser a medida técnica e econômica mais vantajosa para Administração Pública, dada a possibilidade de aquisição do objeto por fornecedores desta qualificação tributária e potencial econômico, que resultara em maior vantajosidade a este ente, do ramo de atividade relativa ao objeto da contratação, e que atendam às condições de credenciamento do presente Edital, ato previsto legalmente, conforme Lei Complementar Municipal nº 109/2021 de 08 de Junho de 2021.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min horas do dia 29/11/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 08h01min às 08h15min horas do dia 29/11/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h16min horas do dia 29/11/2024.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 60.072,00 (sessenta mil e setenta e dois reais).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal 11.462 de 31 de Março de 2023, Decreto Municipal nº. 3192 de 21 de Fevereiro de 2024, Lei Complementar Municipal nº 109/2021 de 08 de Junho de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciado e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br ou em www.bl.org.br, conforme art. 55 da Lei Federal 14133/2021.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de Novembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicação

De: Licitação Alto Paraíso (licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br)

Para: leis@ilustrado.com.br

Data: quarta-feira, 13 de novembro de 2024 às 13:12 BRT

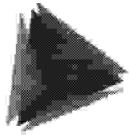
Boa tarde, publicar Edital de Licitação "Edital de Licitação - PE-065-2024-PMAP-PR"

att...

Valdemir Ribeiro Sparapan
Pregoeiro



Aviso de Licitação.doc
92kB

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ[Voltar](#)

Registrar processo licitatório

Informações Gerais

Município ALTO PARAÍSO

Entidade Executora MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

Os campos Ano, Nº e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM

Ano* 2024

Modalidade* Pregão

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade* 65

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

A licitação utiliza estes recursos? ☐

Número edital/processo* 1022024

Descrição do Objeto*
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE,
FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA
ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E
ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL

Forma de Avaliação Menor Preço

Dotação Orçamentária* 2669633903202000008021030100

☐ A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação? (artigo 34 da Lei Federal 13.303/2016)

Preço máximo/Referência de preço - 60.072,00

R\$*

Data de Lançamento do Edital 13/11/2024

Data da Abertura das Propostas 29/11/2024

Há itens exclusivos para EPP/ME? Sim

Há cota de participação para EPP/ME?

Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?

Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?

[Confirmar](#)CPF: 6633488971 ([Logout](#))

Nesh

NunesFarma
DESDE 1980

Rua Almirante Gonçalves, 2247
Curitiba, PR, Brasil
Cep: 80250-150
Fone: +55 41 2141-4100
Cel: +55 41 99214-4100
CNPJ: 75.014.167/0001-00
Ins. Estadual: 1014709467
nunesfarma@nunesfarma.com.br

Curitiba, 18 de dezembro de 2.023.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA**, com sede em Curitiba/PR, á Rua Almirante Gonçalves, 2247, inscrita no CNPJ 75.014.167/0001-00, representada pelo Sócio Diretor **Sr. FERNANDO CESAR DA SILVA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da CI/RG nº 3.915.320-3 PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 718.801.439-68, nomeia e constitui seu bastante procurador o **Sr. PAULO ANDREI BARAUS**, portador da CI/RG 8.083.895-6 PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.119.049-40, a quem confere poderes para representar a empresa outorgante, junto as Prefeituras Municipais, Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, para assinar contratos, assinar propostas de fornecimentos, declarações, desistir e interpor recursos, transigir e atuar em nome da empresa, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.









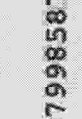
O PRESENTE INSTRUMENTO TERÁ VALIDADE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2.024.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente procuração.

FERNANDO
CESAR DA
SILVA:7188014
3968

Assinado de forma
digital por FERNANDO
CESAR DA
SILVA:71880143968
Dados: 2023.12.18
12:03:09-03'00'

Fernando Cesar da Silva
Diretor Comercial
Nunesfarma Distribuidora

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 15 de Novembro de 1988 15 de Novembro de 1988 15 de Novembro de 1988		
	15 de Novembro de 1988 15 de Novembro de 1988 15 de Novembro de 1988		
	NOME PAULO ANDRÉ BARAUS		
	DOB IDENTIDADE DO EMISSOR/UF 40832958 GESP PR		
	CPF 652.115.047-40		DATA NASCIMENTO 19/08/1984
	RAÇÃO PAULO BARAUS		
	ENDEREÇO EUENICE BARAUS		
	PERMISSÃO 000000	ACC 000000	CAT. HVB 00
	N.º REGISTRO 01181582508		VALIDADE 04/02/2025
	1.ª HABILITAÇÃO 03/04/2000		
	OBSERVAÇÕES A		
	ASSINATURA DO PORTADOR 		
	LOCAL CURITIBA, PR		DATA EMISSÃO 05/02/2020
	ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		
PARANÁ		58869468719 PR017574768	
DENATRAN		CONTRAN	

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISORef.: **Pregão Eletrônico nº 102/2024**

Processo Administrativo nº 065/2024

Ilmo. Sr. Pregoeiro,

NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.014.167/0001-00, sediada à Rua Almirante Gonçalves, nº 2247, Água Verde, Curitiba – PR, CEP 80.250-150, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar tempestiva **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, o que faz com fundamento no **item 20** do Edital e seguintes, pelas razões a seguir expostas.

RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO**1. ESCLARECIMENTOS FÁTICOS INTRODUTÓRIOS**

Trata-se de procedimento licitatório que tem por objeto *"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL"*, nos termos do **item 2** do instrumento convocatório em análise.

No entanto, após verificar o item único do Termo de Referência, constata-se irregularidade, de modo que sua manutenção configura ilegalidade insanável, motivo pelo qual necessária sua retificação. Confira-se o descritivo para o **item 03**:

3	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS	UND	240	165,83	39.799,20
MÍNIMO DESEJADO: PEPTAMEN JUNIOR 400GR					

Assim, ao observar a descrição do referido item, na forma em que se encontra, **sem adequada motivação**, tem-se que **há direcionamento ilícito e indevida restrição à competitividade do certame**, ao especificar marca ,apesar de mera remissão a um único processo judicial, com ofensa a diversos dispositivos legais e constitucionais, em especial àqueles contidos no art. 5º, *caput*, da Lei nº

14.133/2021¹ e art. 37, *caput* e inc. XXI, da Constituição da República,² não obstante a jurisprudência consolidada do E. Tribunal de Contas da União sobre o tema.

Explica-se.

Para a dieta nutricional em questão, com a finalidade atender as necessidades nutricionais específicas de crianças entre 01 e 10 anos com riscos de broncoaspiração e intolerância gastrointestinal e dificuldade na absorção da proteína intacta a partir de demandas judicializadas, a marca "Peptamen Junior" não poderia ter sido fixada exclusivamente, considerando que há produto similar, devidamente aprovado pela Anvisa para o tratamento da necessidade em questão, que contém ligeira diferença nos quantitativos de seus componentes em relação ao Termo de Referência, que deverá ser retificado, ainda assim sendo igualmente indicado. Indica-se, nesse sentido, o produto ofertado pela ora impugnante NUNESFARMA, que **atende a todos os requisitos técnicos-nutricionais para tratar das necessidades em questão.**

Trata-se do **Nesh Pentasure Pedía**: uma fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral, oligomérica, normocalórica e normoproteica na diluição padrão. Isenta de lactose e glúten.

Reitera-se: a dieta é formulada exatamente para o atendimento das necessidades nutricionais específicas de crianças entre 01 e 10 anos com riscos de broncoaspiração, em processo de desmame de nutrição parenteral, situações de retardo de esvaziamento gástrico, com intolerância gastrointestinal e com dificuldade na absorção da proteína intacta, conforme previsto no art. 15 da RDC nº 21/2015 (ANVISA).

O produto apresenta homogeneização e viscosidade adequadas que permitem sua administração através de tubo, contando com testes de homogeneização em 5 (cinco) tubos nasogástricos, na diluição de 40g (quarenta gramas) de pó para 160ml (cento e sessenta mililitros) de água, o que foi devidamente analisado pela ANVISA.

¹ Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do **interesse público**, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da **eficácia**, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do **julgamento objetivo**, da **segurança jurídica**, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da **celeridade**, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Grifou-se).

² Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, **moralidade**, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**. (Grifou-se).

Desse modo, conforme demonstrar-se-á amplamente ao longo das presentes razões, o produto indicado no descritivo não é o único que atende à finalidade do objeto do Edital e, a partir da justificativa apresentada, se infere exatamente a necessidade de se adquirir produto que seja o mais adequado às demandas em questão.

Para que não restem dúvidas do que aqui se afirma, confira-se a distribuição energética do produto fornecido pela impugnante NUNESFARMA:

- 12% de proteínas, sendo 100% proteína do soro do leite hidrolisada;
- 54% de carboidratos, sendo maltodextrina, sacarose e amido;
- 34% de lipídeo, sendo óleo de girassol, TCM e óleo de milho.

Veja-se a embalagem do produto, conforme imagem ilustrativa abaixo:



No caso em exame, da leitura do Edital e seu Termo de Referência, resta claro que o que se objetiva é a aquisição de dieta formulada à base de peptídeos, para o atendimento de crianças de 01 a 10 anos, com necessidades especiais e restrições alimentares, isto é, que muitas vezes demandam ministração por sonda, por sofrerem por circunstâncias específicas e riscos de broncoaspiração.

Nesh



NunesFarma
DESDE 1980

Rua Almirante Gonçalves 2247
Curitiba PR, Brasil
Cep: 80250-150
Fone: +55 41 2141-4100
Cel: +55 41 99214-4100
CNPJ: 75.014.187/0001-00
Ins. Estadual: 1014709467
nunesfarma@nunesfarma.com.br

Para quem é indicado o Nesh Pentasure PEDIA? +

Crianças de 01 a 10 anos com riscos de broncoaspiração e com intolerância gastrointestinal e/ou dificuldade na absorção da proteína intacta.

Nada obstante, frise-se, para que não restem dúvidas: a dieta *Nesh Pentasure Pedia* é uma nutrição pediátrica compatível com o item editalício em questão e contém os aportes necessários para um adequado manejo às crianças entre 01 e 10 anos.

2. DA EXISTÊNCIA DE ILEGALIDADES INSANÁVEIS NO EDITAL

Registre-se que é através do instrumento convocatório que a Administração Pública define o objeto da licitação, fixa os parâmetros de julgamento e torna previsíveis os critérios a serem avaliados no curso do processo licitatório.

Em outras palavras, cumpre ao Edital definir os direitos e deveres da Administração e dos possíveis contratantes, conferindo estabilidade e segurança jurídica ao certame, pelo que "[a] Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada" (princípio da vinculação ao instrumento convocatório).

Assim, depois de publicado o instrumento convocatório e transposto o prazo de impugnações e esclarecimentos, não se admitem – salvo previsão expressa da lei – quaisquer alterações unilaterais e/ou supressões aos termos antes afixados. O Edital impõe, **de forma vinculante**, os provimentos a serem concretizados pela Administração Pública e pelos particulares.

É nesse sentido, portanto, o posicionamento do E. Superior Tribunal de Justiça:

O 'Edital' no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, e norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o 'objeto da licitação', discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o poder público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas.³

³ STJ, MS 5.418/DF - 1ª S., Min. Demócrito Reinaldo, DJ, 01.6.1998, p. 24.

Assim, a **modificação do Edital para corrigir eventuais distorções no procedimento antes da abertura da sessão é medida que se impõe**, seja em atendimento a pedido de interessado, seja *sponte propria*.

Esclarece-se, desde já, que tal pedido não deve ser entendido como uma crítica negativa ao ato convocatório, mas sim e unicamente como uma oportunidade para a Administração Pública aperfeiçoar esse instrumento e seus anexos, conferindo segurança jurídica, razoabilidade e competição sadia ao certame que se levará a cabo, bem como, para que, mediante essa colaboração, seja possível o suprimento de ilegalidades, como é o caso.

Dessa forma, e por constituir medida de rigor à adaptação do presente Edital, principalmente ante a necessária demonstração de boa-fé das empresas participantes, para fazer incluir previsão editalícia sem a qual não se pode desenvolver licitamente o objeto pretendido, vem a Requerente, tempestivamente, propor a alteração do Edital no aspecto ora impugnado.

3. DO REGISTRO NA ANVISA — A PRESUNÇÃO DE EFICÁCIA E ADEQUAÇÃO DO PRODUTO PARA O TRATAMENTO NUTRICIONAL DE PACIENTES PEDIÁTRICOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

Antes de adentrar ao mérito das diferenças entre as formulações e dos benefícios de uma formulação especializada para a terapia nutricional em questão, frisa-se que a existência de parecer e registro de autorização específicos conferidos pela ANVISA para o produto *Nesh Pentasure Pedia*, como produto nutricional especificamente direcionado ao tratamento de pacientes pediátricos com necessidades específicas (riscos de broncoaspiração, intolerância gastrointestinal e/ou dificuldade na absorção da proteína intacta), estabelece e garante uma perfeita destinação do produto ao que ele propõe, de modo que, em qualquer certame público dessa natureza, é **obrigatório seja possibilitado o seu oferecimento quando se busca atender tais pacientes**.

Como se sabe, a **ANVISA é a agência reguladora especializada no controle sanitário da produção e comercialização de produtos e serviços relacionados à saúde**, como medicamentos e dietas nutricionais específicas para o tratamento de pacientes com necessidades específicas. Essa finalidade institucional foi bem estabelecida no art. 6º da Lei nº 9.782/1999:

Art. 6º A Agência terá por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do **controle sanitário** da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, **inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados**, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras. (Grifou-se).

Além disso, compete à Anvisa, dentre outras atribuições:

Art. 7º **Compete à Agência** proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

II - fomentar e **realizar estudos e pesquisas** no âmbito de suas atribuições;

III - **estabelecer normas**, propor, acompanhar e executar as políticas, as diretrizes e as ações de vigilância sanitária;

(...)

IX - **conceder registros de produtos**, segundo as normas de sua área de atuação;

(...)

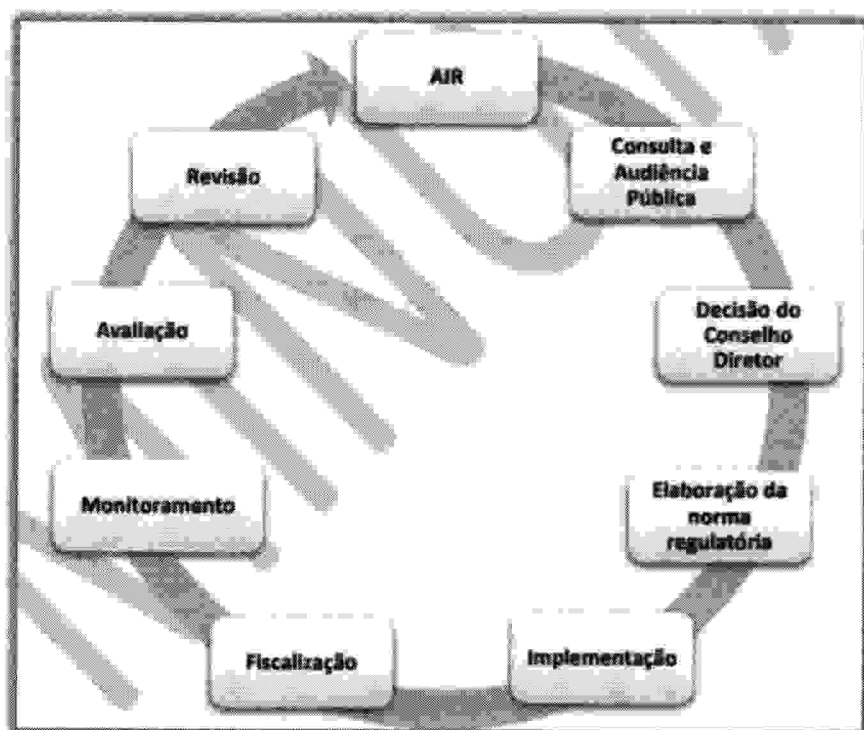
XV - **proibir** a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, **em caso de violação da legislação** pertinente ou de risco iminente à saúde;

(...)

XXII - coordenar e executar o **controle da qualidade de bens e produtos** relacionados no art. 8º desta Lei, por meio de análises previstas na legislação sanitária, ou de programas especiais de monitoramento da qualidade em saúde; (grifou-se).

Em suma, a ANVISA tem por missão institucional o controle dos produtos de sua competência, através de análises específicas para o escopo a que se propõem, somente concedendo registro e aprovação após satisfeito todo o ciclo regulatório, inclusive mediante realização de análise de impacto regulatório prévio (AIR). **Nenhum outro órgão da Administração ou tampouco qualquer particular tem competência para questionar a eficácia de produto sem que isso seja submetido à ANVISA, já que é este o órgão responsável por atestar a sua qualidade e eficácia, liberando-o para livre venda em todo território nacional.**

Veja-se, de forma ilustrada, como ocorre o ciclo regulatório anterior à autorização de um medicamento ou produto, em uma análise de impacto regulatório:



É dizer, para a aprovação de um produto perante a Anvisa é necessário o preenchimento de diversos e rigorosos controles de qualidade e análise, de modo que o produto autorizado atenda a, ao menos, os seguintes critérios:

- Seja de **boa qualidade**;
- Seja **eficaz**; e
- Seja **seguro** para o fim a que se propõe.

Assim, a concessão de um registro favorável a determinado produto pela ANVISA é uma garantia de que ele poderá ser comercializado para determinado tratamento e, mais do que isso, é um atestado de que a autoridade pública nacional responsável por seu controle anuí com o uso e distribuição do *Nesh Pentasure Pedia* para o atendimento de crianças com necessidades especiais. Portanto, **o produto em questão goza de presunção de sua eficácia para o tratamento de pacientes pediátricos**, mormente para aquisição realizada por entes públicos em licitações.

Mas, ainda que não fosse atribuição da Anvisa realizar tal controle e, dessa forma, não houvesse presunção sobre a eficácia do produto, todas as informações prestadas sobre a adequação do produto para o atendimento de crianças — com riscos de broncoaspiração, intolerância gastrointestinal e dificuldade na absorção da proteína intacta — seriam de fácil constatação pelo corpo técnico auxiliar

Nesh



NunesFarma
DESDE 1980

Rua Almirante Gonçalves, 2347
Cunitiba, PR, Brasil
Cep: 80250-150
Fone: +55 41 2141-4100
Cel: +55 41 99214-4100
CNPJ: 75.014.167/0001-00
Ins. Estadual: 1014703-467
nunesfarma@nunesfarma.com.br

de Vossa Senhoria, a partir da simples comparação das informações nutricionais do "Peptamen Junior" e do *Nesh Pentasure Pedia*, por exemplo, aliado à análise da literatura científica sobre o tema.

Outrossim, a Gerência Geral de Alimentos da ANVISA, em parecer para a concessão de registro à fórmula assinado em 11/05/2023, relatou, dentre outras coisas, que:

O produto atende aos requisitos de composição estabelecidos no Capítulo III da RDC no 21/2015, considerando a fórmula pronta para consumo, de acordo com as instruções de preparo fornecidas pelo fabricante.

A fórmula atende os requisitos de composição e de qualidade estabelecidos para faixa etária indicada, conforme determinam os art. 17, 18 e 19 da RDC no 21/2015.

O produto contém em sua formulação quantidades de nutrientes baseadas e comparadas às recomendações do *Institute of Medicine* dos Estados Unidos, em conjunto com a agência Health Canada, a partir de 1997, conhecidas como *Dietary Reference Intakes* (IDR's), e **possui a proteína hidrolisada do soro do leite como fonte de proteína, a fim de atender as necessidades nutricionais específicas** das faixas etárias de 01 a 10 anos com riscos de broncoaspiração, em processo de desmame de nutrição parenteral, situações de retardo de esvaziamento gástrico, com intolerância gastrointestinal e/ou com dificuldade na absorção da proteína intacta, conforme prevê o art. 15 da RDC n. 21/15.

Os nutrientes atendem ao disposto no regulamento técnico específico que trata dos compostos de nutrientes para alimentos destinados a lactentes e crianças de primeira infância.

Os compostos fonte de nutrientes e de outras substâncias utilizadas na **fórmula atendem integralmente às especificações de identidade e pureza** estabelecidas no inciso II do art. 3º da RDC no 22/2015.

(...)

O produto demonstra que **todos os ingredientes são livres de glúten**, estabelecido no art. 16 da RDC nº 21/15. (Grifou-se).

Ora, a própria ANVISA reconheceu e habilitou o produto *Nesh Pentasure Pedia* para a finalidade específica de atendimento das necessidades nutricionais específicas dos pacientes pediátricos nas condições descritas. Não poderá a Administração, ou mesmo eventual licitante concorrente, contestar a eficácia do produto atestada pela Anvisa para o tratamento da necessidade em questão sem o devido processo legal, a ser submetido exclusivamente perante à Anvisa, que detém tal competência em território brasileiro.

PAULO
ANDREI
BARAUS:03
311904940
Assinado de forma
digital por PAULO
ANDREI
BARAUS:033119049
Data: 2024.11.25
11:25:35 -03'00'

4. DO PLENO ATENDIMENTO DO PRODUTO NESH PENTASURE PEDIA AOS CRITÉRIOS TÉCNICOS E OBJETIVOS PARA O ATENDIMENTO À DEMANDA INDICADA

Como se vê, a dieta apresentada pela impugnante NUNESFARMA atende a todos os requisitos técnicos na composição de seu produto para o pleno atendimento ao objeto do Edital e o descritivo do item, o que é de interesse da Administração Pública a partir de seus princípios basilares.

Destarte, do que se depreende dos requisitos editalícios ora postos, o único critério supostamente não atendido, por mero desencontro ou falta de informações no que concerne ao tema, já suficientemente explorado e exposto nas presentes razões, seria o fato de a dieta indicada no descritivo editalício para o item indicar equivocadamente marca de fabricação específica, coincidindo com apenas um dos produtos autorizados para a finalidade proposta em âmbito nacional.

Como já demonstrado de forma clara e objetiva, a partir da doutrina especializada e dos demais documentos encaminhados ao conhecimento deste Ilustre Pregoeiro conjuntamente à presente, **não há motivos de ordem técnica para restringir o certame exclusivamente para licitantes que ofertem dietas da marca "Peptamen Junior"**, apenas por este estar há mais tempo no mercado, em completo prejuízo do interesse público e do caráter competitivo do procedimento licitatório e à concorrência, como um todo.

5. DA INDEVIDA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

Como cediço, a licitação destina-se a selecionar a proposta que represente maior vantagem para a Administração Pública, sempre tendo como premissa a observância do princípio constitucional da isonomia, além dos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade etc. (art. 5º, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

Registre-se que restrições indevidas podem ocasionar inúmeros prejuízos, e, inclusive, impedir a contratação mais vantajosa. Não sem razão este é o posicionamento pacificado no Tribunal de Contas da União:

A hipótese de restrição à competitividade não deve ser examinada somente sob a ótica jurídica e teórica, **deve levar em conta também se as cláusulas supostamente restritivas culminaram em efetivo prejuízo à competitividade do certame**. (Acórdão 2066/2016-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN). (Grifou-se).



Nas aquisições de hemoderivados é possível especificar os produtos sem risco de direcionamento do certame, desde que **na elaboração da caracterização do objeto a ser licitado sejam observados os princípios da impessoalidade ou da finalidade pública, da eficiência e da isonomia, com descrição adequada do objeto de forma a atender ao interesse público, maximizar o resultado e ampliar a competitividade**, evitando-se tanto a deficiência como o **excesso de caracterização do objeto**. (Acórdão 975/2009-Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO). (Grifou-se).

Neste sentido, com o intuito exclusivo de ampliar a competitividade, sem restringir inadequadamente o certame, respeitosamente, **requer-se a realização de análise técnica e esclarecimentos para as devidas alterações em relação ao descritivo e ao critério de julgamento**, inclusive nos termos da Lei nº 14.133/2021, que rege o presente certame.

Não por acaso, a Constituição Federal, e bem assim a Lei de Licitações, prevê que o certame licitatório deve ser pautado pelo princípio da ampla concorrência, garantindo-se o seu caráter competitivo, de modo que o edital de licitação deve conter apenas e tão somente as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento do objeto licitado. Confira-se os dispositivos de regência:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade**, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública **que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados **os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Grifou-se).



Ora, da leitura dos dispositivos em questão, fica claro que a *mens legis* adotada pelo legislador é de privilegiar que o certame licitatório, sempre que possível, excetuadas as hipóteses legais (v.g. dispensa de licitação, inexigibilidade etc.), privilegie a ampla concorrência, com o maior número de licitantes possíveis. Para que a finalidade legal seja atingida, **a Administração Pública deve integrar ao edital do certame apenas e tão somente os requisitos necessários para atingir a finalidade do certame. Nem mais, nem menos.**

Resta patente, portanto, que, ao prever no Edital do Pregão Eletrônico a participação apenas do produto "Peptamen Junior", ausente qualquer justificativa plausível para manter a redação deste modo, se restringiu a ampla concorrência, frustrando o caráter competitivo do certame, uma vez que o produto da Impugnante atende perfeitamente o descritivo do Edital. Houve, pois, flagrante ofensa ao art. 5º, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021 e art. 37, *caput* e XI, da CF/88.

Sobre o tema, ainda, ressalta-se consolidado entendimento do E. Tribunal de Contas da União:

A Administração não pode fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame. **Deve garantir ampla participação na disputa licitatória**, com o maior número possível de concorrentes, desde que qualificados técnica e economicamente, para garantir o cumprimento das obrigações. (TCU Acórdão, 402/2008 Plenário).

Sobre a ordinária vedação à especificação de marcas em ato convocatório, a Lei nº 14.133/2021 é cristalina ao preceituar, em seu art. 41, a proibição de tal prática fora dos parâmetros especificados. Contudo, em que pese tal regramento seja flexibilizado em determinados casos, isso somente ocorre em casos excepcionais, em consonância a critérios bem delineados para que se evite arbitrariedades e desvio da finalidade competitiva do procedimento licitatório.

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, **desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:**

- a) em decorrência da necessidade de **padronização** do objeto;
- b) em decorrência da **necessidade de manter a compatibilidade** com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor **forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;**
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo **aptos a servir apenas como referência;** (grifou-se).

Sobre o tema o E. TCU delimitou algumas balizas para que tal ilegalidade não ocorresse, entre as quais reforça-se a **máxima excepcionalidade na indicação de marcas**, mesmo para a mera referência de qualidade ou facilitação do que se busca adquirir. Veja-se:

REPRESENTAÇÃO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA REALIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO. ESPECIFICAÇÃO DE MARCA. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES. 1. É ilegal a indicação de marcas, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei 8.666/93, salvo quando devidamente justificada por **critérios técnicos ou expressamente indicativa da qualidade do material a ser adquirido**. 2. Quando necessária a indicação de marca como **referência** de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, **deve esta ser seguida das expressões "ou equivalente", "ou similar" e "ou de melhor qualidade"**, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração. 3. Pode, ainda, a administração inserir em seus editais cláusula prevendo a necessidade de a empresa participante do certame demonstrar, por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente à marca referência mencionada no edital. (TCU, Acórdão 2.300/2007, Plenário, Rel. Min. Aroldo Cedraz, DOU 05/11/2007).

Conforme se pode notar do acórdão supramencionado, extraída do Plenário da Corte de Contas, se tem que a indicação de marca deverá **sempre** ser devidamente justificada por **critérios técnicos ou de qualidade**, devidamente comprovados, seguida das expressões **"ou equivalente", "ou similar", ou "ou de melhor qualidade"**.

Nesse contexto, para que não restassem dúvidas sobre os limites acerca da excepcional possibilidade de indicação de marcas em Editais, gravou-se a Súmula 270, conforme a seguinte redação:

Súmula 270/TCU: *Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação.* (Grifou-se).

No presente caso, não se verifica a estrita necessidade exigida pelo E. TCU ou tampouco a prévia justificação que esteja em conformidade com as hipóteses de exceção postas pela Lei nº 14.133/2021. Afinal, é de interesse público que, sempre que se aplique uma exceção no uso do patrimônio público, esta seja muitíssimo bem fundamentada, para além de justificativas imprecisas, como a de que determinada marca é descrita em mandado judicial.

Assim, não pode a Administração agir de modo a prejudicar fornecedores menores, ao direcionar as especificações do descritivo para as características de um único produto presente no mercado, favorecendo-o, entre os dois únicos existentes.

Nesta senda, tampouco se pode ignorar o fato de que o produto ofertado pela impugnante NUNESFARMA é aprovado pela Anvisa⁴ e especificamente destinado à finalidade almejada.

Ainda, rememora-se que a composição do produto *Nesh Pentasure Pedía*, ora ofertado pela licitante NUNESFARMA, atende rigorosamente à finalidade para a qual a dieta se destina, bem como seu parecer e registro de autorização pela Anvisa, tem-se que perfeita sua destinação, de modo que **obrigatória seja possibilitado o seu oferecimento em todos os certames, mesmo aqueles em que se tome o produto Peptamen Junior como referência**. Tal situação é de fácil constatação pelo corpo técnico auxiliar do pregoeiro, a partir da simples comparação das informações nutricionais do "Peptamen Junior" e do *Nesh Pentasure Pedía*.

Tampouco se pode ignorar o fato de que o tratamento conferido pela Anvisa às dietas em questão, cujas características elementares são comuns ao *Peptamen Junior* e ao *Nesh Pentasure Pedía*, é de **alimento**, e não de medicamento.

Nesse sentido, veja-se a definição da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 21/2015, da Anvisa, para que uma dieta seja considerada uma fórmula para nutrição:

Art. 4º Para efeito deste regulamento são adotadas as seguintes definições:

I - fórmula para nutrição enteral: **alimento para fins especiais** industrializado apto para uso por tubo e, opcionalmente, por via oral, consumido somente sob orientação médica ou de nutricionista, especialmente processado ou elaborado para ser utilizado de forma exclusiva ou complementar na alimentação de pacientes com capacidade limitada de ingerir, digerir, absorver ou metabolizar alimentos convencionais ou de pacientes que possuem necessidades nutricionais específicas determinadas por sua condição clínica; (grifou-se).

Nesse sentido, para sistematizar o tema de modo mais didático, a Anvisa publicou um manual com perguntas e respostas sobre o tema, no qual, diante do questionamento acerca da diferença entre uma dieta enteral e parenteral, se tem a seguinte resposta:

4. Qual é a diferença entre nutrição enteral e nutrição parenteral?

Nutrição enteral abrange a entrega de nutrientes ao paciente via trato digestório e a nutrição parenteral, via sistema endovenoso. Deve ser observado que **no primeiro caso, os produtos precisam ser regularizados como alimentos** e, no segundo, como medicamentos. (Grifou-se).

⁴ Registro MS nº 6.7475.0002.001-2.

Isto é, para a Anvisa, sempre que se está a tratar de uma fórmula pediátrica, se está a tratar de **alimentos**, e **não medicamentos**, de modo que resta evidente a diferença e o rigor conferidos a cada modalidade em suas especificidades.

Com efeito, tem-se que o que se busca é, em verdade, uma fórmula pediátrica destinada a pacientes infantes que necessitam de atendimento específico diante de suas necessidades especiais, devidamente registrada e aprovada pela Anvisa, **como é o caso da fórmula pediátrica Nesh Pentasure Pedia**, ofertada pela impugnante NUNESFARMA.

Por esta razão, deve o administrador adotar **todas as providências** para que se confirme a lisura do procedimento licitatório mediante a garantia da ampla concorrência, com a participação de fórmulas pediátricas que, com composição similar ou superior e, aprovadas pela Anvisa, atendem à mesmíssima finalidade, como é o caso do *Nesh Pentasure Pedia*.

6. DAS CARACTERÍSTICAS DO NESH PENTASURE PEDIA EM RELAÇÃO À CONCORRÊNCIA

Confira-se novamente os requisitos editalícios para o item em questão:

46.	PEPTAMEN JUNIOR - EMBALAGEM MÍNIMA 400G - AÇÃO JUDICIAL (Relação de processos judiciais constantes no Termo de Referência).	216.	R\$ 172,25
-----	---	------	------------

Comparativamente; veja-se as características dos produtos "Peptamen Junior" e *Nesh Pentasure Pedia*:



Nutrientes	Nesh Pentasure Pedia	Peptamen Jr.	Peptamen Jr. (Fórmula nova)
Distribuição calórica	54% CHO 12% PTN 34% LIP	54% CHO 12% PTN 34% LIP	59% CHO 13% PTN 28% LIP
Apresentação	Lata 400g	Lata de 400g	Lata de 400g
Capacidade colher-medida	20g	7,85g	9,3g
Rendimento	1800ml	1800ml	1800ml
Complexidade de macronutrientes	Oligomérica Contém ptn hidrolisada	Oligomérica Contém ptn hidrolisada	Oligomérica Contém ptn hidrolisada
Densidade energética	1,0 kcal/ml	1,0 kcal/ml	1,0 kcal/ml
	Normocalórica	Normocalórica	Normocalórica
	Normoglicídica	Normoglicídica	Normoglicídica
Carboidratos			
Lactose	✗	✗	✗
	Normoprotéica	Normoprotéica	Normoprotéica
Proteínas	100% proteína hidrolisada do soro do leite	100% proteína hidrolisada do soro do leite	100% proteína hidrolisada do soro do leite
Gorduras	Normolipídica	Normolipídica	normolipídica
Coolesterol	✗	✓	✓
Fibras	✗	✗	✗
Nº de Registro	674750003 RJ	659650138/400761718	659650138/400761718

Embora ambos os produtos contem com tecnologias e métodos de desenvolvimento que atendem aos critérios técnico-científicos amplamente difundidos pela comunidade internacional para que atendam à eficácia pretendida no tratamento de quem deles necessite, **entre ambos, apenas o Nesh Pentasure Pedia é isento de colesterol**. Além disso, oferece **melhor rendimento**, o que implica economicidade e, consequentemente, aumento de eficiência.

Ora, sendo assim, qualquer critério editalício deverá, sem nenhuma dúvida, observar a ampla participação de ambos os produtos, jamais podendo restringir a competitividade em favor de um ou outro, como se verifica no presente caso, com a indicação de marca de forma restritiva, sob o argumento de atendimento a decisões judiciais.

No caso do produto ofertado pela Impugnante NUNESFARMA, o que se busca através das presentes razões de impugnação é que não se restrinja a licitação a determinada marca, já que também o seu produto, de marca distinta, atende tão bem ou melhor à finalidade da aquisição.

Sobre a composição do *Nesh Pentasure Pedia*,⁵ para que não restem dúvidas, é composto pelos seguintes ingredientes: maltodextrina, sacarose, proteína hidrolisada do soro do leite, óleo de girassol 70% (diluído em sólidos de milho, caseinato de sódio, mono e diglicerídeos de ácidos graxos e palmitato de ascorbila), amido de milho, triglicerídeos de cadeia média 68% (diluídos em maltodextrina, sólidos do leite, mono e diglicerídeos de ácidos graxos e palmitato de ascorbila), óleo de milho 50% (diluído em sólidos do xarope de glicose, sólidos do leite, mono e diglicerídeos de ácidos graxos e palmitato de ascorbila), fosfato tricálcico, cloreto de potássio, cloreto de sódio, citrato

⁵ Vide informações sobre ingredientes no registro da ANVISA: 674750003.

tripotássico, citrato trissódico, bi tartarato de colina, carbonato de cálcio, ácido docosahexaenóico 10% (DHA) obtido de óleo de alga *Cryptothecodinium cohnii*, óxido de magnésio, ácido ascórbico (Vitamina C), mio-inositol, L- taurina, L- carnitina revestida 50% (diluída em fosfato de cálcio tribásico micronizado, etil celulose e cloreto de metileno), pirofosfato férrico, niacinamida (Vitamina B3), acetato de tocoferol (Vitamina E) 50% (diluído em amido modificado e dióxido de silício), ácido araquidônico 10% (ARA), sulfato de zinco monohidratado, pantotenato de cálcio (Vitamina B5), cloridrato de piridoxina (Vitamina B6), riboflavina (Vitamina B2), mononitrato de tiamina (Vitamina B1), sulfato de manganês monohidratado, acetato de retinol (vitamina A) (diluído em amido, açúcar, dióxido de silício, EDTA dissódico e ascorbato de sódio), sulfato de cobre pentahidratado, ácido n-pteróil-l-glutâmico (Vitamina B9), iodeto de potássio 10% (diluído em amido), molibdato de sódio dihidratado 10% (diluído em amido), filoquinona (Vitamina K) 5% (diluída em dextrina), selenito de sódio anidro 10% (diluído em amido), cloreto de cromo 10% (diluído em amido), ergocalciferol (Vitamina D), d-biotina (Vitamina B7) 2% (diluída em lactose), cianocobalamina (Vitamina B12) 0,1% (diluída em amido), espessante carragena, aromatizante artificial de baunilha. Além disso, é isento de lactose e glúten.

A composição do produto revela uma alta tecnologia no processo de fabricação aliada a uma alta competência em seu desenvolvimento especialmente pensado para o atendimento de crianças entre 01 e 10 anos com necessidades especiais, conforme as especificações editalícias.

Ademais, convém salientar que a função da maltodextrina se estende para as formulações pediátricas como um carboidrato substituto da lactose, pois uma parte considerável da população sofre com a deficiência da lactase. Já o amido de milho é comumente utilizado como ingrediente funcional por ser um polímero, enquanto a sacarose promove o fornecimento de energia de modo mais imediato por ter absorção, e biodisponibilidade rápida.

Observe-se, ainda, que o *Nesh Pentasure Pedia* possui em sua composição 100% de proteína do soro do leite hidrolisada. Os peptídeos presentes na formulação atuam melhorando a tolerância e reduzindo sintomas gastrointestinais em pacientes com disfunção do trato gastrointestinal, o que contribui para uma melhor digestão e absorção de nutrientes.

Já as gorduras insaturadas como os ácidos graxos com insaturações em n-3 e n-6 são cruciais para o desenvolvimento cerebral. Os triglicérides de cadeia média (TCM) são ácidos graxos saturados de cadeia média, encontrados na sua forma natural em óleos vegetais, e no leite humano. Por serem de alta solubilidade e possuírem moléculas pequenas, são facilmente hidrolisados pelas lipases em ácidos graxos e glicerol, sendo absorvidos pelo intestino sem a necessidade dos ácidos biliares.

Tal posicionamento encontra amparo na melhor literatura científica internacional, v.g.:

PAULO
ANDREI
BARAUS:033
11904940

Assinado de forma
digital por PAULO
ANDREI
BARAUS:03311904940
Dados: 2024.11.25
11:26:37 -03'00'

1. DUPUIS, John H.; LIU, Qiang. Potato Starch: a Review of Physicochemical, Functional and Nutritional Properties. In: American Journal of Potato Research. [s.l.] : American Journal of Potato Research, 2019. v. 96p. 127-138. DOI: 10.1007/s12230-018-09696-2.
2. HOFMAN, Denise L.; VAN BUUL, Vincent J.; BROUNS, Fred J. P. H. Nutrition, Health, and Regulatory Aspects of Digestible Maltodextrins. Critical Reviews in Food Science and Nutrition, [S. l.], v. 56, n. 12, p. 2091-2100, 2016. DOI: 10.1080/10408398.2014.940415.
3. Ibrahim H, Mansour M, El Gendy YG. Peptide-based formula versus standard-based polymeric formula for critically ill children: is it superior for patients' tolerance? Arch Med Sci. 2020 Apr 6;16(3):592-596. doi: 10.5114/aoms.2020.9415.
4. NOSAKA N, et.al. Effects of dietary medium-chain triacylglycerols on serum lipoproteins and biochemical parameters in healthy men. Biosci Biotechnol Biochem. 2002;66:1713-8.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada – RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 21, DE 13 DE MAIO DE 2015. Dispõe sobre o regulamento técnico de fórmulas para nutrição enteral.

Não por acaso, outro fator que demonstra a alta qualidade do produto é o fato de seu estudo de estabilidade permitir um **prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, ao contrário de seu concorrente Peptamen Júnior, cujo prazo de validade é de apenas 12 (doze) meses**. É dizer, o prazo de validade do produto fabricado pela Nestlé é a metade do prazo concedido ao produto da Impugnante NUNESFARMA, desenvolvido e fabricado em parceria com a *Hexagon Nutrition*.

Ademais, todas essas características estão revertendo reconhecimento pelo Poder Público, em outros órgãos e localidades que tiveram a oportunidade de avaliar o *Nesh Pentasure Pedía*, **como é o caso do Hospital Público de Pernambuco**, conforme formulário de avaliação clínica anexo.

 PAULO
 ANDREI
 BARAUS:03
 311904940

 Assinado de forma
 digital por PAULO
 ANDREI
 BARAUS:03311904
 940
 Dados: 2024.11.25
 11:26:44 -03'00'

Nesh

NF NunesFarma
DESDE 1980

Rua Almirante Gonçalves, 2247
Curitiba, PR Brasil
Cep: 80250-150
Fone: +55 41 2141-4100
Cel: +55 41 99214-4100
CNPJ: 75.014.167/0001-00
Insc. Estadual: 1014709487
nunesfarma@nunesfarma.com.br

Veja-se:

Paciente com história de convulsões, em decorrência de MT, e
sem alterações pela avaliação clínica e exames de sangue e urina.
Não há necessidade de tratamento farmacológico.

Assinado digital em 09/11/2024, 11:26:52 de Paulo Andrei Baraus

Assinatura do profissional avaliador

Descreve-se características como: boa aceitação; boa diluição, bem como o uso via SNE e
inexistência de sintomas após o uso da fórmula. Veja-se:

Aceitação Geral:

- ☒ Boa aceitação
☐ Parcial aceitação
☐ Rejeição

Diluição:

- ☒ Boa diluição
☐ Difícil diluição

Fog. uso via SNE

Comentários:

Paciente não apresentou
sintomas GI após o uso
da fórmula.

Deste modo, deverá o Edital ser retificado, para que conste seja aceito no certame também o
produto *Nesh Pentasure Pedia*, sob pena de direcionamento e ilegal restrição à ampla competitividade
e excessividade da exigência, além de responsabilização pessoal dos agentes públicos envolvidos no
ato de direcionamento.

PAULO
ANDREI
BARAUS:03
311904940

Assinado de forma
digital por PAULO
ANDREI
BARAUS:03311904940
Dados: 2024.11.25
11:26:52 -03'00'

7. DO NÃO DESCUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS NA AQUISIÇÃO DE MARCA DIVERSA À INDICADA NO TERMO DE REFERÊNCIA PARA O ITEM ÚNICO

Antecipando eventual alegação no sentido de que o descritivo se justifica pelo atendimento de ordem judicial que citem a marca específica do produto indicado como referência no ato convocatório, desde já se insurge a Impugnante a respeito de referida linha de argumentação.

A Administração Pública, sempre guiada pelo princípio da legalidade, entre outros, deve obedecer a Lei de forma peremptória, especialmente naquilo que diz respeito ao procedimento licitatório, pelo qual se opera a compra e venda de bens em prol da coletividade.

Desse modo, é necessária e obrigatória a observância a todas as regras inerentes às fases de um procedimento de aquisição de produtos, inexistindo qualquer previsão legal ou entendimento jurisprudencial que corrobore posicionamento coerente no sentido de que haveria uma justificativa válida apta a restringir a competitividade ao ponto de indicar marca específica com simples remissão a "mandados judiciais", sem inequívoca comprovação de que estes proíbem a aquisição de produto similar ou superior.

No caso em tela, é citado um único processo para compra de quantitativo elevado de latas, incompatível com o uso individual. Ainda, o processo encontra-se em segredo de justiça e não foram apresentadas as decisões judiciais proibindo produto similar, de modo que deficiente a fundamentação nesse sentido.

Ora, se determinada decisão judicial defere pedido de cidadão necessitado de uma determinada dieta, para que a Administração forneça determinado produto, essencial a seu tratamento, isso não se dá a partir de uma marca em específico, **mas de toda uma composição que, em conjunto, caracteriza a dieta em si como adequada ao tratamento em questão.**

No caso do produto ofertado pela impugnante NUNESFARMA, o que se busca através das presentes razões de impugnação é que não se restrinja a licitação a determinada marca, já que também o seu produto, de marca distinta, atende tão bem ou melhor à finalidade da aquisição.

Desde o objeto, se vê que a aquisição se motiva precipuamente para o atendimento a pacientes de demandas judiciais que se encontram em situação de risco nutricional e desnutrição grave, com restrições alimentares, cuja alimentação depende dos insumos licitados. A menção a demanda judicial é realizada somente no descritivo do item, **e não se demonstra a qual decisão tal demanda estaria vinculada que assegure tamanho consumo**, quando deveria tê-lo feito.

PAULO
ANDREI
BARAUS:033
11904940

Assinado de forma
digital por PAULO
ANDREI
BARAUS:03311904940
Dados: 2024.11.25
11:27:00-03'00"

Nesh

NF NunesFarma
DESDE 1980

Rua Almirante Gonçalves, 2147
Curitiba, PR, Brasil
Cep: 80250-150
Fone: +55 41 2141-4100
Cel: +55 41 99214-4100
CNPJ: 76.014.167/0001-00
Ins. Estadual: 1014709467
nunesfarma@nunesfarma.com.br

Diante de tais informações, pode-se até mesmo deduzir que não há exclusivamente uma demanda judicial, mas apenas em parcela da aquisição da necessidade do item, o que obriga de forma ainda maior a preservação da concorrência no processo licitatório.

É dizer, caso os receituários médicos prescrevam a dieta "Peptamen Junior", não o fazem com base em sua composição energética, formulação, conteúdo nutricional ou princípio ativo, o que também é equivocado, já que se passa a percepção de que somente aquele produto, de modo exclusivo, é capaz de tratar determinada doença, quando isso não corresponde à realidade.

Ainda que, no presente certame, a dieta "Peptamen Junior" possa ter sido especificada na decisão judicial apenas em razão de se apresentar como aquela adequada ao tratamento do quadro clínico do paciente por prescrição médica, **é claro que, caso exista dieta similar, poderá esta ser adquirida.**

Assim deve ser interpretada toda e qualquer decisão judicial que condene o Poder Público à compra e fornecimento de dieta enteral para a finalidade posta.

Além disso, no presente caso, frise-se que, conforme já se salientou em tópico anterior, **a dieta Nesh Pentasure Pedia é especificamente formulada e desenvolvida para o atendimento nutricional de crianças de 01 a 10 anos com necessidades especiais.**

Sendo assim, a indicação de marca em mandado ou decisão judicial se dá tão somente em razão do critério da praticidade. Adquirir a dieta "Peptamen Junior" e restringir a aquisição em relação à concorrência por ser o mais conhecido, ainda que sob decisão judicial, **equivale a adquirir Novalgina, com exclusão de todos os demais, para o consumo de "dipirona", o que seria um absurdo, evidentemente.** Dessa forma, cotidianamente manda o Poder Judiciário comprar aquele este ou aquele produto, como o "Peptamen Junior", pois fora aquela a indicação constante no receituário, não tendo o Poder Judiciário, *a priori*, conhecimento técnico-científico adequado para se atender aos critérios de compra da Administração. Destaca-se, seguindo-se o exemplo acima, que o próprio Poder Judiciário reconhece a possibilidade de fornecimento de produto/medicamento similar e/ou genérico, sem que tal situação importe em contrariar a prescrição do profissional da saúde.

Confira-se:

Recursos inominados. Fazenda Pública Estadual e Municipal. Direito à saúde. Fornecimento de Medicamento – "XARELTO". Adequação às teses fixadas pelo C. STJ. Substituição por medicamento genérico. Possibilidade. Ação julgada Recurso da Fazenda Pública Estadual provido para consignar que **o medicamento prescrito poderá ser substituído por genérico de eficácia comprovada e com o mesmo princípio ativo.**

PAULO
ANDREI
BARAUS:033
11904940
Assinário de forma
digital por PAULO
ANDREI
BARAUS:03311904940
03/05/2024 11:25
11/27/08 '03 00'

Recurso do Município reiterando teses defensivas já analisadas pelo juízo de primeiro grau. Recurso da Fazenda Pública Estadual a que se dá provimento. Recurso da Fazenda Pública Municipal a que se nega provimento. (TJ-SP - RI: 10012894520218260444 SP 1001289-45.2021.8.26.0444, Relator: Matheus Oliveira Nery Borges, Data de Julgamento: 28/10/2022, 2ª Turma da Fazenda Pública, Data de Publicação: 28/10/2022). (Grifou-se).

Em outras palavras, quando a norma decorrente da decisão judicial ordena à Administração adquirir determinado produto, **cabe a esta averiguar, por meio de procedimento interno, qual produto, naqueles parâmetros, atende aos critérios da vantajosidade e economicidade para o fim a que se busca**, sempre atendendo a uma finalidade específica. Nesse diapasão, a fuga de tal modo de proceder simboliza, e concretiza de modo efetivo, uma verdadeira ilegalidade, na medida em que se está a criar novas regras de favorecimento para determinada marca.

Em que pese possa o Poder Judiciário determinar a compra de determinado produto em razão de seu livre convencimento sobre o que disse determinado laudo médico, **é dever da Administração diligenciar todas as opções adequadas à finalidade que se busca**, para que, ao mesmo tempo, se cumpra a decisão judicial (adquirir produto ou medicamento para tratar o paciente com o produto adequado) e se faça uma boa gestão dos recursos públicos. Tudo em respeito a um dos mais sagrados preceitos inerentes à licitação em âmbito público: a ampla concorrência, com isonomia.

Ainda, mesmo que se admita que, em determinados casos, a ordem judicial possa vedar expressamente produtos similares de outras marcas, o que não se sabe se existe no presente caso, referida interpretação deve ser efetuada casuisticamente.

O que não se pode admitir é que o certame licitatório se paute apenas nos mandados judiciais que vedam produtos similares, o que se traz sob hipótese, quando referida vedação não é a regra, mormente para além de existirem mandados em que seja lícito o fornecimento de produtos similares, **há ainda o atendimento de demandas administrativas que não necessitam do rigor de uma ordem mandamental sobre determinada marca. Neste cenário, o procedimento licitatório deve prever dois descritivos**, isto é, um exclusivo para o "Peptamen Junior", estritamente para cumprimento dos mandados judiciais que tenham indicado o "Peptamen Junior", **com vedação de produtos similares**, e outro para contratação de toda e qualquer dieta capaz de atingir a finalidade específica, isto é, para atendimento de crianças entre 01-10 anos com riscos de broncoaspiração e com intolerância gastrointestinal e/ou dificuldade na absorção da proteína intacta.

Veja-se, como exemplo disso, o seguinte descritivo, extraído do Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 46/2023, do DRS IX — Marília, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, em que se faz uma distinção similar para outro produto:

2	Dieta enteral adulto especializada / para Doença de Crohn, normocalórica, normoprotéica, isenta de lactose e glúten / GRAMA (g) / MODULEN IBD / NESTLE	3891089	Gramas (21)	33.600
3	Dieta enteral adulto especializada / para Doença de Crohn, normocalórica, normoprotéica, isenta de lactose e glúten / GRAMA (g) / SEM MARCA	6228461	Gramas (21)	175.200

Nesse contexto, necessário considerar que **é de interesse público** que se realize a interpretação mais adequada, mesmos nesses casos, de modo que não seja a mais restritiva, mas devidamente contextualizada para o ano de 2024.

8. DA ANALOGIA À INTERCAMBIALIDADE DOS MEDICAMENTOS E DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Ato contínuo, frisa-se que é sabido por esta Licitante que, conforme redação do próprio texto do objeto do instrumento convocatório, a demanda pelo produto em questão se dá em razão da existência de decisões judiciais, liminares ou definitivas, que imputam aos entes federativos e seus respectivos órgãos a necessidade de empenho e aquisição do que ali se determina, sob pena de sofrerem penalidades imputadas pelo Poder Judiciário, em prejuízo do próprio orçamento.

Por isso, mister salientar que, **mesmo que determinada decisão judicial determine a compra deste ou daquele produto, não deve o administrador adquiri-lo em violação às regras atinentes às contratações públicas constitucionalmente estabelecidas**. Isto é, não se pode sacrificar o bem jurídico decorrente do processo licitatório para simplesmente adquirir produto sem a devida competição.

Com efeito, no âmbito da aquisição de medicamentos, aplica-se a máxima da **intercambialidade**, conforme orientações e regulamentos emitidos pela ANVISA, entre os quais se confere maior relevo à RDC nº 58/2014,⁶ qual trata especificamente sob o tema em debate. No mesmo sentido dispõe a Lei nº 9.787/1999.

⁶ Dispõe sobre as medidas a serem adotadas junto à Anvisa pelos titulares de registro de medicamentos para a intercambialidade de medicamentos similares com o medicamento de referência.

Referida resolução permite que, nos casos em que haja aquisição de medicamentos não isentos de prescrição, sejam adquiridos medicamentos similares ou análogos, a rigor das resoluções aprovadas pela Anvisa, mediante apresentação de testes e estudos de biodisponibilidade, bioequivalência e bioisenção. Assim, a aquisição de tais medicamentos seria medida que se imporá nos processos licitatórios, quando da aquisição de determinados medicamentos.

Dessa forma, considerando que a restrição à competitividade é medida excepcional naquilo que se refere à prescrição de medicamentos, com o estabelecimento de requisitos objetivos para a aquisição de medicamentos similares quando sob prescrição, no presente caso não há qualquer plausibilidade em referida restrição, por diversas razões.

Assim sendo, existindo permissivo legal para a intercambialidade de medicamentos sob prescrição e, considerando que o produto em questão detém maior liberdade para seu manejo e introdução, **sua aquisição pela Administração Pública se mostra viável** nos presentes casos, e **a permissão de sua competição é cogente**, em decorrência do caráter competitivo inerente aos processos licitatórios, desde sua fase preparatória, até sua homologação e adjudicação, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021 e a Constituição da República.

Logo, outra conclusão não é possível se não a de que a indicação expressa de marca, sem menção para fins meramente indicativos de referência, é um direcionamento ilícito de marca alimentícia, que viola os princípios e mandamentos mais basilares das contratações públicas.

Por esta razão, tem-se que, se uma dieta dessa natureza é assim considerada como alimento, ao contrário das dietas parenterais, deve o administrador adotar **todas as providências** para que se confirme a lisura do procedimento licitatório mediante a garantia da ampla concorrência, com a participação de dietas que, com composição similar e aprovadas pela Anvisa, atendem à mesmíssima finalidade.

9. DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO

Cumprе ressaltar que o *Nesh Pentasure Pedia* não é exclusivamente brasileiro em sua formulação e fabricação, mas fabricado e desenvolvido pela NUNESFARMA NESH em parceria com a empresa indiana HEXAGON NUTRITION na Índia, contando com amplo respaldo e suporte técnico e logístico da empresa, de modo a entregar aos pacientes a melhor tecnologia existente no mercado.

PentaSure®

Nesh

 **Nunes-Farma**

DESDE 1980

Rua Almirante Gonçalves, 2247
Curitiba, PR, Brasil
Cep: 80250-150
Fone: +55 41 2141-4100
Fax: +55 41 29214-4100
CNPJ: 75.014.177/0001-00
Insc. Estadual: 1014709467
nunesfarma@nunesfarma.com.br

que criamos produtos de soluções de nutrição clínica, pré-misturas de micronutrientes e produtos terapêuticos. Seus produtos são comercializados em toda a Índia e exportados para **mais de 70 países** para atender à demanda por nutrição por meio de nutrição clínica e nutrição terapêutica.



HEXAGON NUTRITION

Dessa forma, em que pese ainda seja relativamente recente no Brasil, com registro inicial datado de maio de 2023 perante a ANVISA, a fórmula do *Nesh Pentasure Pedia* é uma das mais comercializadas em todo o mundo, conferindo-lhe ainda maior credibilidade para a finalidade a que se propõe, com alta tecnologia e eficiência.

10. DA VIOLAÇÃO À RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

Nada obstante, guiado pelo princípio da proporcionalidade, o Administrador, ao aplicar o direito, deve considerar os valores inerentes à administração pública que atendam, ao mesmo tempo, a economicidade, a eficiência, a razoabilidade, a proporcionalidade e o devido processo legal.

No entendimento de José dos Santos Carvalho Filho:

Razoabilidade é a qualidade do que é razoável, ou seja, aquilo que se situa dentro de limites aceitáveis, ainda que os juízos de valor que provocaram a conduta possam dispor-se de forma pouco diversa. Ora, o que é totalmente razoável para uns pode não o ser para outros. (...) Dentro desse quadro, não pode o juiz controlar a conduta do administrador sobre a mera alegação de que não a entendeu razoável. (...) Poderá, isto sim, e até mesmo deverá, controlar os aspectos relativos à legalidade da conduta, ou seja, verificar se estão presentes os requisitos que a lei exige para a validade dos atos administrativos. Esse é o sentido que os Tribunais te emprestado ao controle.⁷

No presente caso, a patente ilegalidade decorrente da violação à razoabilidade decorre de exigência que só poderá ser cumprida por restrita parcela do mercado, ou seja, por fornecedores que forneçam a marca "Peptamen Junior", não sendo esta a única apta à finalidade almejada pela Administração, restringindo ilegalmente o fornecimento de produtos até mesmo mais eficazes à solução do problema a que se busca solução, como o *Nesh Pentasure Pedia*. Destarte, de modo complementar, o princípio da proporcionalidade.

⁷ *Manual de Direito Administrativo*. Editora Lúmen Júris. 2003, Rio de Janeiro, páginas 23 e 24.

Ainda, de acordo com Marçal Justen Filho,⁸ em matéria de licitações, o princípio da proporcionalidade se traduz na necessidade de equilíbrio na busca de dois fins igualmente relevantes: a realização do princípio da isonomia deve dar-se simultaneamente com a seleção da proposta mais vantajosa e a discricionariedade é mais intensa por ocasião da confecção do ato convocatório e as escolhas da Administração Pública deverão ser norteadas pelo Princípio da Proporcionalidade.

A razoabilidade, em primeiro lugar, se insere dentro do controle da legitimidade do exercício das competências administrativas. Relativamente à aplicação da lei em cada caso, o princípio da razoabilidade é um dos instrumentos normativos de controle de legitimidade da atuação estatal, por exigir que se investigue tal atuação para além da mera conformidade formal dos atos com os parâmetros disciplinadores legais.

A proporcionalidade, por sua vez, conforme as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello, preceitua que as competências administrativas somente podem exercidas validamente ao que seja realmente demandado para o cumprimento da finalidade de interesse público a que estão atreladas e "os atos cujos conteúdos ultrapassem o necessário para alcançar o objetivo que justifica o uso da competência ficam maculados de ilegitimidade".⁹

É razoável e proporcional sempre ampliar a concorrência e, por consequência, a proporcionalidade do certame, eis que a ampliação deve ser privilegiada em relação à restrição em matéria licitatória, dado o interesse público envolvido.

Logo, diante das exigências inadequadas acima verificadas, e pelas razões supra expostas, necessária a adequação do Edital de modo a não prejudicar injustamente as empresas participantes do certame que detém produto de marca diversa ao "Peptamen Junior", que servem precisamente para a mesma finalidade, com similar ou superior eficácia para a finalidade declarada.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já exposto de modo exaustivo, a manutenção do instrumento convocatório nos termos em que se encontra poderá ocasionar sérios prejuízos à Administração Pública, no que se refere ao dispêndio de orçamento do Estado de São Paulo, bem como representará violação aos princípios da ampla concorrência, da isonomia e da supremacia do interesse público.

Nada obstante, restringir o certame apenas à parcela do mercado que ofereça o produto "Peptamen Junior" (Nestlé) ocasionará necessariamente um dano à própria economicidade e vantajosidade, já que o *Nesh Pentasure Pedia*, produto regulado e autorizado pela ANVISA para a

⁸ *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005, páginas 51 e 52.

⁹ *Curso de Direito Administrativo*, 14ª ed., Malheiros, p. 91-93.

finalidade proposta, detém formulação de excelência nutricional, com grande tradição a nível mundial, em que pese sua presença em território nacional seja relativamente recente, **além de poder oferecer preço mais atrativo** em relação a seu concorrente direto.

Destarte, sugere-se a Vossa Senhoria, para que se proporcione uma competição mais competitiva e isonômica, além de tecnicamente mais acurada, que atenda a parâmetros estabelecidos pela própria comunidade científica, ou, caso se entenda diferentemente, **que se comprove que as decisões judiciais em questão tenham expresso caráter restritivo**, ou seja, que não permitam expressamente o fornecimento de produtos similares ao indicado nos termos da decisão. Isso se requer mediante apresentação das respectivas cópias, devidamente anonimizadas quanto à identificação do paciente.

A retificação do item nesses termos não ocasionaria qualquer prejuízo à realização do certame: pelo contrário, representaria a prevalência de um modo de agir guiado pela Constituição da República de 1988, priorizando a competitividade no âmbito das licitações públicas.

Destarte, requer-se, respeitosamente, seja aprimorado o descritivo do presente ato convocatório em seu item único, para que sejam indicados parâmetros isonômicos e objetivos no sentido de **permitir produtos similares ou superiores** à marca indicada.

Por fim, ressalta-se que a presente impugnação não deverá ser interpretada como uma crítica ao ato convocatório, mas como uma oportunidade de aprimoramento face a possíveis abusos e ilegalidades contidas, ainda que de modo implícito, no teor do Edital.

Em suma, destaca-se o fato de que a mera indicação do produto "Peptamen Junior" no descritivo fere a isonomia, a concorrência e a competitividade do certame.

Apesar de se justificar a opção do edital para o descritivo do item daquele modo, **uma decisão judicial, em regra, não restringe a aquisição, mas viabiliza aquisição de dieta similar, que atenda à prescrição médica, como provavelmente ocorre no caso.**

Desse modo, deverá ser o Edital republicado para o item, no sentido de estabelecer critérios isonômicos para favorecer a ampla concorrência e possibilitar o fornecimento do produto *Nesh Pentasure Pedia*.

Assim, respeitosamente, requer-se seja aprimorado o Edital em análise, para que seja oportunizada a participação de uma maior quantidade de licitantes e, por consequência, haja uma contratação mais vantajosa para a municipalidade, em prestígio do interesse público.

12. PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se seja a presente *impugnação* recebida, conhecida e provida integralmente, para que, ao final, seja promovida a alteração do Edital em epígrafe e, no mérito, sejam promovidas as alterações no instrumento convocatório relativamente ao **item 03** do pregão eletrônico, com o objetivo de garantir segurança jurídica, bem como uma competição sadia e, ainda, uma contratação exequível para todas as partes para se **afastar a restrição à marca Peptamen Junior, da Nestlé**, na fórmula pediátrica em questão **sem indicar de modo expresso a possibilidade de indicação de produtos similares**, sendo dever da Administração realizar exercício de autotutela para atender à lei, sugerindo-se, neste aspecto, **que se altere a descrição do produto, para que se exclua a expressão "Peptamen Junior"**, ou, caso V. Sa. Entenda diferentemente, que se inclua a expressão "**OU SIMILAR**", em atendimento ao melhor entendimento do E. TCU e da jurisprudência dos tribunais superiores, **especialmente após considerar que a prescrição e a decisão, não publicizada, possivelmente permitem fórmula nutricional especializada com fórmula similar ao "Peptamen Junior"**.

Destaca-se que, diante de todas as informações acima relacionadas, o produto *Nesh Pentasure Pedia* **poderá atender mesmo a demanda judicial menciona marca distinta**, eis que a marca deve sempre ser interpretada como mero referencial (conforme descrito no próprio edital) e há expressivo quantitativo de decisões judiciais que deverão ser interpretadas à luz do contexto de 2024, no qual há outro produto além do "Peptamen Junior" capaz de atender à demanda dos pacientes em questão, assim como o produto fabricado pela Nestlé.

Com efeito, diante da impossibilidade de consulta ao processo mencionado, **requer-se o fornecimento dos receituários médicos, nutricionais e a decisão judicial relativamente aos autos mencionados**, na eventualidade de estes solicitarem o produto "Peptamen Junior" de forma restritiva e atualizada para o ano de 2024, **sob pena de ilegalidade do ato**, com a devida anonimização dos dados pessoais eventualmente ali contidos, se necessário, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD. Deve-se ao menos comprovar o quantitativo a ser adquirido.

Em último caso, requer-se o acolhimento da presente impugnação de modo que o edital seja retificado para o fim de **subdividir o item único em dois itens**, um exclusivamente para atendimento de ordens judiciais, o que por amor ao debate poder-se-ia admitir a restrição ao "Peptamen Junior", caso a decisão judicial vede expressamente o fornecimento de produto similar ao paciente, e outro para a viabilização da ampla concorrência, sem restrição de marca, para atendimento de eventuais **demandas administrativas** diversas, como a farmácia municipal e unidades de saúde.

Nesh

 **NunesFarma**
DESDE 1980

Rua Almirante Gonçalves, 2347
Curitiba, PR, Brasil
Cep: 80250-150
Fone: +55 41 2141-4100
Cel: +55 41 99214-4100
CNPJ: 75.014.187/0001-00
Ins. Estadual: 1012709467
nunesfarma@nunesfarma.com.br

Por fim, requer-se a suspensão da sessão pública de abertura das propostas até que esta impugnação seja devidamente julgada, nos termos do julgado pelo TCU no acórdão nº 551/2008-Plenário, com posterior republicação do Edital e seus anexos.

Curitiba, 25 de Novembro de 2024.

PAULO ANDREI

BARAUS:03311904940

Assinado de forma digital por
PAULO ANDREI

BARAUS:03311904940

Dados: 2024.11.25 11:28:20 -03'00'

NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.

Impugnação - Pregão Eletrônico 065/2024 - Processo: 102/2024

De: Cauã Gonçalves Barbieri (estagi5@nunesfarma.com.br)

Para: licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br

Cc: gustavo@nunesfarma.com.br

Data: terça-feira, 26 de novembro de 2024 às 08:41 BRT

Bom dia, tudo bem?

NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.014.167/0001-00, sediada à Rua Almirante Gonçalves, nº 2247, Água Verde, Curitiba – PR, CEP 80.250-150, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar tempestiva IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, o que faz com fundamento no item 20 do Edital e seguintes, pelas razões a seguir expostas.

Segue em anexo pedido de Impugnação.

Muito obrigado.

--

Atenciosamente,



Para segurança,

Este e-mail é exclusivo para assuntos profissionais da Nunesfarma Nesh. Por favor, mantenha confidencial as informações recebidas & certifique-se que este e-mail foi enviado de uma conta @nunesfarma.com.br / não utilizamos e-mails gratuitos como @gmail, @hotmail @icloud ou similares. Novamente, certifique-se disso antes de abrir um eventual anexo ou tomar uma decisão sobre a mensagem recebida.

Em caso de dúvida ligue ou mande WhatsApp para (41) 9 9214-4100

For safety:

This email is for Nunesfarma Nesh professional affairs only. Please keep the information you receive confidential & make sure this email was sent from an @nunesfarma.com.br account / we do not use free emails like @gmail, @hotmail @icloud or similar. Again, make sure of this before opening any attachments or making a decision about the message you received.

If in doubt call or send WhatsApp to +55 (41) 9 9214-4100

IMPUGNAÇÃO.zip
6.2MB

Re: Impugnação - Pregão Eletrônico 065/2024 - Processo: 102/2024

De: Licitação Alto Paraíso (licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br)

Para: estagi5@nunesfarma.com.br

Data: terça-feira, 26 de novembro de 2024 às 14:04 BRT

BOA TARDE, TENDO EM VISTA DO CONTIDO NO ITEM 20.2 DO EDITAL DE LICITAÇÃO O RECURSO FOI PROTOCOLADO DO FORMA INTEMPESTIVA.



Em terça-feira, 26 de novembro de 2024 às 08:41:13 BRT, Cauã Gonçalves Barbieri <estagi5@nunesfarma.com.br> escreveu:

Bom dia, tudo bem?

NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.014.167/0001-00, sediada à Rua Almirante Gonçalves, nº 2247, Água Verde, Curitiba – PR, CEP 80.250-150, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar tempestiva IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, o que faz com fundamento no item 20 do Edital e seguintes, pelas razões a seguir expostas.

Segue em anexo pedido de Impugnação.

Muito obrigado.

—

Atenciosamente,



Para segurança:

Este e-mail é exclusivo para assuntos profissionais da Nunesfarma Nesh. Por favor, mantenha confidencial as informações recebidas & certifique-se que este e-mail foi enviado de uma conta @nunesfarma.com.br / não utilizamos e-mails gratuitos como @gmail; @hotmail @icloud ou similares. Novamente, certifique-se disso antes de abrir um eventual anexo ou tomar uma decisão sobre a mensagem recebida.

Em caso de dúvida ligue ou mande WhatsApp para (41) 9 9214-4100.

For safety:

This email is for Nunesfarma Nesh professional affairs only. Please keep the information you receive confidential & make sure this email was sent from an @nunesfarma.com.br account / we do not use free emails like @gmail; @hotmail @icloud or similar. Again, make sure of this before opening any attachments or making a decision about the message you received.

If in doubt call or send WhatsApp to +55 (41) 9 9214-4100.



E-mail recebido.pdf

284,1kB

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024
Processo Administrativo Nº 102/2024
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 13/11/2024 13:08:56

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 120 Unidade: UN Val. Ref.: 68,38

Descrição: TROPHIC BASIC 800 G

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 066	PRODIET / TROPHIC BASIC 800G	68,30
PARTICIPANTE 626	TROPHIC BASIC 800 G / PRODIET / TROPHIC BASIC 800 G / PRODIET	68,38
PARTICIPANTE 309	probenie / soya	68,30
PARTICIPANTE 099	TROPHIC BASIC 800 G	68,38

LOTE 2

Item: 1 Quant.: 360 Unidade: UN Val. Ref.: 33,52

Descrição: NUTRI DIABETIC 1L

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 337	DANONE / DIANUTRI	33,52
PARTICIPANTE 546	Nutrimed / Nutri Diabetic	33,00
PARTICIPANTE 225	DANONE / NUTRI DIABETIC 1L	33,52
PARTICIPANTE 491	NUTRI DIABETIC 1L	33,52

LOTE 3

Item: 1 Quant.: 240 Unidade: UN Val. Ref.: 165,83

Descrição: PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 296	NUNESFARMA / NUNESFARMA	129,73
PARTICIPANTE 455	nestle / lata	180,00
PARTICIPANTE 627	NESTLÉ / PEPTAMEN JUNIOR 400G	165,80
PARTICIPANTE 605	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS	165,83

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR****ATA DE SESSÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024
Processo Administrativo Nº 102/2024
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 13/11/2024 13:08:56

MOVIMENTOS DO PROCESSO

16/11/2024 11:20:09	CADASTRO DE PROPOSTA	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME
18/11/2024 17:17:09	CADASTRO DE PROPOSTA	ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE SAÚDE
25/11/2024 17:44:37	CADASTRO DE PROPOSTA	NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA
27/11/2024 13:07:04	CADASTRO DE PROPOSTA	K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO DE MEDICAMENTOS
27/11/2024 15:28:54	CADASTRO DE PROPOSTA	RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA
27/11/2024 16:44:20	CADASTRO DE PROPOSTA	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
27/11/2024 16:47:04	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
28/11/2024 14:06:20	CADASTRO DE PROPOSTA	54.388.779 JHONATAN CANDIDO DE SOUZA
28/11/2024 16:58:04	CADASTRO DE PROPOSTA	SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
29/11/2024 08:39:21	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
29/11/2024 08:01:22	MENSAGEM	PREGOEIRO
BOM DIA, POR FAVOR FIQUEM ATENTOS EM ALGUNS INSTANTES IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		
29/11/2024 08:16:00	MENSAGEM	PREGOEIRO
IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		

**LOTE 1 - HABILITAÇÃO
ANEXO I****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1	Unidade: UN	Marca: PRODIET	Modelo: TROPIC BASIC 800G
Descrição: TROPIC BASIC 800 G			
Quantidade: 120	Valor Unit.: 68,30	Valor Total: 8.196,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	066	20.740.209/0001-07	68,30	68,30		Sim
2 NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA	626	18.500.770/0001-69	68,38	68,00	-0,44	Sim
3 54.388.779 JHONATAN CANDIDO DE	309	54.388.779/0001-93	68,30	68,30	0,44	Sim
4 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	099	39.430.487/0001-88	68,38	68,38	0,12	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

MOVIMENTOS DO LOTE

13/11/2024 13:08:56	PUBLICADO
14/11/2024 07:38:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS
29/11/2024 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS
29/11/2024 08:16:06	DISPUTA

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

29/11/2024 08:16:06	LANCE	54.388.779 JHONATAN CANDIDO DE SOUZA (PARTICIPANTE 309)	68,30
29/11/2024 08:16:06	LANCE	RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA (PARTICIPANTE 066)	68,30
29/11/2024 08:16:06	LANCE	ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE SAÚDE (PARTICIPANTE 099)	68,38
29/11/2024 08:16:06	LANCE	NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA (PARTICIPANTE 626)	68,38
29/11/2024 08:19:38	LANCE	NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA (PARTICIPANTE 626)	68,00
29/11/2024 08:22:24	MENSAGEM	54.388.779 JHONATAN CANDIDO DE SOUZA (PARTICIPANTE 309)	
Bom dia, sr pregoeiro. a principio não encontramos no edital se é exclusividade da Marca em especifico. É necessariamente esta marca?			
29/11/2024 08:23:39	MENSAGEM	PREGOEIRO	
bom dia, sim, produtos para atendimento de decisão judicial.			
29/11/2024 08:26:06	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 066, PARTICIPANTE 309 que apresentaram o valor de 68.30.			
29/11/2024 08:26:06	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA			
29/11/2024 08:26:06	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
Por critério de regionalidade, o participante RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA foi automaticamente declarado vencedor deste lote.			
29/11/2024 08:26:06	HABILITAÇÃO		

**LOTE 2 - HABILITAÇÃO
ANEXO I**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: Nutrimed	Modelo: Nutri Diabetic
Descrição: NUTRI DIABETIC 1L			
Quantidade: 360	Valor Unit.: 30,00		Valor Total: 10.800,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 FAGANNUTRI COMERCIO DE	546	38.540.669/0001-49	33,00	30,00		Sim
2 K MEDICA PRODUTOS MEDICO	337	10.675.016/0001-58	33,52	30,73	2,43	Sim
3 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	491	39.430.487/0001-88	33,52	33,52	9,08	Sim
4 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	225	20.740.209/0001-07	33,52	33,52	0,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

MOVIMENTOS DO LOTE

13/11/2024 13:08:56	PUBLICADO		
14/11/2024 07:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
29/11/2024 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
29/11/2024 08:16:06	DISPUTA		
29/11/2024 08:16:06	LANCE	RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA (PARTICIPANTE 225)	33,52
29/11/2024 08:16:06	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	33,52
29/11/2024 08:16:06	LANCE	ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE SAÚDE (PARTICIPANTE 491)	33,52
29/11/2024 08:16:06	LANCE	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	33,00
29/11/2024 08:16:32	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	32,90

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

29/11/2024 08:22:26	LANCE	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	32,80
29/11/2024 08:25:35	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	32,70
29/11/2024 08:25:35	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
29/11/2024 08:25:50	LANCE	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	32,00
29/11/2024 08:26:07	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	31,90
29/11/2024 08:26:18	LANCE	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	31,00
29/11/2024 08:26:31	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	30,90
29/11/2024 08:26:39	LANCE	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	30,00
29/11/2024 08:27:37	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	30,73
29/11/2024 08:29:37	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 491, PARTICIPANTE 225 que apresentaram o valor de 33.52.			
29/11/2024 08:29:37	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA			
29/11/2024 08:29:38	HABILITAÇÃO		

**LOTE 3 - HABILITAÇÃO
ANEXO I**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: NUNESFARMA	Modelo: NUNESFARMA
Descrição: PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS			
Quantidade: 240	Valor Unit.: 129,73		Valor Total: 31.135,20

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	296	53.926.612/0001-76	129,73	129,73		Sim
2 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	627	20.740.209/0001-07	165,80	165,80	27,80	Sim
3 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	605	39.430.487/0001-88	165,83	165,83	0,02	Sim
4 K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO	455	50.531.688/0001-04	180,00	180,00	8,54	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

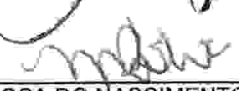
MOVIMENTOS DO LOTE

13/11/2024 13:08:56	PUBLICADO			
14/11/2024 07:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS			
29/11/2024 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS			
29/11/2024 08:16:07	DISPUTA			
29/11/2024 08:16:07	LANCE	ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE SAÚDE (PARTICIPANTE 605)		165,83
29/11/2024 08:16:07	LANCE	K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO DE MEDICAMENTOS		180,00
29/11/2024 08:16:07	LANCE	RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA (PARTICIPANTE 627)		165,80
29/11/2024 08:16:07	LANCE	SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		129,73
29/11/2024 08:26:07	NOTIFICAÇÃO SISTEMA			
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				
29/11/2024 08:26:07	HABILITAÇÃO			


MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR



PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO



APOIO UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR****VENCEDORES DO PROCESSO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024
Processo Administrativo Nº 102/2024
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 13/11/2024 13:08:56

TOTAL DO PROCESSO: 50.131,20**RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA 20.740.209/0001-07 8.196,00****LOTE 1 Quant.: 1 Num: 066 Lance: 68,30 Total: 8.196,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: PRODIET Modelo: TROPHIC BASIC 800G

Descrição: TROPHIC BASIC 800 G

Quantidade: 120 Val. Ref.: 68,38 Valor Unit.: 68,30 Total Item: 8.196,00

**FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS 38.540.669/0001-49 10.800,00
LTDA****LOTE 2 Quant.: 1 Num: 546 Lance: 30,00 Total: 10.800,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: Nutrimed Modelo: Nutri Diabetic

Descrição: NUTRI DIABETIC 1L

Quantidade: 360 Val. Ref.: 33,52 Valor Unit.: 30,00 Total Item: 10.800,00

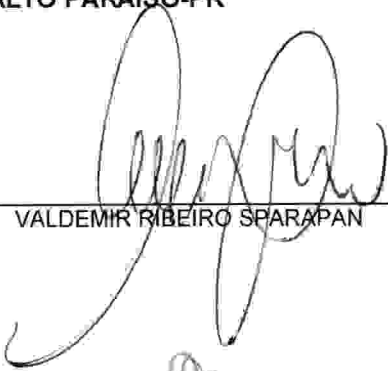
**SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES 53.926.612/0001-76 31.135,20
LTDA****LOTE 3 Quant.: 1 Num: 296 Lance: 129,73 Total: 31.135,20**

Item: 1 Unidade: UN Marca: NUNESFARMA Modelo: NUNESFARMA


Descrição: PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS

Quantidade: 240 Val. Ref.: 165,83 Valor Unit.: 129,73 Total Item: 31.135,20

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR




PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



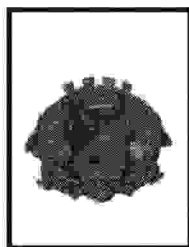
APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTTO



APOIO UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 065/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

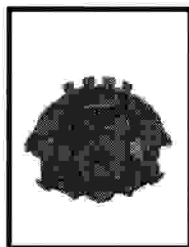
PROPONENTE: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA ME

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DOCUMENTOS	SOLICITADO		
CONTRATO SOCIAL	SIM	OK	
CARTÃO CNPJ	SIM	OK	
CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS	SIM	OK	28/12/2024
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL	SIM	OK	11/02/2025
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL	SIM	OK	07/02/2024
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SIM	OK	13/12/2024
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT	SIM	OK	08/01/2025
Certidão Negativa de Falência	SIM	OK	
Declaração de Responsabilidade	SIM	OK	

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CONDIÇÕES	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	30 DIAS		
Prazo de Entrega	20 DIAS		
Validade da Proposta	60 DIAS		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

Garantia			
Assinaturas	SIM		
Apresentou a marca do (s) produto(s)	SIM		
A proposta esta dentro do vlr. Máximo			

Alto Paraíso - PR, 29/11/2024



Assinatura do Membro Conferente

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME**

CNPJ/MF: nº 10.675.016/0001-58

NIRE: 412.0640856-4

Folha: 1 de 7

Os abaixo identificados e qualificados:

Osmar
Rosa
1) ROSA FERREIRA BRAGA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 03/10/1947, natural de Princesa Isabel-PB, empresaria, inscrita no CPF/MF sob nº. 016.892.629-66, portadora da carteira de identidade RG nº. 3.888.709-2/SSP-PR, residente e domiciliada na Estrada PR Dois Um Oito Planaltina a Amaporã, S/N, Centro, Planaltina do Paraná-PR, CEP: 87860-000.

2) OSMAR JOSE BRAGA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 23/02/1966, natural de Amaporã-PR, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 644.740.209-44, portador da carteira de identidade RG nº. 4.638640-0/SSP-PR, residente e domiciliado na Av. Ivaí, 63, Centro, Amaporã-PR, CEP: 87850-000.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME**, com sede na Rua Senador Souza Naves, 1145, Quadra 34 Lote 01, Centro, Paranavaí-PR, CEP 87702-220, e inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.675.016/0001-58, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.0640856-4 em 19/02/2009; resolvem alterar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL: A sociedade que tem por objeto social a exploração do ramo de: Comercio varejista de artigos médicos, ortopédicos, odontológicos, laboratoriais, cirúrgico e hospitalar, Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria, higiene pessoal, limpeza, produtos para saúde, dietas e alimentação enteral, Comercio varejista de moveis e eletrodomésticos, Comercio atacadista de produtos odontológicos, Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso medico, cirúrgico, hospitalar e de laboratoriais, Comercio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria, produtos para saúde, dietas e alimentação enteral, Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, comercio atacadista de moveis, passa a partir desta data a ter o seguinte objeto: **Comercio varejista de artigos médicos, ortopédicos, odontológicos, laboratoriais, cirúrgico e hospitalar, Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria, higiene pessoal, limpeza, produtos para saúde, dietas e alimentação enteral, Comercio varejista de moveis e eletrodomésticos, Comercio atacadista de produtos odontológicos, Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso medico, cirúrgico, hospitalar e de laboratoriais, Comercio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria, produtos para saúde, dietas e alimentação enteral, Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, comercio atacadista de moveis, Comercio atacadista de Equipamentos, produtos médicos -hospitalares, científicos, reagentes, fisioterápicos, ortopédicos, reabilitação, resgate, remoção e veterinários, comercio atacadista de produtos e equipamentos farmacêuticos, oftalmológico, auditivos,**

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2016 14:10 SOB Nº 20157582256.
PROTOCOLO: 157582256 DE 17/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR157582256. NIRE: 41206408564.
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETARIA GERAL
CURITIBA, 11/01/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

000179

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME**
CNPJ/MF: nº 10.675.016/0001-58
NIRE: 412.0640856-4

Folha: 2 de 7

Rosa

farmacológicos, químicos, saneantes e domissanitários, Produtos e equipamentos para ginástica, fitness, natação, materiais esportivos, desportivos e playground, Artigos de vestuário, armarinhos, uniformes profissionais, escolares, esportivos, cama mesa e banho e colchões, Produtos e equipamentos para limpeza, proteção individual, embalagens, descartáveis, coletores de lixo e coleta seletiva, Comercio atacadista de moveis e equipamentos para escritório, escolas, e unidades de ensino, cozinha industrial e lavanderia, papelaria, material de expediente e escolar, Equipamentos, materiais, jogos e brinquedos didáticos, pedagógicos, e recreativos, de acessibilidade e tecnologia assistiva, Equipamentos e suprimentos de informática, eletrodomesticos, eletros-eletrônicos, moveis, estofados, utensílios do lar, ferramentas manuais, aparelhos de uso doméstico e pessoal, instrumento musicais, maquinas e equipamentos industriais, instrumentos de medição, Maquinas equipamentos e acessórios para confecções. Assistência- técnica, manutenção e locação de equipamentos científicos, médico-hospitalar e laboratoriais, Comercio atacadista de leites e formulas, suprimentos, dieta e alimentos em geral.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO AUMENTO DE CAPITAL: O capital social que é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é elevado para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada uma.

§1.º - FORMA E PRAZO: O aumento de capital acima previsto e consolidado, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), é inteiramente subscrito e integralizado pelos sócios, em moeda corrente do país, neste ato, proporcionalmente às suas participações no capital da sociedade.

§2.º - NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL: Em virtude das modificações havidas, o capital social, inteiramente integralizado em moeda nacional, fica assim dividido entre os sócios:

Nome	(%)	Cotas	Valor R\$
ROSA FERREIRA BRAGA	99.00	99.000	99.000,00
OSMAR JOSE BRAGA	1.00	1.000	1.000,00
TOTAL	100.00	100.000	100.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA- DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, que passa a ter a seguinte redação.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2016 14:10 SOB Nº 20157582256.
PROTOCOLO: 157582256 DE 17/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR157582256. NIRE: 41206408564.
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETARIA GERAL
CURITIBA, 11/01/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

00180

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME**
CNPJ/MF: nº 10.675.016/0001-58
NIRE: 412.0640856-4

Folha: 3 de 7

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME**
CNPJ/MF: 10.675.016/0001-58
NIRE: 412.0640856-4

Os abaixo identificados e qualificados:

Rosa

1) **ROSA FERREIRA BRAGA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 03/10/1947, natural de Princesa Isabel-PB, empresaria, inscrita no CPF/MF sob nº. 016.892.629-66, portadora da carteira de identidade RG nº. 3.888.709-2/SSP-PR, residente e domiciliada na Estrada PR Dois Um Oito Planaltina a Amaporã, S/N, Centro, Planaltina do Paraná-PR, CEP: 87860-000.

2) **OSMAR JOSE BRAGA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 23/02/1966, natural de Amaporã-PR, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 644.740.209-44, portador da carteira de identidade RG nº. 4.638640-0/SSP-PR, residente e domiciliado na Av. Ivaí 63, Centro, Amaporã -PR, CEP: 87850-000.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME**, com sede na R. Senador Souza Naves, 1145, Quadra 34 Lote 01, Centro, Paranavaí-PR, CEP 87702-220, e inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.675.016/0001-58, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.0640856-4 em 19/02/2009; resolvem consolidar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO: A sociedade gira sob o nome empresarial de **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME** e tem sede e domicílio na **Rua Senador Souza Naves, 1145, Quadra 34 Lote 01, Centro, Paranavaí-PR, CEP 87702-220.**

CLÁUSULA SEGUNDA - FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA- INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade iniciou suas atividades em 19/01/2009 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2016 14:10 SOB Nº 20157582256.
PROTOCOLO: 157582256 DE 17/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR157582256. NIRE: 41206408564.
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 11/01/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME**
CNPJ/MF: nº 10.675.016/0001-58
NIRE: 412.0640856-4

Folha: 4 de 7

Rosa

CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: Comercio varejista de artigos médicos, ortopédicos, odontológicos, laboratoriais, cirúrgico e hospitalar, Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria, higiene pessoal, limpeza, produtos para saúde, dietas e alimentação enteral, Comercio varejista de moveis e eletrodomésticos, Comercio atacadista de produtos odontológicos, Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso medico, cirúrgico, hospitalar e laboratoriais, Comercio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria, produtos para saúde, dietas e alimentação enteral, Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, comercio atacadista de moveis, Comercio atacadista de Equipamentos, produtos médico-hospitalares, científicos, reagentes, fisioterápicos, ortopédicos, reabilitação, resgate, remoção e veterinários, comercio atacadista de produtos e equipamentos farmacêuticos, oftalmológico, auditivos, farmacológicos, químicos, saneantes e domissanitários, Produtos e equipamentos para ginastica, fitness, natação, materiais esportivos, desportivos e playground, Artigos de vestuário, armarinhos, uniformes profissionais, escolares, esportivos, cama mesa e banho, colchões, Produtos e equipamentos para limpeza, proteção individual, embalagens, descartáveis, coletores de lixo e coleta seletiva, Comercio atacadista de moveis e equipamentos para escritório, escolas, e unidades de ensino, cozinha industrial e lavanderia, papelaria, material de expediente e escolar, Equipamentos, materiais, jogos e brinquedos didáticos, pedagógicos, e recreativos, de acessibilidade e tecnologia assistiva, Equipamentos e suprimentos de informática, eletrodomésticos, eletros-eletrônicos, moveis, estofados, utensílios do lar, ferramentas manuais, aparelhos de uso domésticos e pessoal, instrumento musicais, maquinas e equipamentos industriais, instrumentos de medição, Maquina e equipamentos e acessórios para confecções, Assistência- técnica, manutenção e locação de equipamentos científicos, médico-hospitalar e laboratoriais, Comercio atacadista de leites e formulas, suprimentos, dieta e gêneros alimentícios.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrita e já integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios e distribuídas da seguinte forma:

Nome	(%)	Cotas	Valor R\$
ROSA FERREIRA BRAGA	99.00	99.000	99.000,00
OSMAR JOSE BRAGA	1.00	1.000	1.000,00
TOTAL	100.00	100.000	100.000,00

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2016 14:10 SOB Nº 20157582256.
PROTOCOLO: 157582256 DE 17/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR157582256. NIRE: 41206408564
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETARIA GERAL
CURITIBA, 11/01/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME**
CNPJ/MF: nº 10.675.016/0001-58
NIRE: 412.0640856-4

Folha: 5 de 7

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL: A administração da sociedade cabe a **ROSA FERREIRA BRAGA e OSMAR JOSE BRAGA**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§1.º - É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§2.º - Faculta-se aos administradores, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

CLÁUSULA NONA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2016 14:10 SOB Nº 20157582256.
PROTOCOLO: 157582256 DE 17/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR157582256. NIRE: 41206408564.
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETARIA GERAL
CURITIBA, 11/01/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME**
CNPJ/MF: nº 10.675.016/0001-58
NIRE: 412.0640856-4

Folha: 6 de 7

CLÁUSULA DÉCIMA - RETIRADA PRO-LABORE: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando todos os sócios dos lucros ou perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade.

Parágrafo único - A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos sócios, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às quotas de capital de cada um. Nesse caso será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o art. 1.059 da Lei n.º 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - JULGAMENTO DAS CONTAS: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo único - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO: Fica eleito o foro da comarca de Paranavaí-PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2016 14:10 SOB Nº 20157582256.
PROTOCOLO: 157582256 DE 17/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR157582256. NIRE: 41206408564.
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 11/01/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA -ME
CNPJ/MF: nº 10.675.016/0001-58
NIRE: 412.0640856-4


0184

Folha: 7 de 7

E por estarem assim, justos e contratados, lavram e assinam, a presente, em via única, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Paranavaí-PR, 07 de dezembro de 2015.


ROSÁ FERREIRA BRAGA


OSMAR JOSÉ BRAGA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2016 14:10 SOB Nº 20157582256.
PROTOCOLO: 157582256 DE 17/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR157582256. NIRE: 41206408564.
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETARIA GERAL
CURITIBA, 11/01/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
10.675.016/0001-58
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
19/02/2009

NOME EMPRESARIAL
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
K - MEDICA

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
95.29-1-99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente
77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
77.29-2-03 - Aluguel de material médico
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R SENADOR SOUZA NAVES

NÚMERO
1145

COMPLEMENTO
QUADRA34 LOTE 01

CEP
87.702-220

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
PARANAVAI

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
KMEDICA@HOTMAIL.COM

TELEFONE
(44) 3422-1500

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
19/02/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 07/11/2024 às 09:14:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 10.675.016/0001-58

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:24:36 do dia 01/07/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/12/2024.

Código de controle da certidão: **E2AC.C6A8.36F2.8D56**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000187

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034929021-20

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **10.675.016/0001-58**

Nome: **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/02/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
ESTADO PARANÁ
SECRETARIA DE FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 37422/2024

Contribuinte

Nome/Razão: 2262126 - K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME

CNPJ/CPF: 10.675.016/0001-58

Endereço: Rua SOUZA NAVES, 1145

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Paranavaí - PR

Finalidade

Certidão de Débito - Contribuinte

Observações

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
07/11/2024	90 dias

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado **C E R T I F I C O** que, em nome de **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Paranavaí - PR, 07 de novembro de 2024.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 10.675.016/0001-58
Razão Social: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA ME
Endereço: R SOUZA NAVES 1145 QD 34 LT01 / CENTRO / PARANAVAI / PR / 87702-220

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/11/2024 a 13/12/2024

Certificação Número: 2024111402521565117460

Informação obtida em 25/11/2024 08:39:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.675.016/0001-58
Certidão n°: 48745042/2024
Expedição: 12/07/2024, às 15:12:09
Validade: 08/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **10.675.016/0001-58**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PARANAVAI

OFÍCIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
AV. PARANA, 1422 - JARDIM AMÉRICA
PARANAVAI/PR - 87705900

TITULAR
EDILBERTO FERREIRA DA SILVA
JURAMENTADOS
ALEXANDRE VELASCO CEREJA
MAYCON TANAKA DE REZENDE

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os registros no banco de dados dos arquivos de distribuição referente à **AÇÃO FALÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL – LEI Nº 11.101/2005**, sob minha guarda neste cartório, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ **10.675.016/0001-58**, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

PARANAVAI/PR, 11 de Novembro de 2024.

ALEXANDRE VELASCO CEREJA

Alexandre Velasco Cereja
Empregado Juramentado

2º TABELIONATO
DE NOTAS

2º Tabelionato de Notas de Paranavai - PR

Luiz Wagner de Oliveira - Tabelião

Rua Paranaíba, 1425 - Jardim América - Paranavai, PR, 87705-900. Fone: (41) 3428-3107. E-mail: cartorio@paranavai.pr.gov.br

Reconheço por Semelhança a assinatura de ALEXANDRE VELASCO CEREJA (25708). Dou fé nº 0007*. Paranavai, 11 de novembro de 2024.

Claudineia Cristina Rangon-Auxiliar Notarial

Selo nº SP7N1Y6wboXAKLUN3PF025q
Consulte esse selo em
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>



Página 0001/0001

JUIZO DE DIREITO DA
COMARCA DE PARANAVAI
Cartório Distribuidor e Anexos
Edilberto Ferreira da Silva
Titular
Alexandre Velasco Cereja
Empregado Juramentado
Maycon Tanaka de Rezende
Empregado Juramentado

K MEDICA
PRODUTOS
MEDICO
HOSPITALAR
LTDA:1067501
6000158

Assinado digitalmente por K MEDICA
PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR
LTDA:10675016000158
ND: C=BR, O=CP-Brasil, S=PR, L=PARANAVAI, OU=Secretaria da
Regalia Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CNPJ A1, OU=75085620000132, OU=presencial, CN=K MEDICA PRODUTOS MEDICO
HOSPITALAR LTDA:10675016000158
Razão: Eu sou o autor deste
documento.
Localização:
Data: 2024.11.11 17:16:54-03:00
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME			Protocolo: PRC2423604833		
NIRE : 41206408564 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41206408564		CNPJ 10.675.016/0001-58		Data de Ato Constitutivo 19/02/2009	
Início de Atividade 19/02/2009					
Endereço Completo Rua SENADOR SOUZA NAVES, Nº 1145, QUADRA 34 LT01, CENTRO - Paranavaí/PR - CEP 87702-220					
Objeto Social COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS, ORTOPÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS, CIRÚRGICO E HOSPITALAR, COMERCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA, HIGIENE PESSOAL, LIMPEZA, PRODUTOS PARA SAÚDE, DIETAS E ALIMENTAÇÃO ENTERAL, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICO, COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIAIS, COMERCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA, PRODUTOS PARA SAÚDE, DIETAS E ALIMENTAÇÃO ENTERAL, COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR, COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS, COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS, PRODUTOS MÉDICOS - HOSPITALAR, CIENTÍFICOS, REAGENTE, FISIOTERÁPICOS, ORTOPÉDICOS, REABILITAÇÃO, RESGATE, REMOÇÃO E VETERINÁRIOS, COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS FARMACÊUTICOS, OFTALMOLÓGICO, AUDITIVOS, FARMACOLÓGICOS, QUÍMICOS, SANEANTES E DOMISSANITÁRIOS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA GINASTICA, FITNES, NATAÇÃO, MATERIAIS ESPORTIVOS, DESPORTIVOS, E PLAYGROUND, ARTIGOS DE VESTUÁRIO, ARMARINHOS, UNIFORMES PROFISSIONAIS, ESCOLARES, ESPORTIVOS, CAMA MESA E BANHO, COLCHÕES, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA, PROTEÇÃO INDIVIDUAL, EMBALAGEM, DESCARTÁVEIS, COLETORES DE LIXO E COLETA SELETIVA, COMERCIO ATACADISTA DE MÓVEIS, E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, ESCOLAS, E UNIDADES DE ENSINO, COZINHA INDUSTRIAL E LAVANDERIA, PAPELARIA, MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCOLAR, EQUIPAMENTOS MATERIAIS JOGOS E BRINQUEDOS DIDÁTICOS, PEDAGÓGICOS E RECREATIVOS DE ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA ASSISTIVA, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETRO- ELETRONÍCOS, MÓVEIS, ESTOFADOS UTENSÍLIOS DO LAR FERRAMENTAS, MANUAIS, APARELHOS DE USO DOMESTICO E PESSOAL, INSTRUMENTOS MUSICAIS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO, MAQUINAS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA CONFECÇÕES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICO- HOSPITALAR E LABORATORIAIS, COMERCIO ATACADISTA DE LEITES E FORMULAS, SUPRIMENTOS, DIETA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.					
Capital Social R\$ 100.000,00 (cem mil reais)			Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado
Capital Integralizado R\$ 100.000,00 (cem mil reais)					
Dados do Sócio					
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
OSMAR JOSE BRAGA	644.740.209-44	R\$ 1.000,00	Sócio	S	Indeterminado
OSMAR	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
ROSA FERREIRA BRAGA	016.892.629-66	R\$ 24.750,00	Sócio	S	Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome	CPF	Término do mandato			
OSMAR JOSE BRAGA	644.740.209-44	Indeterminado			
Nome	CPF	Término do mandato			
ROSA FERREIRA BRAGA	016.892.629-66	Indeterminado			
Último Arquivamento					Situação
Data	Número	Ato/eventos			ATIVA
14/07/2020	20202452042	223 / 223 - BALANÇO			SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 25/11/2024, às 08:37:30 (horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código QPUZOHFC.

Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral



À PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO - PR

PREGÃO ELETRÔNICO 65/2024.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

A K Medica Produtos Medico Hospitalar - LTDA, CNPJ/MF nº 10.675.016/0001-58, sediada na Rua Souza Naves nº 1145, por intermédio de seu representante legal sr. Roni Carlo Temporini portador da Carteira de Identidade nº 2.567.639-47 e CPF nº 080.906.679-37 DECLARA, para todos os efeitos legais que:

1. DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 65/2024, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório. Declara, ainda, ter conhecimento das condições estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente que comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza é infração passível de responsabilização.

2. DECLARA que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024, nas quantidades e nos prazos previstos.

3. DECLARA que Até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº 65/2024, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, DECLARA que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.8 do respectivo instrumento convocatório.

4. DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

5. DECLARA para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6. DECLARA para os devidos fins, que assinarei a ata/contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.

7. DECLARA que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

8. DECLARA por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

**K MEDICA
PRODUTOS
MEDICO
HOSPITALAR**
LTDA:1067501
6000158
Ray Guilherme Silva Souza
CPF: 093.309.159-14
RG: 9.680-948-4
REPRESENTANTE LEGAL

Assinado digitalmente por K MEDICA
PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR
LTDA:10675016000158
NO "CNPJ" Brasil, S/PR, L= PARANAVAI, OU=Secretaria da
Tribuna Federal do Brasil - RFB, OU= RFB e CNPJ S/PR, OU= 7504-82000032, OU=previdencia, CN= K MEDICA PRODUTOS MEDICO
HOSPITALAR LTDA:10675016000158
Residência: Rua do Rio autor desta
assinatura
Data: 2024.11.16 11:16:55-03'00"
Fonte PDF Reader Versão: 12.1.1

Paranavai, 16 de Novembro de 2024.

Rua Souza Naves, 1145 - Centro - Cep 87702-22- Paranavai-PR

Fone: 44 - **3422.1500** - e-mail: kmedica@hotmail.com





À PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO - PR

PREGÃO ELETRÔNICO 65/2024.

PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

Apresentamos nossa proposta para execução do objeto descrito abaixo, conforme edital do Pregão Eletrônico nº.65/2024, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Val.Uni	Val.Total	Marca
2	1	NUTRI DIABETIC 1L	UN	360	R\$ 30,73	R\$ 11.062,80	Danone-Dianutri
						R\$ 11.062,80	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 11.062,80 (Onze mil e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

KMÉDICA PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 10.675.016/0001-58

Rua Souza Naves, 1145 - Centro.

Paranavaí - Pr

Fone: (44) 3422-1500

IE: 904.82929-30

BANCO DO BRASIL

AG: 0381-6

C/C. 2044-3

K MEDICA
PRODUTOS
MEDICO
HOSPITALAR
LTDA: 1067501
6000158

Assinado digitalmente por K MEDICA
PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR
LTDA: 10675016000158
ND: 04BR/04CP-Brazil, S=PR, L=PARANAVAI, OU=Secretaria de
Recursos Humanos do Brasil - RFB, OU=RSB e CNPJ A1, OU=7506520000992, OU=presencial, CN=K MEDICA PRODUTOS MEDICO
HOSPITALAR LTDA: 10675016000158
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Data: 2024.11.29 13:20:26-0300
Foxit PDF Reader Versão 12.1.1

Ray Guilherme Silva Souza

CPF: 093.309.159-14

RG: 9680948-4

REPRESENTANTE LEGAL

Paranavaí, 29 de Novembro de 2024.

Rua Souza Naves, 1145 - Centro - Cep 87702-22- Paranavaí-PR

Fone: 44- 3422.1500 - e-mail: kmedica@hotmail.com





SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE MIRADOR - PR

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins que a empresa, K Medica Produtos Médico Hospitalar Ltda – ME pessoa jurídica de direito privado, C.N.P.J. sob nº 10.675.016/0001-58, com sede a Rua Souza Naves, 1145, CEP 87.702-220, Bairro Centro, em Paranavaí, Estado do Paraná, é nossa fornecedora de: produtos para saúde (correlatos), Equipamentos, fórmulas alimentares e dietas alimentares especiais e Saneantes, roupa hospitalar, fazendo as normas exigidas, demonstrando plena capacidade técnica, cumprindo todos os compromissos contratuais e apresenta ainda, pontualidade na entrega.

Mirador, 05 de Agosto de 2024

Validade 12 Meses.

ASSINADO DIGITALMENTE
MARIA GEANIA OLIVEIRA
A conferência com a assinatura pode ser verificada em:
www.sistema.gov.br/assinaturas-digital



MARIA GEANIA OLIVEIRA
RG: 4.306.094-5
CPF: 809.285.019-49
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MIRADOR-PR



MUNICÍPIO DE GUAIRACÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Vieira, 1181 - Fone/Fax: [44] 3442.1413

CEP: 87.880-000 - CNPJ: 76.238.443/0001-87

e-mail: administracao@guairaca.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins que a empresa, K Medica Produtos Médico Hospitalar Ltda – ME pessoa jurídica de direito privado, C.N.P.J. sob nº 10.675.016/0001-58, com sede a Rua Souza Naves, 1145, CEP 87.702-220, Bairro Centro, em Paranavaí, Estado do Paraná, é nossa fornecedora de: produtos para saúde (correlatos), Equipamentos, fórmulas alimentares e dietas alimentares especiais e Saneantes, roupa hospitalar, fazendo as normas exigidas, demonstrando plena capacidade técnica, cumprindo todos os compromissos contratuais e apresenta ainda, pontualidade na entrega.

GUAIRACÁ-PR, 05 DE FEVEREIRO DE 2024

Validade 12 Meses.

JANESLEI AMADEU

CAENETTO:93746202949

Assinado de forma digital por

JANESLEI AMADEU

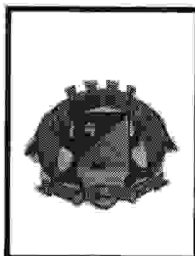
CAENETTO:93746202949

Dados: 2024.02.05 14:59:15 -03'00'

JANESLEI AMADEU CAENETTO

RG.5980599-1-PR

CPF. 937.462.029-49



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 065/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

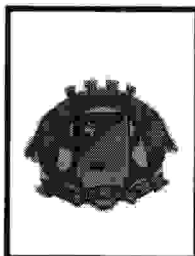
PROPONENTE: RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DOCUMENTOS	SOLICITADO		
CONTRATO SOCIAL	SIM	OK	
CARTÃO CNPJ	SIM	OK	
CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS	SIM	OK	15-04-2025
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL	SIM	OK	26-12-2024
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL	SIM	OK	06-01-2025
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SIM	OK	07-12-2024
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT	SIM	OK	24-02-2025
Certidão Negativa de Falência	SIM	OK	08-02-2025
Declaração de Responsabilidade	SIM	OK	

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CONDIÇÕES	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	30 DIAS		
Prazo de Entrega	20 DIAS		
Validade da Proposta	60 DIAS		
Garantia			



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

Assinaturas	SIM		
Apresentou a marca do (s) produto(s)	SIM		
A proposta esta dentro do vlr. Máximo			

Alto Paraíso - PR, 29/11/2024



Assinatura do Membro Conferente

RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**CNPJ N.º 20.740.209/0001-07****NIRE N.º 412.07897046****SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

CRISTIANE ANDREA BERTELI, brasileiro, empresária, maior, solteira, nascida em 17/03/1974, na cidade de Maringá-Pr, residente e domiciliada a Rua Marfim, n.º 88, Jardim Santa Rosa – CEP 87.060-105, nesta cidade de Maringá - PR, portadora da CI RG n.º 5.303.721-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob n.º 884.296.109-44, única sócia da sociedade empresária limitada unipessoal, que gira sob a denominação de **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Praça da Bíblia, n.º 3.336/Sala 01, Edifício Cemed, Zona 01 – CEP 87.501-055, nesta cidade de Umuarama - PR, inscrita no CNPJ sob n.º 20.740.209/0001-07, com registro arquivado na JUCEPAR - NIRE sob n.º 412.07897046 e última alteração contratual arquivada na JUCEPAR sob n.º 2022.5527774 em 19/08/2022, por este instrumento decidiu alterar e consolidar seu contrato social e posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA:- Doravante o objeto social da sociedade passará a ser: **COMERCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS ENTERAIS E FUNCIONAIS, COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, PRODUTOS DE PERFUMARIA, ARTIGOS MEDICOS, ORTOPÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, HOSPITALARES, IMPLEMENTOS PARA USO MEDICO, CIRÚRGICOS, HOSPITALARES E PARA LABORATORIOS.**

CLÁUSULA SEGUNDA:- O capital social da sociedade no valor de R\$- 40.000,00 (Quarenta mil reais), agora divididos em 4.000 (Quatro mil) quotas no valor unitário de R\$- 10,00 (Dez reais), totalmente integralizados pela sócia quotista da forma que segue:

SÓCIA:	QUOTAS	CAPITAL R\$	PARTICIPAÇÃO
CRISTIANE ANDREA BERTELI	4.000	40.000,00	100%
T O T A I S	4.000	40.000,00	100%

§ 1º:- A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

§ 2º:- Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA:- A administração da sociedade limitada caberá isoladamente a sócia **CRISTIANE ANDREA BERTELI**, qualificado no preâmbulo deste instrumento, para o que está dispensado da prestação de caução.

§ 1º:- A administradora da sociedade limitada compete o uso da firma e a representação da sociedade, podendo para tanto realizar **individualmente** todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e orientar os negócios da sociedade e os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, representar a sociedade perante terceiros, no Brasil ou no exterior e perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, autarquias, so-

RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA
CNPJ N.º 20.740.209/0001-07
NIRE N.º 412.07897046
SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

-ciedades de economia mista, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, Caixas Econômicas, e respectivas agências, filiais, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, podendo ainda, constituir mandatários e outorgar procurações com poderes específicos.

§ 2º:- Faculta-se a sócia administradora, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA:- DA REMUNERAÇÃO: A sócia administradora, fixará uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA:- DO DESIMPEDIMENTO: A sócia administradora **DECLARA** sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem está sendo processada nem condenada em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA SEXTA:- Esta sociedade poderá a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou no exterior mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA:- DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido à elaboração do inventário, do balanço patrimonial, cabendo a sócia única, os lucros ou perdas apuradas.

§ ÚNICO:- Fica a sociedade limitada autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

CLÁUSULA OITAVA:- RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DA SÓCIA ÚNICA EM RELAÇÃO À SOCIEDADE: Falecendo ou interditada a sócia da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA NONA:- DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE: A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa da sócia única, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio da titular.

RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**CNPJ N.º 20.740.209/0001-07****NIRE N.º 412.07897046****SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

CLÁUSULA DÉCIMA:- Fica eleito o foro desta cidade e comarca de Umuarama, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente deste contrato, com exclusão de qualquer outro, seja qual for ou vier a ser o futuro domicílio da titular.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:- À vista das modificações ora ajustadas e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei n.º 10.406/2002, a sócia única **RESOLVE**, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas contidas no contrato primitivo e de posteriores alterações, que passa a ter a seguinte redação:


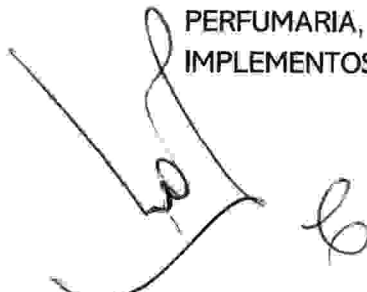
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA****CNPJ N.º 20.740.209/0001-07****NIRE n.º 412.07897046**

CRISTIANE ANDREA BERTELI, brasileira, empresária, maior, solteira, nascida em 17/03/1974, na cidade de Maringá-Pr, residente e domiciliada a Rua Marfim, n.º 88, Jardim Santa Rosa – CEP 87.060-105, nesta cidade de Maringá - PR, portadora da CI RG n.º 5.303.721-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob n.º 884.296.109-44, única sócia da sociedade empresária limitada unipessoal que gira sob a denominação social de **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Praça da Bíblia, n.º 3.336/Sala 01, Edifício Cemed, Zona 01 – CEP 87.501-055, nesta cidade de Umuarama - PR, inscrita no CNPJ sob n.º 20.740.209/0001-07, com registro arquivado na JUCEPAR - NIRE sob n.º 412.07897046 e última alteração contratual arquivada na JUCEPAR sob n.º 2022.5527774 em 19/08/2022, por este instrumento decidiu consolidar seu ato constitutivo, mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA:- A sociedade gira sob a denominação social de **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**, com sede na Praça da Bíblia, n.º 3.336/Sala 01, Edifício Cemed, Zona 01 – CEP 87.501-055, nesta cidade de Umuarama – PR. ①

CLÁUSULA SEGUNDA:- O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciando suas atividades em 23/07/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA:- A sociedade tem como objeto social o ramo de: COMERCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS ENTERAIS E FUNCIONAIS, COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, PRODUTOS DE PERFUMARIA, ARTIGOS MEDICOS, ORTOPÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, HOSPITALARES, IMPLEMENTOS PARA USO MEDICO, CIRURGICOS, HOSPITALARES E PARA LABORATORIOS.



RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**CNPJ N.º 20.740.209/0001-07****NIRE N.º 412.07897046****SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

CLÁUSULA QUARTA:- O capital social da empresa no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), divididos em 4.000 (Quatro mil) quotas no valor unitário de R\$ 10,00 (Dez reais), totalmente integralizados pela sócia quotista da forma que segue:

SÓCIA:	QUOTAS	CAPITAL R\$	PARTICIPAÇÃO
CRISTIANE ANDREA BERTELI	4.000	40.000,00	100%
T O T A I S	4.000	40.000,00	100%

§ 1º:- A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

§ 2º:- Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

CLÁUSULA QUINTA:- A administração da sociedade limitada unipessoal caberá isoladamente a sócia **CRISTIANE ANDREA BERTELI**, qualificada no preâmbulo deste instrumento, para o que está dispensada da prestação de caução.

§ 1º:- A administradora da sociedade limitada unipessoal compete o uso da firma e a representação da sociedade, podendo para tanto realizar **individualmente** todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e orientar os negócios da sociedade e os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, representar a sociedade perante terceiros, no Brasil ou no exterior e perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, Caixas Econômicas, e respectivas agências, filiais, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, podendo ainda, constituir mandatários e outorgar procurações com poderes específicos.

§ 2º:- Faculta-se a sócia administradora, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA:- DA REMUNERAÇÃO: A sócia administradora, fixará uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA:- DO DESIMPEDIMENTO: A sócia administradora **DECLARA** sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem está sendo processada nem condenada em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fé pública ou a propriedade.

RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**CNPJ N.º 20.740.209/0001-07****NIRE N.º 412.07897046****SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

CLÁUSULA OITAVA:- Esta sociedade poderá a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou no exterior mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA NONA:- DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido à elaboração do inventário, do balanço patrimonial, cabendo a sócia única, os lucros ou perdas apuradas.

§ ÚNICO:- Fica a sociedade limitada unipessoal autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

CLÁUSULA DÉCIMA:- RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DA SÓCIA EM RELAÇÃO À SOCIEDADE: Falecendo ou interditada a sócia única da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:- DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE: A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa da sócia única, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio da titular.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:- EMPRESA DE PEQUENO PORTE: A sócia única da sociedade, **DECLARA** sob as penas da Lei, que a sociedade se enquadra como Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, LC nº 123, de 2006)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:- Fica eleito o foro desta cidade e comarca de Umuarama, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente deste contrato, com exclusão de qualquer outro, seja qual for ou vier a ser o futuro domicílio da titular.

Lavrado em uma única via, lido e compreendido, a sócia assina o presente instrumento, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Umuarama – PR, 22 de Janeiro de 2024.

CRISTIANE ANDREA BERTELI





ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RCA MATERIAIS MÉDICOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
88429610944	CRISTIANE ANDREA BERTELI

CERTIFICO O REGISTRO EM 24/01/2024 11:42 SOB Nº 20240467019.
PROTOCOLO: 240467019 DE 23/01/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12401018434. CNPJ DA SEDE: 20740209000107.
NIRE: 41207897046. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/01/2024.
RCA MATERIAIS MÉDICOS LTDA



JUCEPAR
JORNAL COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.740.209/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/07/2014
NOME EMPRESARIAL RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NUTRI HOSPITALAR			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO PC DA BIBLIA	NÚMERO 3336	COMPLEMENTO SALA 01 EDIF CEMED	
CEP 87.501-055	BAIRRO/DISTRITO ZONA I	MUNICÍPIO UMUARAMA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO NUTRIHOSPITALAR@OUTLOOK.COM		TELEFONE (44) 3622-2807	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/07/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 01/11/2024 às 13:05:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA
CNPJ: 20.740.209/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:42:30 do dia 17/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/04/2025.

Código de controle da certidão: **0F09.2CB6.2005.7EC7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

0.0208

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034451706-00

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **20.740.209/0001-07**
Nome: **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 26/12/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
SECRETARIA DE FAZENDA
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Certidão Negativa de Débitos Nº 44525 / 2024

CERTIFICAMOS, conforme requerido por RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA, CPF/CNPJ nº 20.740.209/0001-07, para fins **LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS** RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data em nome de **R C A MATERIAIS MEDICOS LTDA ME** CPF/CNPJ nº 20.740.209/0001-07, situado(a) na cidade de Umuarama.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: **564CB26BE92A75E956B1B74DFA202CE9**

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 06/01/2025

Umuarama, 08 de outubro de 2024

FUNCIÓNÁRIO: **WEB**

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 20.740.209/0001-07
Razão Social: RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA
Endereço: - PC DA BIBLIA 3336 - / ZONA I / UMUARAMA / PR / 87501-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/11/2024 a 07/12/2024

Certificação Número: 2024110820522186410559

Informação obtida em 19/11/2024 10:12:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 20.740.209/0001-07

Certidão nº: 59007118/2024

Expedição: 28/08/2024, às 10:08:05

Validade: 24/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **20.740.209/0001-07**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de UMUARAMA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

RCA MATERIAIS MEDICÔS LTDA

CNPJ: 20.740.209/0001-07

Local da Sede: Umuarama -PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a).

São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informalizado referente à comarca de UMUARAMA

Não exista qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNU 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E FÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.



UMUARAMA, 8 de novembro de 2024

Fabírcia Pelacani Bueno
Distribuidor



Dados da Certidão

Situação: VÁLIDA
Tipo de Certidão: CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO - FINS GERAIS - CÍVEIS - FALÊNCIA -
NEGATIVA
Código Validador
TJPR: CACE.3791.29HCFCFJ.20
Comarca: UMUARAMA
Emitida por: OFÍCIO DE DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, AVALIADOR E
DEPOSITÁRIO PÚBLICO
Nome: RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA
CPF/CNPJ: 20740209000107
Data de Emissão: 08/11/2024

A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the lower-left quadrant of the page.A small, handwritten mark or signature in black ink, located on the right side of the page.A small, handwritten mark or signature in black ink, located in the lower-right quadrant of the page.

**RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ****Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD****Inscrição no CAD/ICMS****90670662-83****Inscrição CNPJ****20.740.209/0001-07****Início das Atividades****07/2014****Empresa / Estabelecimento****Nome Empresarial** RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**Título do Estabelecimento****Endereço do Estabelecimento** PCA DA BIBLIA, 3336, SL 01 EDIF CEMED - ZONA I - CEP 87501-055
FONE: (44) 3622-2807**Município de Instalação** UMUARAMA - PR, DESDE 07/2014**(Estabelecimento Matriz)****Qualificação****Situação Atual** ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 01/2024**Natureza Jurídica** 206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**Atividade Econômica Principal do Estabelecimento** 4729-6/99 - COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

4637-1/99 - COMERCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento

4772-5/00 - COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL

4773-3/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	884.296.109-44	CRISTIANE ANDREA BERTELI	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 01/12/2024.Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.brEstado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná**CAD/ICMS Nº 90670662-83**Emitido Eletronicamente via Internet
01/11/2024 14:32:07Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR



RCA MATERIAIS MÉDICOS LTDA - ME
CNPJ 20.740.209/0001-07 – I.E 90670662-83
(44) 3622-2807 / 99731-0038
E-mail: nutrihospitalar@outlook.com

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024 – ALTO PARAISO/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

1. Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
2. Capacidade de Fornecimento;
3. Inexistência de Fato Superveniente;
4. Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
5. Declaração relativa à proposta econômica, em conformidade com o art. 63, § 1º da lei federal nº 14.133/21.
6. Declaração de responsável para assinatura da ata/contrato, ou pelo recebimento da autorização de fornecimento.
7. Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
8. Declaração de Responsabilização Criminal e Cível.

A empresa RCA MATERIAIS MEDICOS - EPP, inscrita no CNPJ Nº 20.740.209/0001-07, com sede na PRAÇA DA BÍBLIA, 3336 LOJA 1 ZONA 1 – UMUARAMA/PR CEP. 87501-055, por intermédio de sua representante legal a SRA. CRISTIANE ANDREA BERTELI, SÓCIA ADMINISTRADORA, residente na RUA MARFIM, 88 JD. VEREDAS – MARINGÁ/PR CEP. 87060-105, portadora da Carteira de Identidade Nº 5.303.721-6 SSP/PR e do CPF nº 884.296.109-44, declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 65/2024 ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório. Declara, ainda, ter conhecimento das condições estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente que comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza é infração passível de responsabilização.
2. DECLARA que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024, nas quantidades e nos prazos previstos.
3. DECLARA que até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº 65/2024, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, DECLARA que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.8 do respectivo instrumento convocatório.

Praça da Bíblia, 3.336 Loja 01 Térreo Edif. CEMED - CEP. 87501.055 Umuarama - PR



RCA MATERIAIS MÉDICOS LTDA - ME
CNPJ 20.740.209/0001-07 – I.E 90670662-83
(44) 3622-2807 / 99731-0038
E-mail: nutrihospitalar@outlook.com

4. DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
5. DECLARA para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
6. DECLARA para os devidos fins, que assinarei a ata/contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.
7. DECLARA que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
8. DECLARA por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

Umuarama, 28 de novembro de 2024.

CRISTIANE ANDREA
BERTELI:884296109
44

Assinado de forma digital por
CRISTIANE ANDREA
BERTELI:88429610944
Dados: 2024.11.28 15:41:02
+03'00'

Cristiane Andrea Berteli
RG 5.303.721-6 – CPF 884.296.109-44
Responsável Legal
RCA MATERIAIS MÉDICOS - EPP



RCA MATERIAIS MÉDICOS LTDA - ME
CNPJ 20.740.209/0001-07 – I.E 90670662-83
(44) 3622-2807 / 99731-0038
E-mail: nutrihospitalar@outlook.com

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024 – ALTO PARAISO/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024
ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social: RCA Materiais Médicos - EPP
CNPJ nº: 20.740.209/0001-07 **Inscrição Estadual:** 90670662-83
Inscrição Municipal/Alvará nº: 30637
Endereço: Praça da Bíblia, 3336 Loja 1 – Zona 1 – Umuarama/PR CEP. 87501-055
Telefone: 44-3622-2807 **Celular:** 44-99731-0038 **Email:** nutrihospitalar@outlook.com
Representante Legal: Sra. Cristiane Andrea Berteli
Cargo: Sócia Administradora
Endereço: Rua Marfim, 88 Jardim Veredas – Maringá/PR CEP. 87060-105
CPF: 884.296.109-44 **RG:** 5.303.721-6 SSP-PR
Dados Bancários: Banco do Brasil - Agência 1187-8 - C/C 43420-5

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIPTIVOS	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	120	UND	TROPHIC BASIC 800 GRAMAS	TROPHIC BASIC 800G PRODIET	R\$ 68,30	R\$ 8.196,00
TOTAL						R\$ 8.196,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 8.196,00 (OITO MIL, CENTO E NOVENTA E SEIS REAIS).

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

PRAZO DE ENTREGA: 20 (VINTE) DIAS

LOCAL DE ENTREGA: AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 – CENTRO, ALTO PARAÍSO/PR

PRAZO DE VALIDADE/GARANTIA: CONFORME EDITAL.

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 (TRINTA) DIAS.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: 12 (DOZE) MESES.

Declaramos que:

Nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Concordamos com todas as exigências do edital.

Umuarama, 29 de novembro de 2024.

CRISTIANE ANDREA
BERTELI:884296109
44

Assinado de forma digital por
 CRISTIANE ANDREA
 BERTELI:88429610944
 Dados: 2024.11.29 09:20:34
 -03'00'

Cristiane Andrea Berteli
RG 5.303.721-6 – CPF 884.296.109-44
Responsável Legal
RCA MATERIAIS MÉDICOS - EPP

Praça da Bíblia, 3.336 Loja 01 Térreo Edif. CEMED - CEP. 87501.055 Umuarama - PR

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 11/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

Dados da consulta: 29/11/2024 11:04:03

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 20740209000107

Cadastro: CEIS CNEP

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 11/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

Dados da consulta: 29/11/2024 11:04:03

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 88429610944

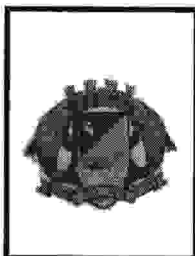
Cadastro: CEIS CNEP

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									







PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 065/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

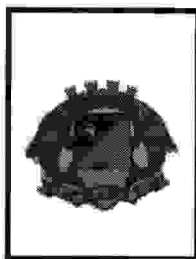
PROPONENTE: SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DOCUMENTOS	SOLICITADO		
CONTRATO SOCIAL	SIM	OK	
CARTÃO CNPJ	SIM	OK	
CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS	SIM	OK	06-04-2025
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL	SIM	OK	23-03-2025
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL	SIM	OK	23-12-2024
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SIM	OK	14-12-2024
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT	SIM	OK	23-03-2025
Certidão Negativa de Falência	SIM	OK	26-02-2025
Declaração de Responsabilidade	SIM	OK	

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CONDIÇÕES	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	30 DIAS		
Prazo de Entrega	20 DIAS		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

Validade da Proposta	60 DIAS		
Garantia			
Assinaturas	SIM		
Apresentou a marca do (s) produto(s)	SIM		
A proposta esta dentro do vlr. Máximo			

Alto Paraíso - PR, 29/11/2024


Assinatura do Membro Conferente

ATO CONSTITUTIVO DE TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO EM SOCIEDADE LIMITADA

53.926.612 FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA

CNPJ 53.926.612/0001-76

NIRE 42.813.611.622

Pelo Presente Instrumento:

FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA, brasileiro, solteiro, farmacêutico, portador do RG nº 3460570 SESP/SC e inscrito no CPF nº 758.531.409-49, residente e domiciliado Rua Irmão Tomaz, 563, Bom Jesus, Caçador/SC CEP 89504-670, na qualidade de Empresário, denominada **53.926.612 FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA**, devidamente inscrita na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob NIRE **42.813.611.622** e com CNPJ **53.926.612/0001-76**, com sua sede situada Rua Irmão Tomaz, 563, Bom Jesus, Caçador/SC CEP 89504-670 e resolve neste ato Transformar de Empresário para Sociedade Limitada, conforme cláusulas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA E DENOMINAÇÃO SOCIAL.

1.1. Resolve alterar a natureza jurídica para Sociedade Empresária Limitada e portanto, altera também a sua denominação social que passa a ser **SANFÉ MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL.

2.1. O único sócio resolve alterar o objeto social que passa a ser:

A sociedade tem como objeto social:

- (CNAE 46.44-3-01) – Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
- (CNAE 46.37-1-99) - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;
- (CNAE 46.39-7-01) - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral;
- (CNAE 46.42-7-01) - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança;
- (CNAE 46.42-7-02) - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;
- (CNAE 46.44-3-02) - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2024 Data dos Efeitos 17/07/2024

Arquivamento 42208579421 Protocolo 243382316 de 12/07/2024 NIRE 42208579421

Nome da empresa SANFÉ MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 292860132657543

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/07/2024



- (CNAE 46.45-1-01) - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- (CNAE 46.45-1-03) - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- (CNAE 46.46-0-01) - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- (CNAE 46.46-0-02) - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- (CNAE 46.49-4-04) - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria;
- (CNAE 46.49-4-08) - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; e
- (CNAE 46.64-8-00) - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes peças.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE

3.1. Resolve alterar o endereço da sede que passa a ser situada à Rua Porto União, nº 152, sala 42, Centro, Caçador/SC CEP 89500-151.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.

4.1. Resolve o único sócio aumentar o capital que passa a ser de R\$ 40.000,00

Em virtude do aumento realizado a cláusula passa a vigor:

CLÁUSULA SEXTA – O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil) reais, dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional, e assim distribuído:

Sócio	Valor (R\$)	Quotas	Part. (%)
FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA	R\$ 40.000,00	40.000	100%
Total	R\$ 40.000,00	40.000	100%

Parágrafo Primeiro – Em decorrência do caráter pessoal da Sociedade são impenhoráveis as quotas na forma do artigo 833, inciso I, da Lei 13.105/2015.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade do único sócio é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, respondendo solidariamente pela integralização do capital social da sociedade limitada unipessoal.

Nada mais havendo em alterar o único sócio aprova o novo contrato social que passa a vigor conforme cláusulas abaixo:



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2024 Data dos Efeitos 17/07/2024

Arquivamento 42208579421 Protocolo 243382316 de 12/07/2024 NIRE 42208579421

Nome da empresa SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 292860132657543

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/07/2024

SANFÉ MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**CAPÍTULO I****DENOMINAÇÃO, LEI APLICÁVEL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO**

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade empresária limitada terá por denominação social **SANFÉ MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, e reger-se-á pelo presente Contrato Social, pelas disposições legais aplicáveis às sociedades empresárias limitadas e supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Sociedade terá sua sede situada à Rua Porto União, nº 152, sala 42, Centro, Caçador/SC CEP 89500-151.

Parágrafo Único – A sociedade poderá abrir, transferir e extinguir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País, por decisão do sócio, em alteração contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – A Sociedade tem prazo de duração é indeterminado.

CAPÍTULO II**OBJETO SOCIAL**

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade tem como objeto social:

- (CNAE 46.44-3-01) – Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
- (CNAE 46.37-1-99) - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;
- (CNAE 46.39-7-01) - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral;
- (CNAE 46.42-7-01) - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança;
- (CNAE 46.42-7-02) - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;
- (CNAE 46.44-3-02) - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário;
- (CNAE 46.45-1-01) - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- (CNAE 46.45-1-03) - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- (CNAE 46.46-0-01) - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- (CNAE 46.46-0-02) - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- (CNAE 46.49-4-04) - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2024 Data dos Efeitos 17/07/2024

Arquivamento 42208579421 Protocolo 243382316 de 12/07/2024 NIRE 42208579421

Nome da empresa SANFÉ MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucisc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 292860132657543

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/07/2024

- (CNAE 46.49-4-08) - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; e
- (CNAE 46.64-8-00) - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes peças.

CLÁUSULA QUINTA – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos praticados por qualquer sócio, diretores, funcionários ou procuradores que envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como, finanças, avais, endossos e quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo se realizada por administradores, e aprovado por cinquenta e um por cento do capital social.

CAPÍTULO III CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA – O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil) reais, dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional, e assim distribuído:

Sócio	Valor (R\$)	Quotas	Part. (%)
FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA	R\$ 40.000,00	40.000	100%
Total	R\$ 40.000,00	40.000	100%

Parágrafo Primeiro – Em decorrência do caráter pessoal da Sociedade são impenhoráveis as quotas na forma do artigo 833, inciso I, da Lei 13.105/2015.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade do único sócio é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, respondendo solidariamente pela integralização do capital social da sociedade limitada unipessoal

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA SÉTIMA – A administração da sociedade será exercida **FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA**, (já devidamente qualificado anteriormente), isoladamente, com poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2024 Data dos Efeitos 17/07/2024

Arquivamento 42208579421 Protocolo 243382316 de 12/07/2024 NIRE 42208579421

Nome da empresa SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 292860132657543

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/07/2024

Parágrafo Primeiro – O administrador declara sob as penas da Lei que não está impedido de exercer a Administração da Sociedade, por Lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a de propriedade.

Parágrafo Segundo - Em casos específicos, a Sociedade poderá ser representada individualmente por apenas 01 (um) procurador, desde que investido de poderes especiais para a prática de tal ato, observadas as condições estabelecidas no presente ato para tal outorga de poderes.

Parágrafo Terceiro - As procurações outorgadas em nome da Sociedade serão feitas exclusivamente pelo administrador e mencionarão expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade de 01 (um) ano, sempre assinada pelo administrador.

CAPÍTULO V DA MODIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA – O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo.

CAPÍTULO VI RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DO SÓCIO ÚNICO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE

CLÁUSULA NONA – Falecendo ou interditado o único sócio da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao único sócio.

CAPÍTULO VII DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA – O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará a 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será levantado o balanço patrimonial com a demonstração de lucros e perdas e do resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro – Ao fim de cada exercício social o administrador elaborará o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e as demais demonstrações financeiras



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2024 Data dos Efeitos 17/07/2024

Arquivamento 42208579421 Protocolo 243382316 de 12/07/2024 NIRE 42208579421

Nome da empresa SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 292860132657543

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/07/2024

exigidas em Lei, de acordo com a Legislação Societária e os princípios contabilidade aceitos no Brasil.

Parágrafo Segundo – O sócio poderá ter direito a uma retirada a título de “Pró-labore”.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato social, deverão ser supridas ou resolvidas com base nos artigos 1.052 a 1.087, todos do Código Civil e, suplementarmente, pelas disposições aplicáveis às Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O único sócio declara que a sociedade preenche os requisitos estabelecidos pelo art. 3º, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadrando-se como Microempresa, e que não figura em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do Art. 3º da mencionada lei.

E por estarem assim justo e contratado assina o presente instrumento em 1 (uma) via de igual teor.

Caçador-SC, 26 de junho de 2024.

Sócio e Administrador:

FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2024 Data dos Efeitos 17/07/2024

Arquivamento 42208579421 Protocolo 243382316 de 12/07/2024 NIRE 42208579421

Nome da empresa SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 292860132657543

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/07/2024

0229



JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA



243382316

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
PROTOCOLO	243382316 - 12/07/2024
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	046 - TRANSFORMACAO

MATRIZ

NIRE 42208579421
CNPJ 53.926.612/0001-76
CERTIFICO O REGISTRO EM 18/07/2024
SOB N: 42208579421

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 75853140949 - FERNANDO SPANHOLO DRIFSEN DE SOUZA - Assinado em 17/07/2024 as 14:10:55



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2024 Data dos Efeitos 17/07/2024

Arquivamento 42208579421 Protocolo 243382316 de 12/07/2024 NIRE 42208579421

Nome da empresa SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 292860132657543

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2024 LUCIANO LEITE ROWALSKI - Secretário-Geral

18/07/2024


COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.


A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 53.926.612/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/02/2024
NOME EMPRESARIAL SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 46.84-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R PORTO UNIAO	NUMERO 152	COMPLEMENTO SALA 42	
CEP 89.500-151	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICIPIO CACADOR	UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO FERNANDSPANHOLO@GMAIL.COM		TELEFONE (41) 9172-9525	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/02/2024	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/10/2024 às 06:34:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

0231

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 53.926.612/0001-76

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:58:07 do dia 08/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/04/2025.

Código de controle da certidão: **EF4E.16C2.17CC.C674**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ/CPF: **53.926.612/0001-76**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	240140302443917
Data de emissão:	24/09/2024 17:10:38
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158):	23/03/2025

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:
<http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 24/09/2024 17:10:37

0.0234

MUNICÍPIO DE CAÇADOR



Verificar autenticidade

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

NÚMERO CERTIDÃO:	DATA DA EMISSÃO:	DATA DA VALIDADE:
17013 / 2024	24/09/2024	23/12/2024

CPF / CNPJ:	NOME / RAZÃO SOCIAL:
53.926.612/0001-76	SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 134090668

TIVIDADE CNAE:

4644301 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4639701 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
4642701 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
4642702 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
4644302 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
4645101 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
4645103 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
4646001 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
4646002 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
4649404 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
4649408 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
537199 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
4664800 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças

ENDEREÇO / LOCALIZAÇÃO:

Logradouro: PORTO UNIAO, 152	Complemento: SALA 42
Bairro: CENTRO	CEP: 89500-151

AVISO:

Não constam débitos até a presente data.
--

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

DESCRIÇÃO:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências com base nos dados acima informados, relativas à tributos de competência do Município de Caçador.

CÓDIGO DE CONTROLE DA CERTIDÃO

C2417013N9939D15

A autenticidade desta poderá ser confirmada na página do Município de Caçador
www.cacador.sc.gov.br

Município de Caçador

Av. Santa Catarina, 195



[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 53.926.612/0001-76
Razão Social: FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA
Endereço: R IRMAO TOMAZ 563 / BOM JESUS / CACADOR / SC / 89504-670

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/11/2024 a 14/12/2024

Certificação Número: 2024111502586195512288

Informação obtida em 26/11/2024 09:53:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 53.926.612/0001-76

Certidão nº: 65889999/2024

Expedição: 24/09/2024, às 17:03:16

Validade: 23/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **53.926.612/0001-76**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 3285969
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: SANFÉ MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES

Raiz do CNPJ: 53.926.612

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : CACADOR

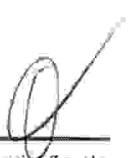
Endereço da sede : RUA PORTO UNIÃO, 152, SALA 42, CENTRO - CAÇADOR/SC CEP: 89.500-151

Certidão emitida às 10:07 de 26/11/2024.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.



A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço <https://certidoes.tjsc.jus.br/download> - Solicitado por: Fernando Spanholo Driessen de Souza - CPF: ***.531.409-**  Prata



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL**

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42208579421	53.926.612/0001-76	15/02/2024	15/02/2024
Endereço: RUA PORTO UNIAO, 152 SALA 42, CENTRO, CAÇADOR, SC - CEP: 89600151			

OBJETO SOCIAL	
A SOCIEDADE TEM COMO OBJETO SOCIAL CNAE 46.44301 COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO CNAE 46.37 1 99 COMERCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE CNAE 46.39 7 01 COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL CNAE 46.42 7 01 COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANCA CNAE 46.42 7 02 COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO CNAE 46.44 3 02 COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO CNAE 46.45 1 01 COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS CNAE 46.45 1 03 COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS CNAE 46.46 0 01 COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA CNAE 46.46 0 02 COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL CNAE 46.49 4 04 COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA CNAE 46.49 4 08 COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR E CNAE 46.64 8 00 COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO MEDICO HOSPITALAR, PARTES PECAS.	

CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 40.000.00 QUARENTA MIL REAIS R\$ Capital integralizado: 40.000.00 QUARENTA MIL REAIS	Microempresa	XXXXXX

QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA 758.531.409-49	40.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA 758.531.409-49	0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número	REGISTRO ATIVO	TRANSFORMADA
31/07/2024	M1744278038		
Ato: 351 - DESENQUADRAMENTO DE MEI			
Evento: 351 - DESENQUADRAMENTO DE MEI			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			

241243106

página: 1/2



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL**

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede) 42208579421	CNPJ 53.926.612/0001-76	Arquivamento do ato Constitutivo 15/02/2024	Início da atividade 15/02/2024
Endereço: RUA PORTO UNIAO, 152 SALA 42, CENTRO, CAÇADOR, SC - CEP: 89500151			
NIRE: XXXXXX		CNPJ: XXXXXX	
Endereço: XXXXXX			
Observação			

FLORIANOPOLIS - SC, 7 de Novembro de 2024

ASSINADA ELETRONICAMENTE POR

LUCIANO LEITE KOWALSKI
SECRETARIO-GERAL

241243106

página 2/2

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM <https://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>
CONTROLE: 14639503630503 EMITIDA: 07/11/2024 PROTOCOLO: 241243106

ANEXO III

À PREFEITURA DE ALTO PARAISO-PR | PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

A empresa SANFÉ MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.926.612/0001-76, localizada na RUA PORTO UNIÃO, 152, SALA 42, bairro CENTRO na cidade de CAÇADOR, com telefone 41 9172-9525, endereço de e-mail fernando@sanfemedicamentos.com.br, por meio de seu representante legal FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA, inscrito no CPF 758.531.409- 49 e RG 3460570 SESP SC, DECLARA:

1. Cumprimento dos Requisitos de Habilitação,
2. Capacidade de Fornecimento;
3. Inexistência de Fato Superveniente;
4. Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
5. Declaração relativa à proposta econômica, em conformidade com o art. 63, § 1º da lei federal nº 14.133/21.
6. Declaração de responsável para assinatura da ata/contrato, ou pelo recebimento da autorização de fornecimento.
7. Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
8. Declaração de Responsabilização Criminal e Cível.

1. DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 65/2024, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório. Declara, ainda, ter conhecimento das condições estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente que comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza é infração passível de responsabilização.

2. DECLARA que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024, nas quantidades e nos prazos previstos.



3. DECLARA que Até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação no

Pregão Eletrônico nº 65/2024, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, DECLARA que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.8 do respectivo instrumento convocatório.

4. DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

5. DECLARA para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6. DECLARA para os devidos fins, que assinarei a ata/contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.

7. DECLARA que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

8. DECLARA por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

Caçador, 29 de Novembro de 2024.

SANFÉ
MEDICAMENTOS E
PRODUTOS
HOSPITALARES
LTDA:5392661200
0176

Assinado de forma
digital por SANFÉ
MEDICAMENTOS E
PRODUTOS
HOSPITALARES
LTDA:53926612000176
Dados: 2024.11.29
09:11:15 -03'00'

SANFÉ MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA
Representante Legal
CPF: 758.531.409- 49
RG: 3460570 SESP SC

PROPOSTA REAJUSTADA

À/AO
PM ALTO PARAISO - PR
PREGÃO Nº: PE 065-2024

RAZÃO SOCIAL: SANFÉ MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 53.926.612/0001-76 Inscrição Estadual: 262876159 Inscrição Municipal: 134090668
Endereço: RUA PORTO UNIÃO, 152, SALA 42, CENTRO - CAÇADOR/SC CEP: 89.500-151
Telefone: (41) 99172-9525 E-mail: fernando@sanfemedicamentos.com.br
Dados bancários: 001 Banco do Brasil Agência: 0375-1 C/C: 68.582-8



ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO	TOTAL
3	240	LT	NESH PENTASURE PEDIA FÓRMULA PEDIÁTRICA ENTERAL/ORAL PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS, PEPTÍDEOS, 100% PROTEÍNA HIDROLISADA, ISENTA DE LACTOSE. LATA 400G - NUNESFARMA	Marca: FÓRMULA PEDIÁTRICA ENTERAL/ORAL PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS, PEPTÍDEOS, 100% PROTEÍNA HIDROLISADA, ISENTA DE LACTOSE. LATA 400G Fabricante: NUNESFARMA Apresentação: LATA 400GR Embalagem: LATA 400GR Registro M.S.: 6747500030018 Procedência: INDIA Demais especificações conforme o edital.	R\$ 129,7300	R\$ 31.135,20
VALOR TOTAL (TRINTA E UM MIL, CENTO E TRINTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS)						31.135,20

Declaramos que estamos cientes e aceitamos todas as exigências, normas e prazos estabelecidas neste edital e nos seus Anexos.

Nos preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos, diárias, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos, e todas as custos e despesas decorrentes do transporte de todos os itens até o local de entrega. Declaramos também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita por essa entidade, seja qual for o motivo.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias
Prazo Entrega: 20 (vinte) dias
Prazo Pagamento: 30 (trinta) dias

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:
FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA
RG: 3460570 SESP SC
CPF: 758.531.409-49

CAÇADOR, 29 DE NOVEMBRO DE 2024

SANFÉ MEDICAMENTOS
E PRODUTOS
HOSPITALARES
LTDA:53926612000176

Assinado de forma digital por
SANFÉ MEDICAMENTOS E
PRODUTOS HOSPITALARES
LTDA:53926612000176
Data: 2024.11.29 09:18:55 -03'00'

SANFÉ MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
FERNANDO SPANHOLO DRIESSEN DE SOUZA
Representante Legal
CPF: 758.531.409-49
RG: 3460570 SESP SC

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 11/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

Dados da consulta: 29/11/2024 11:04:03

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 53926612000176

Cadastro: CEIS CNEP

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANCÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANCÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 11/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

Dados da consulta: 29/11/2024 11:04:03

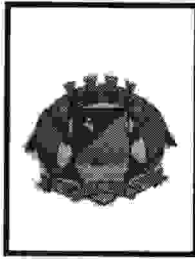
FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 75853140949

Cadastro: CEIS CNEP

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANCÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANCÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX: (044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 065/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

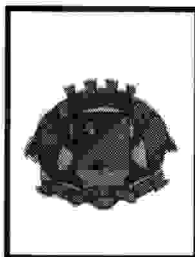
PROPONENTE: FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DOCUMENTOS	SOLICITADO		
CONTRATO SOCIAL	SIM	OK	
CARTÃO CNPJ	SIM	<i>ms</i>	
CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS	SIM	OK	23-02-2025
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL	SIM	OK	18-12-2024
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL	SIM	OK	12-01-2025
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SIM	OK	20-12-2024
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT	SIM	OK	16-02-2025
Certidão Negativa de Falência	SIM	OK	26-02-2025
Declaração de Responsabilidade	SIM	OK	

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CONDIÇÕES	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	30 DIAS		
Prazo de Entrega	20 DIAS		
Validade da Proposta	60 DIAS		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

Garantia			
Assinaturas	SIM		
Apresentou a marca do (s) produto(s)	SIM		
A proposta esta dentro do vlr. Máximo			

Alto Paraíso - PR, 29/11/2024



Assinatura do Membro Conferente

FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 38.540.669/0001-49
NIRE: 41209519014

1

MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA, brasileira, maior, casada com comunhão parcial de bens, empresária, nascida no dia 25/04/1955, residente e domiciliada na Rua da Mooca, nº 446, Jardim Morumbi, na cidade de Cambé, Estado do Paraná, CEP: 86191-760, portadora do RG sob o nº 5.038.277-0, expedida pela SESP/PR e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 705.630.989-53, único sócio da sociedade que gira sob o nome empresarial de: **FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, com sede e foro à: Rua Princesa Isabel, nº 1451, Zona 04, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87014-090, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.540.669/0001-49, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 41209519014, por despacho em sessão de 17/09/2020 e última alteração sob o nº 20221767584 em sessão de 25/03/2022, **RESOLVE**, por meio deste instrumento de alteração, alterar o contrato social da sociedade de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sócia resolve **alterar** o ramo de atividade da sociedade para: **IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE USO DOMÉSTICO, COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS, COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAÇA, PESCA E CAMPING, COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS, COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Em virtude das alterações havidas, fica o presente contrato social vigorando com as cláusulas e condições seguintes, totalmente consolidadas neste presente instrumento de alteração contratual.

FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 38.540.669/0001-49
NIRE: 41209519014

2

FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
CNPJ/MF nº 38.540.669/0001-49 NIRE: 41209519014
CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA, brasileira, maior, casada com comunhão parcial de bens, empresária, nascida no dia 25/04/1955, residente e domiciliada na Rua da Mooca, nº 446, Jardim Morumbi, na cidade de Cambé, Estado do Paraná, CEP: 86191-760, portadora do RG sob o nº 5.038.277-0, expedida pela SESP/PR e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 705.630.989-53, único sócio da sociedade que gira sob o nome empresarial de: **FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, com sede e foro à: Rua Princesa Isabel, nº 1451, Zona 04, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87014-090, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.540.669/0001-49, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 41209519014, por despacho em sessão de 17/09/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade gira sob a denominação social de: **FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, com sede e foro à: **Rua Princesa Isabel, nº 1451, Zona 04, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87014-090.**

Parágrafo Único: A sócia declara, sob as penas da Lei, que a sociedade se enquadra na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem como objetivo a atividade de: **IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE USO DOMÉSTICO, COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS, COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAÇA, PESCA E CAMPING, COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS, COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO.**

FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 38.540.669/0001-49
NIRE: 41209519014

3

Parágrafo único: Filial 01 com sede e foro a Rua Wagner Luiz Bevilacqua, 525, Setor Parte A3823, Leitão, na cidade de Louveira, Estado de São Paulo, CEP: 13290-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.540.669/0002-20, NIRE nº 35920088201.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Sociedade iniciou suas atividades em 31 de agosto de 2020, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, no presente ato no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) quotas de capital, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, integralmente subscritas e integralizadas pelos sócios quotistas da forma que segue:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR R\$	%
MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA	10.000	10.000,00	100%
TOTAL	10.000	10.000,00	100%

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas quotas, e responde solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1052 do Código Civil de 2002.

CLÁUSULA SEXTA: A sócia não responde subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA SETIMA: Fica investida na função de administradora da sociedade a sócia **MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA**, dispensada da prestação de caução.

CLÁUSULA OITAVA: A sociedade será administrada pela sócia: **MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA**, a qual fica investida da função de administradora da sociedade, a qual compete, **isoladamente**, o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe permitido comprar e vender, bens móveis, imóveis, veículos e semoventes de qualquer natureza, alienar, dar em garantia hipotecária, permutar, alienação, hipoteca, oneração, penhor ou locação, inclusive operações de leasing, de quaisquer bens imóveis ou principalmente de bens integrantes do ativo permanente, alienação, hipoteca e/ou oneração de investimentos, Contratação de empréstimos e financiamentos na condição de mutuante ou mutuário, com garantias reais, Prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor, etc., sendo facultada ainda uma retirada mensal, cujo valor não ultrapasse o limite fixado pela legislação do imposto de renda.

FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 38.540.669/0001-49
NIRE: 41209519014

4

CLÁUSULA NONA: É vedado a sócia, sob qualquer modalidade ou pretexto, a prestação de avais, fianças ou caução de favor de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA: Pelos serviços que prestar à sociedade, o sócio administrador perceberá a título de remuneração pró-labore, quantia mensal fica em comum acordo, a qual será levada a débito da conta de despesas gerais da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratual, poderão ser tomadas pela sócia administradora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros, sem o consentimento do sócio, cabendo aos sócios remanescentes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das cotas que possuírem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Se a sócia desejar transferir suas cotas deverá notificar por escrito à sociedade, discriminando-lhe o preço, a forma e prazo de pagamento, o que deverá fazer dentro de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da notificação ou em maior prazo, a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as cotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano ser procedido o balanço geral da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas, pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos ao sócio proporcionalmente às quotas de capital que possuir, podendo os lucros, serem distribuídos, ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Nos quatros meses seguintes ao termino do exercício social, o sócio deliberara sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O falecimento da sócia, não dissolverá necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações, do de cujus, podendo nela se fazerem representar por um dentre eles, enquanto indiviso o quinhão.

Parágrafo Primeiro: Apurados em balanço os haveres da sócia falecida, serão pagos em 05 (cinco) prestações mensais iguais, vendendo a primeira 90 (noventa) dias após apresentada à sociedade a autorização judicial que permita formalizar o ato, inclusive perante o registro de comércio.

FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 38.540.669/0001-49
NIRE: 41209519014

5

Parágrafo Segundo: Fica, entretanto, facultado, mediante consentimento do sócio supérstite e os herdeiros, outras condições de pagamento, desde que não afetem a situação econômico-financeira da sociedade.

Parágrafo Terceiro: Mediante acordo entre os herdeiros, estes poderão ingressar na sociedade, desde que não haja impeditivo legal quanto a capacidade jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: A sócia administradora declara sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude da condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, e em acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A sócia resolve dispensar a elaboração e publicação de atas de reunião e ou assembleia de sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A sociedade permanecerá como "**SOCIEDADE LIMITADA**", que será de acordo com o **Parágrafo Único do Artigo 1.052 da Lei nº 10.406/10** e em obediência ao contido na **Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A sociedade será regida pela lei das sociedades empresariais de nº. 10.406/02 do código civil brasileiro e como lei supletiva nº. 6.404/76, (lei das sociedades anônimas).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Fica eleito, de comum acordo entre os sócios, o foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, para resolução dos casos que possam surgir na sociedade.

E, por assim estar de pleno acordo, lavra, data e assina o presente instrumento, em uma única via, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros e sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

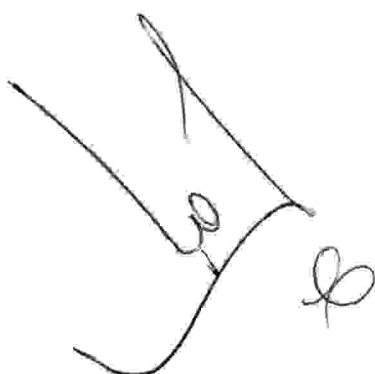
FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 38.540.669/0001-49
NIRE: 41209519014

6

Maringá - PR, 25 de setembro de 2023

MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA
Assinatura eletrônica
Data e hora: 11/10/2023 14:22:22
Código de Verificação: KHU36Z
Documento eletrônico com aceite via assinatura eletrônica e
com validade jurídica assegurada pela MP 2.200-2/2001 e
pela Lei 14.063/2020.

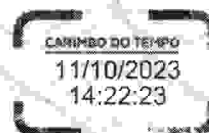
MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA





MANIFESTO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



Datas e horários baseados em Brasília, Brasil. Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em: 11/10/2023 14:22:23



Documento

FAGANNUTRI.pdf

Chave de consulta do documento: KHU36Z

Tamanho do documento: 105,4 KiB

Quantidade de páginas: 6



Hash do documento original

(SHA256): 8ff67e3922272ebf9b93db0f1e07ae8d52f9895eaa075a0b0c87f4f5432b80

(SHA512): 844b27a5c1d81bb6570a915cbf47439db2c27ab0a502d54eb70ca5f3edc082e976c42f6fc124be1b0c59b665ea4be284ad42235dcdab6a36712a0c28331c8733

Hash do documento assinado

(SHA256): e04fe965b68a42589d1d2198cadb989544b8d32a67656d312d07c55f5c50675b

(SHA512): f7cf1a39c56b2c7e58a514ec774da399d4dabfa7b851594cce92b189acd01d83369ed3703803a52a29db163c937b9ba1423ea78c413eda2ce5f3a32a612b9012

As assinaturas pertencem exclusivamente ao documento do HASH acima

Assinadores

MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA assinou em 11/10/2023 14:22:22

Tipo de assinatura: Assinatura eletrônica

Geolocalização

Endereço de IP: 152.244.114.232

Latitude: -23,4151425

Tipo de verificação: E-mail

Longitude: -51,9640417

E-mail usado na verificação: e***1@escritorioexecutivo.com

Precisão: 1676 metro(s)

As assinaturas listadas neste manifesto possuem validade jurídica conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.
Para confirmar as assinaturas acesse: <https://www.assinaturacerta.com.br/> e informe a chave KHU36Z.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

0255
Página 8 de 8

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDERSON WAGNER JACOMIM, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 043782, registrado em 09/01/2018, inscrito no CPF nº 83248471972, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)

CPF	Nº do Registro	Nome
83248471972	043782	ANDERSON WAGNER JACOMIM



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/10/2023 16:59 SOB Nº 20236840665.
PROTOCOLO: 236840665 DE 04/10/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12315033236. CNPJ DA SEDE: 38540669000149.
NIRE: 41209519014. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/09/2023.
FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
CNPJ: 38.540.669/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:19:25 do dia 27/08/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/02/2025.

Código de controle da certidão: **40FE.D1A6.A880.E3DC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000257

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034379574-92

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 38.540.669/0001-49

Nome: FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.



Válida até 18/12/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

Certidão Negativa de Débitos Nº 372389/2024

Certificamos, conforme requerido por **FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, CPF/CNPJ nº **38.540.669/0001-49**, para fins **DE DIREITO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuições, receitas não tributárias, inscritos em dívida ativa ou não dos Cadastros Mobiliários e Imobiliários) até a presente data em nome de **FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, CPF/CNPJ nº **38.540.669/0001-49**, situado(a) na cidade de Maringá.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal em cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

Emitida em: **13/11/2024**

Válida até: **12/01/2025**

Certidão emitida com base nas normas:

CTN - Código Tributário Nacional

CTM - Código Tributário Municipal

Decreto Municipal nº 1500/2017

Código de Autenticação: **6B636A7E2950EF187E3DB1D9735390AC**

Para verificar a autenticidade, consulte o site: <http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portal-contribuinte>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 38.540.669/0001-49

Razão

Social: FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIO

Endereço: AV GOVERNADOR PARIGOT DE SOUZA 491 / ZONA 01 / MARINGA / PR / 87013-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/11/2024 a 20/12/2024

Certificação Número: 2024112104005527170022

Informação obtida em 25/11/2024 10:10:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 38.540.669/0001-49

Certidão nº: 57166397/2024

Expedição: 20/08/2024, às 15:06:22

✓ Validade: 16/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **38.540.669/0001-49**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO**Comarca de Maringá - Estado do Paraná****CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS**

Praça Des. Franco Ferreira da Costa, s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871

Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com**CERTIDÃO NEGATIVA**

Número: 202411261700385308474

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.distribuidormaringa.com.br>**** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da
Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...**

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o
Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, nos mesmos constatou a
INEXISTÊNCIA, de quaisquer pedidos de FALÊNCIA, CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL e
EXTRAJUDICIAL (Lei nº 11.101/2005) contra:

FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**CNPJ: 38.540.669/0001-49****Observações:**

Não Há.

*** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.

*** A certidão em nome de PESSOA JURÍDICA considera os processos referentes à matriz e filiais.

*** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. ********** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R\$ 45,38 = 164 VRC - R\$ 0,91 = ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, terça-feira, 26 de novembro de 2024.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

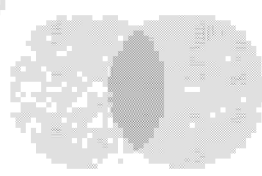
Nome Empresarial: FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA			Protocolo: PRC2423676700	
NIRE : 41209519014 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada				
NIRE (Sede) 41209519014	CNPJ 38.540.669/0001-49	Data de Ato Constitutivo 17/09/2020	Início de Atividade 31/08/2020	
Endereço Completo Rua PRINCESA ISABEL, Nº 1451, ZONA 04 - Maringá/PR - CEP 87014-090				
Objeto Social IMPORTACAO E EXPORTACAO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE USO DOMESTICO, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS, COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CACA, PESCA E CAMPING, COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS, COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS E COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA ELETROELETRONICOS PARA USO DOMESTICO				
Capital Social R\$ 10.000,00 (dez mil reais) Capital Integralizado R\$ 10.000,00 (dez mil reais)		Porte ME (Microempresa)	Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador
Nome MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA	705.630.989-53	R\$ 10.000,00	Sócio	S
Dados do Administrador		CPF	Término do mandato	
Nome MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA		705.630.989-53	Indeterminado	
Último Arquivamento	Número	Ato/eventos	Situação	
Data 16/10/2023	20236840665	0027051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	ATIVA Status SEM STATUS	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela		CNPJ: 38.540.669/0002-20		
1 - NIRE: 35920088201				
Endereço Completo RUA WAGNER LUIZ BEVILACQUA, Nº 525, SETOR PARTE A3823, LEITAO, Louveira, SP, CEP: 13290000				

Esta certidão foi emitida automaticamente em 27/11/2024, às 09:52:03 (horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código AH1XTHDT.

Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

**FAGANNUTRI****FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA****Rua Princesa Isabel, 1451, Zona 04, Maringá-PR CEP. 87.014-090****CNPJ. 38.540.669/0001-49 I.E. 90862045-30****PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024****ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Declaração de:

1. Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
2. Capacidade de Fornecimento;
3. Inexistência de Fato Superveniente;
4. Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
5. Declaração relativa à proposta econômica, em conformidade com o art. 63, § 1º da lei federal nº 14.133/21.
6. Declaração de responsável para assinatura da ata/contrato, ou pelo recebimento da autorização de fornecimento.
7. Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
8. Declaração de Responsabilização Criminal e Cível.

O signatário da presente, em nome da proponente **FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA** inscrita no CNPJ sob nº **38.540.669/0001-49**, sediada (endereço completo) Rua Princesa Isabel, 1451, Zona 04, Maringá, Estado do Paraná CEP 87.014-090 declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 102/2024, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório. Declara, ainda, ter conhecimento das condições estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente que comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza é infração passível de responsabilização.
2. DECLARA que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024, nas quantidades e nos prazos previstos.
3. DECLARA que Até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº 102/2024, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, DECLARA que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.8 do respectivo instrumento convocatório.
4. DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
5. DECLARA para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
6. DECLARA para os devidos fins, que assinarei a ata/contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.
7. DECLARA que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
8. DECLARA por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente, assumindo as consequências civis, penais e administrativos sobre eventual falsidade do que for relatado.

**FAGANNUTRI****FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA****Rua Princesa Isabel, 1451, Zona 04, Maringá-PR CEP. 87.014-090****CNPJ. 38.540.669/0001-49 I.E. 90862045-30**

Maringá, 29 de Novembro de 2024.

Atenciosamente.

MARIA ALAIDE**BRAVO****NISHITA:70563****098953**Assinado de forma
digital por MARIA

ALAIDE BRAVO

NISHITA:70563098953

Dados: 2024.11.29

09:18:49 -03'00'

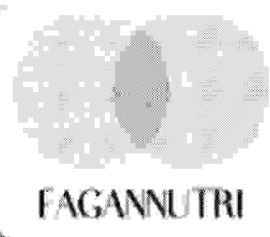
Fagannutri Comercio de Produtos Nutricionais LTDA

CNPJ: 38.540.669/0001-49

Maria Alaide Bravo Nishita -Representante Legal

RG: 5.038.277-0 SESP/PR

CPF: 705.630.989-53



FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
Rua Princesa Isabel, 1451, Zona 04, Maringá-PR CEP. 87.014-090
CNPJ. 38.540.669/0001-49 I.E. 90862045-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024

Proposta Comercial - ajustada

Apresentamos nossa proposta para execução do objeto descrito abaixo, conforme edital do Pregão Eletrônico nº 102/2024, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos..

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

RAZÃO SOCIAL: Fagannutri Comercio de Produtos Nutricionais LTDA	
ENDEREÇO: Princesa Isabel nº 1451, Zona 04, CEP 87014-090	
CIDADE: Maringá	ESTADO: Paraná
TELEFONE/fax: (44) 3029-2299	E-MAIL: licitacaofagan@hotmail.com
CNPJ: 38.540.669/0001-49	IE: 90862045-30
BANCO: Banco do Brasil	CIDADE: Maringá-PR
Nº CONTA BANCÁRIA: 1136-3	AGÊNCIA BANCÁRIA: 7631-7
RESPONSÁVEL LEGAL: Maria Alaide Bravo Nishita CARGO: Responsável Legal	
RG: 5.038.277-0 SESP/PR	CPF: 705.630.989-53
ENDEREÇO: Rua da mooca, 446, Jd Morumbi – Cambé CEP: 86191-777	

PREÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	Nutri Diabetic 1L	UND	360	NUTRIMED	R\$ 30,00	R\$ 10.800,00

Valor total da proposta: R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais).

Observação: A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

Validade da proposta: A presente proposta possui validade de 60 (Sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão. Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

Forma de pagamento: De acordo com o contido no edital.

Maringá, 29 de Novembro de 2024.

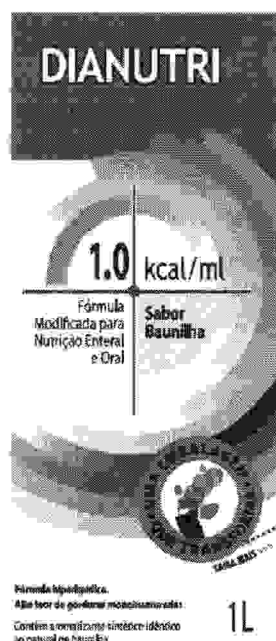
Atenciosamente.

MARIA ALAIDE BRAVO
NISHITA:70563098953
Assinado de forma digital por MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA:70563098953
Dados: 2024.11.29 09:19:14 -03'00'

Fagannutri Comercio de Produtos Nutricionais LTDA
CNPJ: 38.540.669/0001-49
Maria Alaide Bravo Nishita -Representante Legal
RG: 5.038.277-0 SESP/PR
CPF: 705.630.989-53

DIANUTRI

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA



Alimenta hipotética.
Alto teor de gordura monoinsaturada.
Contém a composição sintética idêntica ao natural de Baunilha.

1L

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL	
Quantidade por 100 ml	
Valor Energético	100 kcal = 420 kJ
Carboidratos, dos quais:	39 g
Açúcares	1,4 g
Frituras	1,2 g
Gorduras Totais	5,1 g
Gorduras Saturadas	0,8 g
Gorduras Trans	0 g
Gorduras Monoinsaturadas	1,0 g
Gorduras Poli-insaturadas, das quais:	0,8 g
Ácido graxo ômega 6	0,6 g
Ácido graxo ômega 3	0,1 g
Proteínas	15 g
Fibra Alimentar	1,7 g
Sódio	20 mg
Cálcio	75 mg
Ferro	1,4 mg
Cloro	110 mg
Fósforo	130 mg
Potássio	70 mg
Magnésio	25 mg
Côico	1,7 µg
Cobre	107 µg
Zinco	0,20 mg
Manganês	0,20 mg
Selenio	1 µg
Cromo	5,6 µg
Molibdato	5,1 µg
Vitamina A	47 µg RE
Vitamina B1	1,4 µg
Vitamina B2	0,21 mg
Vitamina B6	0,18 mg
Vitamina C	22 mg
Vitamina E	1,1 µg
Vitamina K	0,21 µg
Ácido Pantotênico	0,37 mg
Ácido Fólico	1,3 µg
Biotina	2,8 µg
Carnitina	71 mg
Taurina	50 mg

Composição de 100 ml

INFORMAÇÕES

Fórmula modificada para Nutrição Enteral e Oral, formulado para auxiliar o controle da glicemia. Normocalórico (1,0kcal/ml), nutricionalmente completo, adicionado de fibras, carnitina e taurina. Perfil lipídico com alto teor de MUFAs e baixo teor de gorduras saturadas. **NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de lactose e sem adição de sacarose.**

Indicações: Diabetes tipo I e II, Diabetes gestacional, Síndrome metabólica e Intolerância à glicose.

Apresentação: Tetra Pak 200 ml e 1000 ml

Volume para 100% da IDR para vitaminas e minerais (ml): 1300 mL

Sabor: Baunilha

Composição Nutricional	
Densidade calórica (kcal/ml)	1,0kcal/ml
Proteínas	15%
Carboidratos	39%
Lipídios	46%
Fonte de Proteínas	56% Proteína do Soro de Leite, 44% Caseinato de Cálcio
Fonte de Carboidratos	90% Maltodextrina e 10% Frutose
Fonte de Lipídios	33% Óleo de Canola, 61% Óleo Girassol de alto teor Oleico, 4% TCM; 2% lecitina de soja
Fonte de Fibras	72% Solúvel (Inulina e Oligofrutose) e 28% Insolúvel (Celulose)
Relação ω6: ω3	5:1
Relação kcal não proteica/gN	142:1
Osmolaridade (mOsm/l)	285
Osmolalidade (mOsm/kg de água)	339

INGREDIENTES

Ingredientes: Água, maltodextrina, óleos vegetais (girassol de alto teor oleico, canola, triglicerídeos de cadeia média), proteína do soro de leite, caseinato de cálcio, fibras alimentares (inulina, celulose, oligofrutose), frutose, citrato tripotássico, hidrogênio fosfato de magnésio, citrato trissódico, cloreto de potássio, difosfato tricálcico, cloreto de colina, L-Carnitina, ácido L-ascórbico, taurina, cloreto de sódio, acetato de DL-alfa-tocofenila, lactato ferroso, nicotinamida, sulfato de zinco, acetato de retinila, gluconato cúprico, fluoreto de sódio, sulfato de manganês (II), D-pantotenato de cálcio, cloridrato de cloreto de tiamina, cloridrato de piridoxina, riboflavina, cloreto de cromo (III), ácido N-pteril-L-glutâmico, selenito de sódio, iodeto de potássio, molibdato de sódio, fitomenadiona, D-biotina, colecalciferol, cianocobalamina, emulsificante lecitina de soja, aromatizante, espessante carragena, edulcorante sucralose.

NÃO CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE LEITE E DE SOJA. PODE CONTER PEIXE.



São Paulo, 21 de julho de 2022.

Prezados,

Danone Ltda. ("Danone"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.643.315/0115-10, com sede na Avenida Paulista, nº 2.300, 19º andar, Conjunto 194, Cerqueira César, São Paulo, SP, CEP: 01310-300, vem, respeitosamente a presença de Vossas Senhorias, informar o que segue.

A Danone, por uma decisão estratégica de negócios, realizou ajustes na formulação e na nomenclatura do produto NUTRI DIABETIC 1.0 TP 1000ML. Assim, em que pese a mudança, a Empresa esclarece que a sua atual composição nutricional, apresentada abaixo, atende às mesmas indicações.

Em virtude deste motivo, houve a alteração do registro na Anvisa do produto NUTRI DIABETIC 1.0 TP 1000ML, que até então era 5.7419.0020, de modo que, a partir agosto de 2022, o mesmo terá, registro na Anvisa 5.7419.0057 Código EAN 7891025122876, Código DUN 17891025122880 e nomenclatura DIANUTRI 1.0 TP 1000ML.

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL	
Quantidade em 100 ml	
Valor Energético	100 kcal = 420 kJ
Carboidratos, dos quais:	9,8 g
Açúcares	1,4 g
Proteínas	3,9 g
Gorduras Totais	5,1 g
Gorduras Saturadas	0,7 g
Gorduras Trans	0 g
Gorduras Monoinsaturadas	3,6 g
Gorduras Poli-insaturadas, das quais:	0,8 g
Ácido graxo ômega 6	0,6 g
Ácido graxo ômega 3	0,1 g



Colesterol	6,0 mg
Fibra Alimentar	1,7 g
Sódio	56 mg
Cálcio	75 mg
Ferro	1,4 mg
Cloro	110 mg
Potássio	188 mg
Fósforo	70 mg
Flúor	0,25 mg
Magnésio	25 mg
Iodo	17 µg
Cobre	107 µg
Zinco	0,70 mg
Manganês	0,20 mg
Selênio	12 µg
Cromo	5,6 µg
Molibdênio	9,1 µg
Vitamina A	47 µg RE
Vitamina D	1,4 µg
Vitamina E	6,0 mg-α-TE
Vitamina K	11 µg
Vitamina C	22 mg
Vitamina B1	0,15 mg
Vitamina B2	0,21 mg
Niacina	2,6 mg-NE
Vitamina B6	0,18 mg
Ácido Fólico	25 µg
Ácido Pantotênico	0,37 mg
Vitamina B12	1,1 µg



Biotina	2,8 µg
Colina	52 mg
Carnitina	71 mg
Taurina	36 mg

Osmolaridade: 285 mOsm / L

Esperamos com este comunicado demonstrar a seriedade desta Empresa e reforçar o nosso compromisso de parceria e transparência com nossos consumidores e clientes. Orientamos que, para quaisquer dúvidas sobre o uso ou recomendação do produto mais adequado para o paciente, que o mesmo consulte seu médico e/ou nutricionista.

Sendo o que nos cumpria, antecipamos agradecimentos, colocando-nos a disposição para maiores esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Danone Ltda.

A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the bottom left corner of the page.

A small, handwritten mark or signature in the bottom right corner of the page.

A small, handwritten mark or signature in the bottom right corner of the page.

**RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ****Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD****Inscrição no CAD/ICMS**
90862045-30**Inscrição CNPJ**
38.540.669/0001-49**Início das Atividades**
09/2020**Empresa / Estabelecimento**Nome Empresarial **FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**

Título do Estabelecimento

Endereço do Estabelecimento **RUA PRINCESA ISABEL, 1451 - ZONA 04 - CEP 87014-090**
FONE: (44) 3025-4006Município de Instalação **MARINGÁ - PR, DESDE 09/2020**
(Estabelecimento Matriz)**Qualificação**Situação Atual **ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2021**Natureza Jurídica **206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**Atividade Econômica Principal do Estabelecimento **4729-6/99 - COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE****4723-7/00 - COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS****4751-2/01 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA****4752-1/00 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO****4757-1/00 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELETRONICOS PARA USO DOMESTICO, EXCETO INFORMATICA E COMUNICAC****4759-8/99 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE****4761-0/03 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA**Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento **4763-6/01 - COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS****4763-6/04 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CACA, PESCA E CAMPING****4772-5/00 - COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL****4773-3/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS****4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS****4789-0/05 - COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS****4789-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE****Quadro Societário**

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	705.630.989-53	MARIA ALAIDE BRAVO NISHITA	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 27/12/2024.Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná**CAD/ICMS Nº 90862045-30**Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.brEmitido Eletronicamente via Internet
27/11/2024 14:32:57Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 11/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

Dados da consulta: 29/11/2024 11:04:03

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 38540669000149

Cadastro: CEIS CNEP

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANCÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANCÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 11/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

Dados da consulta: 29/11/2024 11:04:03

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 70563098953

Cadastro: CEIS CNEP

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANCÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANCÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000279

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 065/2024.

PROCESSO: 102/2024

RECORRENTE: RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA - ME - CNPJ: 20.740.209/0001-07

RAZÕES: DECLARAR DESCLASSIFICADA A EMPRESA SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 53.926.612/0001-76, QUANTO AO ITEM 3.

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL”

I – Das Preliminares;

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA - ME**, a qual requer a desclassificação da empresa **SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, argumentando uma série de irregularidades documentais apresentadas por ocasião da fase habilitatória.

II – Das Formalidades Legais;

Verifica-se a tempestividade e a regularidade do presente recurso, com base no art. 165, inc. I, da Lei 14.133, o qual estabelece o prazo **de 3 dias** úteis para interposição de recursos ou pedidos de esclarecimentos por parte dos licitantes contra atos administrativos praticados com base na Lei.

III – Das Razões da Recorrente

A empresa **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA - ME**, requer a desclassificação da empresa **SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com consequente convocação do segundo colocado, eis que o produto apresentado no Item 03 não atende aos requisitos do edital.

Por fim pede:

A – recebimento do recurso; e



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

B – no mérito, desclassificar a primeira colocada e convocação dos subsequentes;

IV – Da Análise das Razões do Recurso;

Analisando as razões recursais, observou-se que a empresa recorrente alegou que o produto ofertado pela empresa **SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** é da marca **NUNESFARMA**, contudo, apresenta diversos aspectos que não atendem aos requisitos do edital, especialmente por se tratar de uma ordem judicial, a qual exige explicitamente ordem para concessão de produto de marca específica, qual seja "PEPTAMEN JUNIOR 400G", da marca Nestle.

Pois bem, analisando suas alegações, concluímos que a argumentação trazida pela empresa recorrente merece guarida.

Via de regra, a realização de licitação cujo objeto seja um produto com marca específica não é possível, com exceção de poucas situações previstas em lei e acompanhado da devida fundamentação ou motivação (art. 41, Lei 14.133/2021).

No presente caso, observa-se que, apesar de não constar explicitamente na lei a possibilidade de preferência de marca decorrente determinação judicial, a qual exija determinado produto de marca específica, observa-se que foi devidamente fundamentado no processo administrativo essa situação excepcionalíssima.

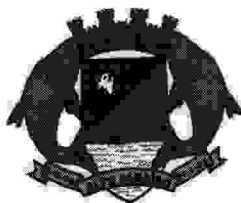
Em casos como o desse, normalmente é realizada dispensa de licitação emergencial, com base no art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021, por se tratar de ordem judicial de concessão de medicamento específico, como medida de urgência, caso em que não existe discricionariedade pela administração, a qual fica obrigada a fornecer ao beneficiária o produto específico previsto na ordem judicial.

Contudo, no presente caso, preferiu-se a realização de licitação com ampla concorrência, visando a busca pela melhor proposta possível, sendo devidamente justificada a excepcionalidade da exigência editalícia de preferência de marca quanto ao **Item 03**, qual seja "**PEPTAMEN JUNIOR 400G**", da marca Nestle, decorrente de ordem judicial.

Observando o produto ofertado pela empresa vencedora **SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, trata-se de produto diferente do exigido no edital, portanto, deve a mesma ser desclassificada, com consequente convocação dos demais na ordem classificatória

VI – Da Conclusão;

Ante o Exposto, a Comissão, por decisão unânime, resolve, por fim, **CONHECER** do recurso apresentado, por cumprir os requisitos formais e, no



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320


e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000275

mérito, resolvemos por **CONCEDER PROVIMENTO** ao recurso administrativo apresentado pela empresa **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA - ME**, para o fim de declarar desclassificada a **SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, por ter ofertado produto diferente do exigido em Edital.

Por fim, dê-se ciência as empresas ora interessadas.

Alto Paraíso-Pr., 11 de Dezembro de 2024.



VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
PREGOEIRO



MARILDA R. DO NASCIMENTO DA SILVA
EQUIPE DE APOIO



UESLEI GONÇALVES R. DA SILVA
EQUIPE DE APOIO



CINTHIA LAIZE ZAGOTO
EQUIPE DE APOIO

Proposta reajustada PE 65/2024 - Alto Paraíso - RCA

De: pe.licitacao@gmail.com

Para: licitacaoaltoparaiso@yahoo.com.br

Data: quarta-feira, 11 de dezembro de 2024 às 17:01 BRT

Prezados, Boa tarde.

Conforme solicitado, segue proposta reajustada com a inclusão do item 03, ficha técnica e registro ANVISA. Ressalto que a documentação de habilitação foi anexada na plataforma BLL.

Fico a disposição para maiores esclarecimentos e/ou envio de documentos complementares.

Atenciosamente

Dayane Guedes

Departamento de Licitação

RCA MATERIAIS MÉDICOS - CNPJ 20.740.209/0001-07

Fone: 44-3029-6988 Celular: 44-99770-6848

Email: licitacao2@mixsaudemga.com.br



2PROPAJUSTALTOPARAISO6524.pdf

712.3kB



FTEANVISAITEM03.pdf

338.1kB



RCA MATERIAIS MÉDICOS LTDA - ME
CNPJ 20.740.209/0001-07 – I.E 90670662-83
(44) 3622-2807 / 99731-0038
E-mail: nutrihospitalar@outlook.com

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024 – ALTO PARAÍSO/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024
ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social: RCA Materiais Médicos - EPP
CNPJ nº: 20.740.209/0001-07 **Inscrição Estadual:** 90670662-83
Inscrição Municipal/Alvará nº: 30637
Endereço: Praça da Bíblia, 3336 Loja 1 – Zona 1 – Umuarama/PR CEP. 87501-055
Telefone: 44-3622-2807 **Celular:** 44-99731-0038 **Email:** nutrihospitalar@outlook.com
Representante Legal: Sra. Cristiane Andrea Berteli
Cargo: Sócia Administradora
Endereço: Rua Marfim, 88 Jardim Veredas – Maringá/PR CEP. 87060-105
CPF: 884.296.109-44 **RG:** 5.303.721-6 SSP-PR
Dados Bancários: Banco do Brasil - Agência 1187-8 - C/C 43420-5

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIPTIVOS	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	120	UND	TROPHIC BASIC 800 GRAMAS	TROPHIC BASIC 800G PRODIET	R\$ 68,30	R\$ 8.196,00
03	240	UNID	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS	PEPTAMEN JUNIOR 400G NESTLÉ	R\$ 165,80	R\$ 39.792,00
TOTAL						R\$ 47.988,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 47.988,00 (QUARENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E OITENTA E OITO REAIS).
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
PRAZO DE ENTREGA: 20 (VINTE) DIAS
LOCAL DE ENTREGA: AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 – CENTRO, ALTO PARAÍSO/PR
PRAZO DE VALIDADE/GARANTIA: CONFORME EDITAL.
PRAZO DE PAGAMENTO: 30 (TRINTA) DIAS.
PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: 12 (DOZE) MESES.

Declaramos que:

Nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Concordamos com todas as exigências do edital.

Umuarama, 11 de dezembro de 2024.

CRISTIANE ANDREA
BERTELI: 88429610944

Assinado de forma digital por
CRISTIANE ANDREA
BERTELI: 88429610944
Dados: 2024.12.11 16:34:31 -03'00'

Cristiane Andrea Berteli
RG 5.303.721-6 – CPF 884.296.109-44
Responsável Legal
RCA MATERIAIS MÉDICOS - EPP

Praça da Bíblia, 3.336 Loja 01 Térreo Edif. CEMED - CEP. 87501.055 Umuarama - PR

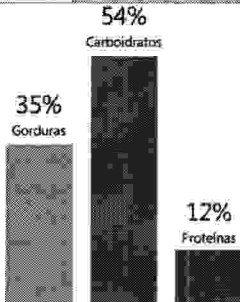

Razão Social do Fornecedor	NESTLÉ BRASIL LTDA																
Nome do Produto	Peptamen® Junior Pó																
Designação Legal	Fórmula Pediátrica para Nutrição Enteral e Oral. Sabor Baunilha.																
Definição do Produto	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral à base de peptídeos, 1,0 kcal/mL (na diluição padrão). Isento de lactose, de acordo com a RDC 21/2015.																
Indicações	Para pacientes pediátricos críticos de 1 a 10 anos de idade, com intolerância gastrointestinal e/ou com dificuldade na absorção da proteína intacta. ¹⁻⁷																
Características Técnicas	<p style="text-align: center;">CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS</p> <table> <tr> <td>Fonte de proteínas</td><td>100% proteína do soro do leite hidrolisada</td></tr> <tr> <td>Fonte de carboidratos</td><td>63,2% maltodextrina, 23,5% sacarose e 13,3% amido de batata</td></tr> <tr> <td>Fonte de gorduras</td><td>64% TCM, 20% óleo de canola com baixo teor erúico, 16% óleo de girassol</td></tr> <tr> <td>Relação caloria não proteica/gN</td><td>185:1</td></tr> <tr> <td>Osmolalidade</td><td>350 mOsm/kg de água</td></tr> <tr> <td>Osmolaridade</td><td>322 mOsm/L de água</td></tr> <tr> <td>Apresentação</td><td>Lata de 400g</td></tr> <tr> <td>Sabor</td><td>Baunilha</td></tr> </table> <p style="text-align: center;">NÃO CONTÉM GLÚTEN</p>	Fonte de proteínas	100% proteína do soro do leite hidrolisada	Fonte de carboidratos	63,2% maltodextrina, 23,5% sacarose e 13,3% amido de batata	Fonte de gorduras	64% TCM, 20% óleo de canola com baixo teor erúico, 16% óleo de girassol	Relação caloria não proteica/gN	185:1	Osmolalidade	350 mOsm/kg de água	Osmolaridade	322 mOsm/L de água	Apresentação	Lata de 400g	Sabor	Baunilha
Fonte de proteínas	100% proteína do soro do leite hidrolisada																
Fonte de carboidratos	63,2% maltodextrina, 23,5% sacarose e 13,3% amido de batata																
Fonte de gorduras	64% TCM, 20% óleo de canola com baixo teor erúico, 16% óleo de girassol																
Relação caloria não proteica/gN	185:1																
Osmolalidade	350 mOsm/kg de água																
Osmolaridade	322 mOsm/L de água																
Apresentação	Lata de 400g																
Sabor	Baunilha																
Distribuição Energética																	
Densidade Energética	1,0 kcal/mL																
Apresentação	Lata de 400 g 																

Tabela Nutricional

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL		
	Quantidade por 100 g	Quantidade por 100 ml
Valor energético	470 kcal = 1974 kJ	103 kcal = 433 kJ
Carboidratos, dos quais:	63 g	14 g
Açúcares	15 g	3,3 g
Lactose	0,3 g	0 g
Proteínas	14 g	3,1 g
Gorduras totais, das quais:	16 g	4,0 g
Gorduras saturadas	10 g	2,5 g
Gorduras trans	0 g	0 g
Gorduras monoinsaturadas	2,5 g	0,6 g
Gorduras poliinsaturadas	2,5 g	0,6 g
Omega-6	2,3 g	0,5 g
Omega-3	0,3 g	0,1 g
Colésterol	31 mg	6,8 mg
Fibra alimentar	0 g	0 g
Sódio	330 mg	73 mg
Cálcio	410 mg	90 mg
Ferro	4,4 mg	0,98 mg
Potássio	500 mg	133 mg
Cloreto	380 mg	84 mg
Fósforo	270 mg	60 mg
Magnésio	120 mg	27 mg
Zinco	2,7 mg	0,59 mg
Manganês	0,45 mg	0,11 mg
Cobre	0,50 mg	0,11 mg
Molibdênio	30 µg	6,6 µg
Iodo	45 µg	10 µg
Cromo	10 µg	2,2 µg
Selenio	12 µg	2,8 µg
Vitamina A	400 µg RE	88 µg RE
Vitamina D	4,5 µg	0,99 µg
Vitamina E	1,2 mg α TE	0,26 mg α TE
Vitamina C	39 mg	8,6 mg
Niacina	2,7 mg	0,59 mg
Ácido pantotênico	2,4 mg	0,52 mg
Vitamina B6	0,72 mg	0,16 mg
Vitamina B12	0,40 mg	0,08 mg
Vitamina B1	0,40 mg	0,08 mg
Biotina	7,0 µg	1,5 µg
Ácido fólico	125 µg	28 µg
Vitamina K	21 µg	4,6 µg
Vitamina B10	0,40 µg	0,08 µg
Cholina	80 mg	18 mg
Taurina	25 mg	5,7 mg
L-carnitina	25 mg	5,7 mg

Osmolaridade: 322 mOsm/L de água.
Osmolalidade: 350 mOsm/kg de água.

Sugestão de Consumo

Usar sob orientação médica ou nutricionista. Proibido o uso por via parenteral.

Lista de Ingredientes

Maltodextrina, proteína hidrolisada do soro de leite, sacarose, triglicerídeos de cadeia média (TCM), amido de batata, óleo de canola com baixo teor erúico, minerais (hidróxido de potássio, carbonato de cálcio, cloreto de sódio, cloreto de magnésio, hidróxido de sódio, cloreto de cálcio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de manganês, sulfato de cobre, iodeto de potássio, cloreto de cromo, selenito de sódio, molibdato de sódio), óleo de girassol, vitaminas (bitartarato de colina, L-ascorbato de sódio, acetato de DL-alfa-tocoferila, nicotinamida, D-pantotenato de cálcio, cloridrato de piridoxina, tiamina mononitrato, riboflavina, acetato de retinila, ácido N-pterilo-L-glutâmico, fitomenadiona, D-biotina, colecalciferol, cianocobalamina), taurina, L-carnitina, emulsificante lecitina de soja, aromatizante, regulador de acidez ácido cítrico. **ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE LEITE E SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN.**

Instruções de Uso

MODO DE PREPARO

Lave bem as mãos e os utensílios que serão utilizados. Higienize a superfície de preparo. Ferva os utensílios por 5 minutos ou use esterilizador adequado.

Ferva a água potável durante 5 minutos. Aguarde aproximadamente 15 minutos, até que a água atinja a temperatura de 70°C.

Despeje dentro do recipiente a quantidade de água, previamente fervida, de acordo com a tabela de dosagem, indicada nas instruções de uso.

Encha a colher medida que está no interior da lata e retire o excesso de pó, nivelando-a. Adicione o número de medidas de acordo com a tabela de dosagem.

Mexa bem o conteúdo no recipiente até que a mistura fique homogênea. Verifique a temperatura da fórmula antes de administrá-la (aproximadamente 40°C).

Após o uso, guarde a colher-medida dentro da lata e feche bem.

Diluição	TABELA DE DOSAGEM		
	Volume total	Nº medidas pó ou total em gramas	Volume água
	250 ml	7 medidas ou 55 g	210 ml
	500 ml	14 medidas ou 110 g	425 ml
	1,0 litro	28 medidas ou 220 g	850 ml
Não modifique as proporções sem consultar um médico ou nutricionista.			
Conservação do Produto	<p>Faça a reconstituição apenas no momento do consumo do produto ou em até 4 horas, em temperatura ambiente ou 24 horas sob refrigeração. Não guarde restos.</p> <p>Para alimentação enteral: Transferir o produto preparado para o sistema fechado estéril e ministrar em até 4 hora.</p> <p>Após aberta a embalagem, recomenda-se o consumo do conteúdo em até 30 dias, respeitando o prazo de validade do produto. Fechar bem a lata após o uso e armazenar em local seco e fresco.</p>		
Referências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taylor BE, McClave SA, Martindale RG et al. Guidelines for the Provision and Assessment of Nutrition Support Therapy in the Adult Critically Ill Patient: Society of Critical Care Medicine (SCCM) and American Society for Parenteral and Enteral Nutrition (A.S.P.E.N.). Crit Care Med. 2016; 44:390-438. 2. Marik PE. Feeding critically ill patients the right 'whey': thinking outside of the box. A personal view. Ann Intensive Care. 2015; 5:51. 3. Tolia V, Lin CH, Kuhns LR. Gastric emptying using three different formulas in infants with gastroesophageal reflux. J Pediatric Gastroenterol Nutr 1992; 5:297-301. 4. Khoshoo V, Brown S. Gastric emptying of two whey-based formulas of different energy density and its clinical implication in children with volume intolerance. Eur J Clin Nutr 2002; 56:656-658. 5. Fried MD, Khoshoo V, Secker DJ et al. Decrease in Gastric empty time and episodes of regurgitation in children with spastic quadriplegia fed a whey-based formula. J Pediatric 1992; 120:569-572 Current Opinion 2012; 15:480-484. 6. Zamberlan P et al. Nutrição enteral em pediatria. Pediatr Mod; 38:105-124, abr. 2002. 7. Coppini LZ, Sampaio H, Marco D. Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral, Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica, Sociedade Brasileira de Clínica Médica et al. Recomendações Nutricionais para Crianças em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral. Projeto Diretrizes (DITEN), 2011. 		
Informações Técnicas e Validade	<p>Procedência: Suíça</p> <p>Fabricante: Nestlé Suisse SA, 3510 Konolfingen, Suíça. Fabricado na Suíça.</p> <p>Fornecedor: Nestlé Brasil Ltda., Estrada dos Alvarengas, 630. São Bernardo do Campo – SP, CNPJ 60.409.075/0100-34</p> <p>Registro no Ministério Saúde: 4.0076.1718</p> <p>Validade do Produto: 24 meses</p>		

Donizeti Leoncio Cezari
Nestlé Brasil Ltda.
Gerente da Qualidade
CRQ 4103698

Consultas / Alimentos / Alimentos

Detalhe do Produto: FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL

Nome da Empresa	NESTLE BRASIL LTDA
CNPJ	60.409.075/0001-52
Nome do Produto	FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
Categoria	• ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
Registro	400761718
Processo	25004.003821/99
Data de Publicação do Registro Inicial	01/06/2000
Vencimento do Registro	05/2025
Alegações Funcionais	[sem dados cadastrados]
Marca do Produto	[sem dados cadastrados]

Expandir Todas

Nº de Apresentação	Registro	Prazo de Validade
1	4007617180015 ATIVA	24 Meses

Exportar para PDF

Voltar



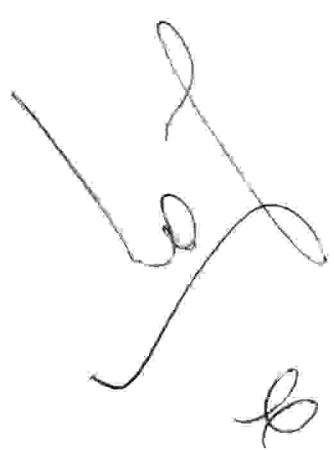
00282

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024
Processo Administrativo Nº 102/2024
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 13/11/2024 13:08:56

				TOTAL DO PROCESSO:	59.050,80
RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA				20.740.209/0001-07	47.988,00
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 066	Lance: 68,30	Total: 8.196,00	
Item: 1	Unidade: UN	Marca: PRODIET	Modelo: TROPHIC BASIC 800G		
Descrição: TROPHIC BASIC 800 G					
Quantidade: 120	Val. Ref.: 68,38	Valor Unit.: 68,30		Total Item: 8.196,00	
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 627	Lance: 165,80	Total: 39.792,00	
Item: 1	Unidade: UN	Marca: NESTLÉ	Modelo: PEPTAMEN JUNIOR 400G		
Descrição: PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS					
Quantidade: 240	Val. Ref.: 165,83	Valor Unit.: 165,80		Total Item: 39.792,00	
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME				10.675.016/0001-58	11.062,80
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 337	Lance: 30,73	Total: 11.062,80	
Item: 1	Unidade: UN	Marca: DANONE	Modelo: DIANUTRI		
Descrição: NUTRI DIABETIC 1L					
Quantidade: 360	Val. Ref.: 33,52	Valor Unit.: 30,73		Total Item: 11.062,80	




MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR



PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



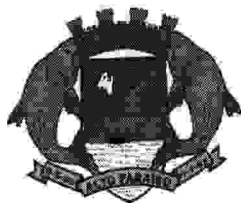
APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO



APOIO UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0284

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro – CEP: 87.530-000; Alto Paraíso, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.640.736/0001-30, neste ato representado pelo Sr. **DERCIO JARDIM JUNIOR**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG n.º 1.649.033-4 SSP/PR e CPF: 474.519.719-53, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Paraíso, Paraná, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 065/2024, publicada no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP no dia 13/11/2024, processo administrativo n.º 102/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP, e em conformidade com as disposições a seguir:

CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUJEIÇÃO DAS PARTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. DO OBJETO

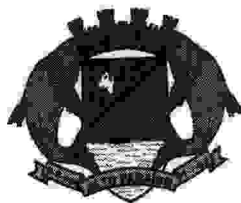
1.1. A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL**, do Processo Administrativo nº 102/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA – CNPJ: 20.740.209/0001-07

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TROPHIC BASIC 800 G	UND	120	68,30	8.196,00
MÍNIMO DESEJADO: TROPHIC BASIC (PÓ) LATA DE 800 G. MARCA: PRODIET					
3	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS	UND	240	165,80	39.792,00
MÍNIMO DESEJADO: PEPTAMEN JUNIOR 400GR MARCA: NESTLÉ					



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA ME – 10.675.016/0001-58

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	NUTRI DIABETIC 1L	UND	360	30,73	11.062,80
MÍNIMO DESEJADO: NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)					
MARCA: DANONE					

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

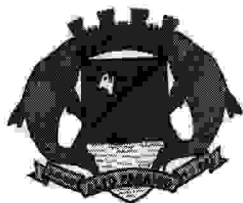
Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0286

Da Alteração dos Quantitativos

4.10. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. O quantitativo registrado será automaticamente renovado, quando o órgão gestor optar pela renovação da validade da Ata por mais 01 (um) ano, nos termos do Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP, que Regulamenta o SRP.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

000287

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial do município.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0288

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

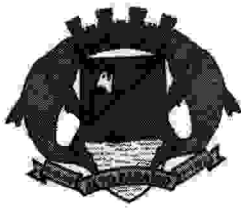
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

010289

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0290

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Alto Paraíso - PR., 12 de Dezembro de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

gais

000291

leis@ilustrado.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **24.11.0052.001.00338-3**, em face do fornecedor **VN ROUPAS E PRESENTES**, inscrito no CNPJ sob nº 032.226.273/0001-45, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e §6 do CDC.

Umuarama/PR, 12 de dezembro de 2024

Eduardo Henrique Ceranto

Secretário Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - UmuaramaSECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **289/2024**, em face do fornecedor **LEONARDO DA LUZ SANTOS**, inscrito no CNPJ sob nº 41.959.596/0001-39, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.

Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal n. 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4º, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 12 de dezembro de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro – CEP. 87.530-000, Alto Paraíso, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.640.736/0001, neste ato representado pelo Sr. DERCIO JARDIM JUNIOR, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Paraíso, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 065/2024, publicada no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP no dia 13/11/2024, processo administrativo nº 102/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e no Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP, e em conformidade com as disposições a seguir.

CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUIJEIÇÃO DAS PARTES
As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinente ao regular processo licitatório, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, o qual será firmado neste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato. Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LÍQUIDOS, FORMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVANÇADA SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 065/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA - CNPJ: 20.740.209/0001-07

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO
------	-------------------	------	------	----------------

1	TROPIC BASIC 800 G UNID	120	68,30	8.196,00
---	-------------------------	-----	-------	----------

3	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS	UND	240	165,80
---	------------------------------------	-----	-----	--------

2	NUTRI DIABETIC 1L UNID	360	30,73	11.062,80
---	------------------------	-----	-------	-----------

4	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
---	--	-----	---	-----------

5	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
---	--	-----	---	-----------

6	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
---	--	-----	---	-----------

7	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
---	--	-----	---	-----------

8	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
---	--	-----	---	-----------

9	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
---	--	-----	---	-----------

10	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

11	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

12	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

13	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

14	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

15	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

16	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

17	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

18	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

19	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

20	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

21	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

22	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

23	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

24	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

25	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

26	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

27	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

28	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

29	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

30	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

31	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

32	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

33	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

34	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

35	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

36	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

37	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

38	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

39	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

40	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

41	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

42	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

43	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

44	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

45	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

46	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

47	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

48	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

49	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

50	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

51	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

52	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

53	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

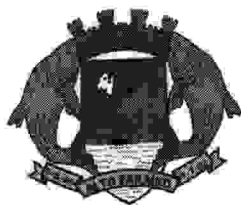
54	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

55	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

56	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

57	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------

58	NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)	UND	1	11.062,80
----	--	-----	---	-----------



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0292

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, para emissão do parecer final, do processo acima em epigrafe, nos termos disciplinados pelo art. 169 da Lei Federal 14.133/2021.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso - PR., 13 de Dezembro de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

PARECER DO CONTROLE INTERNO - CI100

A Nova Lei de Licitações trouxe três linhas de defesas no trâmite das contratações públicas, destinando ao Controle Interno e ao Tribunal de Contas, a segunda e a terceira linha de defesa:

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

[...]

§ 1º Na forma de regulamento, a implementação das práticas a que se refere o caput deste artigo será de responsabilidade da alta administração do órgão ou entidade e levará em consideração os custos e os benefícios decorrentes de sua implementação, optando-se pelas medidas que promovam relações íntegras e confiáveis, com segurança jurídica para todos os envolvidos, e que produzam o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas.

Após a análise de todo o presente processo administrativo nº.102/2024, Pregão Eletrônico nº 065/2024, concluo que o mesmo está regular, com base no Inciso I do art. 33, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Ante ao exposto, e resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, não vislumbramos óbice ao prosseguimento do feito, no que tange o presente Pregão Eletrônico, podendo este órgão dar o devido andamento nos termos legais, observando para tanto os prazos



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

estipulados no edital, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial.

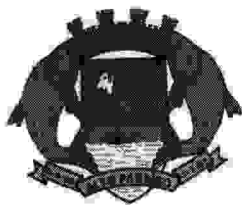
Com isso, considerando que a presente manifestação não se vincula aos aspectos técnicos envolvidos no objeto solicitado pelo órgão demandante, mas apenas para conferência do ato administrativo, existindo Parecer Jurídico, constatando que foram cumpridos todos os requisitos estabelecidos na legislação aplicável opina-se pelo prosseguimento do trâmite licitatório.

Por fim, diante das peculiaridades do caso concreto, uma vez preenchidos os requisitos previstos na Lei 14.133/2021, OPINO pela legalidade do presente Pregão Eletrônico nº 065/2024, segue os autos para ao Setor de Licitações e Contratos para o cumprimento dos demais procedimentos cabíveis.

Alto Paraíso/PR, 16 de dezembro de 2024.

ELIAS SOBREIRO DOS SANTOS

Diretor de Controladoria Interna



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 02.95

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR.

OBJETO: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos processo administrativo nº. 102/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com parecer Técnico que me foi solicitado

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso - PR., 16 de Dezembro de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.740.209/0001-07
Razão Social: RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA
Endereço: - PC DA BIBLIA 3336 - / ZONA I / UMUARAMA / PR / 87501-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/12/2024 a 14/01/2025

Certificação Número: 2024121603242186410559

Informação obtida em 17/12/2024 09:20:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.675.016/0001-58
Razão Social: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA ME
Endereço: R SOUZA NAVES 1145 QD 34 LT01 / CENTRO / PARANAVAL / PR / 87702-220

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/12/2024 a 01/01/2025

Certificação Número: 2024120303261565117488

Informação obtida em 17/12/2024 09:19:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024
Processo Administrativo Nº 102/2024
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 13/11/2024 13:08:56

LOTE 1 - ADJUDICADO - 17/12/2024 10:18:12
ANEXO I

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: PRODIET	Modelo: TROPHIC BASIC 800G
Descrição: TROPHIC BASIC 800 G			
Quantidade: 120	Valor Unit.: 68,30	Valor Total: 8.196,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	066	20.740.209/0001-07	68,30	68,30		Sim
2 NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA	626	18.500.770/0001-69	68,38	68,00	-0,44	Sim
3 54.388.779 JHONATAN CANDIDO DE	309	54.388.779/0001-93	68,30	68,30	0,44	Sim
4 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	099	39.430.487/0001-88	68,38	68,38	0,12	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

LOTE 2 - ADJUDICADO - 17/12/2024 10:18:12
ANEXO I

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: DANONE	Modelo: DIANUTRI
Descrição: NUTRI DIABETIC 1L			
Quantidade: 360	Valor Unit.: 30,73	Valor Total: 11.062,80	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 K MEDICA PRODUTOS MEDICO	337	10.675.016/0001-58	33,52	30,73		Sim
2 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	491	39.430.487/0001-88	33,52	33,52	9,08	Sim
3 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	225	20.740.209/0001-07	33,52	33,52	0,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
FAGANNUTRI COMERCIO DE	546	38.540.669/0001-49	33,00	30,00		Sim

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR****LOTE 3 - ADJUDICADO - 17/12/2024 10:18:12
ANEXO I****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1 Unidade: UN Marca: NESTLÉ Modelo: PEPTAMEN JUNIOR 400G
Descrição: PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS
Quantidade: 240 Valor Unit.: 165,80 Valor Total: 39.792,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	627	20.740.209/0001-07	165,80	165,80		Sim
2 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	605	39.430.487/0001-88	165,83	165,83	0,02	Sim
3 K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO	455	50.531.688/0001-04	180,00	180,00	8,54	Sim

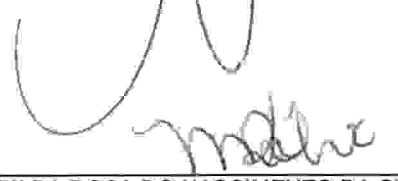
DESCCLASSIFICADOS


Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	296	53.926.612/0001-76	129,73	129,73		Sim


INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----



PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA

APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO

APOIO UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024
Processo Administrativo Nº 102/2024
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 13/11/2024 13:08:56

MOVIMENTOS DO PROCESSO

16/11/2024 11:20:09	CADASTRO DE PROPOSTA	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME
18/11/2024 17:17:09	CADASTRO DE PROPOSTA	ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE SAÚDE
25/11/2024 17:44:37	CADASTRO DE PROPOSTA	NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA
27/11/2024 13:07:04	CADASTRO DE PROPOSTA	K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO DE MEDICAMENTOS
27/11/2024 15:28:54	CADASTRO DE PROPOSTA	RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA
27/11/2024 16:44:20	CADASTRO DE PROPOSTA	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
27/11/2024 16:47:04	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
28/11/2024 14:06:20	CADASTRO DE PROPOSTA	54.388.779 JHONATAN CANDIDO DE SOUZA
28/11/2024 16:58:04	CADASTRO DE PROPOSTA	SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
29/11/2024 06:39:21	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
29/11/2024 08:01:22	MENSAGEM	PREGOEIRO
BOM DIA, POR FAVOR FIQUEM ATENTOS EM ALGUNS INSTANTES IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		
29/11/2024 08:16:00	MENSAGEM	PREGOEIRO
IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		
29/11/2024 08:31:33	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 29/11/2024 10:31		
29/11/2024 08:31:33	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 29/11/2024 10:31		
29/11/2024 08:31:33	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 29/11/2024 10:31		
29/11/2024 08:32:09	MENSAGEM	PREGOEIRO
DE ACORDO COM ITEM 8.19.4 AGUARDAMOS PROPOSTA READEQUADA....		
29/11/2024 10:18:39	MENSAGEM	PREGOEIRO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES (MODELO ANEXO III)		
29/11/2024 10:58:24	MENSAGEM	PREGOEIRO
IREMOS CONFERIR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO... RETORNAREMOS ÀS 15H00MIN....		
29/11/2024 13:08:32	MENSAGEM	PREGOEIRO
A EMPRESA FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA ESTA INABILITADA POR NÃO APRESENTAR CARTÃO DE CNPJ CONFORME SOLICITADO EM EDITAL.		
29/11/2024 13:08:55	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 29/11/2024 15:03		
29/11/2024 13:09:05	MENSAGEM	PREGOEIRO
O prazo de entrega dos documentos de habilitação do participante K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME foi alterado para 29/11/2024 15:09		
29/11/2024 13:29:02	MENSAGEM	PREGOEIRO
IREMOS CONFERIR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO... RETORNAREMOS ÀS 16H00MIN....		
29/11/2024 15:36:05	MENSAGEM	PREGOEIRO
A EMPRESA RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA ESTÁ REGULARMENTE HABILITADA		
29/11/2024 15:36:26	MENSAGEM	PREGOEIRO
A EMPRESA K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME ESTÁ REGULARMENTE HABILITADA		
29/11/2024 15:36:26	MENSAGEM	PREGOEIRO
A EMPRESA K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME ESTÁ REGULARMENTE HABILITADA		

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

29/11/2024 15:36:47 MENSAGEM PREGOEIRO

A EMPRESA RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA ESTÁ REGULARMENTE HABILITADA

29/11/2024 15:37:14 MENSAGEM PREGOEIRO

A EMPRESA SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ESTÁ REGULARMENTE HABILITADA

11/12/2024 16:06:43 MENSAGEM PREGOEIRO

O prazo de entrega dos documentos de habilitação do participante RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA foi alterado para 11/12/2024 18:06

11/12/2024 16:07:28 MENSAGEM PREGOEIRO

CONVOCA A EMPRESA RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA REAJUSTADA PARA O LOTE "3".

12/12/2024 10:18:43 MENSAGEM PREGOEIRO

O arquivo E-MAIL PROPOSTA REAJUSTADA.pdf foi adicionado ao processo.

**LOTE 1 - HOMOLOGADO
ANEXO I**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: PRODIET	Modelo: TROPHIC BASIC 800G
Descrição: TROPHIC BASIC 800 G			
Quantidade: 120	Valor Unit.: 68,30	Valor Total: 8.196,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	066	20.740.209/0001-07	68,30	68,30		Sim
2 NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA	626	18.500.770/0001-69	68,38	68,00	-0,44	Sim
3 54.388.779 JHONATAN CANDIDO DE	309	54.388.779/0001-93	68,30	68,30	0,44	Sim
4 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	099	39.430.487/0001-88	68,38	68,38	0,12	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

MOVIMENTOS DO LOTE

13/11/2024 13:08:56 PUBLICADO

14/11/2024 07:30:00 RECEPÇÃO DE PROPOSTAS

29/11/2024 08:00:00 ANÁLISE DE PROPOSTAS

29/11/2024 08:16:06 DISPUTA

29/11/2024 08:16:06 LANCE 54.388.779 JHONATAN CANDIDO DE SOUZA (PARTICIPANTE 309) 68,30

29/11/2024 08:16:06 LANCE RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA (PARTICIPANTE 066) 68,30

29/11/2024 08:16:06 LANCE ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE SAÚDE (PARTICIPANTE 099) 68,38

29/11/2024 08:16:06 LANCE NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA (PARTICIPANTE 626) 68,38

29/11/2024 08:19:38 LANCE NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA (PARTICIPANTE 626) 68,00

29/11/2024 08:22:24 MENSAGEM 54.388.779 JHONATAN CANDIDO DE SOUZA (PARTICIPANTE 309)

Bom dia, sr pregoeiro.. a principio não encontramos no edital se é exclusividade da Marca em especifico. É necessariamente esta marca?

29/11/2024 08:23:39 MENSAGEM PREGOEIRO

bom dia, sim, produtos para atendimento de decisão judicial.

29/11/2024 08:26:06 NOTIFICAÇÃO SISTEMA

Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 066, PARTICIPANTE 309 que apresentaram o valor de 68.30.

0.0302

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

29/11/2024 08:26:06 NOTIFICAÇÃO SISTEMA

O detentor da melhor oferta da etapa de lances é NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA

29/11/2024 08:26:06 NOTIFICAÇÃO SISTEMA

Por critério de regionalidade, o participante RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA foi automaticamente declarado vencedor deste lote.

29/11/2024 08:26:06 HABILITAÇÃO

29/11/2024 16:00:03 MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS

29/11/2024 16:20:03 EM ADJUDICAÇÃO

17/12/2024 10:18:12 ADJUDICADO

17/12/2024 10:18:14 HOMOLOGADO

**LOTE 2 - HOMOLOGADO
ANEXO I**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: DANONE	Modelo: DIANUTRI
Descrição: NUTRI DIABETIC 1L			
Quantidade: 360	Valor Unit.: 30,73	Valor Total: 11.062,80	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 K MEDICA PRODUTOS MEDICO	337	10.675.016/0001-58	33,52	30,73		Sim
2 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	491	39.430.487/0001-88	33,52	33,52	9,08	Sim
3 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	225	20.740.209/0001-07	33,52	33,52	0,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
FAGANNUTRI COMERCIO DE	546	38.540.669/0001-49	33,00	30,00		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

13/11/2024 13:08:56	PUBLICADO		
14/11/2024 07:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
29/11/2024 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
29/11/2024 08:16:06	DISPUTA		
29/11/2024 08:16:06	LANCE	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	33,00
29/11/2024 08:16:06	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	33,52
29/11/2024 08:16:06	LANCE	ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE SAÚDE (PARTICIPANTE 491)	33,52
29/11/2024 08:16:06	LANCE	RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA (PARTICIPANTE 225)	33,52
29/11/2024 08:16:32	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	32,90
29/11/2024 08:22:26	LANCE	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	32,80
29/11/2024 08:25:35	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	32,70
29/11/2024 08:25:35	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
29/11/2024 08:25:50	LANCE	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	32,00
29/11/2024 08:26:07	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	31,90
29/11/2024 08:26:18	LANCE	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	31,00
29/11/2024 08:26:31	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	30,90
29/11/2024 08:26:39	LANCE	FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	30,00

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

29/11/2024 08:27:37	LANCE	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME (PARTICIPANTE	30,73
29/11/2024 08:29:37	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 491, PARTICIPANTE 225 que apresentaram o valor de 33.52.			
29/11/2024 08:29:37	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA			
29/11/2024 08:29:38	HABILITAÇÃO		
29/11/2024 13:07:46	INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO	
FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA inabilitado. Motivo: A EMPRESA FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA NÃO APRESENTOU CARTÃO DE CNPJ CONFORME SOLICITADO EM EDITAL.			
29/11/2024 13:07:46	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME			
29/11/2024 16:00:03	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		
29/11/2024 16:20:04	EM ADJUDICAÇÃO		
17/12/2024 10:18:12	ADJUDICADO		
17/12/2024 10:18:14	HOMOLOGADO		

**LOTE 3 - HOMOLOGADO
ANEXO I**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: NESTLÉ	Modelo: PEPTAMEN JUNIOR 400G
Descrição: PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS			
Quantidade: 240	Valor Unit.: 165,80	Valor Total: 39.792,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	627	20.740.209/0001-07	165,80	165,80		Sim
2 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	605	39.430.487/0001-88	165,83	165,83	0,02	Sim
3 K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO	455	50.531.688/0001-04	180,00	180,00	8,54	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	296	53.926.612/0001-76	129,73	129,73		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

MOVIMENTOS DO LOTE

13/11/2024 13:08:56	PUBLICADO		
14/11/2024 07:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
29/11/2024 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
29/11/2024 08:16:07	DISPUTA		
29/11/2024 08:16:07	LANCE	SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	129,73
29/11/2024 08:16:07	LANCE	ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE SAÚDE (PARTICIPANTE 605)	165,83
29/11/2024 08:16:07	LANCE	K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO DE MEDICAMENTOS	180,00
29/11/2024 08:16:07	LANCE	RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA (PARTICIPANTE 627)	165,80
29/11/2024 08:26:07	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
29/11/2024 08:26:07	HABILITAÇÃO		

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR****29/11/2024 16:00:03 MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS****29/11/2024 16:19:56 RECURSO MANIFESTADO RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**

Boa tarde Sr.pregoeiro, manifestamos intenção de recurso para o item.

29/11/2024 16:20:04 INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**04/12/2024 15:17:32 ARQUIVO DE RECURSO ANEXADO RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**

Nome do arquivo: RECURSO RCA - ALTO PARAISO ITEM 3.pdf

04/12/2024 15:17:47 RECURSO REGISTRADO RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA

Prezados, boa tarde. Segue documento de recurso para o item.

05/12/2024 00:00:01 RECEPÇÃO DE CONTRARRAZÕES**10/12/2024 00:00:01 JULGAMENTO DE RECURSOS****11/12/2024 16:02:00 ARQUIVO DE JULGAMENTO ANEXADO PREGOEIRO**

Nome do arquivo: Julgamento Recurso.pdf

11/12/2024 16:03:24 RECURSO JULGADO PREGOEIRO

Ante o Exposto, a Comissão, por decisão unânime, resolve, por fim, CONHECER do recurso apresentado, por cumprir os requisitos formais e, no mérito, resolvemos por CONCEDER PROVIMENTO ao recurso administrativo apresentado pela empresa RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA – ME, para o fim de declarar desclassificada a SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, por ter ofertado produto diferente do exigido em Edital.

11/12/2024 16:05:58 EM ADJUDICAÇÃO**11/12/2024 16:06:25 NOTIFICAÇÃO SISTEMA**

O detentor da melhor oferta é RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA

11/12/2024 16:06:26 DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE PREGOEIRO

SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA desclassificado. Motivo: Produto não atende edital. (Recurso Julgado).

17/12/2024 10:18:12 ADJUDICADO**17/12/2024 10:18:15 HOMOLOGADO**

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR




PREGOEIRO: VALDEIR RIBEIRO SPARAPAN



APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO CINTHIA LAIZE ZAGATO



APOIO UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR****ATA DE HOMOLOGAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024
Processo Administrativo Nº 102/2024
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 13/11/2024 13:08:56

**LOTE 1 - HOMOLOGADO - 17/12/2024 10:18:14
ANEXO I****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1	Unidade: UN	Marca: PRODIET	Modelo: TROPHIC BASIC 800G
Descrição: TROPHIC BASIC 800 G			
Quantidade: 120	Valor Unit.: 68,30	Valor Total: 8.196,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	066	20.740.209/0001-07	68,30	68,30		Sim
2 NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA	626	18.500.770/0001-69	68,38	68,00	-0,44	Sim
3 54.388.779 JHONATAN CANDIDO DE	309	54.388.779/0001-93	68,30	68,30	0,44	Sim
4 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	099	39.430.487/0001-88	68,38	68,38	0,12	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**LOTE 2 - HOMOLOGADO - 17/12/2024 10:18:14
ANEXO I****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1	Unidade: UN	Marca: DANONE	Modelo: DIANUTRI
Descrição: NUTRI DIABETIC 1L			
Quantidade: 360	Valor Unit.: 30,73	Valor Total: 11.062,80	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 K MEDICA PRODUTOS MEDICO	337	10.675.016/0001-58	33,52	30,73		Sim
2 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	491	39.430.487/0001-88	33,52	33,52	9,08	Sim
3 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	225	20.740.209/0001-07	33,52	33,52	0,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
FAGANNUTRI COMERCIO DE	546	38.540.669/0001-49	33,00	30,00		Sim

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR****LOTE 3 - HOMOLOGADO - 17/12/2024 10:18:15
ANEXO I****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1 Unidade: UN Marca: NESTLÉ Modelo: PEPTAMEN JUNIOR 400G
Descrição: PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS
Quantidade: 240 Valor Unit.: 165,80 Valor Total: 39.792,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA	627	20.740.209/0001-07	165,80	165,80		Sim
2 ESPACO GUAMIRANGA SERVIÇOS DE	605	39.430.487/0001-88	165,83	165,83	0,02	Sim
3 K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO	455	50.531.688/0001-04	180,00	180,00	8,54	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SANFE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	296	53.926.612/0001-76	129,73	129,73		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

AUTORIDADE: DERCIO JARDIM JUNIOR



000308

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2024
Processo Adm: Nº 102/2024

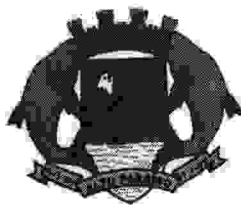
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Empresas vencedoras valor total: R\$ 59.050,80 (cinquenta e nove mil e cinquenta reais e oitenta centavos): **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME** (10675016000158) com os lotes: 2 no valor total de R\$ 11.062,80 (onze mil e sessenta e dois reais e oitenta centavos). **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA** (20740209000107) com os lotes: 1, 3 no valor total de R\$ 47.988,00 (quarenta e sete mil e novecentos e oitenta e oito reais).

A autoridade municipal do órgão: MUNICIPIO DE ALTO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/21, Art. 28, Inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ALTO PARAÍSO (PR), terça-feira, 17 de dezembro de 2024

DERCIO JARDIM JUNIOR
AUTORIDADE COMPETENTE



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DECRETO N. 3447/2024

DATA: 17/12/2024

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 102/2024, Pregão Eletrônico, nº 065/2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan;

CONSIDERANDO parecer técnico emitido pelo Controlador Interno Sr. Elias Sobreiro dos Santos.

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado os itens 01 e 03, em favor da empresa **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA – CNPJ: 20.740.209/0001-07**, o item 02, em favor da empresa **K MEDICA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALAR LTDA – ME – CNPJ: 10.675.016/0001-58**, o resultado do processo licitatório nº 102/2024, Pregão Eletrônico, nº 065/2024.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 102/2024, Pregão Eletrônico, nº 065/2024, 01 e 03, em favor da empresa **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA – CNPJ: 20.740.209/0001-07**, o item 02, em favor da empresa **K MEDICA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALAR LTDA – ME – CNPJ: 10.675.016/0001-58**, que tem como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.**

Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 17 dias do mês de dezembro de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
JMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 18/12/2024

Edição N.º 13.197

previstas neste Termo poderá
dos atendimentos, mediante
mento em caso de:
ustificativa;
Legal ou do paciente que
enquanto perdurarem os
aqui previstas deverá ser
bas as partes;
de 2024.

Psicólogo do IAI-TEA

consiste em coleta de dados
s profissionais envolvidos por
mentos, vídeos, entre outros.
criança sobre os ambientes
avaliação comportamental no

al utilizados são selecionados
podem incluir ferramentas
ABLLS, VB-MAPP ou outros
s necessidades do paciente.
um relatório de avaliação

paciente;
lo aplicado;
atenderá às necessidades do
Ensino Individualizado (PEI).

ançar os objetivos propostos;
tais realizadas para melhorar
nte.
erece uma reunião devolutiva
(incluindo profissionais que
ades) para alinhar estratégias
escrito no Plano de Ensino

portamental é distribuída em
e, aplicação de protocolos,
nde a ser concluído no prazo
siderando a disponibilidade do
gendar cada etapa no menor
des do paciente.

tal é realizado no Instituto e
sino Individualizado (PEI).
e 15 e 25 horas, dependendo
atrasos apresentados pelo
or um aplicador/técnico, e os

crianças, quando previsto no
ativo faz parte dos objetivos
realizada por profissionais
ndicado no Plano de Ensino

acompanhamento contínuo,
ividualizado (PEI) e reuniões
a acompanhar os progressos
ssário.
nação (PSI)
pessoais e institucionais do
ntegridade e disponibilidade,
AÇÃO (PSI)

segurando confidencialidade,
de com a LGPD.

es serão tratados conforme

ão acesso às informações

alizado exclusivamente em

deverá ser comunicado

ção e necessidade de cada

a dispositivos pessoais sem

política acarretará sanções

ibilização legal, conforme a

Renata Ortiz da Silva
ordenadora do IAI-TEA

99	RESEVA DE CONTINGÊNCIA	2.317.740,00	1.797.500,00	1.820.000,00	360.000,00
TOTAL					
02	GOVERNO MUNICIPAL		9.820.700,00		
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		18.220.900,00		
04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LAZER		18.781.360,00		
05	SECRETARIA DE SAÚDE		15.059.240,00		
06	SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO		4.513.900,00		
07	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		628.800,00		
08	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREGO E RELAÇÃO DO TRABALHO		3.362.000,00		
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		360.000,00		
99	RESEVA DE CONTINGÊNCIA		73.050.000,00		
TOTAL					

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALTO PARAÍSO

RESOLUÇÃO Nº 020/2024.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro do exercício de 2023, referente a prestação de contas do Cofinanciamento Federal dos Serviços e Programas do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social. O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Alto Paraíso, no uso de suas atribuições legais, no que lhe confere a Lei nº 0359/2015;

CONSIDERANDO, a reunião extraordinária deste Conselho, conforme Ata nº 011/2024, dia 05 de dezembro de 2024, às 09h00min, na sala da Secretaria Municipal de Promoção Social, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso;

CONSIDERANDO, a apreciação dos documentos da Prestação de Contas dos Serviços e Programas do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social, referente ao exercício de 2023, apresentado pelo Órgão Gestor da Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a Prestação de Contas do Cofinanciamento Federal referente ao exercício de 2023 dos Serviços/Programas do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social;

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Alto Paraíso, 17 de dezembro de 2024.

Vânia Maria Garcia Rosa
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 021/2024.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro do exercício de 2023, referente a prestação de contas ao Cofinanciamento Federal de Incentivo a Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD PBF.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Alto Paraíso, no uso de suas atribuições legais, no que lhe confere a Lei nº 0359/2015;

CONSIDERANDO, a reunião extraordinária deste Conselho, conforme Ata nº 011/2024, dia 05 de dezembro de 2024, às 09h00min, na sala da Secretaria Municipal de Promoção Social, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso;

CONSIDERANDO, a apreciação dos documentos da Prestação de Contas do Recurso do Incentivo a Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD PBF, referente ao período 01/01/2023 a 31/12/2023, apresentado pelo Órgão Gestor da Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a Prestação de Contas do Incentivo a Gestão Descentralizada referente ao exercício de 2023 do Incentivo a Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD PBF.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Alto Paraíso, 17 de dezembro de 2024.

Vânia Maria Garcia Rosa
Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 3447/2024

DATA: 17/12/2024

SÚMULA: Adjuca e homologa resultado do Processo Administrativo nº 102/2024, Pregão Eletrônico, nº 065/2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan;

CONSIDERANDO parecer técnico emitido pelo Controlador Interno Sr. Elias Sobreiro dos Santos.

DECRETA:

Art. 1º Fica Adjudicado os itens 01 e 03, em favor da empresa RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA – CNPJ: 20.740.209/0001-07, o item 02, em favor da empresa K MEDICA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALAR LTDA – ME – CNPJ: 10.675.016/0001-58, o item 04, em favor da empresa K MEDICA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALAR LTDA – ME – CNPJ: 10.675.016/0001-58, que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de publicação. Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 17 dias do mês de dezembro de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE ADITIVO Nº 001

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ COM ÁREA DE 23.504,37M2, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL NA VILA RURAL ILHA GRANDE. DE CONFORME PROJETOS, PLANILHAS, NORMAS, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.666/93, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de 480 (quatrocentos e oitenta) dias, contados a partir de 14/11/2024, passando a vencer em 13/05/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

FORUM: Comarca de Xaíbré.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ,

aos 17 dias do mês de Dezembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 327/2024.

SÚMULA: REVOGA JORNADA SUPLEMENTAR O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Revoga a portaria nº 110/2024, da servidora APARECIDA JULIANE DOS ANJOS PAIVA, a partir de 18 de Dezembro de 2024.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 (dezesete) dias do mês de Dezembro de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 326/2024.

SÚMULA: REVOGA JORNADA SUPLEMENTAR O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Revoga a portaria nº 009/2024, da servidora ANGELO DOS ANJOS DA SILVA, a partir de 18 de Dezembro de 2024.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 (dezesete) dias do mês de Dezembro de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 328/2024.

SÚMULA: REVOGA JORNADA SUPLEMENTAR O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.

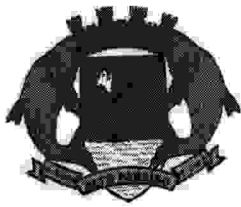
RESOLVE:

Art. 1º - Revoga a portaria nº 288/2024, da servidora I a partir de 18 de Dezembro de 2024.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 (dezesete) dias do mês de Dezembro de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0311

DO.: GABINETE DO PREFEITO

PARA: SETOR E CONTABILIDADE

REF.: CONFIRMAÇÃO DE SALDO

Solicito informação para confirmação de saldo, haja vista que o Processo Administrativo nº 102/2024, Modalidade Pregão Eletrônico nº 065/2024, iniciou-se no exercício financeiro de 2024, no qual o contrato irá ser firmado no exercício financeiro de 2025, objetivando **O CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.** Num valor homologado de R\$ R\$ 59.050,80 (cinquenta e nove mil, cinquenta reais e oitenta centavos), ainda faz-se constar nesta comunicação dotação indicada no exercício financeiro anterior.

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	UNIDADE
26696	339032020000	MED. PARA USO DOMICILIAR	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26698	339032020000	MED. PARA USO DOMICILIAR	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26742	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
26744	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Alto Paraíso - PR., 13 de Janeiro de 2025.


LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

COMUNICAÇÃO INTERNA

DE: Departamento de Contabilidade.

PARA: Secretaria de Administração.

REF.: CLASSIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RESERVA DE SALDO E CONFIRMAÇÃO DE SALDO.

Vimos através desta informar a classificação orçamentária e confirmação do saldo do processo licitatório discriminado a seguir:

Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.
Valor Estimado – R\$:	R\$ 59.050,80

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	UNIDADE	PRINC.
8107	339032020000	MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR	08.02..10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	8106
10252	339032020000	MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR	08.02..10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10251
8108	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02..10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	8106
10253	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02..10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10251

Ressaltamos que, para fins de atendimento ao Decreto Federal 10.024/2019, as dotações transcritas acima podem possuir recursos provenientes de transferências voluntárias.

Alto Paraíso – PR., 13 de janeiro de 2025.

RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE
Contador

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.740.209/0001-07
Razão Social: RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA
Endereço: - PC DA BIBLIA 3336 - / ZONA I / UMUARAMA / PR / 87501-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/01/2025 a 02/02/2025

Certificação Número: 2025010403172186410535

Informação obtida em 14/01/2025 10:06:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

0314

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035763643-23

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **20.740.209/0001-07**

Nome: **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 14/05/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná

SECRETARIA DE FAZENDA

DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

0.0315

Certidão Negativa de Débitos Nº 1764 / 2025

CERTIFICAMOS, conforme requerido por **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**, CPF/CNPJ nº 20.740.209/0001-07, para fins **LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS** RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data em nome de **R C A MATERIAIS MEDICOS LTDA ME** CPF/CNPJ nº 20.740.209/0001-07, situado(a) na cidade de Umuarama.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 1DE57EE6C0241675622A502E12747619

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 14/04/2025

Umuarama, 14 de janeiro de 2025

FUNCIÓNÁRIO: **WEB**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.675.016/0001-58
Certidão nº: 2585502/2025
Expedição: 14/01/2025, às 10:15:18
Validade: 13/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.675.016/0001-58**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 10.675.016/0001-58

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:44:44 do dia 18/12/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/06/2025.

Código de controle da certidão: **E33F.B56A.915E.FDB9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.675.016/0001-58
Razão Social: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA ME
Endereço: R SOUZA NAVES 1145 QD 34 LT01 / CENTRO / PARANAVAI / PR / 87702-220

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/01/2025 a 08/02/2025

Certificação Número: 2025011002361565117429

Informação obtida em 14/01/2025 10:04:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MUNICÍPIO DE PARANAVAI
ESTADO PARANÁ
SECRETARIA DE FAZENDA

0.0319



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 1335/2025

Contribuinte

Nome/Razão: 2262126 - K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME

CNPJ/CPF: 10.675.016/0001-58

Endereço: Rua SOUZA NAVES, 1145

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Paranavaí - PR

Finalidade

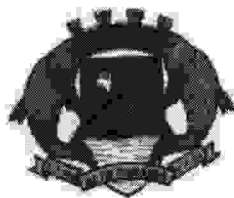
Certidão de Débito - Contribuinte

Observações

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
14/01/2025	90 dias

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado **C E R T I F I C O** que, em nome de **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Paranavaí - PR, 14 de janeiro de 2025.

**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025**

CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/PR. E A EMPRESA **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro, inscrito no CNPJ n.º 95.640.736/0001-30, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **LUIZ ELISEU DOS SANTOS**, brasileiro, Casado, Agente Político Municipal, residente a domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade RG 5.407.055-1-SSP/PR e do CPF n.º 744.998.319-20, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º no 10.675.016/0001-58, com sede na Rua Senador Souza naves, n.º1145, quadra 34, lote 01, NA CIDADE de Paranavaí, CEP: 87.702-220; Estado do Paraná, fone (44) 3422-1500, e-mail kmedica@hotmail.com; neste ato representado pelo seu Representante Legal a Sr. **ROSA FERREIRA BRAGA**, brasileira, empresária, CPF: sob n.º 016.892.629-66, RG: sob n.º 3.888.709-2 SESP/PR, residente domiciliado na Cidade de PLANALTINA, Estado do PR, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 14.133/21, Decreto Municipal n.º 3192 de 2024 que regulamenta o SRP, consolidada, e Processo Licitatório n.º 102/2024, Modalidade Pregão Eletrônico n.º 065/2024 para Registro de Preços, celebrar o presente contrato nas cláusulas e condições a seguir:

AUTORIZAÇÃO

A lavratura do presente Contrato da Ata de Registro de Preços foi autorizada pela Autoridade Superior do município, a qual adjudicou o objeto ao vencedor, ora denominado contratado, e homologou o resultado da licitação, em 17/12/2024, Decreto n.º 3447/2024, publicado no diário Oficial do município (Umuarama Ilustrado), em 18/12/2024, o qual consta dos autos.

CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SUJEIÇÃO DOS CONTRATANTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.**

1.2 Descrição completa do objeto da contratação:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	NUTRI DIABETIC 1L	UND	360	30,73	11.062,80
MÍNIMO DESEJADO: NUTRI DIABETIC 1000 ML (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES)					
MARCA: DANONE					
MODELO: DIANUTRI					

1.3 O fornecedor deverá fornecer o objeto em conformidade como previsto no edital, **vedado, especialmente:**

1.1.1 O fornecimento de objeto com características, qualidade e quantidade diversas do licitado;

1.1.2 O atraso injustificado no fornecimento;

1.1.3 A entrega do objeto em local, horário e demais condições diversas do previsto;

1.1.4 O recebimento, por servidor da contratante, de objeto diverso do que consta da Ordem de Fornecimento;

1.1.5 O fornecimento de objeto de forma parcial, quando a ordem de fornecimento for total;

1.1.6 O fornecimento de objeto sem a competente ordem de fornecimento.

1.4 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar arbitrariedades na execução do contrato, podendo acompanhar livremente a execução/entrega.

1.5 O servidor municipal tem o dever legal de denunciar abusos e arbitrariedades na execução contratual, sujeitando-se à apuração das responsabilidades.

1.6 Todas as vedações acima caracterizam infração contratual e poderão ser sancionadas, de acordo com a gravidade do ato e com o interesse público prejudicado.

1.7 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Eletrônico nº065/2024. e seus anexos;

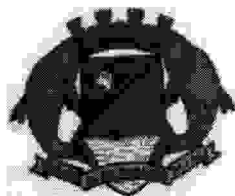
b) Proposta de interesse da CONTRATADA;

1.8. Os documentos referidos no item 1.7, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do (a) publicação no PNCP, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período.

2.2. Os contratos justificadamente celebrados em caso de urgência poderão ter eficácia a partir de sua assinatura, nos termos do artigo. 94 da Lei 14.133 de 2021.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

2.3. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, antes de vencimento do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 os modelos de gestão e de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 11.062,80 (onze mil seiscentos e dois reais e oitenta centavos).

5.2 no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos.

6.1.1. Serão pagas as quantidades efetivamente entregues e atestadas, após a competente liquidação.

6.2. Demais disposições acerca do pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será registrado por apostilamento.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de até 30 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 dias;

8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

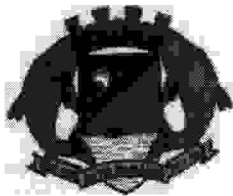
9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0324

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.16. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário (quando existente), com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo risco de descumprimento das obrigações por parte da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

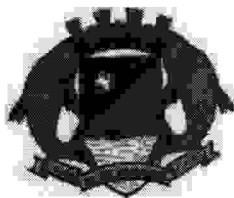
- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

- (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

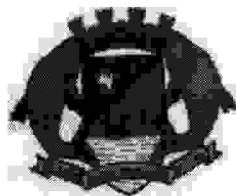
12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, se não for prorrogado.

13.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.1.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.4.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	UNIDADE	PRINC.
8107	339032020000	MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR	08.02..10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	8106
10252	339032020000	MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR	08.02..10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10251
8108	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02..10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	8106
10253	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02..10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10251

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. No contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

16.3 A supressão, se amigável, devidamente motivada, poderá exceder, razoavelmente, o limite previsto no item anterior.

16.4. Os acréscimos e supressões não poderão ser compensados entre si, devendo ser realizados cálculos separados, aplicado o limite de 25% a cada tipo de alteração.

16.1 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, no prazo de 20 dias úteis, como condição indispensável para a eficácia do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Xambrê/PR; para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato de Ata de Registro de Preços de teor e forma, para um só e jurídico efeito.

Prefeitura Municipal de ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, 14 de Janeiro de 2025.

**LUIZ ELISEU
DOS SANTOS**
74499831920

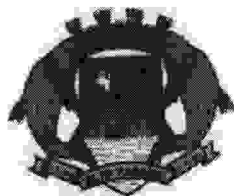
Assinado digitalmente por LUIZ ELISEU DOS SANTOS:
74499831920
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=EM
BRASIL, OU=414739980001920, OU=presencial,
CN=LUIZ ELISEU DOS SANTOS 74499831920
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025-01-15 16:44:51
Foxit Reader Versão: 9.3.0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO
PARAÍSO
LUIZ ELISEU DOS SANTOS

K MEDICA PRODUTOS MEDICO
HOSPITALAR LTDA CONTRATADA

**K MEDICA
PRODUTOS
MEDICO
HOSPITALAR
LTDA:1067501600
0158**

Assinado digitalmente por K MEDICA
PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR
LTDA:10675016000158
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, S=PR, L=
PARANAVAI, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ
A1, OU=76085620000132, OU=presencial,
CN=K MEDICA PRODUTOS MEDICO
HOSPITALAR LTDA:10675016000158
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025-01-15 14:20:06-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1

**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025**

CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/PR. E A EMPRESA **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro, inscrito no CNPJ n.º 95.640.736/0001-30, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **LUIZ ELISEU DOS SANTOS**, brasileiro, casado, Agente Político Municipal, residente a domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade RG 5.407.055-1-SSP/PR e do CPF n.º 744.998.319-20, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa **RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º no 20.740.209/0001-07, com sede na Praça da Bíblia, n.º 3336, zona I, sala 01, Edifício Cemed, NA CIDADE de Umuarama, CEP: 87.501-055; Estado do Paraná, fone (44) 9.9731-0038, e-mail nutrihospitalar@outlook.com; neste ato representado pelo seu Representante Legal a Sr. **CRISTIANE ANDREA BERTELI**, brasileira, empresária, CPF: sob n.º 884.296.109-44, RG: sob n.º 5.303.721-6 SESP/PR, residente domiciliado na Cidade de MARINGÁ, Estado do PR, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 14.133/21, Decreto Municipal n.º 3192 de 2024 que regulamenta o SRP, consolidada, e Processo Licitatório n.º 102/2024, Modalidade Pregão Eletrônico n.º 065/2024 para Registro de Preços, celebrar o presente contrato nas cláusulas e condições a seguir:

AUTORIZAÇÃO

A lavratura do presente Contrato da Ata de Registro de Preços foi autorizada pela Autoridade Superior do município, a qual adjudicou o objeto ao vencedor, ora denominado contratado, e homologou o resultado da licitação, em 17/12/2024, Decreto n.º 3447/2024, publicado no diário Oficial do município (Umuarama Ilustrado), em 18/12/2024, o qual consta dos autos.

CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SUJEIÇÃO DOS CONTRATANTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.**

1.2 Descrição completa do objeto da contratação:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TROPHIC BASIC 800 G	UND	120	68,30	8.196,00
MÍNIMO DESEJADO: TROPHIC BASIC (PÓ) LATA DE 800 G. MARCA: PRODIET					
3	PEPTAMEN JUNIOR PÓ LATA 400 GRAMAS	UND	240	165,80	39.792,00
MÍNIMO DESEJADO: PEPTAMEN JUNIOR 400GR MARCA: NESTLÉ					

1.3 O fornecedor deverá fornecer o objeto em conformidade como previsto no edital, **vedado, especialmente:**

1.1.1 O fornecimento de objeto com características, qualidade e quantidade diversas do licitado;

1.1.2 O atraso injustificado no fornecimento;

1.1.3 A entrega do objeto em local, horário e demais condições diversas do previsto;

1.1.4 O recebimento, por servidor da contratante, de objeto diverso do que consta da Ordem de Fornecimento;

1.1.5 O fornecimento de objeto de forma parcial, quando a ordem de fornecimento for total;

1.1.6 O fornecimento de objeto sem a competente ordem de fornecimento.

1.4 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar arbitrariedades na execução do contrato, podendo acompanhar livremente a execução/entrega.

1.5 O servidor municipal tem o dever legal de denunciar abusos e arbitrariedades na execução contratual, sujeitando-se à apuração das responsabilidades.

1.6 Todas as vedações acima caracterizam infração contratual e poderão ser sancionadas, de acordo com a gravidade do ato e com o interesse público prejudicado.

1.7 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

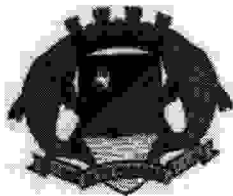
a) Edital de Pregão Eletrônico nº065/2024. e seus anexos;

b) Proposta de interesse da CONTRATADA;

1.8. Os documentos referidos no item 1.7, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do (a) publicação no PNCP, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

2.2. Os contratos justificadamente celebrados em caso de urgência poderão ter eficácia a partir de sua assinatura, nos termos do artigo. 94 da Lei 14.133 de 2021.

2.3. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, antes de vencimento do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 os modelos de gestão e de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 47.988,00 (quarenta e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais).

5.2 no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos.

6.1.1. Serão pagas as quantidades efetivamente entregues e atestadas, após a competente liquidação.

6.2. Demais disposições acerca do pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

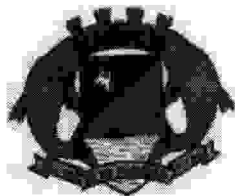
7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será registrado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de até 30 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 dias;

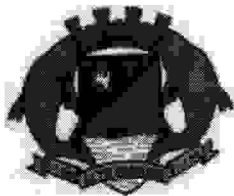
8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

9.1.16. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário (quando existente), com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo risco de descumprimento das obrigações por parte da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

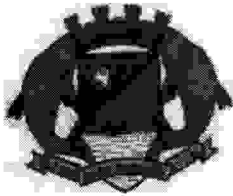
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

00335

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

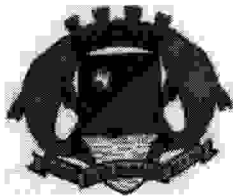
12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0336

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, se não for prorrogado.

13.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.1.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.4.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

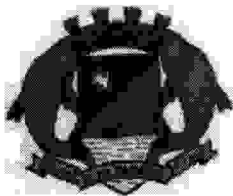
DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	UNIDADE	PRINC.
8107	339032020000	MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR	08.02..10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	8106
10252	339032020000	MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR	08.02..10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10251
8108	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02..10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	8106
10253	339032999900	DEMAIS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GR	08.02..10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10251

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. No contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 A supressão, se amigável, devidamente motivada, poderá exceder, razoavelmente, o limite previsto no item anterior.

16.4. Os acréscimos e supressões não poderão ser compensados entre si, devendo ser realizados cálculos separados, aplicado o limite de 25% a cada tipo de alteração.

16.1 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, no prazo de 20 dias úteis, como condição indispensável para a eficácia do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Xambrê/PR; para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato de Ata de Registro de Preços de teor e forma, para um só e jurídico efeito.

Prefeitura Municipal de ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, 14 de Janeiro de 2025.

LUIZ ELISEU DOS
SANTOS:
74499831920

Assinado digitalmente por LUIZ ELISEU DOS SANTOS:74499831820
 DN: C=BR, O=C=Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do
 Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO)
 CN=1473958000182, OU=presencial CN=LUIZ ELISEU DOS
 SANTOS:74499831820
 Raio, Eu sou o autor deste documento.
 Localizado:
 Data: 2025-01-15 18:43:22
 End: Razões Versão: 9.3.0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO
PARAÍSO
LUIZ ELISEU DOS SANTOS

CRISTIANE ANDREA
BERTELI:88429610944

Assinado de forma digital por
CRISTIANE ANDREA
BERTELI:88429610944
Dados: 2025.01.15 14:29:48 -03'00'

RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA
CONTRATADA

RCA MATERIAIS
MEDICOS

Assinado de forma digital por RCA
MATERIAIS MEDICOS
LTDA;20740209000107
Dados: 2025.01.15 14:30:11 -03'00'

Ata nº 1/2025

Última atualização 16/01/2025

Local: Alto Paraíso/PR **Órgão:** MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO **Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 16/01/2025 **Data de assinatura:** 14/01/2025 **Vigência:** de 14/01/2025 a 13/01/2026

Id ata PNCP: 95640736000130-1-000102/2025-000001 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: 95640736000130-1-000102/2024

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE LEITE FORMULAS SUPLEMENTOS ALIMENTARES NUTRICAO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIACAO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS CONFORME CONDICOES E ESPECIFICACOES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Histórico

Evento	Data/Hora do Evento	Baixar
Inclusão - Ata	16/01/2025 - 13:42:50	
Exibir: 5	1-1 de 1 itens	Página: 1

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos alcançados pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidelidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicosgestao.gov.br>

☎ 0800.978.9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.

Ata nº 2/2025

Última atualização 16/01/2025

Data de divulgação no PNCP: 16/01/2025 **Data de assinatura:** 14/01/2025 **Vigência:** de 14/01/2025 à 13/01/2026**Id ata PNCP:** 95640736000130-1-000102/2025-000002 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços**Id contratação PNCP:** 95640736000130-1-000102/2024**Objeto:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE FORMULAS SUPLEMENTOS ALIMENTARES NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Arquivos Histórico

Nome ↕	Data ↕	Tipo ↕	Baixar ↕
ATA DE CONTRATO 0012025	16/01/2025	Ata de Registro de Preço	
ATA DE CONTRATO 0022025	16/01/2025	Ata de Registro de Preço	

Exibir: 5 1-2 de 2 itens

Página: 1 < >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

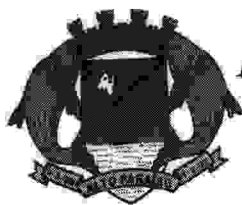
O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o referido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br> 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado à exclusão de informações relacionadas à licença de uso.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0342

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 001/2025

REF.: PROCESSO LICITATORIO – REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024.

DATA DE ASSINATURA: 14/01/2025.

CONTRATANTE: Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.

CONTRATADA: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 10.675.016/0001-58

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

VALOR: R\$ 11.062,80 (onze mil seiscentos e dois reais e oitenta centavos).

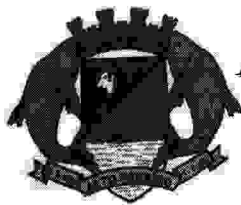
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

FORO: Comarca de Xambrê, Estado do Paraná.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 17 / 01 / 2025

Edição Nº 13.218



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

00343

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 002/2025

**REF.: PROCESSO LICITATORIO – REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 065/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024.

DATA DE ASSINATURA: 14/01/2025

CONTRATANTE: Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.

CONTRATADA: RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA

CNPJ: 20.740.209/0001-07

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES,
NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E
ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES
ESTABELECIDAS NO EDITAL.**

**VALOR: R\$ 47.988,00 (quarenta e sete mil, novecentos e oitenta e oito
reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

FORO: Comarca de Xambrê, Estado do Paraná.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 17/01/2025
Edição N.º 13.218

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná

DECRETO Nº 7.330/2025

SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Suplementar por Superávit Financeiro e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 4º, inciso III, da Lei Orçamentária nº 1.970 de 24 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Créditos Suplementar por Superávit Financeiro no corrente exercício financeiro de 2025, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2025 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025 e Programação Financeira no limite de R\$ 12.760,00 (doze mil setecentos e sessenta reais), referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2024, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	
08.001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
361.0013.2.036	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	653 MATERIAL DE CONSUMO	12.760,00
FONTE 31013	PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETE - EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.760,00

Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro, referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2024, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte fonte de recurso:

FONTE	DESCRIÇÃO VALOR	
31013	PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETE - EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.760,00

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 15 dias do mês de Janeiro de 2025.

DEVAIR FABRIS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

DECRETO N. 3469/2025

DATA: 16/01/2025

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 002/2025, Inexigibilidade de Licitação, nº 002/2025.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Sparapan;

CONSIDERANDO parecer jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Sr. Roberto Gonçalves CONSIDERANDO parecer técnico emitido pela Diretora de Controladoria Interna Sra. I. Cardoso Zagoto.

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa L RICARDO DE MAGALHAES LTDA, 17.922.286/0001-65, o resultado do processo licitatório nº 002/2025, Inexigibilidade de Licitação, nº 002/2025.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 002/2025, Inexigibilidade de Licitação, nº 002/2025, em favor da empresa: L RICARDO DE MAGALHAES LTDA, 17.922.286/0001-65, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE VIA WEB DE BANCO DE DADOS COM PREÇOS DE MONTADORA/GENUÍNA, FABRICANTE/ORIGINAL ATRAVÉS DO SISTEMA DE LICITAÇÃO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LEVES, PESADOS, MOTOCICLETAS E MÁQUINAS PESADAS OS QUAIS INTEGRAM A FROTA MUNICIPAL; INCLUINDO LOCAÇÃO DO SISTEMA DE TREINAMENTO E SUPORTE".

Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 16 dias do mês de Janeiro de 2025.

LUIS ELISEU DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

CNPJ: 07.797.967/0001-95

PROCESSO Nº. 001/2025

INEXIBILIDADE Nº 001/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE FERRAMENTA DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (BANCO DE PREÇOS).

VALOR DO CONTRATO: 12.300,00 (doze mil e trezentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 16/01/2025.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

FORUM: COMARCA DE XAMBRE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 053/2025.

SÚMULA: Nomeia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada PATRICIA OLIVEIRA FIORI MIRANDA, portadora da CI/RG n. 60040672 e Cadastro de Pessoa Física/CPF sob n.º 022.966.579-90, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, a partir de 16 de janeiro de 2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 dias do mês de janeiro de 2025.

LUIZ ELISEU DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 001/2025

REF.: PROCESSO LICITATORIO - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2024.

DATA DE ASSINATURA: 14/01/2025.

CONTRATANTE: Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.

CONTRATADA: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 10.675.016/0001-58

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

VALOR: R\$ 11.062,80 (onze mil seiscentos e dois reais e oitenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL - PR

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL torna público que às 09h00min do dia 03 de fevereiro de 2025, na Sala de Licitações localizada no Paço Municipal, por meio da plataforma <https://gov.br/compras/pt-br/>, UASG: 985521 realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico critério de julgamento menor preço por item, pelo modo de disputa aberto, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital, obedecendo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, subsidiariamente a IN 73/ SE para aquisição de:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PLANTAS ORNAMENTAIS, INSUMOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAISAGISMO NO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.

RECURSOS: Tesouro Municipal.

ABERTURA: Às 09h00min (nove horas) do dia 03 (três) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS: R\$ 551.775,75 (quinhentos e cinquenta e um mil setecentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Brasilândia do Sul - PR, 16 de janeiro de 2025.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

DELIBERAÇÃO ADMINISTRATIVA

PREGÃO Nº 46/2022

Em face da solicitação da Secretária Municipal de Serviços Públicos e Rodoviários, o Sr. AROLDI SASSI TRIVES, quando a necessidade de aditamento do contrato administrativo nº 217/2022, a necessidade é continuada, DEFIRO o pedido e determino o aditamento do contrato administrativo nº 217/2022, com prorrogação de igual período, cuja necessidade é continuada conforme art. 65 da Lei. 8.666/93.

Confeccionado o aditivo convoque a empresa contratada para firmá-lo, já que por Lei é obrigatório fornecer os produtos/serviços nas mesmas condições do contrato primitivo.

Cumpra-se!

Cafezal do Sul/PR., 11 de outubro de 2024

MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao CONTRATO

Nº. 217/2022 celebrado entre a Prefeitura

Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA

I - CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Italo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o nº 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa SOTRAM

CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 67.156.943/0001-89, com sede Administrativa à Rodovia PR 323, KM 326- CEP: 83500-000 na cidade de Perobal - PR, denominada CONTRATADA.

II - RECONDIÇÃO:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA N.º 055/2025

DATA: 16/01/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE **GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS** NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EM 17 / 01 / 2025
Edição N.º 13.218

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato na Pregão Eletrônico n. 065/2024, a saber:

Gestor:

DEBORA FARIA DOS SANTOS ARAUJO – CPF: 089.355.579-78;

Fiscal Administrativo:


BRUNA DE QUEIROS VILANOVA – CPF: 105.916.279-22.

Art. 2º Ao Gestor de Contratos cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.

Art. 3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso-Pr., aos 16 dias do mês de janeiro de 2025.


LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

reais e setenta e cinco centavos).
Sul - PR, 16 de janeiro de 2025.
O CAVALCANTE
NACIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

PR, 11 de outubro de 2024
KAZUO DA SILVA
MUNICIPAL

licitação da Secretária Municipal de Serviços Públicos e Rodoviários, o Senhor
SI TRIVES, quando a necessidade de aditamento do contrato administrativo Nº
necessidade é continuada, DEFIRO o pedido e determino o aditamento do contrato
nº 217/2022, com prorrogação de igual período, cuja necessidade é continuada,
5 da Lei. 8.666/93.

o aditivo convoque a empresa contratada para firmá-lo, já que por Lei é obrigada a
adutos/serviços nas mesmas condições do contrato primitivo.

000346

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

IVON Nº. 02 ao CONTRATO Nº. 217/2022 celebrado entre a Prefeitura
Cafezal do Sul e a empresa: SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA
TANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica
úblico Interno, com sede a Av. Italo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o nº
001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa SOTRAM
RA E TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ
56.943/0001-89, com sede Administrativa à Rodovia PR 323, KM 326- CEP: 87538-
de Perobal - PR, denominada CONTRATADA.

EMENTAS: Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO
IO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado à Rua João
des nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafezal do Sul-PR,
RG nº 004.695.479-10 e a CONTRATADA Srª MARLI APARECIDA PENARIOL DE
nº 16.520.909/SSP-SP e CPF: 829.589.049-20 residente e domiciliado na cidade de
-PR, domiciliada a Rua Araçapongas, 3875, Apartamento 501, Zona II, CEP: 87502-180.
ORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização
'refeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo
n passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele
ntido Processo nº. 125/2022, Pregão Presencial nº 46/2022.

AMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele
a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PRIMEIRA - DO OBJETO

objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da - CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO
DES GERAIS - passando a ter a seguinte redação:
TERCEIRA: DO PRAZO E CONDIÇÕES GERAIS:
agido por mais 12 meses o respectivo contrato, sendo de 11 de outubro de 2024 a 11
de 2025.

SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

ente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

cam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente
a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma,
am lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Sul, 11 de Outubro de 2024

NIO KAZUO DA SILVA

nicipal

CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA

RECIDA PENARIOL DE SOUZA

OS:

ANGANELLI NETO

340.019.66

CLODOALDO TAKAITI AMORIM

CPF: 562.792.321-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

PR, 16 de janeiro de 2025
O MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das
legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica
com fundamento em dispositivos legais;

as atribuições constitucionais e legais e de acordo com a Lei 006/2015 do Plano
Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Cruzeiro do Oeste que
a progressão horizontal na carreira e considerando:

ue a promoção horizontal dos professores admitidos a partir do ano de 2007 ocorre
spondente à data da admissão funcional a cada dois anos;

ue o profissional da Educação avançará um nível a cada 2 (dois) anos se a média
igual ou superior a 60 (sessenta);

ue os efeitos financeiros ocorrem no mês à data de admissão;

ar o resultado da média obtida das 02 (duas) avaliações anuais de desempenho
anos de 2024 e 2025 a atual Classe na Progressão:

horizontal correspondente à data de admissão funcional, mês de janeiro de 2025.

Professor Classe Atual Classe Progressão

ula Ferreira de Souza Rodrigues C 7 C 8

rcia Regina Zago C 7 C 8

nieli Caroline Barbosa C 7 C 8

nielle Alves Brigagão de Oliveira C 7 C 8

ne Paula de Jesus C 7 C 8

nise Ferraresi Cordeiro C 7 C 8

simara Bezerra da Silva Hernandez C 7 C 8

ays Furlan Ferrarezi C 7 C 8

ricia Ferigato C 7 C 8

taría entra em vigor na data de sua Publicação.

este, 16 de janeiro de 2.025.

RCI JUNIOR

MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

27
A NOMEAÇÃO DE CONTADOR.
O MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições
O Processo Seletivo Simplificado-PSS, aberto através do Edital nº. 39/2024.
O Decreto nº. 8.241 de 1991.

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda,
atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas,
os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal
de Contrato no Processo Licitatório nº 001/2025, inexistência de nº 001/2025, a saber:

Gestor:

ANDERSON RICARDO GUIMARÃES - CPF: 023.748.959-71;

Fiscal Administrativo:

BRUNA DE QUEIROS VILANOVA - CPF: 105.916.279-22.

Art. 2º Ao Gestor de Contratos cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel
cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo
as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.

Art. 3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi
designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o
cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas
determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em
contrário.

Alto Paraíso-Pr., aos 16 dias do mês de janeiro de 2025.

LUIZ ELISEU DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 055/2025

DATA: 16/01/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES
DE GESTOR E FISCAL DE, CONTRATOS NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda,
atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas,
os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal
de Contrato na Pregão Eletrônico n. 065/2024, a saber:

Gestor:

DEBORA FARIA DOS SANTOS ARAUJO - CPF: 089.355.579-78;

Fiscal Administrativo:

BRUNA DE QUEIROS VILANOVA - CPF: 105.916.279-22.

Art. 2º Ao Gestor de Contratos cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel
cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo
as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.

Art. 3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi
designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o
cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas
determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em
contrário.

Alto Paraíso-Pr., aos 16 dias do mês de janeiro de 2025.

LUIZ ELISEU DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Nº
01/2024 no dia 31/12/2024 - Rerratificação necessária devido ao ajuste de lotes aderentes e
titulares artigo 1º e 2º

O MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público,
inscrito no CNPJ sob o nº 95.640.652/0001-05, com sede administrativa sito à Avenida Italo Orcelli,
604, Cafezal do Sul, CEP: 87565-000, vem através deste edital corrigir dados referente ao Edital
de NOTIFICAÇÃO, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, no dia 31/12/2024, sob Edição nº
13.205, onde o mesmo notificou todos os moradores, ocupantes, titulares, confrontantes e a quem
interessasse referente a regularização fundiária em formato de REURB-E e REURB-S, através
da LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA e LEGITIMAÇÃO DE POSSE, conforme art. 23 e art 25 da Lei
Federal nº 13.465/2017. Do núcleo Jangada-Centro composto pelas matrículas nº 5.910, 5.824,
5.978, 5.673, 5.856, 24.888, 5.971, 6.599, 5.790, 8.276, 5.663, 5.662, 5.773, 5.661, 5.952, 19.191,
19.190, 5.745, 5.664, 5.478, 5.672, 6.341, 5.812, 6.491, 5.652 e transcrição nº 57, registradas no
Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã/PR.

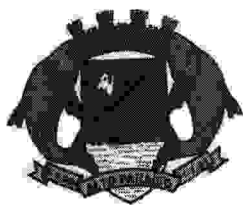
DO NÚCLEO:

Art. 1º - O núcleo urbano Jangada-Centro, localizado neste município, é composto pela transcrição
nº 57 de propriedade de Durval Stefanoni, matrícula nº 5.910 de propriedade de João Lourenço
dos Santos, matrícula nº 5.824 de propriedade de Jose Antonio de Brito, matrícula nº 5.978 de
propriedade de Jose Pedro de Lima, matrícula nº 5.673 de propriedade de João Maciel, matrícula
nº 5.856 de propriedade de Anesia de Mussi Anastacio, matrícula nº 24.888 de propriedade de
Geraldo Alves Rodrigues, matrícula nº 5.790 de propriedade de Manoel Joaquim de Souza,
matrícula nº 6.599 de propriedade de Jose Aparecido Fares, matrícula nº 5.971 de propriedade
de Renato Matoso, matrícula nº 8.276 de propriedade de Geraldo Carlos dos Santos matrículas
nº 5.662 e 5.663 de propriedade de Ivanir M. Borghi, Odenir Antonio Borghi, Elides A. B. Ariozi e
Carlos A. Borghi, matrícula nº 5.753 de propriedade de Antônio de Mussi, matrícula nº 5.661 de
propriedade de Rivaldo Sizilo, matrícula nº 5.952 de propriedade de Guaraci Maciel, matrículas
nº 19.191, 19.190 e 5.745 de propriedade de Luiz Byszczowski, matrícula nº 5.664 de propriedade
de Paulo Perassoli, matrícula nº 5.478 de propriedade de Valdevino de Souza, matrícula nº 5.672,
de propriedade de Vanildo Moraes Domingos, matrícula nº 6.341 de propriedade de Jose Pedro de
Lima, matrícula nº 5.812 de propriedade de Pedro Moreira dos Santos, matrícula nº 6.491 de
propriedade de Cicero Jose de Oliveira e matrícula nº 5.652 de propriedade de Jose Hugo da Silva,
registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã/PR.

Art. 2º - O núcleo possui uma área total a regularizar de 70.299,60 m², tendo a concentração de 81
lotes, sendo 64 lotes aderentes e 17 lotes titular tabular, com uma população de aproximadamente
324 pessoas.

QUADRO DE ÁREAS

Área da transcrição 57 A apurar
Área da matrícula 5.910 450,00 m²
Área da matrícula 5.824 450,00 m²
Área da matrícula 5.978 450,00 m²
Área da matrícula 5.673 1.350,00 m²
Área da matrícula 5.856 900,00 m²
Área da matrícula 24.888 1.350,00 m²
Área da matrícula 5.790 410,00 m²
Área da matrícula 6.599 450,00 m²
Área da matrícula 5.971 910,00 m²
Área da matrícula 8.276 450,00 m²
Área da matrícula 5.663 450,00 m²
Área da matrícula 5.662 450,00 m²
Área da matrícula 5.753 900,00 m²
Área da matrícula 5.661 450,00 m²
Área da matrícula 5.952 450,00 m²
Área da matrícula 19.191 450,00 m²
Área da matrícula 19.190 450,00 m²
Área da matrícula 5.475 450,00 m²
Área da matrícula 5.664 450,00 m²
Área da matrícula 5.478 450,00 m²



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0347

DO DEPTO DE LICITAÇÃO

PARA: **Gestor:**

DEBORA FARIA DOS SANTOS ARAUJO – CPF: 105.916.279-22

Processo Nº. 102/2024.

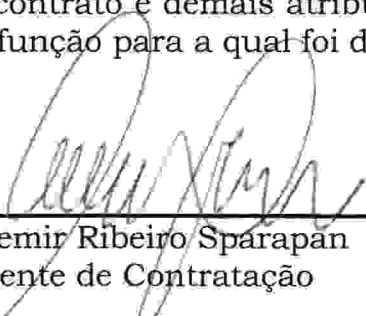
Pregão Eletrônico Nº. 065/2024.

Contratos de Atas de Registros de Preços Nº 001 e 002/2025.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Nesta data, remeto ao responsável acima em epígrafe cópias dos contratos de Ata de Registros de Preços nº 001 e 002/2025 para que possam atuar como gestor de contrato e demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.


Em 17/01/2025

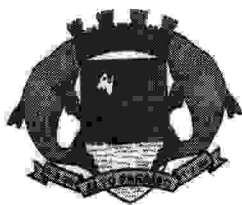

Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data recebi cópia do contrato nº 001 e 002/2025, bem como portaria nº 055/2025.

Em 17/01/2025


DEBORA FARIA DOS SANTOS ARAUJO
Gestor de Contrato



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0348

DO DEPTO DE LICITAÇÃO

PARA: **Fiscal Administrativo:** BRUNA DE QUEIROS VILANOVA – CPF:
105.916.279-22

Processo Nº. 102/2024.

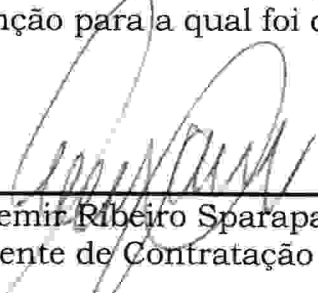
Pregão Eletrônico Nº. 065/2024.

**Contratos de Atas de Registros de Preços Nº 001 e
002/2025.**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE, FÓRMULAS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL PARA ATENDER AVALIAÇÃO SOCIAL E ORDENS JUDICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Nesta data, remeto ao responsável acima em epígrafe cópias dos contratos Ata de Registros de Preços nº 001 e 002/2025 para que possa atuar como fiscal de contrato e demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observadas a função para a qual foi designado.

Em 17/01/2025


Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data recebi cópia do contrato nº 001 e 002/2025, bem como portaria nº 055/2025.

Em 17/01/2025


BRUNA DE QUEIROS VILANOVA
Fiscal de Contrato